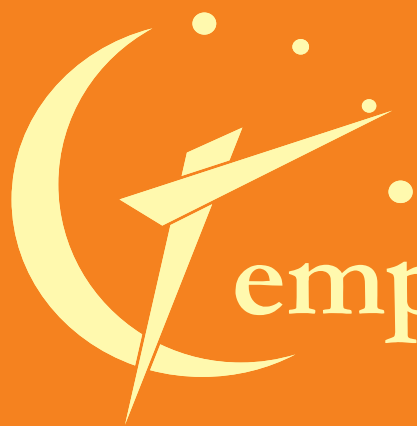


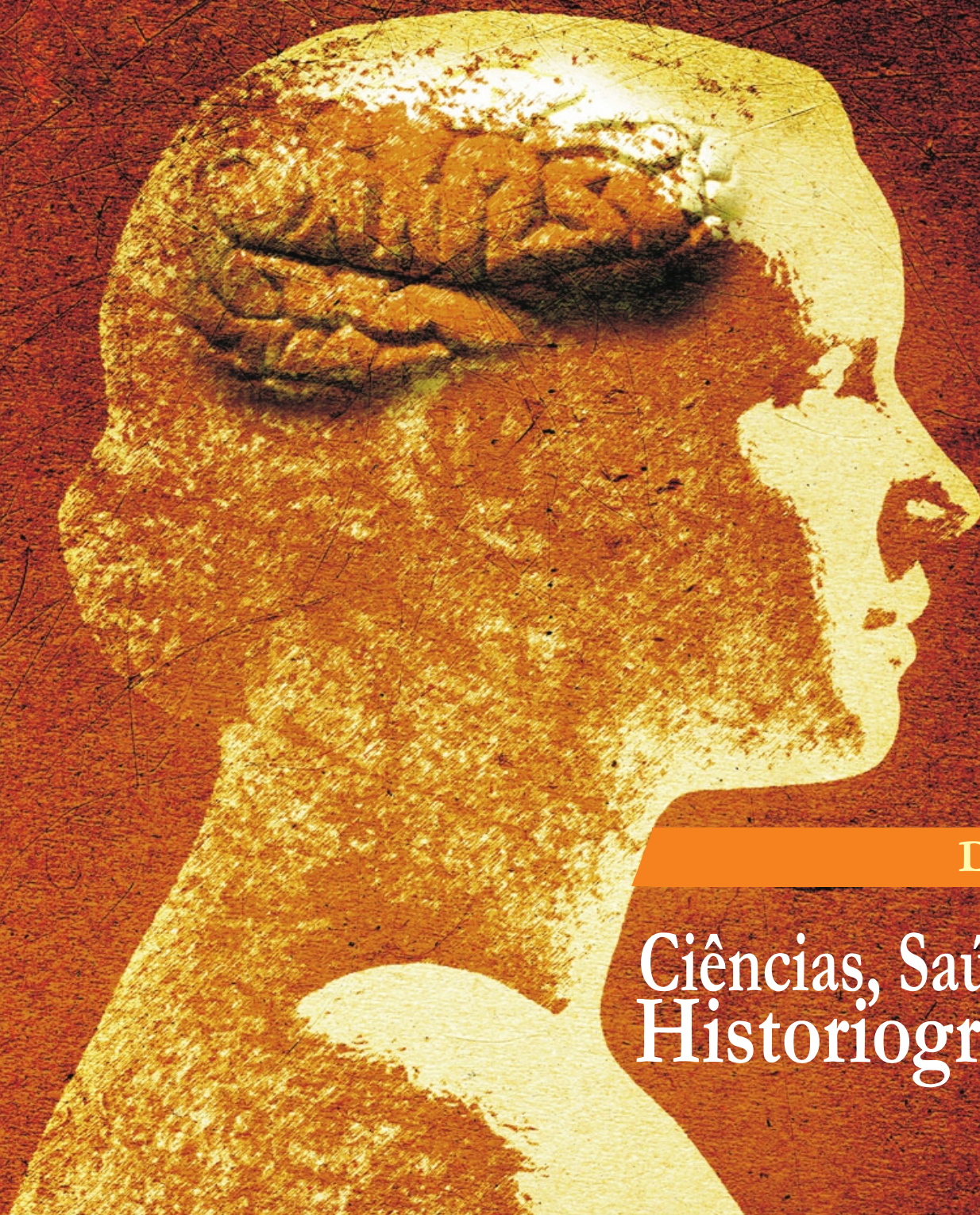
Jul/Dez 2011



Temporalidades

Revista de História

v. 3, n. 2



Dossiê

Ciências, Saúde e Historiografia

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. --
v. 3, n. 2 (ago./dez. 2011) -- Belo Horizonte : Departamento de História
História, FAFICH/UFMG, 2011.

Semestral

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antonio Carlos, 6627 Campus Pampulha

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG

e-mail: temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br

home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

**Editor Chefe:**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Editor Chefe do Dossiê - Ciências, Saúde e Historiografia:

Prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé

Conselho Editorial:

André Cabral Honor
 Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva
 George Fellipe Zeidan Vilela Araújo
 Luís Fernando Amâncio Santos
 Mateus Alves Silva
 Paloma Porto Silva

Conselho Consultivo:

Adriana Romeiro (UFMG)
 Adriana Vidotte (UFMG)
 Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
 Carlos Alvarez Maia (UERJ)
 Eduardo França Paiva (UFMG)
 Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
 Hal Langfur (University of Buffalo)
 Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
 Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
 João Pinto Furtado (UFMG)
 Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
 Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)
 José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
 José Carlos Reis (UFMG)
 Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
 Kátia Gerab Baggio (UFMG)
 Márcia Sueli Amantino (Universo)
 Marco Morel (UERJ)
 Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
 Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
 Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
 Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
 Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
 Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
 Renato Pinto Venâncio (UFOP)
 Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
 Samantha Viz Quadrat (UFF)
 Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
 Virginia Maria Trindade Valadares (PUCMG)

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Clélio Campolina Diniz
 Vice-reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Jorge Alexandre Barbosa Neves
 Vice-diretor: Mauro Lúcio Leitão Condé

Departamento de História

Chefe: Cristina Campolina
 Vice-chefe: Adalgisa Arantes Campos
 Secretária: Kelly C. Canesso Agostini e Valteir
 Gonçalves Ribeiro

Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriana Romeiro
 Vice-coordenador: Luiz Duarte Haele Arnaut
 Secretários: Marinho Nepomuceno, Paulo
 Afonso Maia e Sonia Mara Pacheco

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenadora: Kátia Gerab Baggio
 Vice-coordenador: José Newton Coelho
 Meneses
 Secretária: Edilene Oliveira

Designers

Paloma Porto Silva
 Hemerson Mariano

Diagramação

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva
 George Fellipe Zeidan Vilela Araújo
 Paloma Porto Silva

Contato:**Temporalidades**

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
 Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910 Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>



A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo, e seus conhecimentos, para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, a segunda edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista.

Alarcon Agra do Ó (UFMG)	Lúcia Nobre (UFPB)
Aldair Carlos Rodrigues (USP)	Luiz Henrique Garcia (UFMG)
Almir Diniz de Carvalho Júnior (UFAM)	Mairton Celestino da Silva (UFPI)
Amanda Teixeira da Silva (URCA)	Maísa Faleiros da Cunha (UNESP)
Ana Paula Spini (UFU)	Magno Cirqueira Córdova (UERJ)
André Luis Pereira Miatello (UFMG)	Maria Amélia Alencar (UFG)
Andrea Lúcia Dorini O. Carvalho Rossi (UNESP)	Marco Antônio Stancik (UFGP)
Arilda Inês Miranda Ribeiro (UNESP)	Marta de Almeida (MAST)
Camila Rodrigues (USP)	Martha Rebelatto (UFMG)
Carolina Torres A. de Almeida Ramo (UFRJ)	Maria Rachel de G. Fróes da Fonseca (FIOCRUZ)
Célio Juvenal Costa (UEM)	Marina Alves Amorim (UFMG)
Celso Gestemeier do Nascimento (UFMG)	Noé Freire Sandes (UFG)
Cybele Crossetti de Almeida (UFRGS)	Paula Charlois de Carvalho (Universidade Católica Portuguesa)
Claudio Hiro Arasawa (IFSP)	Rafael da Costa Campos (UNIPAMPA)
Clifford Andrew Welch (UNIFESP)	Rangel Cerceau Netto (UFMG)
Denise Maria Ribeiro Tedeschi (IFMG)	Rebeca Gontijo Teixeira (UFRRJ)
Francisco das Chagas F. Santiago (UFRN)	Regina Maria Rodrigues Behar (UFPB)
Tito Flávio Aguiar (UFOP)	Reinaldo Guilherme Bechler (UFMG)
George Silva do Nascimento (UFMG)	Renata Lopes Biazotto Venturini (UEM)
Gian Carlo de Melo Silva (UFPE/UFAL)	Renata Rozental Sancovsky (UFRRJ)
Giselle Martins Venancio (UFF)	Renato Moscateli (UFGO)
Gustavo Freitas Pereira (UFPI)	Roberto Kennedy Gomes Franco (UFC)
Iara Nogueira Monteiro (IS-SP)	Rodrigo Fialho Silva (UEMG)
Isadora Tavares Maleval (UERJ)	Rômulo Garcia de Andrade (UFRRJ)
Isnara Pereira Ivo (UESB)	Simone Tiago Domingos (UNICAMP)
Jacqueline Hermman (UFRJ)	Stelio Alessandro Marras (USP)
Jean Luiz Neves Abreu (UFU)	Suzana Cesar Gouveia Fernandes (IBU)
Jeudy Machado de Aragão (IAT/SEC-BA)	Terezinha Mendonça Estarque (PUC-RJ)
Jorge Luiz Nery de Santana (UFRB/UNIFACS)	Tito Flávio Aguiar (UFOP)
José Newton Coelho Meneses (UFMG)	Thomaz Massadi Teixeira Kawauche (USP)
José Otávio Aguiar (UFMG)	Vanicleia Silva Santos (UFMG)
José Roberto Braga Portella (UFPR)	Vera Maria Pereira Theodozio (USP)
Juliana Bastos Marques (USP)	Vitor Bemvindo (UFRJ)
Juliana de Paiva Magalhães (USP)	Vitor Claret Batalhone Júnior (UFRGS)
Leandro Duarte Rust (UFMT)	Vitoria Barbosa Lima (NDIHR/UFPB)
Liliana Müller Larocca (UFPR)	Walter da Silva Fraga (SEMEC- Belém)
Liz Andréa Dalfré (UFPR)	William de Souza Martins – UFRJ
Lorena Lopes da Costa (UFMG)	
Loyane Aline Pessato Ferreira (UNICAMP)	



Sumário

Editorial	06
Apresentação	10
Entrevista	11
Algumas controvérsias sobre a AIDS: discussões sobre sua etiologia e terapia (1983-1996)	23
Paul Ricoeur e a ciência: uma contribuição hermenêutica ao debate sobre o conhecimento científico	47
Reforma e educação sanitária na Penna de Belisário – primeira república do Brasil (1916-1925)	63
Páginas da ciência, crime e loucura: a trajetória e o projeto médico-intelectual de Heitor Carrilho	78
As condições físicas e de saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888)	98
Esboço historiográfico e indicações de fontes para o estudo da história da medicina, da saúde e da doença, no Brasil oitocentista	113
Ordem Imperial e fronteiras, sob Nero, nos Anais de Tácito	127
Escritos, costuras e preces: histórias femininas e a construção de novas práticas na América portuguesa	145
Uma história de recepção: Robert Holub e a Teoria da Recepção	160
Crítica e elementos fílmicos da obra Panteras Negras (Mario Van Peebles, 1995)	175
“Sem revolução não há nação”: a nação cubana nos escritos de Fidel Castro (1953-1959)	198
Resenha - Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos	222
História da Ciência, bioética e genética: dilemas e debates contemporâneos	226



EDITORIAL

Em sua trajetória de três volumes, a Revista *Temporalidades* tem tido uma participação significativa tanto no espaço acadêmico de divulgação do conhecimento histórico de excelência, como também para a sucessiva experiência profissional dos pesquisadores voluntários que atuam em diversas tarefas desempenhadas no interior do Conselho Editorial. Voltada prioritariamente para a publicação discente de artigos, resenhas e instrumentos de pesquisa oriundos das mais variadas instituições do Brasil e do exterior, a consulta dos seus números é um passo importante para pesquisadores interessados em diversos temas de História elaborados por jovens pesquisadores.

Uma das diligências contínuas dos conselhos editoriais que já representaram este periódico, ao longo da sua vivência, tem sido a de promover a sofisticação das publicações no ambiente complexo da academia. Em conformidade com os novos indicadores e parâmetros deste cenário, é com grande satisfação que compartilhamos, com os leitores, a avaliação do sistema *Qualis* atribuída à Revista *Temporalidades*, na qual obteve o conceito B4. A satisfatória avaliação da CAPES representa, sem dúvida, um marco; primeiramente, por consolidar esta revista discente dentre o *hall* de periódicos acadêmicos na área de História no Brasil; assim também por proporcionar o sentimento de reconhecimento do trabalho e esforço de todos os conselheiros que por aqui passaram.

Este sexto número da Revista *Temporalidades* que ora apresentamos, cujo dossiê é dedicado ao tema *Ciências, Saúde e Historiografia*, dá continuidade ao novo modelo, iniciado na primeira edição do ano de 2011, ao instaurar um importante projeto desenvolvido nesta promissora revista. Trata-se do esforço coletivo por consolidar as produções dos historiadores em formato de dossiê. Apresentamos seis artigos que não possuem a aspiração de esgotar temas, análises e perspectivas sobre História das Ciências, mas dotar de pistas indicativas para futuras pesquisas e novos olhares sobre esta área do saber em vertiginosa ascensão. A organização deste dossiê - uma ação de grande envergadura desenvolvida pelo nosso convidado e exímio pesquisador em História das Ciências, professor Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé em parceria com os conselheiros Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva, George Felipe Zeidan Vilela Araújo e Paloma Porto Silva - sem dúvida representa a centralidade e continuidade da preocupação com o estudo na área para além de uma mera “alegoria das próprias ciências historiadas”.



Para iniciar este número, a Revista *Temporalidades* apresenta uma entrevista com o Professor Dr. Carlos Alvarez Maia. Físico de formação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1978), possui doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). É professor adjunto de Teoria da História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador do Laboratório de estudos históricos da ciência – LEHC. Pesquisador renomado na área de História das Ciências é autor de, entre outras publicações, *Estudios de historia, ciencias y lenguaje* (2011). Sempre em estreito laço com Belo Horizonte, participando de algumas reuniões do Scientia – Grupo de Teoria e História das Ciências (FAFICH-UFMG), nos concedeu entrevista, na qual podemos vislumbrar um pouco da sua trajetória, influências teóricas e formulações de conceitos para a História das Ciências.

Em conformidade com nossa proposta, apresentamos o primeiro artigo, *Algumas controvérsias sobre a AIDS: discussões sobre sua etiologia e terapia (1983-1996)*, de autoria de Cláudio José Piotrovski Dias. O texto possui grande importância para o entendimento das controvérsias científicas em torno da etiologia do HIV e nos apresenta a produção do conhecimento científico como fruto de embates e tensões.

No segundo artigo, *Paul Ricoeur e a ciência: uma contribuição hermenêutica ao debate sobre o conhecimento científico*, Saulo Costa Val de Godoi expressa as discussões sobre a possibilidade da cientificidade no conhecimento histórico, apresentando uma alternativa na obra de Paul Ricoeur. Em seu entendimento, o modelo da hermenêutica proposto pelo filósofo francês contribuiu de maneira destacada nesse debate. Para isso, o artigo baseia-se principalmente dos tomos I e III do livro *Tempo e Narrativa*.

A *Penna de Belisário*, de Leonardo Querino Barboza Freire e Iranilson Buriti de Oliveira, nos enreda em uma formidável trama pelo nordeste brasileiro. O tema das expedições científicas do início do século XX, principalmente a contratada pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, oferece ao leitor uma pequena dimensão do processo de levantamento sobre a flora e a fauna, assim como das condições de vida e saúde das pessoas que habitavam a região. A Reforma sanitária é iluminada pelo viés do diálogo entre saúde e educação trazido pelas expedições científicas.

Allister Andrew Teixeira Gomes, em seu artigo *Páginas da ciência, crime e loucura: a trajetória e o projeto médico-intelectual de Heitor Carrilho*, analisa a atuação deste médico, que foi o responsável



pelo *Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro* durante a Era Vargas. O autor discute, pois, as relações entre o pensamento médico-intelectual no período e o discurso autoritário então hegemônico.

Em seu artigo *As condições físicas e de saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888)*, Elaine Cristina Jorge Dias oferece ao dossiê “Ciências, Saúde e Historiografia” um busca às condições físicas e de saúde dos escravizados tendo como fonte principal os anúncios de jornais da Província da Paraíba.

Para fechar o dossiê, Alisson Eugênio faz um autoproclamado esboço historiográfico sobre a história da medicina no período escravocrata brasileiro. No texto, além de apresentar referências fundamentais sobre o assunto, são expostas fontes e possibilidades de pesquisa para futuros trabalhos na área.

Ao abrir a segunda sessão desta revista, cujo espaço é destinado a textos avulsos que se debruçam sobre uma larga diversidade de temas e recotes, apresentamos *Ordem Imperial e fronteiras, sob Nero, nos Anais de Tácito*, de Ygor Klain Belchior. O artigo busca analisar de que maneira as interações sociais, entre o imperador e os diferentes grupos que compunham a *respublica*, poderiam alterar a ordem imperial durante o principado neroniano. Para tanto, toma como fonte principal a obra *Anais*, escrita por Tácito.

Em *Escritos, costuras e preces: histórias femininas e a construção de novas práticas na América portuguesa*, a autora Silvia Vartuli apresenta a inserção social feminina em Minas Gerais entre os séculos XVIII e início do XIX a partir do contato com os elementos da cultura escrita. Partindo de um olhar bastante específico e vasta documentação, propõe uma discussão acerca das abordagens da história das práticas educativas e do papel feminino, contribuindo para uma ampliação do conhecimento sobre a atuação das mulheres na América portuguesa.

Já Vitor Claret Batalhone Júnior, em seu texto *Uma história de recepção: Robert Holub e a Teoria da Recepção*, busca discutir a teoria da recepção através de dois livros do crítico literário Robert Holub: *Crossing Borders* de 1992; e *Reception Theory* de 1984.

Em *Crítica e elementos filmicos da obra Panteras Negras (Mario Van Peebles, 1995)*, Kássius Kennedy Clemente Batista analisa alguns elementos filmicos e críticas referentes ao filme *Pantereas Negras*, do diretor Mario Van Peebles, bem como a recepção da obra junto ao público. Nesse sentido, discute-se o movimento de contracultura da década de 1960 e a relação entre Cinema e História.



Finalmente, para concluir esta sessão, enveredamos pelas análises dos textos escritos por Fidel Castro entre 1953 e 1959. Trata-se do artigo de David Souza Fernandes intitulado “*Sem revolução não há nação*”: *a nação cubana nos escritos de Fidel Castro (1953-1959)*, cujo o principal objeto é investigar dos indícios da formação de um projeto nacionalista presente no ideário político do ditador cubano.

Esta edição possui ainda duas resenhas. Na primeira, João Paulo Costa Rolim Pereira busca apresentar o debate historiográfico acerca da escravidão no Brasil, bem como a perspectiva do autor dessa discussão ao resenhar o livro: *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*, de autoria do historiador Eduardo França Paiva. Na segunda, Luiz Henrique de Lacerda Abrahão resenha o livro *Genética – escolhas que nossos avós não faziam*, estabelecendo uma interessante discussão sobre bioética.

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva
George Fellipe Zeidan Vilela Araújo
Paloma Porto Silva

Belo Horizonte, 07 de março de 2012

9



Apresentação

Dando prosseguimento à ideia de dossiê temático, apresentada na edição passada, a *Temporalidades* traz, nesse número, um dossiê com foco na História da Ciência. Com efeito, é importante destacar que se apresentam aqui trabalhos de qualidade não apenas de jovens historiadores, mas de jovens historiadores da ciência, isto é, de uma área relativamente recente entre nós. Este fato é de especial importância porque serão jovens historiadores os responsáveis pela pavimentação definitiva, no Brasil, dessa importante área de pesquisa.

Completando os artigos com o enfoque na História da Ciência, o periódico traz ainda uma entrevista com o veterano Historiador da Ciência, professor Carlos Alvarez Maia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

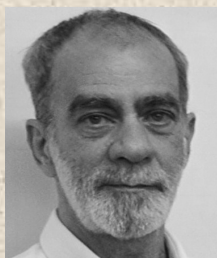
A cada número, a *Temporalidades* consolida mais e mais o seu caminho mostrando a que veio jovens historiadores ávidos de realizarem suas pesquisas, bem como mostrar o resultado alcançados por elas. A grande qualidade desses textos mostra a importância de veículos para a apresentação de trabalhos discentes.

Na qualidade de editor, reconheço aqui que esse número não seria possível sem todo o trabalho e esforço, em sua montagem, dos membros editoriais da *Temporalidades*.

Por fim, possa o leitor ter, mais que as informações e reflexões trazidas por esses textos, o prazer da leitura.

Mauro Lício Leitão Condé

Belo Horizonte, 07 de Março de 2012.



| Entrevista |

Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia

Entrevistadores

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva
George Fellipe Zeidan Vilela Araújo
Paloma Porto Silva



História, verdade e linguagem: a historicidade das ciências

Entrevista com o Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia¹

Por
Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva
George Felliipe Zeidan Vilela Araújo
Paloma Porto Silva

Temporalidades: *Assim como o Thomas Kuhn, o senhor tem formação da Física. Como surgiu o seu interesse pelas ciências humanas?*

Carlos Alvarez Maia: Antes de ingressar no instituto de física, encontrava-me próximo do positivismo e era crédulo de que havia uma “verdade” no mundo a ser “descoberta” pela ciência. Durante o curso de física na PUC-Rio tudo mudou. Aprendi que havia uma sucessão de verdades condicionada pela temporalidade. Galileo, Newton, Laplace, Einstein pareciam levar a um caminho de aproximações sucessivas para uma verdade da natureza que teimava em escapar. Já Mach, Bohr e a mecânica quântica viraram pelo avesso a mitologia dessa ciência objetivista. Além disso, a PUC facilitava (e até obrigava) o trânsito por outros departamentos e minha participação na filosofia deixou-me ante a demolição da ideologia cientificista nas aulas de Japiassu². Criamos – na física – um grupo de estudos denominado “Macumba da física”, sob a orientação de Mario Bunge, cuja meta era destrinchar nossas perturbações ante as inovações teóricas e epistemológicas da física do século XX. A filosofia tornava-se um complemento indispensável do saber científico. Líamos Kuhn, Koyré, Bohr, Heisenberg, Bohm e Feyerabend. Formei-me em física em 1978 com muitas inquietações, mas ainda apaixonado pela capacidade humana em elaborar teorias com grande força explicativa.

Trabalhei em astrofísica, com estrelas de nêutron em rotação, cada vez mais alimentado por um espanto ante a eficiência explicativa das teorias e, por contraste, com os métodos pragmáticos envolvidos nessa produção que desfaziam qualquer pretensão de se estar referindo a uma ontologia “verdadeira” para o mundo. Foi quando, em 1984, surgiu a oportunidade de criarmos, a partir do Observatório Nacional, o Núcleo de Pesquisas em História das Ciências, NHC-CNPq.

¹ Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9656659906427297>>.

² Hilton Ferreira Japiassu foi professor do alto escalão da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). cursou doutorado em Filosofia (Epistemologia e História das Ciências) na Université des Sciences Sociales de Grenoble da França.



Saí da física e dediquei-me integralmente a este projeto – hoje, MAST. Era intenso, naquele momento, o impacto de muitas novidades então recentes, como o “programa forte”³ e a edição de Fleck, que serviram de norte para minhas certezas em favor da história. Em 1988 ingressei no doutorado em História, na USP, já totalmente envolvido com os estudos historiográficos. No horizonte das expectativas persistia um problema: como explicar um conhecimento – a ciência – que atua com tanta precisão no mundo natural e que é uma produção histórica, humana.

Temporalidades: *São poucos os pesquisadores que se dedicam a estudar teoria e historiografia acerca da História das Ciências. Como historiografista desta área, o senhor já mencionou, em textos anteriormente publicados, a existência de um “problema referente à historicidade das ciências”. Como o senhor configuraria esse problema?*

Carlos Alvarez Maia: Salvo raríssimas exceções, a história das ciências constituiu-se como uma alegoria das próprias ciências historiadas. Costumo dizer que “a história das ciências foi um empreendimento de historiadores ausentes”. Ela era uma atividade desenvolvida, em geral, por cientistas e filósofos que se encontravam preocupados em desvendar a lógica pela qual uma dada teoria era produzida. Muitos problemas advieram daí e que podem ser reunidos sob uma mesma fragilidade. Faltava a essa história a captura da qualidade fundadora de toda e qualquer história: sua historicidade. Há uma historicidade constitutiva dos saberes que escapava a esses “historiadores”. Essa historicidade não permite desconhecer que ciência seja uma atividade humana, socialmente estabelecida, em confronto com um ambiente.

Com tais histórias de historiadores ausentes, foi usual considerar-se ciência como um produto das mentes de indivíduos excepcionais, fruto da racionalidade e inteligência humanas desvendando uma verdade que pertencia ao mundo natural e outros blá-blá-blás variados.

Decorre daí um folclore metafísico que traz, sub-repticiamente, vários engodos. Um é a separação ontológica entre sociedade e natureza que coloca a Ciência, grafada com maiúscula, no reino da ontologia ao lado da natureza e fora da sociedade e, claro, sem história. Tal Ciência seria um prolongamento do mundo natural, algo que emergiria da natureza e o ser humano seria um mero leitor, neutro, objetivo, que desvendaria seus segredos e suas leis. Tece-se assim o mito da objetividade, de um conhecimento objetivo como puro reflexo da verdade natural. Os problemas

³ O *Programa forte* é fruto de um programa de estudos interdisciplinares sobre a atividade científica denominado: *Science Studies Unit*, da Universidade de Edimburgo, Escócia. Tal Programa desenvolveu uma tese que procurou explicar o processo de desenvolvimento da ciência sem os parâmetros de racionalidade universais e apontar o conhecimento sociológico como o ápice deste processo.



históricos eram simplesmente problemas epistemológicos. Ficava, dessa forma, invisível a participação do ser social na elaboração desse saber – parecia que não havia necessidade da história para compreender tal saber, bastavam-lhe a cronologia e a crônica. Sem a história, a história da ciência com esse viés perseguia diversos mitos metafísicos, como a Verdade e a objetividade cognitiva do mundo exterior de uma Ciência sem sujeito.

Temporalidades: *O senhor vem desenvolvendo, há algum tempo, o conceito “agenciamento”. Como o senhor explicaria esse conceito para os nossos leitores?*

Carlos Alvarez Maia: As décadas de 1970-1980 foram bastante inovadoras para a historiografia, mas nos legaram um impasse. De um lado, havia sociólogos relativistas privilegiando as ações e decisões humanas – como o “programa forte” – e, do lado oposto, como realistas, cientistas e antigos historiadores da ciência que enalteciam as “verdades extraídas da natureza pela mente humana”. A discussão entre esses dois grupos – realistas e relativistas – era marcada pela questão “quem atua? o ser social ou o fato natural?”, “quem decide: a sociedade ou a natureza?”. *Grosso modo*, esta discussão permanece até hoje.

O que está em jogo aqui – “quem atua?, quem decide?” –, na polêmica entre realismo e relativismo, é bem resolvido no âmbito de uma teoria da prática. Na disputa entre realismo e relativismo, há vestígios de um idealismo pernicioso que precisa ser descartado. Em contrapartida, situo-me no terreno da pragmática. É na prática vivencial que quaisquer dúvidas desaparecem. Todos (nós, enquanto filósofos leigos vivendo nossas rotinas de vida) sabemos quando devemos “obedecer” às forças e ocorrências naturais e quando é possível enfrentá-las e reconstruir o mundo segundo nossa vontade. Assim age um carpinteiro, um ferreiro, um engenheiro, um cozinheiro (...). Todos esses profissionais sofrem as “ações” dos agentes materiais, as interpretam e interagem com o ambiente, retribuindo, atuando sobre o mundo. Assim, as percepções: da dureza de uma peça de madeira determina seu uso, das propriedades do metal fornece as condições de sua metalurgia, da qualidade do concreto permite a viabilidade de uma planta arquitetônica, da mistura dos temperos e a arte do cozimento propiciam a confecção de pratos comestíveis. Todos partem de percepções de algo que os afetaram. Esses profissionais devem interagir – receber e retribuir – as interferências promovidas no sujeito pelo meio material. Sujeito e objeto interagem.

Em palavras mais próximas do jargão sociológico, diríamos que tudo e todos são agentes. Isto é, há agenciamento tanto do clássico ator social quanto do meio material, ambos agenciam. A novidade aqui é considerar a agência das coisas, a agência material, e, o grande desafio, é explicar



como ocorre essa agência material sobre as pessoas. Há agência sempre que algo afetar um indivíduo. Um aroma percebido de um vegetal desconhecido da Amazônia é uma agência material de algo que poderá se desdobrar na confecção de um perfume que poderia ser nomeado “Néctar da Floresta”. Este perfume decorre de uma interação, um agenciamento, uma afecção, entre um agente material e uma pessoa.

O mesmo vale para a “lei da Inércia de Galileo”, a “invenção” da dinamite por Nobel, o traçado serpenteante de uma rodovia pelas encostas dos morros, o apetite de alguém ante uma refeição, a obediência de um motorista a uma lombada na estrada. São atividades que partem de algo que afetou o sujeito. E mais uma vez, sujeito e objeto interagem. Nada é exclusivamente uma produção mental de indivíduos isolados. A agência sempre é interativa, há no mínimo dois envolvidos em todo e qualquer agenciamento.

O foco da questão do agenciamento, sua dificuldade, é detectar aquilo que afetou o indivíduo – a agência material – e como esse indivíduo reage a esta afecção. Há que se desvendar os detalhes do processo de agenciamento.

Temporalidades: *Ultimamente, o senhor tem desenvolvido trabalhos sobre o médico polonês Ludwik Fleck (1896-1961), mais especificamente, sobre a “teoria ativo-passivo” presente na fortuna literária deste autor. Pensando no campo de estudos sobre as ciências, como a teoria “ativo-passivo” de Fleck refletiria as atuais questões do embate entre os ditos “modernos” e “pós-modernos”? Teríamos aí um consenso?*

15

Carlos Alvarez Maia: Antes de responder a essas perguntas, há necessidade de esclarecer algumas ambiguidades. Precisamos definir bem os termos “moderno” e “pós-moderno”. Há oposição entre eles ou trata-se de uma continuidade?

Deixando de lado esse aspecto que simplesmente amplia e adia nossa discussão, faço uma proposta (meio simplificadora): considero que grande parte das discussões contemporâneas sobre esse assunto coloquem em terreno oposto objetividade moderna e subjetividade pós-moderna; e assim, observo que:

- um conhecimento é dito objetivo quando reflete fielmente uma “verdade” do objeto – o sujeito seria passivo e o objeto ativo;
- e seria subjetivo ao configurar-se como algo restrito às idiossincrasias do sujeito – um sujeito ativo ante um objeto passivo.



Dessa forma, requalifico a polaridade entre “moderno” e “pós-moderno” como um debate que se alimenta de um vício, o vício da clássica ruptura metafísica entre sujeito e objeto (o moderno supostamente a favor e o pós-moderno, meio confuso e às vezes, contra).

Aqui é que entra Fleck⁴, como um trator epistemológico, tornando o terreno transitável, aplainando inconsistências variadas.

Confesso que fui seduzido por esse autor desde o início da década de 1980 quando conheci sua tradução americana.

Na “teoria do ativo-passivo”,⁵ Fleck estabelece que sujeito e objeto intercambiam seus papéis em um processo dinâmico. Com isso, Fleck desfaz a estática proposta pelo objetivismo (onde o objeto seria o foco da atividade) e do subjetivismo (onde o sujeito é o portador da ação). Atividade não é, em Fleck, uma qualidade inerente nem ao objeto nem ao sujeito, estritamente. Fleck está bem próximo daquilo que sugiro como agenciamento recíproco. Sujeito e objeto estão em contínua interação, ambos são agentes.

E mais. Em Fleck, o dueto desmonta-se com a presença de um terceiro elemento: o conhecimento adquirido. Aí é que entra a historicidade da situação: o saber já constituído historicamente. Este terceiro ingrediente impede que se considere um sujeito, em si, neutro, inerte. Todo sujeito já está integrado a um estilo de pensamento que o define como um ser histórico. E todo objeto é percebido na contraluz do saber já internalizado pelo sujeito. Não há um vácuo onde flutuariam sujeito e objeto, há um oceano histórico que os embebe.

Com esses argumentos, Fleck é um autor adequado para enfrentar nosso dilema contemporâneo entre realismo e relativismo (como querem alguns: o primeiro como característica das pretensões modernas, e o segundo, como um dissabor pós-moderno).

- No realismo dá-se destaque ao objeto ativo contraposto a um sujeito passivo, configurando o ideal de objetividade.
- No relativismo, ao inverso, a atividade é restrita ao sujeito e o objeto é inerte, nos encontramos imersos na subjetividade.

Tais categorias – realismo, relativismo – não são “bons” conceitos em Fleck. Tal como as de sujeito e objeto; todas possuem somente funções analíticas.

⁴ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Tradução de George Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

⁵ A “teoria” do ativo-passivo foi trabalhada na resenha sobre Fleck: MAIA, Carlos Alvarez. Uma chave de leitura de Fleck para a pesquisa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, out.-dez. 2011, p. 1174-1179. Ver <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-597020110004&lng=pt&nrm=iso>. Essa “teoria” também mereceu um apêndice específico no livro mencionado na questão 8.



Na pergunta anterior, mencionei “Há agência sempre que algo afetar um indivíduo”. O “afetar alguém” depende do estilo de pensamento do sujeito. “Afetar” corresponde ao terceiro elemento em Fleck. Para algo afetar alguém depende de ser reconhecido no interior das práticas discursivas desse alguém, de seu estilo de pensamento. Caso o algo mencionado esteja fora das experiências progressas ele torna-se invisível. Não interage e não é detectado como um objeto – não há agenciamento. Por isso uma ultrassonografia pode ser “lida” por um especialista e não por um leigo. A “leitura” de algo (a interação) somente ocorre em um dado estilo de pensamento que conforma um sujeito. Esta relação triádica de Fleck coroa sua “teoria” do ativo-passivo.

Antes de estabelecer um consenso entre modernos e pós-modernos, penso que Fleck desloca a questão para outro cenário. Um cenário no qual o relativismo não é tão demoníaco assim, nem o realismo é tão caricato. Neste cenário não há ringue onde sujeito e objeto digladiam-se, há somente uma torrente que os embebe, o devir histórico.

***Temporalidades:** O senhor acredita que o “agenciamento” poderia resolver o impasse entre humanos e não-humanos a que Callon e Latour chegaram?*

Carlos Alvarez Maia: Permitam-me uma digressão. O grande mérito desses autores foi o de estarem entre os primeiros a contraditarem-se ao relativismo do programa forte. Nas interpretações críticas iniciais, o programa forte era acusado de reduzir o processo cognitivo a uma negociação estrita entre os atores sociais. Faltava-lhe, diziam seus opositores, os participação dos elementos naturais – a natureza.

Num primeiro momento, Callon-Latour apresentavam um sólido argumento ao solicitarem que ambos, natureza e sociedade, deveriam ser consideradas na análise efetuada pelos estudos de ciência. Não deveria haver privilégio da sociedade em detrimento da natureza. Até aí, tudo bem. Entretanto, a proposta alternativa – eivada de idealismo – à simetria de Bloor, foi o denominado princípio de simetria generalizada. Pronto, começaram os problemas.

A simetria de Bloor foi estabelecida em resposta a uma orientação perniciosa que grassava nos estudos anteriores. Era usual a consideração, antes de Bloor, que ciência era um conhecimento objetivo que representava bem uma verdade DA natureza, logo, não havia necessidade de uma análise societária dos acertos da ciência. Suas verdades decorriam da obediência a um processo lógico inerente à própria natureza e à ciência. Mas, nos desvios e erros cometidos por cientistas, o caso era outro. A análise sociológica fazia-se necessária para identificar as causas (políticas, ideológicas, psíquicas etc.) que motivaram pesquisadores treinados – como indivíduos objetivos – dobrassem-se às suas próprias subjetividades. Era o que se denominava de “sociologia do erro”.



A proposta inovadora de Bloor foi a de sinalizar que tanto o erro quanto a verdade deveriam ser simetricamente compreendidas como objetos históricos. Foi um impacto e um sucesso essa orientação por uma simetria entre dois processos explicativos – seja em história, em sociologia ou em epistemologia.

Já a “simetria” de Callon-Latour sai do escopo da história, ou da sociologia, ou da epistemologia, e adentra em profundezas metafísicas: eles propõem simetria entre duas entidades – humanos e não-humanos. O humano equipara-se a um objeto inanimado, uma lombada...

Por quê Latour abraçou esta hipótese extravagante?

Afinal, ele poderia dizer simplesmente que solicitava a participação de ambos, humanos e não humanos, como agentes. A ideia de um agenciamento recíproco resolve todas as pendências de então, sem entrar em um imbróglio metafísico.

Por quê Latour não se contentou em apresentar o agenciamento material?

Mistério. Minha sugestão explicativa traça um enredo de luta política, de disputa mertoniana por prestígio no cenário da academia. Vamos a ela!

Com uma proposta de agenciamento, naqueles dias, seu impacto autoral seria menor.

Além desse fato, o programa forte encontrava-se, então, na ribalta intelectual. E o princípio de Callon-Latour “generalizava”, expandia, o de Bloor; a simetria latouriana ia além, ultrapassava a de Bloor. Assim, Latour tornava-se mais “forte” que o programa forte, vencida.

Penso que esta alternativa explicativa – luta por prestígio – tornou-se uma armadilha para a teoria. Essa luta, ao sabor de Merton, é um ótimo exemplo dos danos causados ao desenvolvimento satisfatório de uma teoria por injunções alheias ao solo da discussão.

Ora, seria mais simples e adequado dizer: agenciamento recíproco.

Em conclusão, vemos que o embate realismo *versus* relativismo já esgotou as suas alternativas idealistas, como a simetria latouriana. O momento historiográfico atual abre-se para a pragmática, para teorias da prática, como Pickering e Barad propõem.

Temporalidades: *Atualmente, alguns pesquisadores defendem que a História das ciências deveria ser definida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como uma grande área do conhecimento, separada da grande área “História”, e dita “interdisciplinar”. A partir de sua trajetória pessoal de formação, de pesquisa e de atuação política, como o senhor recebe essa possibilidade de cisão entre História e História das ciências perante a CAPES?*

Carlos Alvarez Maia: Penso que para o futuro da pesquisa e para o engajamento de pesquisadores em alternativas mais promissoras (como a que defendo ante a pragmática), essa



questão é menor e burocrática. Preocupo-me bastante com o fato da história das ciências ter-se constituído à revelia do pensamento histórico. Não concebo que uma atividade humana – e a ciência é uma delas – possa ser avaliada fora da história. Há historicidade em cada conceito, em cada teoria, e esta historicidade encontra-se na raiz explicativa dos saberes humanos. E isso não pode ser desconhecido por uma história do conhecimento, esteja localizada onde estiver na árvore da burocracia.

Temo que uma cisão entre as áreas disciplinares História e História das Ciências possa resgatar antigos equívocos e ofender a compreensão da historicidade da atividade científica.

Temporalidades: *No âmbito especulativo, seria possível fazer previsões para o campo de pesquisa em História das ciências no Brasil e/ou no mundo? Como o senhor imagina o futuro desta disciplina?*

Carlos Alvarez Maia: Minhas especulações são escravas de meu desejo.

Considero que para um campo profissional as atividades isoladas tenham um peso menor. Acredito que no Brasil faltem centros de produção coletiva nessa área. Este é um papel esperado para a UFMG e sua linha de história da ciência na sua pós-graduação em história. A UFMG tem tudo para, no momento, assumir a vanguarda das pesquisas universitárias nessa área. Necessitamos de um polo radiador de novos pesquisadores como outrora foi a USP.

Na América Latina o ESOCITE tem mostrado um bom desenvolvimento: Colômbia, México, Argentina e Brasil já apresentam alguma integração na área dos “estudos de ciência” – *Science Studies*. Espero que amplie essa rede e que apresente frutos mais contundentes.

Nos países ditos centrais, simplesmente desejo que as pesquisas deem mais atenção à pragmática, que essa inclinação seja mais acentuada e abarque com mais força os aspectos simbólicos dos saberes. Anseio por um tratamento afinado com a prática que demova a pretensão de mostrar saberes como representação e os aponte como fazeres simbólico-materiais. Penso que um ato simbólico é uma forma de ação que engendra um efeito material. O século XX perseguiu e não conseguiu mostrar a contento como a linguagem produz uma ação concreta. Necessitamos de uma semiologia mais próxima da antropologia e da sociologia. Penso que essa direção urge.



Temporalidades: Para finalizar a entrevista, o que o senhor nos diz sobre seu último livro publicado em 2011: *Estudios de historia, ciencias y lenguaje. Los saberes como producción discursiva. Si “todo es texto”, ¿dónde queda la ciencia?*⁶

Carlos Alvarez Maia: Este livro contempla minhas preocupações e pesquisas desenvolvidas nos últimos anos. Examinam-se alguns dos aspectos mais críticos e ainda abertos a interrogações da pesquisa sobre a compreensão contemporânea acerca do processo de produção do conhecimento científico. São aspectos que desafiam o entendimento cognitivo há longo tempo, como:

- o corte sujeito-objeto;
- a ruptura entre mental e material;
- o conflito entre relativismo e realismo; e
- o dilema sobre o que é a realidade, um conjunto de fatos ou de textos? (a realidade é dada pelos fatos percebidos diretamente ou é uma produção textual, uma construção simbólica?)

Todos esses tópicos possuem diferentes faces se são observados desde um ponto de vista idealista ou de um pragmático. Minha alternativa em favor do pragmatismo reconhece nessas questões uma rotina de produção de polaridades (sujeito-objeto, subjetivo-objetivo, relativismo-realismo, material-simbólico, texto-fato etc.) que são simplesmente expressões de um mesmo idealismo que parece ser dominado pela percepção dicotômica entre o mental e o físico, entre a ideia e a matéria.

Minha proposta, mais materialista, alinhada com a prática, prevê que as ocorrências no mundo devem-se a **PROCESSOS INTERATIVOS** entre as entidades desse mundo, concebidas como agentes – sejam elas consideradas, alternativamente, ou como simbólicas ou como materiais. Não há partes isoladas, há um todo interativo em contínuos agenciamentos recíprocos.

Assim, digo que este é um livro preocupado com a questão da agência. Agência dos indivíduos sociais e também dos agentes materiais. O livro concentra-se em explorar que o agenciamento não é uma ocorrência restrita ao registro físico mas é, também, um “fato” no registro simbólico. Uma de suas principais preocupações é identificar como uma agência material produz efeitos no espaço simbólico, da cultura e das teorias científicas.

Para a pesquisa contemporânea, é prioritário explicitar como objetos e coisas atuam sobre os humanos e a sociedade. Um aliado importante dessas mesmas preocupações é o pensamento ecológico.

⁶ MAIA, Carlos Alvarez. *Estudios de historia, ciencias y lenguaje. Los saberes como producción discursiva. Si “todo es texto”, ¿dónde queda la ciencia?* Saarbrücken, Alemanha: Editorial Académica Española, 2011.



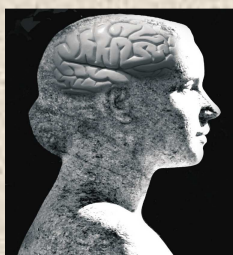
O livro é constituído pelo exame de quatro cenários historiográficos que se integram a uma mesma proposta pragmática: como as instâncias simbólica e material são focos de agenciamentos. Neste trabalho, as atividades simbólico-materiais mostram-se como fundamento e constituem a base semiológica da linguagem. Concebe-se a linguagem como uma produção etnográfica de ação material que decorre da interação recíproca entre pessoas e coisas. Tal concepção de linguagem encontra-se afinada com a etnologia de Leroi-Gourhan e distante da linguística que focaliza os atos mentais. Assim, a linguagem comparece como uma ferramenta simbólica, ativa e ao lado de tantas outras, tipicamente materiais, que propiciam uma intervenção histórica no mundo. Considera-se que uma ferramenta sempre é uma produção simultaneamente simbólica e material. Ao longo desses quatro capítulos, paulatinamente, investiga-se a relação interativa entre a prática da pesquisa e a produção de suas “representações” conceituais. A proposta culmina no último capítulo com a análise de como a agência material produz efeitos no espaço simbólico, da cultura e das teorias científicas.

Este é um livro de combate ao idealismo, em favor do pragmatismo. Sua filiação a autores é extensa e múltipla, porém, harmônica: Fleck, Wittgenstein e Bloor dialogam com Austin, Leroi-Gourhan e Barthes. Hayden White é homenageado. Chartier, Lynn Hunt, LaCapra e Falcon defendem a história. Derrida e Marx também comparecem. Na área dos *Science Studies*, Pickering e Barad são aplaudidos enquanto Latour é redimensionado.

Um último aviso sobre a edição. A editora, EAE, não realizou revisão do texto, logo, toda responsabilidade pela forma e conteúdo do livro é minha.

Ele pode ser visto na Amazon.com:

http://www.amazon.com/Estudios-historia-ciencias-lenguaje-discursiva/dp/3846574929/ref=sr_1_1?s=books&ie=UTF8&qid=1328179789&sr=1-1



| Dossiê |

Ciências, Saúde e Historiografia

Autores

Cláudio José Piotrovski Dias

Saulo Costa Val de Godoi

Leonardo Querino Barboza Freire

Iranilson Buriti de Oliveira

Allister Andrew Teixeira Gomes

Elainne Cristina Jorge Dias

Alisson Eugênio



Algumas controvérsias sobre a AIDS: discussões sobre sua etiologia e terapia (1983-1996)

Cláudio José Piotrovski Dias

Mestrando em História das Ciências e da Saúde pela FIOCRUZ
claudiojpd@msn.com

RESUMO: Neste artigo quero evidenciar algumas discussões acerca do HIV/AIDS, ocorridas ao longo das décadas de oitenta e noventa. A partir de diálogo com outros pesquisadores que analisaram controvérsias científicas, procuro destacar dois aspectos, quais sejam, como o conhecimento sobre o agente etiológico causador da AIDS foi progressivamente sendo construído; depois, os avanços e reveses na tentativa de encontrar terapias eficazes no combate ao vírus. Para tanto, lanço mão de matérias jornalísticas publicadas em três revistas de grande circulação nacional: *Veja*, *Isto É* e *Superinteressante*. Concluo afirmando que lançar luz em tais celeumas, mostra que o conhecimento científico é produzido a partir de tensões, como também ocorreu no caso do HIV/AIDS.

PALAVRAS-CHAVE: HIV/AIDS, Controvérsias científicas, Medicina.

ABSTRACT: In this article I want to highlight some discussions about HIV / AIDS, occurring throughout the eighties and nineties. From dialogue with other researchers who analyzed scientific controversies, seeking to highlight two aspects, namely, how knowledge about the etiologic agent that causes AIDS was gradually being built, then the advances and setbacks in trying to find effective therapies to combat virus. For that, I made use of journalistic material published in three magazines of national circulation: *Veja*, *Isto É* and *Superinteressante*. I conclude by stating that shed light on such uproar shows that scientific knowledge is produced from stress, as also happened in the case of HIV/AIDS.

KEYWORDS: HIV/AIDS, Scientific controversies, Medicine.

Introdução

Nos últimos anos, diversos historiadores vêm se preocupando com a forma como uma doença é delineada pela ciência e pelo saber médico. Busca-se apreender como são definidos para a sociedade perfil epidemiológico, agente etiológico, terapias eficazes, dentre outros aspectos que relacionados, formam aquilo que passa a considerar uma determinada doença. Embasados por teorias como as de Charles Rosemberg, que propôs o conceito de *frame*¹, com os pressupostos

¹ Rosemberg dividiu a teoria do *Frame* em dois conceitos: *framing disease* e *disease as frame*. O primeiro demonstra o processo de “moldura”, levado a cabo pela medicina, quando se define, a partir de discussões e de controvérsias, uma determinada sintomatologia, perfil epidemiológico, agente etiológico, terapia etc, momento no qual “surge” uma nova e específica doença aos olhos da sociedade. O outro conceito diz respeito ao momento em que a própria enfermidade “enquadra” a sociedade, trazendo a tona os modos como este se organiza em relação a pessoas que se tornam doentes, componentes religiosos buscados como forma de cura, relações entre medicina oficial e popular.



dos pesquisadores ligados ao Programa Forte de Sociologia², dentre outras, tentou-se mostrar que a doença, enquanto entidade orgânica, não é algo “natural”, a ser descoberto pelo olhar treinado e acurado do cientista, mas, ao contrário, é formulada a partir de discussões, tensões e celeumas que perpassam a comunidade científica.

Abaixo, arrolo três exemplos, como forma de demonstrar a fecundidade de tais abordagens. Primeiramente, Simone Petraglia Kropf analisou, dentre outros aspectos, como a Doença de Chagas se tornou uma entidade nosológica específica no contexto brasileiro. Estabelecendo diálogo tanto com Rosemberg como com David Bloor e Barry Barnes, criadores do Programa Forte de Sociologia, bem como com pesquisadores influenciados por eles influenciados, como Steven Shapin e Bruno Latour³, ela mostrou como a partir das observações de Carlos Chagas na cidade mineira de Lassance definiu-se uma nova endemia rural, uma doença genuinamente brasileira, ligada diretamente a pobreza do sertão brasileiro⁴. Contudo, para se tornar um fato científico reconhecido, o pesquisador brasileiro teve que travar intensa discussão com colegas argentinos. Isto porque, dentre os diversos pontos em que a controvérsia esteve estruturada, Chagas afirmou que o bócio endêmico (o conhecido papo que se forma em pessoas que sofrem da enfermidade) era um dos principais sinais que deveriam ser notados para determinar o diagnóstico⁵. A prova se daria a partir do exame de sangue de tais pessoas: inoculado em cobaias, posteriormente os chamados *Tripanossoma Cruzis* (agente etiológico) seriam encontrados em órgãos e tecidos⁶. Já médicos argentinos contestaram tal enunciado, dado que no norte deste país foram encontrados, em 1914 e 1915, pessoas com Bócio não apresentaram o T. *Cruzi*, e de maneira oposta, alguns que apresentavam o agente não possuíam papo⁷. As afirmações de Chagas, sobre este aspecto e outros que foram colocados em xeque, só

Para os objetivos deste artigo, lançamos mão somente do conceito “framing disease”, já que nos importa a construção médico-científica da AIDS. C.f ROSENBERG, C.E. Framing disease: Illness, society and history, In: ROSENBERG, C. E; GOLDEN, J. (orgs). *Framing disease*. Studies in cultural history. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977. Disponível em <http://www.history.vt.edu/Jones/priv_hist3724/Framing/FramingDisease.html>. Acesso em: 22/10/2010.

² Simone Kropf define assim o Programa Forte de Sociologia: “O ponto de partida desta nova sociologia do conhecimento científico (...) é a idéia de que, como outras formas de produção e representação simbólica, os produtos intelectuais da ciência constituem um sistema de crenças socialmente produzido e sustentado. Fruto dos acordos resultantes de um processo coletivo de negociação, no qual os atores se comportam em função dos interesses que os constituem como diferentes grupos sociais, a prática e, sobretudo, os conteúdos da ciência passaram a ser tratados como objetos legítimos para a investigação sociológica”. Conferir: KROPF, S. P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação* (1909-1962). 536 p. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006, p. 8.

³ KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação* (1909-1962), p. 8-9.

⁴ KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação* (1909-1962), p. 107-155.

⁵ KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação* (1909-1962), p. 111.

⁶ KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação* (1909-1962), p. 115-116.

⁷ KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação* (1909-1962), p. 157-158.



foram confirmadas tempos depois de sua morte, já em outro estágio científico, em que aparelhos mais sofisticados corroboraram suas teses.⁸

Por sua vez, Christiane Maria Cruz de Souza fez também extensa pesquisa sobre a epidemia de gripe espanhola que assolou a Bahia, entre os anos de 1918 e 1919. Lançando mão teoricamente de Charles Rosemberg ela evidenciou as discussões políticas em torno da doença, a tentativa de modernização da capital Salvador suscitada pela passagem da “Espanhola” na cidade, as práticas de profilaxia e de cura dispensadas à moléstia, além de outros temas. Destes pontos, o que me interessa no desenvolvimento deste artigo é o que aborda as discussões médicas acerca da epidemia. Souza demonstrou como havia divergências a respeito da natureza da doença: uns acreditavam que a moléstia era uma gripe benigna que evoluiu para um estágio mortal; outros acreditavam ser uma gripe, apesar de nunca terem entrada em contato com os sintomas que vinham sendo detectados; por fim, outros acreditavam ser uma doença diferente, a febre dos três dias, que assolava diversos países europeus⁹. Ademais, sugeriu que não existia consenso entre médicos e cientistas, fossem brasileiros ou não, se a forma de propagação se daria diretamente pelo ar ou através de um vetor, sendo considerado o responsável um mosquito. Aliás, dúvidas sobre o próprio agente etiológico foram levantadas: muitos aventaram que o novo mal era decorrente de uma bactéria, especificamente, o Bacilo de Pfeiffer; outros defenderam que se tratava, ao contrário, de um vírus filtrável, que poderia ser localizado no sangue.¹⁰

25

Por fim, um trabalho que teve um objetivo bastante próximo do que tenho neste artigo é o de Kenneth Rochel de Camargo Júnior, intitulado *AIDS e a AIDS das ciências*¹¹. Analisando artigos publicados em periódicos científicos entre os anos de 1981 e 1987¹², Camargo Júnior descreveu “o processo de construção de categorias diagnósticas pelo saber médico, tomando como exemplo sua produção mais recente neste campo, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida”¹³. Lançando mão de autores como Thomas Kuhn, Bruno Latour e Michel Foucault, o autor trabalhou com as controvérsias que surgiram para o delineamento do agente causal da AIDS, o HIV, principalmente entre os laboratórios americano e francês – algo que também

⁸ KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*, p. 362-370.

⁹ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Salvador: Edufba, 2009, p. 134-135.

¹⁰ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*, p. 134-147.

¹¹ CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. *AIDS e a AIDS das ciências*. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-60, jul/out. 1994.

¹² CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. *AIDS e a AIDS das ciências*, p. 44.

¹³ CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. *AIDS e a AIDS das ciências*, p. 35.



analisado abaixo, tendo como base as considerações de Camargo Júnior – e a tentativa, também tensa, de produção de um teste eficaz para detecção do agente etiológico¹⁴. Ele ainda escreve sobre a criação do perfil epidemiológico da AIDS, principalmente a relação entre a doença e homossexualidade¹⁵, e sugere que ao longo do período analisado, tanto os discursos sobre aqueles mais atingidos pela moléstia, como a respeito do vírus HIV, tenderam a se naturalizar, cristalizando-se assim algumas “verdades” sobre a AIDS¹⁶. São justamente estas verdades, naturalizações acerca da doença, que o autor problematiza em seu artigo.

A lista de trabalhos cujos pesquisadores pensaram controvérsias médico/científicas em torno de uma doença é extensa, como são os casos de Jaime Benchimol¹⁷ e Luiz Antônio Teixeira¹⁸, que analisaram a Febre Amarela, ou então de Liane Bertucci-Martins¹⁹ e seu trabalho, assim como Cruz de Souza, sobre gripe espanhola.

Neste artigo quero trilhar caminho semelhante aos autores apresentados acima, principalmente Camargo Júnior, uma vez que desejo evidenciar algumas discussões levadas a cabo por cientistas acerca do HIV/AIDS, ocorridas ao longo das décadas de oitenta e noventa. Concentrarei-me nas controvérsias acerca do agente etiológico, lançando o olhar para parte do período destacado por Camargo Júnior, porém me estendendo até 1996. Além disso, saliento as discussões acerca das terapias utilizadas no tratamento dispensado a soropositivos. Salvo enorme engano, não encontrei ainda trabalhos historiográficos que versem especificamente sobre as tensões na definição do agente etiológico da AIDS depois de 1987, tampouco sobre uma terapia eficaz.

O corpus documental está estruturado principalmente por matérias jornalísticas publicadas em três revistas de grande circulação no Brasil: *Veja*, *Isto É* e *Superinteressante*, embora recorra, em três momentos, a informações contidas no jornal *The New York Times*, em lei brasileira sobre distribuição gratuita de medicamentos à soropositivos, e no filme *E a vida continua...*, lançado em 1993, dirigido por Roger Spootiswoode. Mas estes oferecem informações suplementares. É a partir das três revistas brasileiras que realmente estruturo este artigo.

¹⁴ CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. *AIDS e a AIDS das ciências*, p. 45-52.

¹⁵ CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. *AIDS e a AIDS das ciências*, p. 53-54.

¹⁶ CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. *AIDS e a AIDS das ciências*, p. 52-53.

¹⁷ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos*. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz/Editora da UFRJ, 1999.

¹⁸ TEIXEIRA, Luís Antônio. Da transmissão hídrica à culicídiária: a febre amarela na sociedade de medicina de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 217-242, 2001.

¹⁹ BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria. Entre doutores e para os leigos: fragmentos do discurso médico na influenza de 1918. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 143-157, jan/abr. 2005.



Por fim, vale destacar que grande parte do texto que segue foi retirado da dissertação de mestrado que desenvolvo atualmente sobre experiência soropositiva no Brasil. Aproveito o recorte temporal nela delineado, que se estende de 1983 – primeiros casos ocorridos no Brasil - a 1996, quando foi anunciada a terapia tríplice – também conhecida como “coquetel” - um conjunto de remédios eficaz utilizado no tratamento de soropositivos. Justamente por aproveitar tal contexto creio que este trabalho tem valor ensaístico, já que não destaco possíveis controvérsias surgidas após 1996, tampouco antes de 1983.

Moldando a AIDS: agente etiológico, suas formas de propagação e sintomas

A AIDS foi primeiramente identificada nos Estados Unidos em 1981, e os primeiros casos brasileiros ocorreram em 1983. A esta altura, o quadro clínico já possuía nome: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, ou simplesmente AIDS. No filme *E a vida continua...*, baseado no livro “And the bands plays on”, do jornalista Randy Shilts, indivíduo que se envolveu profundamente nas discussões sobre a doença, como leva a crer seu livro, existe a sugestão de que foi no dia 4 de janeiro de 1983, em uma reunião realizada no *Center for Disease Control and Prevention (CDC)* de Atlanta, Estados Unidos, para a discussão sobre os problemas trazidos pela contaminação sanguínea, que foi indicado o nome e a sigla para a doença.²⁰

As primeiras matérias brasileiras indicaram os sintomas da moléstia:

Como um furacão patogênico, a AIDS se manifesta de duas formas. Em alguns casos, infunde o quadro da pneumonia *Pneumocystis carinii*, com sintomas típicos de uma forte gripe. Em seguida, ocorre um progressivo colapso do sistema imunológico, responsável pelas defesas do organismo, contra inimigos e bactérias. Na outra forma, o primeiro sinal é o inchamento dos gânglios linfáticos, seguido de manchas escuras nas pernas e nos pés – efeito conhecido como sarcoma de Kaposi, uma variedade de câncer de pele.²¹

Com a defesa imunológica enfraquecida, outras diversas infecções oportunistas poderiam atingir o paciente. São assim chamadas porque devido ao colapso do sistema imunológico daquele que contraía HIV, diversas doenças se instalavam com facilidade incomum no corpo do soropositivo, como Tuberculose, Candidíase, Toxoplasmose, Herpes, dentre outras. *Veja* fez uma lista delas. Era composta, além do Sarcoma de Kaposi e a Pneumonia Carini, por Toxoplasmose, Herpes, Citomegalovírus, Tuberculose, dentre outros.²²

²⁰ SPOTTISWOODE, Roger. *E a vida continua...* (filme-vídeo) Produzido e dirigido por Roger Spottiswoode. Estados Unidos da América, Home Box Office (HBO), Odyssey Motion Pictures, Spelling Entertainment, 1993. 1 DVD, 141 min. color. Son.

²¹ TRAGÉDIA venérea: o mal dos homossexuais americanos. *Isto é*, São Paulo, Medicina, p. 36, 6 abr. 1983.

²² NA FRONTEIRA do medo: os governos dos países atingidos pela AIDS tentam, com campanhas públicas, impedir que a moléstia avance sobre os heterossexuais. *Veja*, São Paulo, Especial, p. 60-61, 28 jan. 1987.



Os contornos da doença, portanto, começavam a ser definidos para o público. Em 1983 ainda não se sabia que era um vírus que causava a desordem, mas já existia a certeza de que o colapso do sistema imunológico era motivado pela perda dos glóbulos brancos chamados linfócitos T. Também já era certo que se propagava a partir de relações sexuais (em especial o sexo anal), por intermédio do sêmen, ou então pelo sangue (fosse por transfusões ou pelo compartilhamento de seringas).²³

Também se aventou que a transmissão não se dava necessariamente por estes meios, mas pelo simples contato humano. O casal de sexólogos William Masters e Virginia Johnson, além do médico Robert Kolodny, defensores desta teoria, afirmavam, nas palavras de *Veja*, que a AIDS “pode ser contraída através de um beijo, na mesa de um restaurante, ao se esbarrar numa pessoa a rua, num banheiro público e até através da picada de um mosquito”²⁴. Tal hipótese foi rechaçada na época. O então diretor, e médico, do programa de AIDS da *Organização Mundial de Saúde (OMS)*, Jonathan Mann os chamou de irresponsáveis. O jornal *The New York Times* sugeriu falta de rigor metodológico, além de dizer que tal teoria disseminava a paranóia e discriminação.²⁵

A transmissão por via do sexo oral também foi sugerida no início de 1989, pelos médicos Peter Spitzer e Neil Warner, de Boston. Eles pesquisaram um homem de sessenta anos, que manteve somente relações orais com uma prostituta. *Isto É* faz a ressalva de que casos deste tipo já haviam sido detectados em homossexuais, mas era a primeira vez identificada em relação entre pessoas do sexo oposto²⁶. Vale dizer que esta teoria foi mais aceita. O infectologista brasileiro Caio Rosenthal afirmou que “transmissão por vias não convencionais não é de todo impossível (...) Na teoria, essa possibilidade sempre existiu e era esperada”. Ainda uma vez, ele informou que o vírus da AIDS poderia estar em todas as secreções do corpo humano, ou seja, “além do sangue e do esperma, na secreção vaginal, na urina, nas fezes, no suor e na lágrima. Assim, todas as secreções são potencialmente transmissoras do vírus”²⁷.

A etiologia da doença foi definida entre 1983 e 1984, por franceses e americanos. Na versão francesa o novo agente viral recebeu o nome LAV, descoberto pela equipe chefiada por Luc Montagnier; nos EUA, sob o comando de Robert Gallo, batizaram-no de HTLV-III²⁸. Aliás,

²³ PÂNICO, remédio e ironia. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 120, 28 dez 1983.

²⁴ TESTES alarmantes: ao defender a teoria de que a AIDS pode ser transmitida através do beijo, o novo livro de Masters e Johnson gera um maremoto de críticas. *Veja*, São Paulo, Saúde, p. 66, 16 mar. 1988.

²⁵ TESTES alarmantes: ao defender a teoria de que a AIDS pode ser transmitida através do beijo, o novo livro de Masters e Johnson gera um maremoto de críticas, p. 67.

²⁶ NOVOS riscos. O vírus se transmite também por sexo oral. *Isto É Senhor*, São Paulo, AIDS, p. 48, 1 fev. 1989.

²⁷ NOVOS riscos. O vírus se transmite também por sexo oral, p. 48.

²⁸ A CHAVE do flagelo. *Isto É*, São Paulo, AIDS, p. 40, 2 mai. 1984.



este pesquisador já desconfiava que se tratava de um agente viral desde o início da doença²⁹. Em 1980 ele havia isolado o agente causador de uma forma de leucemia, que batizou HTLV. Com as pesquisas sobre AIDS, descobriu que o vírus tinha forma semelhante (por isso HTLV-III).³⁰

Até meados da década de oitenta os dois laboratórios travaram uma batalha judicial para definir quem tinha primazia na descoberta. Algo importante que esteve em jogo foi o monopólio sobre a patente relativa aos testes para identificação do agente etiológico, só desenvolvido após sua descoberta. Mas em 1987, após muitas controvérsias, os chefes de Estados Unidos e França na época, respectivamente, Ronald Reagan e Jacques Chirac, anunciaram a divisão dos lucros entre os dois lados da contenda, e a destinação de boa parte dos dividendos para uma fundação (que seria criada) empenhada em pesquisas científicas sobre a AIDS³¹. Além disso, pela discordância relativa a nomenclatura do vírus causador da doença – já que até 1987, cada laboratório continuava usando sua própria designação – Reagan e Chirac também afirmaram que a partir daquele momento ele ficaria conhecido como HIV – *human immunodeficiency virus* –, sigla sugerida por um comitê independente em 1986.³²

Ao longo da década de oitenta, o funcionamento do vírus foi sendo, pouco a pouco, deslindado. Em janeiro de 1985, Luc Montagnier, “com o auxílio de cinco pesquisadores que trabalham dia e noite (...) conseguiu identificar a estrutura genética do LAV”. Foram primeiramente descobertos 9193 elementos químicos, para após, o que foi mais surpreendente na época, identificar 2 genes jamais notados na família da qual fazia parte o LAV. Para a equipe francesa então, surgiram duas hipóteses, quais sejam, de que os genes destruíssem as células do sistema imunológico ou então potencializassem o efeito do agente viral³³. Em matéria retrospectiva, publicada em 1992, a revista *Superinteressante* indica de maneira bastante clara e inteligível como age o HIV

O sistema imunológico age como um verdadeiro exército diante de qualquer ameaça à segurança do corpo humano — pode ser um intruso terrorista, como um vírus, ou pode ser um agente subversivo, como uma célula cancerosa do próprio organismo. Há sempre poucos soldados de prontidão armados especificamente para cada espécie de inimigo. Mas, quando há necessidade, esses defensores se multiplicam para formar pelotões. Como em qualquer quartel, o coronel é o encarregado de recrutá-los. Essa

²⁹ A CHAVE da AIDS. Americano e francês têm explicação. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 64, 2 mai. 1984.

³⁰ A CHAVE da AIDS. Americano e francês têm explicação, p. 64.

³¹ US and France end rift on AIDS. *The New York Times*, New York (EUA), US, 1 abr. 1987. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1987/04/01/us/us-and-france-end-rift-on-aids.html?scp=23&sq=aids&st=nyt&pagewanted=all>>. Acesso em: 15/08/2011.

³² US and France end rift on AIDS. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1987/04/01/us/us-and-france-end-rift-on-aids.html?scp=23&sq=aids&st=nyt&pagewanted=all>>. Acesso em: 15/08/2011.

³³ PONTO contra a AIDS. Cientista francês vem ao Brasil falar sobre os avanços na luta contra o temido mal. *Isto É*, São Paulo, Ciência e Saúde, p. 35, 6 fev. 1985.



patente que nunca participa diretamente das batalhas, corresponde à famosa célula CD4 (que alguns insistem em chamar T-4, como é conhecida em camundongos), o maior alvo do vírus da Aids. Por não entrar em combate, a CD4 é classificada como auxiliar pelos imunologistas. Seu papel, entretanto, é fundamental em épocas de guerra. Afinal, ela libera substâncias, os fatores de crescimento, capazes de ordenar a reprodução das tropas de elite, que se dividem em dois grandes grupos. O primeiro é o das células citotóxicas, especializadas em lutas corpo a corpo. Elas encostam em um tumor, por exemplo, para impregnar-lhe substâncias que podem destruí-lo. O segundo grupo, dos linfócitos B, libera moléculas de anticorpos, comparáveis a mísseis teleguiados para destruir um micróbio nocivo. Quando a CD4 é invadida pelo HIV, porém, tanto as células citotóxicas como os linfócitos B deixam de receber a ordem para crescer — e o organismo, então, não consegue mais defender-se eficientemente contra os vírus, fungos e bactérias, responsáveis pelas doenças oportunistas, que vão provocar a morte.³⁴

O imunologista Jay Levi indicou a possibilidade, ainda no final da década de oitenta que as células CD-4 não só eram destruídas pelo HIV, como estes também lançavam mão de outras células do organismo para matá-las. Ele acreditava “que o HIV poderia mandar uma mensagem química para outros tipos de células defensoras, como as chamadas células T. Estas, então, passariam a estranhar as CD4, atacando-as como se não fossem companheiras de um mesmo organismo”³⁵. Montagnier acreditava, de maneira diferente, que o vírus HIV induzia as células CD-4 ao suicídio, ainda na corrente sanguínea.³⁶

Variações do HIV foram descobertas ao longo do tempo. Uma equipe dos Estados Unidos e novamente, Luc Montagnier, informaram, quase simultaneamente, uma variação sua, que foi batizada HTLV-4, por norte-americanos, e LAV-2, por franceses³⁷. Sua especificidade residia no ataque predominante à heterossexuais, diferente do HTLV-3, ou LAV, que tinha “preferência” por homossexuais e usuários de drogas. Soube-se disso pesquisando casos de AIDS no continente africano. Explicou *Superinteressante*:

Um estudo realizado em prostitutas africanas -- sujeitas às contaminações sexuais, já que homossexuais e viciados em drogas são raros no continente -- revelou que 10 por cento delas, na África Ocidental, tinham anticorpos que reagem tanto ao HIV como ao SIV (imunodeficiência ligada à símios), e até melhor com este último. O que sugeria haver ali uma infecção diferente da encontrada na Europa, nos Estados

³⁴ AIDS hoje. *Superinteressante*, São Paulo, Jul. 1992. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/aids-hoje-440362.shtml>>. Acesso em: 23/01/2010.

³⁵ CONFERÊNCIA Internacional de Aids: Perguntas sem resposta. *Superinteressante*, São Paulo, Ago. 1993. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/9a-conferencia-internacional-aids-perguntas-resposta-440863.shtml>>. Acesso em: 11/01/2010.

³⁶ CONFERÊNCIA Internacional de Aids: Perguntas sem resposta. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/9a-conferencia-internacional-aids-perguntas-resposta-440863.shtml>>. Acesso em: 11/01/2010.

³⁷ UMA BRIGA de vírus. Médicos da França e dos EUA anunciam ao mesmo tempo a descoberta de um segundo agente da AIDS. *Vejá*, São Paulo, Medicina, p. 68-69, 2 abr. 1986.



Unidos ou mesmo na África Central. Esse novo vírus, mais próximo ao SIV que ao HIV, foi chamado HIV-2.³⁸

Isto foi muito comemorado, pois aumentou a esperança de cura para a AIDS com a possibilidade de se sintetizar uma vacina. Ora, como mostrado acima, os retrovírus exibem capacidade de mutação extraordinária: “1000 vezes maior, por exemplo, do que o vírus da gripe”, informou *Veja*. Com duas variantes, a esperança era encontrar algo idêntico em ambos, para que uma vacina eficaz fosse desenvolvida e atingisse-os completamente.³⁹

A partir deste momento, descobertas sobre o funcionamento dos vírus começaram a ser rotineiras. Em 1988, na *IV Conferência Mundial sobre AIDS* realizada em Estocolmo, na Suécia, se noticiou que um dado inquietante foi apresentado pelo cientista dos Estados Unidos Steven Wolinsky, qual seja, a de que o vírus da doença poderia ficar *escondido* no corpo humano por três anos, antes do aparecimento dos sintomas da doença⁴⁰. Formavam-se, assim, os pacientes assintomáticos. A revista *Superinteressante* destacou com maior profundidade este aspecto:

Logo após ter tido contato com o vírus, o indivíduo permanece sem apresentar sintomas durante seis meses a um ano. Nessa fase, ainda não existem anticorpos presentes no sangue. É a chamada Fase zero - soronegativa. (...) Assim que o organismo passa a produzir anticorpos e a presença do vírus é estabelecida (soropositivo), os pacientes entram na Fase 1, que pode não apresentar sintomas, ou assemelhar-se à mononucleose, com fadiga, febre ou dor de cabeça. Esses sintomas desaparecem em poucas semanas, quando então surgem as ínguas que caracterizam Fase 2. Esta pode durar até cinco anos sem debilitar muito o paciente. Os problemas começam da Fase 3 em diante (são seis, ao todo), quando o sistema imunológico vai ficando abalado e as infecções oportunistas se instalam.⁴¹

No Brasil, o HIV-2 (ou HTLV-4/ LAV-2) foi detectado somente em 1989, e por isso se tornou o primeiro país a apresentar um padrão misto da doença (o HIV-1 atingindo homossexuais predominantemente e o HIV-2 heterossexuais). Mas, no recorte de tempo que analiso, somente uma matéria foi publicada sobre os dois vírus, já em 1994 e de maneira indireta. Isto porque tentou-se refutar a teoria de um terceiro vírus (HIV-3). Esta hipótese surgiu quando casos de imunodeficiência foram detectados, mas nem o primeiro nem o segundo vírus foram

³⁸ AIDS, um inimigo na intimidade. *Superinteressante*, São Paulo, Jan. 1989. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/aids-inimigo-intimidade-438884.shtml>>. Acesso em: 11/01/2010.

³⁹ UMA BRIGA de vírus. Médicos da França e dos EUA anunciam ao mesmo tempo a descoberta de um segundo agente da AIDS, p. 68-69. É importante dizer que dei preferência pela discussão com fontes primárias para o desenvolvimento deste artigo. Porém, para abordagem semelhante sobre as controvérsias em torno do agente etiológico da AIDS, conferir o artigo já citado de Camargo Júnior, “AIDS E AIDS das ciências” e sua tese de doutorado publicada em livro: CAMARGO JUNIOR, K. R. *A AIDS das ciências e as ciências da AIDS: o discurso médico e a construção da AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA, 1994.

⁴⁰ LUZ na síndrome: congresso mostra avanços na pesquisa da AIDS. *Veja*, São Paulo, Saúde, p. 70, 22 jun. 1988.

⁴¹ AIDS, um inimigo na intimidade. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/aids-inimigo-intimidade-438884.shtml>>. Acesso em: 11/01/2010.



encontrados. Cientistas franceses descartaram a hipótese do novo agente (ao que parece, acatada sem reservas), pois se tratava de uma queda do sistema imunológico, mas causada por um conjunto de bactérias e fungos, ou seja, não tinha origem viral. Também não podia ser considerada AIDS, uma vez que não era transmissível (uma das características marcantes da doença).⁴²

Aliás, fungos e principalmente bactérias foram considerados também agentes causadores da AIDS, mas como co-fatores relacionados aos vírus HIV. E quem afirmou isso, em 1990, foi ninguém menos que o incansável Luc Montagnier. Segundo ele, “certas bactérias podem ajudar o vírus a matar as células do sistema imunológico e, na ausência delas, o vírus se mostra bem menos devastador e mortal”.⁴³

Com o passar dos anos, surgiram vozes questionando a hipótese de que o vírus HIV causava AIDS. Diversos cientistas formaram uma entidade chamada “Grupo de Reavaliação da Hipótese HIV/AIDS”⁴⁴, devido ao aparecimento de pelo menos 5000 casos de pessoas com todos os sintomas da AIDS, mas sem apresentarem sinais de contaminação por HIV, fosse do tipo 1 ou 2.⁴⁵

O mais famoso deles foi o alemão Peter Duesberg: “Tudo o que as pessoas sabem sobre a doença está errado”, afirmava ele sem medo. E continuava: “A presença do HIV no sangue é, no máximo, um indicador de um comportamento de risco”⁴⁶. Veja destacou que para este pesquisador, as causas para a AIDS seriam propriamente comportamentais, como uso de drogas, promiscuidade e até o uso abusivo de álcool. Ainda, para ele a presença do HIV em uma pessoa não queria dizer que a mesma tivesse AIDS, pois os

micróbios são terrivelmente democráticos: eles se espalham por toda a população. Mas a Aids nos Estados Unidos está confinada, em 91% dos casos, aos homens. Outra coisa: não existe micróbio que demore dez anos para causar uma doença, como se diz que o HIV faz. No prazo de algumas semanas, ou alguns meses, ocorre uma de duas possibilidades: ou você repele ele, ou ele engole você.⁴⁷

⁴² O VÍRUS HIV 3 não existe. *Superinteressante*. Abr. 1993. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/virus-hiv-3-nao-existe-440706.shtml>>. Acesso em: 23/01/2010.

⁴³ VAMOS vencer a AIDS. O cientista francês descobridor do vírus da AIDS diz que a Ciência fechou o cerco ao inimigo e prepara agora o ataque final à moléstia. *Veja*, São Paulo, Entrevista Luc Montagnier 13, p. 5-7, jun. 1990.

⁴⁴ NOVAS faces do mal. Cientistas descobrem que o vírus HIV precisa da ajuda de bactérias e outros agentes para provocar a AIDS. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 49-50, 6 mai. 1992.

⁴⁵ O VÍRUS da discórdia. A tese de que o HIV não é a causa da AIDS gera uma controvérsia que começa a ficar séria. *Veja*, São Paulo, Saúde, p. 66-67, 26 jan. 1994.

⁴⁶ NOVAS faces do mal. Cientistas descobrem que o vírus HIV precisa da ajuda de bactérias e outros agentes para provocar a AIDS, p. 49-50.

⁴⁷ E SE o vírus for inocente? *Superinteressante*, São Paulo, Maio 1992. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/hipotese-aids-se-virus-hiv-for-inocente-440260.shtml>>. Acesso em: 23/01/2010.



Em 1994 ainda existia o conflito. Em reportagem de *Veja*, citaram-se falas de Duesberg, que continuava afirmando principalmente o uso de drogas injetáveis como o principal fator para o desencadeamento da AIDS. Na mesma reportagem, Montagnier mantinha sua posição, de que o vírus não agia sozinho, mas era o principal responsável pela AIDS.⁴⁸ De qualquer maneira, me parece que o alemão foi derrotado. Sofreu boicotes de revistas importantes,⁴⁹ além de perder verbas federais, isto já em 1992⁵⁰. Das fontes que possuo, depois de 1994 não se fala mais nesta possibilidade, e só se comenta sobre AIDS atrelada ao vírus HIV.

A produção de vacinas contra a AIDS

Desde final de 1986, e idos de 1987, surgiram inúmeras reportagens sobre a testagem de vacinas em laboratório, utilizando como cobaias animais e humanos. O objetivo principal foi imunizar as pessoas contra HIV, e não, como ocorre com os remédios, destruir o vírus ou estimular o sistema imunológico sem, contudo, eliminar o causador da síndrome. Um dos pioneiros em tal empreitada foi o cientista francês Daniel Zagury, que supostamente teria inoculado em si mesmo, num colega zairense e em dez voluntários de mesma nacionalidade uma mistura da vacina que era utilizada para imunizar contra a varíola com a capa protetora do HIV, a proteína GP-120⁵¹. Isto gerou discordâncias. Num primeiro momento, os dois cooperadores não tiveram a chancela da comunidade científica. No final de 1986, Zagury e D. Lurhuma, (o cientista do Zaire) foram acusados por falta de ética. Bradava-se que estariam prematuramente buscando lucros e colocando em risco a vida de diversas pessoas, pois além de não surtir efeito, o novo composto poderia desencadear a doença. Ademais, questionou-se o país escolhido para fazer a testagem. Luc Montaignier foi severo: “A África não pode ser transformada num campo de experiências que a gente não pode fazer em outras partes”⁵². Vale dizer que a OMS, nesta época, não havia ainda liberado o uso de vacinas contra o HIV em humanos para fins experimentais. Provavelmente por isso, Zagury negou que estava fazendo experimentos deste tipo.⁵³

33

⁴⁸ O VÍRUS da discórdia. A tese de que o HIV não é a causa da AIDS gera uma controvérsia que começa a ficar séria, p. 66-67.

⁴⁹ O VÍRUS da discórdia. A tese de que o HIV não é a causa da AIDS gera uma controvérsia que começa a ficar séria, p. 66.

⁵⁰ E SE o vírus for inocente, Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/hipotese-aids-se-virus-hiv-for-inocente-440260.shtml>>. Acesso em: 23/01/2010.

⁵¹ COBAIA DA pesquisa. Primeiro a fazer experiências em seres humanos, cientista francês testa em si mesmo vacina contra a AIDS. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 90-91, 25 mar. 1987.

⁵² DERRAPADA ética: cobaia humana em pesquisa da AIDS gera polêmica. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 83, 24 dez. 1986.

⁵³ DERRAPADA ética: cobaia humana em pesquisa da AIDS gera polêmica, p. 83.



Cientificamente, a proposta do cientista francês também foi questionada, mesmo ele afirmando que a vacina produziu anticorpos em seu corpo e que, *in vitro*, foi capaz de matar o HIV. Perguntava *Veja* se a nova esperança seria capaz de atacar o vírus durante o ato sexual, além de recorrer ao caráter mutante do HIV para afirmar que a vacina não seria profícua contra todas as suas novas formas.⁵⁴

Zagury abandonou suas tentativas por julgar que os efeitos benéficos que conseguiu eram pequenos demais para justificar testes em massa⁵⁵. Mas o tempo mostrou que, de certa maneira, ele estava na direção certa. Primeiramente porque um ano e meio após os problemas éticos que enfrentou, o primeiro organismo nacional, a *Food and Drugs Administration*, dos Estados Unidos, liberou testes de vacinas em seres humanos. Segundo, por que o composto que iria ser utilizado seguiu *pari passu* suas propostas científicas, a saber, usar o invólucro do vírus, a proteína GP-120, como forma de estimular o organismo sadio a produzir anticorpos ao HIV.⁵⁶

Mundialmente, a seleção de voluntários continuava um problema, mesmo que, em 1991, já existissem cerca de trinta grupos de pesquisadores que se debruçavam em diversas técnicas para criar uma vacina⁵⁷. Assim, *Veja* afirmava com ironia: “Aplicar vacinas em indivíduos infectados é bem mais fácil que testá-las em cobaias que não têm a doença”. A revista afirmava isso porque houve soropositivos que, na busca por uma desesperada cura, receberam doses de vacinas em alguns experimentos. Mas o objetivo era imunizar: portanto os testes deveriam acontecer em pessoas soronegativas. O problema ético residia aqui, pois

uma vacina só é considerada eficaz se proteger um indivíduo da doença; e, como os vacinados, por motivos éticos, não podem passar a agir como se fossem invulneráveis, mas devem ser advertidos para praticarem “sexo com segurança”, como saber se a vacina realmente os protegeu, ou se não desenvolveram a doença apenas devido à escolha consciente de parceiros? E já que o período de latência pode chegar a cinco anos ou mais, por quanto tempo devem os voluntários ser acompanhados, antes de se chegar a uma conclusão sobre a eficácia da vacina experimental?⁵⁸

⁵⁴ COBAIA da pesquisa: primeiro a fazer experiências em seres humanos, cientista francês testa em si mesmo vacina contra a AIDS, p. 91.

⁵⁵ APERTA o cerco: liberados os testes com vacina contra a AIDS. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 67, 26 ago. 1987.

⁵⁶ APERTA o cerco: liberados os testes com vacina contra a AIDS, p. 67.

⁵⁷ COBAIAS humanas: trinta grupos de cientistas pesquisam vacinas contra a AIDS, mas esbarram no problema ético da seleção de voluntários para os testes. *Veja*, São Paulo, Ciência, p. 52-53, 3 abr. 1991.

⁵⁸ AIDS, um inimigo na intimidade, Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/aids-inimigo-intimidade-438884.shtml>>. Acesso em: 11/01/2010.



De maneira mais clara: “(...) os cientistas teriam que recomendar as cobaias que se esqueçam de todas as recomendações sobre a prevenção da doença e se exponham deliberadamente ao vírus. Isto é eticamente inaceitável”.⁵⁹

As pesquisas continuaram. Ainda em 1991, o imunologista Geoffrey Hoffman, provavelmente embasado pela teoria de que o HIV era inocente pela AIDS, afirmava que uma vacina eficaz deveria não estimular o sistema imunológico, mas sim enfraquecê-lo, pois eram os anticorpos produzidos pelo organismo que levavam à síndrome, e não o agente viral⁶⁰. Não creio que esta teoria tenha vingado, pois é a única referência que encontrei sobre ela. De resto, vale citar que, se o próprio Peter Duesberg que advogava contra a causalidade HIV/AIDS, perdeu credibilidade no meio científico... Também tentou-se uma vacina, a GP-160 que não eliminava o vírus, mas impedia sua replicação ao atacar uma enzima situada dentro das células de defesa responsável pela separação dos vírus, que embrionariamente se encontravam “colados”. Não permitindo a separação dos embriões, o HIV morria.

De forma semelhante, em 1992 a *Genentech*, uma empresa norte-americana de biotecnologia, tentou fabricar uma vacina, desta feita a GP-120, que desestabilizasse algo no processo que permitia ao vírus invadir uma célula sadia, justamente para contornar o problema da enorme capacidade de mutação do HIV. A estratégia agiu no sentido de impedir que a GP-120 se ligasse às CD-4, o que possibilitava a infecção celular. O problema é que a própria GP-120 era mutante (relembrando, ela é o invólucro do vírus). Por isso, aventou-se a possibilidade de criar vacinas específicas, para vírus específicos. Hipótese logo descartada pelo fato de que isto não se traduziria em lucros para as empresas de biotecnologia.⁶¹

A questão ética envolvendo a produção de vacinas começou a ser problematizada na década de 90. Desde 1991, por exemplo, o Brasil havia sido escolhido como um dos países aonde era permitido fazer testes clínicos de medicamentos (incluindo vacinas) contra a AIDS⁶². Em meados da década de noventa, a impressão que se tem é que testes em humanos estavam sendo facilitados. Um exemplo disso ocorreu em 1994. Neste ano, voluntários brasileiros, tailandeses, chineses e australianos, todos soronegativos, foram reunidos para experimentar uma outra vacina, a V-108, desenvolvida pelo laboratório *United Biological*, dos Estados Unidos. O objetivo dos

59 COBAIAS humanas: trinta grupos de cientistas pesquisam vacinas contra a AIDS, mas esbarram no problema ético da seleção de voluntários para os testes, p. 52.

60 UM NOVO ataque à Aids. *Vejá*, São Paulo, Em resumo, p. 79, 11 set. 1991.

61 A GRANDE caçada. A biotecnologia avança nas pesquisas e se aproxima de uma vacina para conter a Aids. *Isto É*, São Paulo, Medicina, p. 54-55, 7 out. 1992.

62 JANELA para a vida. Voluntários brasileiros começam a testar uma vacina anti-Aids que pode barrar a entrada do vírus no organismo. *Isto É*, São Paulo, Saúde, p. 67, 3 ago. 1994.



cientistas era perceber se ocorria satisfatoriamente a produção de anticorpos ao vírus, e a incidência dos efeitos colaterais⁶³. Mas, tão logo surgiu a experiência, uma questão já foi colocada: uma vacina intramuscular (como o caso da UBI) produziria anticorpos para um agente viral que se propaga por meio de mucosas e do sangue?⁶⁴

Além disso, esta vacina, que já havia sido testada nos Estados Unidos, teria supostamente levado 1600 voluntários à infecção por HIV. A hipótese era de que, sentindo-se protegidos, os mesmos adquiriram comportamentos de risco, e se tornaram soropositivos. Mais do que isso: uma destas pessoas evoluiu para a AIDS de maneira extremamente rápida, dando sinais de que a vacina teria enfraquecido seu sistema imunológico.⁶⁵

Por isso, nos Estados Unidos os testes em larga escala foram proibidos⁶⁶. No Brasil, às vésperas do início dos testes, as opiniões divergentes surgiram: “A exposição de voluntários brasileiros a um experimento que já apresentou resultados tão controvertidos precisa ser melhor avaliado”, disse José Barbosa, cardiologista membro da *Academia Nacional de Medicina*⁶⁷. Opinião parecida teve o assessor da *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* para assuntos relacionados à AIDS, Jorge Pinto: “Será que os voluntários brasileiros estão psicologicamente preparados e serão bem orientados”⁶⁸, dizia ele, tendo réplica imediata de Lair Guerra Rodrigues, coordenadora do Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis do *Ministério da Saúde*: “Tudo vai depender do acompanhamento psicológico do voluntário (...) Garantimos que ele será muito bem assessorado”.⁶⁹

Mas em março de 1995 a V-108 começou a ser testada em voluntários brasileiros. Tanto *Isto É* como *Veja* anunciaram a produtora teatral Ana Lúcia Ricon de Freitas como a primeira dos voluntários.⁷⁰ Além dela, *Isto É* comentou sobre outros seis voluntários mineiros que haviam

⁶³ JANELA para a vida. Voluntários brasileiros começam a testar uma vacina anti-Aids que pode barrar a entrada do vírus no organismo, p. 67.

⁶⁴ JANELA para a vida. Voluntários brasileiros começam a testar uma vacina anti-Aids que pode barrar a entrada do vírus no organismo, p. 67.

⁶⁵ INJEÇÃO de desânimo. Cientistas divergem sobre realização do teste de vacina anti-Aids em cobaias humanas no Brasil. *Veja*, São Paulo, Medicina, 31, p. 83, ago. 1994.

⁶⁶ INJEÇÃO de desânimo. Cientistas divergem sobre realização do teste de vacina anti-Aids em cobaias humanas no Brasil, p. 83.

⁶⁷ INJEÇÃO de desânimo. Cientistas divergem sobre realização do teste de vacina anti-Aids em cobaias humanas no Brasil, p. 83.

⁶⁸ INJEÇÃO de desânimo. Cientistas divergem sobre realização do teste de vacina anti-Aids em cobaias humanas no Brasil, p. 83.

⁶⁹ INJEÇÃO de desânimo. Cientistas divergem sobre realização do teste de vacina anti-Aids em cobaias humanas no Brasil, p. 83.

⁷⁰ A MULHER cobaia. Produtora teatral carioca é a primeira voluntária brasileira em testes de vacina anti-AIDS. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 74-75, 22 mar. 1995.; A CORAGEM de experimentar. A carioca Ana Lúcia Ricon de Freitas é a primeira brasileira a se submeter a um teste de vacina contra o HIV. Ela passa bem e não corre risco de contrair a doença. *Isto É*, São Paulo, AIDS, p. 66-68, 22 mar. 1995.



recebido a medicação⁷¹. Aliás, tanto estes como outros que seriam vacinados, receberiam outras duas doses. Após amostras de sangue seriam recolhidas, os anticorpos produzidos separados e, em laboratório, o teste derradeiro: eles seriam colocados em confronto com o vírus HIV.

As duas reportagens, em tons muito mais otimistas que as publicadas em 1994, destacavam que o único risco que corriam os voluntários eram “febre ou vermelhidão no local da aplicação, e só”⁷², ou então, o composto potencializaria alguma infecção, uma gripe ou herpes. Mas das 1500 pessoas que serviram de cobaia nos Estados Unidos, em 1992, somente uma teria apresentado algum tipo de reação⁷³ (o que entrava em confronto com as matérias anteriores, que afirmavam que 1600 pessoas haviam se infectado nesta experiência).

Possivelmente, os experimentos com vacinas diminuíram depois de algum tempo. Por volta de 1995, o tratamento com remédios dispensado a soropositivos já era bastante eficaz, fazendo com que importantes pesquisadores, de certa forma, relegassem a segundo plano as esperanças da imunização, em detrimento de um maior controle da AIDS, como John Bartlett⁷⁴. Robert Gallo, que não descartava a possibilidade de se fabricar uma vacina eficaz, argumentava: “A vacina, quando for encontrada, será o meio mais eficaz de prevenir a doença, nada mais. No caso das pessoas já infectadas, os medicamentos são indispensáveis. Em muitos casos, já se conseguem bons resultados com remédios”⁷⁵. Cumprir verificar, então, como se chegou a tais resultados.

37

Um longo e tortuoso caminho até a terapia tríplice

O desenvolvimento de remédios para o combate ao HIV esteve presente na história da AIDS desde o começo. De maneira pragmática existiram tentativas da utilização de drogas para seu combate, fosse para barrar infecções oportunistas, impedir a replicação do vírus ou livrá-lo por completo dos organismos afetados. Digo pragmática, pois muitas destes remédios já eram conhecidos no combate a outras moléstias.

⁷¹ A EXPERIÊNCIA mineira. Seis voluntários testarão a vacina em Belo Horizonte. Rosa Lins já recebeu a dose e se queixa de enjôo. *Isto É*, São Paulo, AIDS, p. 70, 22 mar. 1995.

⁷² A MULHER cobaia. Produtora teatral carioca é a primeira voluntária brasileira em testes de vacina anti- AIDS, p. 75.

⁷³ ESPERANÇA sem risco. Os exames dos voluntários podem dar positivo. Mas isso não significa que eles estejam infectados. *Isto É*, São Paulo, AIDS, p. 69, 22 mar. 1995.

⁷⁴ UM GUERREIRO no front. John Bartlett, um dos maiores especialistas de Aids do planeta, critica algumas pesquisas e defende o uso do AZT na fase inicial da doença. *Isto É*, São Paulo, Entrevista John Bartlett, p. 3-5, 8 fev. 1995.; A AIDS sob controle. John Bartlett, destaque do Simpósio Internacional em HIV-Aids, não vê chance de cura em breve. Mas diz que o homem aprenderá a conviver com o vírus. *Isto É*, São Paulo, Entrevista, p. 5-7, 20 mar. 1996.

⁷⁵ VENCEMOS a AIDS. O cientista americano vê com cautela as novas terapias e apresenta sua estratégia para a busca da cura da doença. *Veja*, São Paulo, Entrevista Robert Gallo, p. 9-11, 18 set. 1996.



Até meados da década de oitenta, diversos remédios foram usados, como Interleukin-2⁷⁶, Interferon Alfa⁷⁷, HPA-23⁷⁸, Ciclosporina⁷⁹, Ribovirina⁸⁰, nonoxinol-9⁸¹, dentre outros. A esta altura, a tentativa era dupla: impedir a multiplicação do vírus ou estimular as células do sistema imunológico, para que conseguissem combater as infecções oportunistas. Mas os resultados eram somente paliativos. A respeito do HPA-23, Robert Redfield, do *Centro Médico Walter Reed*, nos Estados Unidos, afirmou: “A interrupção que a droga provoca na propagação do vírus é apenas temporária”. E continuava afirmando que os efeitos colaterais do mesmo eram fortíssimos, fazendo com que o paciente tivesse que abandonar a terapia após duas semanas⁸². O famoso ator Rock Hudson, falecido em decorrência da AIDS, sofreu estes problemas. Utilizou o HPA-23, teve que suspendê-lo devido ao principal efeito colateral (dificultava a coagulação sanguínea) e, por isso, o vírus passou a se multiplicar de maneira mais rápida, minando a celebridade.⁸³

A utilização de ciclosporina provocou debates no meio científico. A recuperação de um paciente a base do remédio foi anunciada com entusiasmo por uma equipe de pesquisadores franceses, o que gerou grande expectativa em milhares de pessoas que viviam com o HIV⁸⁴. Talvez por isso, foram tão criticados. O valor científico da descoberta foi colocado em xeque, pois haviam testado o medicamento somente em dois pacientes, além de não terem publicado em revista especializada antes de informar a descoberta.⁸⁵

O cenário, durante pelo menos cinco anos depois do aparecimento da AIDS, parecia desmotivador. Mas nesta época começaram os testes com a Azitotimidina (AZT). Na *II Conferência Internacional de AIDS*, realizada em Paris, em 1986, foram anunciados testes feitos com a droga, além dos ótimos resultados conseguidos com o uso da Ribovirina terem sido bastante comemorados. Alertava-se em relação ao AZT que “serão necessários muitos outros testes para

⁷⁶ DROGA resgatada: testes mostram poder do Interleukin 2. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 53, 25 jan. 1984.

⁷⁷ FINAL do atraso. Começa a fabricação em escala do interferon. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 83, 11 jun. 1986.

⁷⁸ JORNADA de esperança. Conferência Internacional sobre a AIDS discute os avanços obtidos no combate à doença. *Veja*, Medicina, São Paulo, p. 62, 2 jul. 1986.

⁷⁹ RECEITA incerta. A ciclosporina entra na luta contra a AIDS. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 75, 6 nov. 1985.

⁸⁰ Jornada da esperança. Conferência Internacional sobre a AIDS discute os avanços obtidos no combate à doença, p. 62.

⁸¹ UMA BOA defesa. Cientistas descobrem uma arma contra a AIDS. *Veja*, Medicina, São Paulo, p. 42, 20 fev. 1985.

⁸² A SOMBRA da AIDS. Com a revelação de que o ator Rock Hudson sofre da doença, aumentam ao redor do mundo o medo e as indagações sobre suas causas e riscos. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 93, 31 jul. 1985.

⁸³ O GIGANTE abatido. Depois de impor três anos de agonia a Rock Hudson, a AIDS mata sua vítima mais célebre. *Veja*, São Paulo, Especial, p. 100-102, 9 out. 1985.

⁸⁴ RECEITA incerta. A ciclosporina entra na luta contra a AIDS, p. 75.

⁸⁵ RECEITA incerta. A ciclosporina entra na luta contra a AIDS, p. 75.



se saber se ele é suficientemente eficaz. Somente depois disso será colocada no mercado para uso experimental, mas espera-se que isso venha ocorrer nos próximos meses”.⁸⁶

Em 24 de setembro de 1986 *Veja* anunciava os satisfatórios testes feitos com 240 pessoas, nos Estados Unidos. Dois grupos foram formados. Um deles recebeu o AZT, o outro, placebo. Os indivíduos que tomaram realmente a droga exibiram significativa melhora, ganhando peso além de ter seu sistema imunológico parcialmente recomposto. Mesmo assim, questionava-se o tempo que a droga faria efeito, além de saber que não eliminava o vírus e seu uso poderia desembocar em sérios efeitos colaterais.⁸⁷

De fato, quatro meses depois, a mesma Revista já se mostrava mais rigorosa em relação à Azitimidina, afirmando que ela somente era eficaz para tratar a pneumonia causada por *Pneumocystis Carinii*, ou seja, era profícua apenas contra uma infecção oportunista, ao invés de agir na destruição do HIV⁸⁸. Além disso, em março, anunciava que em estágios avançados da AIDS, o AZT não surtia efeito algum⁸⁹. Neste momento, bom que se diga, já existiam outros inúmeros medicamentos sendo testados no tratamento de portadores do HIV. Das drogas apresentadas na *IV Conferência Internacional de AIDS*, a que teve maior longevidade foi a DDC, que tinha semelhança química com o AZT, e reforçava o sistema imunológico, mas somente em estágios iniciais da síndrome.⁹⁰

A utilização do AZT como em muitos outros aspectos envolvendo a AIDS, gerou profunda discussão entre pesquisadores e médicos. Peter Duesberg (que não acatava a hipótese do HIV como agente causal para a AIDS) criticava se baseando nos efeitos colaterais: “Na dose maciça de 500 miligramas ao dia, como tem sido usado, ele provoca anemia, doenças degenerativas (associadas à destruição celular), e também reduz as defesas imunológicas, como a AIDS. Ou seja, receitar AZT é como receitar AIDS”, dizia ele.⁹¹

Mas o ataque avassalador foi feito em 1993. Na *IX Conferência Internacional de AIDS*, realizada em Berlim, foi apresentado por cientistas franceses e ingleses o chamado *Estudo*

⁸⁶ JORNADA da esperança. Conferência Internacional sobre a AIDS discute os avanços obtidos no combate à doença. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 62, 2 jul. 1986.

⁸⁷ SINAL de Alívio. AZT: um novo sucesso na rota da AIDS. *Veja*, São Paulo, Saúde, p. 115, 24 set. 1986.

⁸⁸ NA FRONTEIRA do medo. Os governos dos países atingidos pela AIDS tentam, com campanhas públicas, impedir que a moléstia avance sobre os heterossexuais, p. 58.

⁸⁹ COBAIA DA pesquisa. Primeiro a fazer experiências em seres humanos, cientista francês testa em si mesmo vacina contra a AIDS, p. 90-91.

⁹⁰ MOBILIZAÇÃO GLOBAL. A AIDS entra na agenda da reunião de cúpula de Veneza movida pelo seu poder de contaminação: 100 milhões de pessoas até o ano 1997. *Veja*, São Paulo, Internacional, p. 46-49, 10 jun. 1987.

⁹¹ E SE o vírus for inocente, Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/hipotese-aids-se-virus-hiv-for-inocente-440260.shtml>>. Acesso em: 23/01/2010.



Concorde. Basicamente, afirmava que o uso de AZT em pacientes assintomáticos era uma falácia⁹². Um dos coordenadores do estudo, Ian Weller sustentou que existiam “de fato, pessoas que são muito mais resistentes à instalação da doença do que outras. Mas isso não tem nada a ver com o uso do remédio”⁹³. E sobre o “triplicar a sobrevida”, que *Superinteressante* havia sustentado por meio do infectologista André Villela Lomar, Diretor Científico do *Hospital Emílio Ribas*, de São Paulo, afirmava-se agora de maneira pessimista que o tempo de eficácia do tratamento não passava de um ano⁹⁴. Ainda, o *Estudo Concorde* indagava se a contagem de CD-4 (células do sistema imunológico) era algo correto para se aventar a eficácia dos medicamentos e o aumento da qualidade de vida do paciente. Segundo os coordenadores, na mesma pesquisa notaram que pacientes com maior número daquelas células não apresentavam nenhum sinal de estarem melhor do que indivíduos cuja contagem era menor. “Elas só fazem volume, porque não trabalham direito”, afirmou Max Seligmann, do *Hospital Saint Louis*, de Paris.

De toda forma, parece que este problema não gerou frutos definitivos. O início da recomendação do AZT, ao que tudo indica, ficou a critério pessoais dos médicos. Em 1995, o médico norte-americano John Bartlett, questionado sobre o uso do medicamento na fase inicial da doença, em contraponto ao *Estudo Concorde*, respondeu que sua “inclinação [era] começar a administração de AZT o quanto antes, pois o paciente pode se debilitar rapidamente (...) começo cedo porque acredito que, se nós ganharmos tempo, poderemos ter mais opções terapêuticas no espaço de um ano, por exemplo”⁹⁵.

Além disso, como forma de responder ao *Estudo Concorde*, cientistas desenvolveram um novo tipo de exame para controle do paciente soropositivo. Agora, monitorava-se o paciente pela contagem do próprio vírus no sangue. Até este momento, sabia-se da situação do paciente pelo número das células CD-4⁹⁶, o que havia permitido, dentre outras coisas, a formulação da teoria que dizia não ser o HIV o causador da AIDS. Com o novo método de detecção, descobriu-se

⁹² CONFERÊNCIA Internacional de Aids: Perguntas sem resposta. *Superinteressante*, Ago. 1993. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/9a-conferencia-internacional-aids-perguntas-resposta-440863.shtml>>. Acesso em: 11/01/2010.

⁹³ CONFERÊNCIA Internacional de Aids: Perguntas sem resposta. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/9a-conferencia-internacional-aids-perguntas-resposta-440863.shtml>>. Acesso em: 11/01/2010.

⁹⁴ CONFERÊNCIA INTERNACIONAL de Aids: Perguntas sem resposta. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/9a-conferencia-internacional-aids-perguntas-resposta-440863.shtml>>. Acesso em: 11/01/2010.

⁹⁵ UM GUERREIRO no front. John Bartlett, um dos maiores especialistas de Aids do planeta, critica algumas pesquisas e defende o uso do AZT na fase inicial da doença, p. 3-5.

⁹⁶ CORAGEM de um campeão. Magic Johnson prova que, com a medicação adequada, a vida com HIV pode ser intensa. *Isto É*, São Paulo, AIDS, p. 79, 14 fev. 1996.



que, sempre que a carga do agente viral diminuía, por uso do conjunto de remédios, as doenças associadas à síndrome também abrandavam.⁹⁷

Mas é inegável que o conhecimento sobre o AZT se aperfeiçoou ao longo dos anos. Em 1990, *Isto É* informou sobre as três fases pela qual passou a recomendação do medicamento: primeiro, quando lançado, somente em pacientes em estágio avançado, devido à sua alta toxicidade. Mas o problema é que nesta fase, muitas vezes já não surtia o efeito desejado. Posteriormente, foi utilizado em pacientes quando começavam a apresentar sintomas. No terceiro momento, data da publicação da reportagem, um novo paradigma se desenhava: utilizá-lo em pacientes assintomáticos. Bastava verificar, através de exames, a existência de um montante viral maior do que a presença de anticorpos. “Hoje, de acordo com determinados indicadores da imunidade do paciente, começamos com o AZT. O remédio prolonga o período de incubação da doença. É o uso profilático do AZT”, afirmou o infectologista Caio Rosenthal⁹⁸. De mesma formação, David Uip fez elogios ao medicamento: “Os resultados são excelentes. Não há os efeitos colaterais descritos habitualmente para pacientes que começam a se medicar em estágio avançado da doença”.⁹⁹

O otimismo só aumentou quando, em 1992, o DDC foi liberado para comercialização nos Estados Unidos, junto com mais uma nova droga, o DDI. Para os pacientes, isso significava muito. Segundo *Superinteressante*, DDC, DDI e AZT, tinham o mesmo objetivo, a saber, não permitir que o vírus HIV se replicasse¹⁰⁰. Mas eles funcionavam de maneiras distintas:

Os antivirais rendem 100% durante, mais ou menos, seis meses. Depois desse tempo, é como se o HIV aprendesse a se desviar do obstáculo químico que impedia o seu avanço. Mas os três medicamentos existentes hoje em dia são barreiras diferentes — enquanto o vírus derruba uma delas, as demais continuam de pé.¹⁰¹

E seguia, citando André Villela Lomar: “Quando o AZT deixar de fazer efeito em um doente, ele passará a tomar o DDI (...) E quando, por sua vez, a eficiência deste segundo também cair, sobrá a alternativa do DDC. O tempo de sobrevivência deve triplicar”¹⁰². A esperança aumentava por saber que o número de remédios que combatia, não o HIV, mas também as infecções oportunistas crescia celeremente.

⁹⁷ ENFIM a esperança, Um novo coquetel de drogas anima cientistas a falar no fim da AIDS como doença fatal. Veja, São Paulo, Medicina, p. 92, 10 jul. 1996.

⁹⁸ DE HOMEM para homem. Em uma década de AIDS muitas crenças caíram, como o perigo da mulher na transmissão do vírus. *Isto É* Senhor, São Paulo, Sociedade, p. 29, 9 mai. 1990.

⁹⁹ DE HOMEM para homem. Em uma década de AIDS muitas crenças caíram, como o perigo da mulher na transmissão do vírus, p. 29.

¹⁰⁰ AIDS hoje. *Superinteressante*, São Paulo, Saúde, Jul. 1992. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/aids-hoje-440362.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

¹⁰¹ AIDS hoje. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/aids-hoje-440362.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

¹⁰² AIDS hoje, Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/aids-hoje-440362.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2011.



a sobrevida do aidético já não é o calvário de antes. O arsenal químico para combater as chamadas infecções oportunistas vem aumentando. Cientistas alemães e americanos sintetizaram moléculas de antibióticos, sob medida para barrar o protozoário da rara pneumonia pneumocística, que até recentemente era a causa mais freqüente de mortes entre aidéticos. Outro exemplo de vitória são as drogas contra o citomegalovírus. Quando a infecção por esse micróbio era diagnosticada, os médicos sabiam que o paciente só teria entre quatro e seis meses de vida. E, pior, iria enxergar cada vez menos, até morrer cego.¹⁰³

Em 1991, *Veja* celebrou que o Governo Federal “dava sua maior contribuição para o tratamento da Aids no país”, pois “iniciou a distribuição gratuita de 64.000 frascos do AZT – única droga disponível no mercado nacional que atenua os sintomas da AIDS”¹⁰⁴. Mas poderiam se beneficiar somente aqueles que já apresentassem sintomas da síndrome, ou seja, pacientes assintomáticos foram, excluídos do benefício¹⁰⁵. De toda a forma, como demonstra a citação, já era algo considerado excepcional.

A história da AIDS, tal como relatada pelas revistas, já não era mais a mesma. Desde o começo da década de noventa, *Isto é*, *Veja* e *Superinteressante* insistiam em afirmar que a doença estava em vias de se tornar tratável. André Lomar disse que “ela poderá ser encarada como a diabetes, que não tem cura, mas tem controle. O doente toma sistematicamente a insulina e vive bem”¹⁰⁶. É também exemplar o trecho exposto em *Veja*:

Pode-se dizer (...) que a moléstia está assumindo um perfil mais ameno. No início dos anos 80, os aidéticos eram indivíduos condenados à morte em execução sumária. Em 70% dos casos, os doentes morriam um ano depois que a síndrome era diagnosticada. Hoje, esse perfil está se invertendo. Menos de 40% dos aidéticos morrem um ano depois da manifestação dos sinais da doença. Muitos deles conseguem sobreviver por até cinco anos – graças a medicamentos que combatem as chamadas infecções oportunistas e restabelecem parte das defesas imunológicas dos pacientes. O paciente está aprendendo a conviver com a moléstia e a retomar a vida social enquanto faz o tratamento.¹⁰⁷

A busca por terapias foi potencializada nos anos seguintes. Surgiram por exemplo, Tibo – (que reforçava os linfócitos T-4, outra célula do sistema imunológico) e o Brasil apresentava sua própria droga, a SB-73¹⁰⁸. Remédios antigos, como Interleucina-2 e Interferon Gama eram usados

¹⁰³ AIDS hoje. Disponível em <<http://super.abril.com.br/saude/aids-hoje-440362.shtml>>. Acesso em: 05/04/2011.

¹⁰⁴ AZT de graça para os aidéticos. O governo começa a distribuir a droga contra a doença. *Veja*, São Paulo, Saúde, p. 44, 13 nov. 1991.

¹⁰⁵ AZT de graça para os aidéticos. O governo começa a distribuir a droga contra a doença, p. 44.

¹⁰⁶ A EXPERIÊNCIA mineira. Seis voluntários testarão a vacina em Belo Horizonte. Rosa Lins já recebeu a dose e se queixa de enjôo, p. 71.

¹⁰⁷ A NOVA face da Aids. Com um arsenal de remédios que detém o avanço do vírus, os cientistas prolongam a vida dos aidéticos e ajudam a amenizar o estigma da doença. *Veja*, São Paulo, Medicina, p. 73, 19 jun. 1991.

¹⁰⁸ A AIDS mata mais. O vírus descoberto há dez anos ameaça matar mais que qualquer outra doença até 1995. *Isto É Senhor*, São Paulo, Medicina, p. 32-33, 26 jun. 1991.



com sucesso para combater infecções oportunistas¹⁰⁹. Técnicas diferenciadas eram testadas, e mostravam sua eficácia: o *Hemocentro de São Paulo* começou a injetar sangue de soropositivos assintomáticos naqueles que já apresentavam sintomas, porque nos primeiros a produção de anticorpos ao vírus era maior: bastava aquecer o sangue que seria injetado a 56 graus centígrados para matar o HIV, e se injetava somente anticorpos, que, obviamente, aumentavam o poder das células de defesa dos pacientes em estágio avançado¹¹⁰. Anos antes, em 1992, pesquisadores descobriram que o Zovirax, em combinação com o AZT, o dobrava a eficácia do tratamento. Os responsáveis pelo estudo profetizaram: em poucos anos a AIDS seria um mal controlável.¹¹¹

O desfecho final para tornar a AIDS controlável ocorreu nos anos de 1995 e 1996, com a utilização de remédios chamados inibidores de protease, sendo o primeiro chamado Indinavir, ou MK- 639. Estes remédios eram uma grande novidade, pois, assim como AZT, DDC e DDI, não permitia a replicação do vírus; mas desta feita, agia em outro estágio, quando este já estava maduro. *Isto É* explicou duas fases de ação do agente etiológico da AIDS quando dentro das células. Trata-se de um ciclo: primeiro o HIV se duplica com a ajuda da enzima transcriptase reversa, mas neste processo perde uma membrana que o envolve. Outra enzima, a protease é a responsável por recobrir o vírus, que, assim, continua sua multiplicação. Os remédios mais antigos, como os primeiros destacados acima, agiam no primeiro estágio. Como o vírus é mutante, cedo ou tarde ele conseguia passar para a fase seguinte, o que trazia sérios problemas. Pode se dizer que quando o vírus conseguia isto, as esperanças se tornavam nulas, e o paciente faleceria rapidamente. Mas é justamente aqui que o Indinavir age, inibindo a ação da protease, e por extensão, a replicação do agente causador da AIDS.¹¹²

As pesquisas divulgadas deixavam cientistas e soropositivos eufóricos. Experimentada em 380 soropositivos brasileiros, percebeu-se que alguns eliminavam cerca de 99% do montante viral que continham no sangue. Ademais, elevava o número de células defensoras, as CD-4, em até 50, o que significava uma melhora substancial¹¹³. Mesmo assim, *Veja* alertava que “ainda é cedo para dizer que o MK-639 é uma droga eficaz ao longo do tempo. O remédio pode estar

¹⁰⁹ A EXPERIÊNCIA mineira. Seis voluntários testarão a vacina em Belo Horizonte. Rosa Lins já recebeu a dose e se queixa de enjôo, p. 71.

¹¹⁰ DEFESA FORTE. Tratamento aumenta sobrevida de soropositivos. *Isto É*, São Paulo, AIDS, p. 43, 9 ago. 1995.

¹¹¹ HIPOCRISIA que mata. Pesquisa expõe a ineficácia das campanhas contra Aids e mostra que medo da doença não muda comportamento sexual. *Veja*, São Paulo, Comportamento, p. 30-31, 8 jan. 1992.

¹¹² A PÍLULA do otimismo. Nova droga contra a doença se mostra mais eficaz do que o AZT e empolga pesquisadores. *Isto É*, São Paulo, AIDS, p. 54, 13 set. 1995.

¹¹³ A PÍLULA do otimismo. Nova droga contra a doença se mostra mais eficaz do que o AZT e empolga pesquisadores, p. 54.



passando pelo que os infectologistas chamam de ‘lua-de-mel’: um período em que o HIV ainda não criou resistência aos seus efeitos”.¹¹⁴

Enfim, no começo de 1996 surgiu a chamada terapia tríplice,¹¹⁵ a combinação de três medicamentos que barravam o avanço do vírus HIV no corpo do paciente. Anunciava *Isto É* a existência de 14 drogas e 56 combinações possíveis para barrar o avanço do HIV. Dentre os inibidores de transcriptase reversa, mostrava o AZT, DDI, DDC e os novos DT-4 e 3-TC. Já os inibidores de protease contavam com Invirase, Indinavir, Ritonavir e Viracept. Com tantas drogas a disposição, primeiro escolhiam-se três, duas do primeiro grupo e uma do outro. Geralmente a combinação era Indinavir, AZT e 3-TC¹¹⁶. E com as inúmeras combinações que poderiam ser feitas, pela primeira vez conseguiu-se vencer o HIV em sua face mais nefasta, a mutação e resistência. Como afirmou *Veja*,

(...) o HIV não consegue mais escapar do ataque químico pelo caminho atual. Ou seja, desenvolvendo resistência à droga. Em dezoito meses, o vírus fica resistente a uma única droga – ao AZT por exemplo. As chances, porém, de que ele ao mesmo tempo desenvolva resistência ao AZT, ao 3-TC e ao ritonavir são matematicamente quase nulas.¹¹⁷

“Se o vírus escolhe o caminho evolutivo de ficar resistente ao AZT, ele acaba se tornando suscetível ao ritonavir. Ele não consegue mutar duas direções ao mesmo tempo”, afirmou o médico Roy Gullick na mesma reportagem.¹¹⁸

44

Sabe-se atualmente que o advento da terapia tríplice, foi um franco sucesso. Sobre isso, o médico Francisco Inácio Bastos comenta que

O sistema imunológico que emergiu da era pós-coquetel (...) se mostrou bastante mais dinâmico e flexível do que até se supunha (...) Fato é que, livre por algum tempo, dos ataques à sua integridade empreendidos pelo HIV, o sistema imunológico se mostrou plenamente capaz de recompor sua estrutura e função, com uma redução e mesmo eliminação das doenças secundárias à sua fragilização (denominadas oportunistas).¹¹⁹

Recompondo o organismo, os indivíduos voltaram a ter uma vida social *normal* e muitas vezes tranqüila. “Pessoas que até então se debatiam brevemente contra o horizonte sombrio de uma morte anunciada, puderam retomar plenamente suas vidas, sob os mais diferentes aspectos, desde o afetivo-sexual ao profissional e social”, pois os medicamentos, continua Bastos

¹¹⁴ ATRÁS DO vírus. Droga contra a Aids tem resultado inicial animador. *Veja*, São Paulo, Saúde, p. 53, 13 set. 1995.

¹¹⁵ Também conhecida como “coquetel”.

¹¹⁶ CORAGEM de um campeão. Magic Johnson prova que, com a medicação adequada, a vida com HIV pode ser intensa. *Isto É*, São Paulo, AIDS, p. 78-79, 14 fev. 1996.

¹¹⁷ ENFIM a esperança, Um novo coquetel de drogas anima cientistas a falar no fim da AIDS como doença fatal, p. 91.

¹¹⁸ ENFIM a esperança, Um novo coquetel de drogas anima cientistas a falar no fim da AIDS como doença fatal, p. 91.

¹¹⁹ BASTOS, Francisco Inácio. *Aids na terceira década*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 63.



determinou um aumento dramático da sobrevivência dos pacientes com Aids e uma redução muito importante das doenças oportunistas, que afligiam o cotidiano desses pacientes e lhes impunham hospitalizações dolorosas e muitas vezes prolongadas. Ao livrar seu cotidiano dessas agruras, as pessoas vivendo com Aids puderam retomar suas vidas de forma plena.¹²⁰

A AIDS no Brasil se tornou controlável, até porque, no final de 1996, pela lei 9.313, sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, se indicava que, por intermédio do Sistema Único de Saúde, o paciente de AIDS receberia toda a medicação para o tratamento gratuitamente. O custo seria arcado com recursos da Seguridade Social advinda de todas as esferas da federação. A lei é um tanto vaga no que diz respeito a quem poderia receber os remédios, pois, não obstante a distribuição universal, o documento afirmava que “o Ministério da Saúde padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença”.¹²¹

Considerações finais

Neste artigo, tentei mostrar algumas celeumas científicas a respeito do HIV/AIDS. Foquei a argumentação em dois aspectos: primeiro, na busca do agente etiológico e, após a hipótese aceita de que se tratava de um vírus, os questionamentos se este realmente seria o causador nas baixas imunológicas que vinham sendo detectadas naqueles idos de década de oitenta. Após, coloquei em pauta a discussão sobre a busca por uma vacina eficaz, que preveniria ou livraria a população das investidas do vírus. Neste ponto, as questões levantadas estiveram embasadas principalmente em princípios éticos. Por fim, mostrei como ocorreu a corrida por remédios que pudessem ser utilizados para debelar o vírus, quando instalado no corpo humano.

Creio ser importante discutir tais aspectos, uma vez que mostram, como o quer Charles Rosenberg ou então o Programa Forte de Sociologia, que também o HIV/AIDS não era algo que simplesmente existia e ciência e medicina, a partir de um olhar acurado e imparcial, simplesmente os desvendou. Ao contrário. Foi um trabalho de “idas e vindas”, em que cada enunciado precisava ser provado e invariavelmente tinham sua validade questionada. A AIDS passou por um processo de *framing*, teve suas concepções negociadas, discutidas. Trabalhar estes aspectos, dentro da História das doenças e das ciências, continua mostrando que aquilo que sabemos sobre doenças e descobertas científicas, que muitas vezes nos são passados como dados

¹²⁰ BASTOS, Francisco Inácio. *Aids na terceira década*, p. 73.

¹²¹ BRASIL. Lei nº 9.313 de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS, *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 nov. 1996. Disponível em <www.senado.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 19 jan. 2010.



evidentes, foram, de maneira diametralmente oposta, lapidados e surgem somente depois de muita celeuma.

Recebido: 07/04/2011
Aprovado: 16/09/2011



Paul Ricoeur e a ciência: uma contribuição hermenêutica ao debate sobre o conhecimento científico

Saulo Costa Val de Godoi

UFMG – FAFICH

Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História

saulocvg@terra.com.br

RESUMO: O presente estudo se propõe, inicialmente, a apresentar um breve histórico do debate referente à gênese do conhecimento científico para, no momento posterior, expressar sua tese principal: a de que o modelo hermenêutico da experiência construído pelo filósofo Paul Ricoeur, vem, mesmo que além das pretensões do autor a esse respeito, oferecer uma contribuição importante para a questão da gênese do conhecimento científico e da possibilidade do conhecimento histórico. O principal foco da análise é a obra de Ricoeur *Tempo e Narrativa*, tomos I e III, embora outros momentos do percurso filosófico do autor nos prestem auxílio no itinerário que pretendemos seguir.

PALAVRAS-CHAVE: Ricoeur, Hermenêutica, Ciência.

Abstract: This study aims, initially, to present a brief history of the debate regarding the genesis of scientific knowledge to, later, express its main thesis: that the hermeneutic model of the experience built by the philosopher Paul Ricoeur, even beyond the author's claims in this regard, provides an important contribution to the question of the genesis of scientific knowledge and the possibility of historical knowledge. The main analysis in Ricoeur's work is focused in *Time and Narrative*, volumes I and III, although other moments in the author's philosophical path provides support on the journey we meant to follow.

KEYWORDS: Ricoeur, Hermeneutic, Science.

O problema epistemológico referente à gênese do conhecimento científico se estende em uma antiga e longa querela, com vários episódios célebres. Temos, oriunda desse longo percurso, uma série de dicotomias criadas na literatura da ciência, tais como os debates interno-externo, natureza-cultura, objetividade-subjetividade, natural-social¹, cientificismo-historicismo. A natureza da questão se encontra na tentativa, por parte das chamadas *Soft Sciences*, de compreender, segundo seus termos, o fundamento e a origem da produção científica, tanto de suas próprias disciplinas como também das *Hard Sciences*. O que está em jogo, nesse debate, é a

¹ MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica? In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 9º, 2008, São Paulo. São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH/SP, 2008, p. 2.



famigerada relação sujeito-objeto ou, em outros termos, a relação ciência-natureza. Como nos diz o autor Mauro Lúcio Leitão Condé a respeito dessa trajetória:

Com efeito, de finais do século XIX e ao longo do século XX, a historiografia da ciência baseou-se em diferentes pressuposições epistemológicas que variaram de um positivismo ingênuo – que afirmava ser o papel da história apenas descrever um fato – a um socioconstrutivismo radical – no qual o fato seria, sob muitos aspectos, algo secundário.²

O presente estudo se propõe, inicialmente, a apresentar um breve histórico desse debate para, no momento posterior, expressar sua tese principal: a de que o modelo hermenêutico da experiência construído pelo filósofo Paul Ricoeur, vem, mesmo que além das pretensões do autor a esse respeito, oferecer um rebento frutífero para a questão da gênese do conhecimento científico e da possibilidade do conhecimento histórico.

Já desde Karl Mainheim – sociólogo de origem húngara que inaugurou a sociologia do conhecimento no século XX – paira, sobre ele, a acusação de que o relativismo sócio-histórico, que compreende o conhecimento científico em termos sociais, seja incapaz de tratar da produção efetiva e concreta da ciência³. A tentativa ousada do autor, ao considerar não apenas o caráter social do conhecimento, mas postulando-o também como portador de historicidade, não ficou sem resposta. Em contraposição, teóricos das *Hard Sciences*, a exemplo dos neopositivistas do Círculo de Viena⁴, insistiam na objetividade de seu conhecimento e na relação direta, ou pelo menos intermediada por instrumentos próprios, do sujeito com o objeto ou, colocado de outra forma, do observador com os fenômenos da natureza. O conflito entre essas duas posições divergentes já se colocava com visibilidade desde a década de 1920.

Após a empreitada de Mainheim, a retomada do relativismo de maior impacto⁵ se deu, por assim dizer, em 1962, com o primeiro ensaio de Thomas S. Kuhn – em um enfoque mais historizador – e foi encabeçada, posteriormente e em grande parte, por um “programa forte de sociologia do conhecimento”, de David Bloor e S. B. Barnes, que se consolidou como um novo e radical relativismo⁶. A partir dele, são inauguradas as bases de uma nova sociologia do conhecimento, a exemplo da SSK (Sociology of Scientific Knowledge) e da SSS (Social Studies of Science). O “fato” e o “real” foram veementemente colocados entre aspas nessa perspectiva, tornando a objetividade um acordo entre agentes sociais, despindo-a dos adornos de um suposto

² CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org). *Ciência e Cultura na História*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2006, p. 10.

³ MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?, p. 2.

⁴ MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?, p. 2.

⁵ Falamos “maior impacto” porque, entre Manheim e Kuhn, estão situadas uma série de propostas externalistas, elaboradas por diversos sociólogos, com maior destaque para o norte americano Robert K. Merton.

⁶ BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.



realismo radical, no qual o mundo concreto e a verdade científica estão situadas fora do sujeito. A historicidade do conhecimento científico também tornou a ser evidenciada nessa perspectiva, questão que gerou uma nova negação por parte dos críticos do relativismo. A historização e a sociologia do conhecimento científico, inaceitáveis para um positivismo resistente – presente na epistemologia e na prática das *Hard Sciences* – foram novamente rejeitados.

O debate ganhou um novo elemento com a chegada dos anos 1970. O elemento em questão foi denominado por *linguistic turn*, que considerou a linguagem como a matriz constitutiva da realidade social. A sociedade se constrói, nessa concepção, a partir do discurso e de seus agentes discursivos, e tal perspectiva vem endossar o relativismo radical. O pressuposto, tomado inocentemente, de que a palavra oferece um acesso direto ao “real”, foi atacado. A linguagem perde a ligação forte com o mundo concreto, deixando desaparecer seu referente e passando a ser concebida como portadora de significados incertos e polissêmicos. A noção de realidade como puramente linguística e social lança um questionamento contundente ao realismo científico, que começa a ser considerado com suspeita e ceticismo. O mundo torna-se, nessa visão, essencialmente texto e, em uma perspectiva mais radical, a separação entre ficção e realidade é demolida. Tem início aí o desabamento da trilogia significado-significante-referente.⁷

Desse modo, a virada linguística ofereceu um embaraço aos defensores de um empirismo inocente e irreflexivo embora tenha, por outro lado, aguçado o problema do relativismo, agora de caráter linguístico. “Tudo é linguagem”; “vivemos em um mundo de textos e símbolos, somente”, nos diz essa concepção epistemológica.

É nesse contexto que surge, no debate historiográfico, o emblemático Hayden White e sua obra *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. White, no capítulo O Texto Histórico como Artefato Literário, rompeu em definitivo com a barreira que separava a História, com sua pretensão à verdade, da literatura, com sua pretensão ficcional. Assim se resume sua tese principal:

(...) de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestadamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.⁸

A distância entre as narrativas histórica e ficcional é contundentemente abalada por White. Sua crítica, em última consequência, questiona a possibilidade do próprio conhecimento histórico, trancando a epistemologia da História em uma jaula de linguagem da qual não se

⁷ MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?, p. 5.

⁸ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 98.



conhece a saída. Nesses termos, a disciplina perde seu referente no real, no mundo concreto. A História perde, nesse arcabouço teórico, o estatuto de conhecimento que versa sobre os fatos ocorridos, dado que a relação entre a experiência vivida e a narração, em Hayden White, foi rompida, tal como a relação natureza e ciência fora igualmente abalada durante todo o contexto da virada linguística.

Muitos autores tentaram recolocar a objetividade do conhecimento científico e histórico em melhores termos, após os imbróglis trazidos pelo relativismo linguístico. É nesse momento que convocamos ao debate o filósofo Paul Ricoeur, para tratar de um momento relevante de sua trajetória filosófica: a obra *Tempo e Narrativa*. A tentativa central de Ricoeur, nesse livro, é traçar uma relação dialética entre a temporalidade – tomada como a condição ontológica da vida humana – e a narrativa. A base da articulação está na relação, construída pelo autor, entre “a análise agostiniana do tempo nas *Confissões* e a análise aristotélica na *Poética*”⁹. Como veremos, o resultado dessa elaboração, que relacionou o *ser-no-tempo* e a narração, não apenas oferecerá uma resposta para as aporias do tempo como, além disso, servirá – para além do intuito do próprio Ricoeur – como um argumento importante no quadro que apresentamos até aqui, a saber, a viabilidade de uma concepção do conhecimento científico e histórico que não caia em um empirismo inocente nem em um relativismo improdutivo.

50

Inicialmente, Ricoeur justifica sua empreitada. O autor assim abre o terceiro capítulo de sua obra, no qual pretende elaborar a relação até então apresentada entre o tempo e a narrativa:

É chegado o momento de ligar os dois estudos independentes que precedem e de por à prova minha hipótese de base, a saber, que existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras, que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.¹⁰

A existência temporal, em Ricoeur, é um estado de angústia, no qual se vive dispersa e caoticamente entre inúmeros eventos da experiência. A temporalidade, em sua conjuntura, é uma condição fragmentada, que se estende no passado, presente e futuro, mergulhada em múltiplos episódios vazios de significado intrínseco. A vivência no tempo é, em outras palavras, paradoxal e

⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 85.

¹⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 85.



carece de uma articulação para que ganhe sentido. O ser-no-tempo é, portanto, em sua conjuntura geral, um estado de dissonância.¹¹

A partir daí, a narração ganha sua maior relevância: ela é uma unidade de linguagem capaz de organizar, de dar ordem, de conferir sentido, de reunir e de oferecer consonância à experiência vivida. Ela, embora não seja capaz de dissolver o paradoxo temporal, pode oferecer auxílio à sua compreensão. A operação com a qual a narrativa confere conformidade à temporalidade é chamada de “por-em-intriga” pelo autor. A vivência no tempo, na medida em que é transformada em narração, tem seus inúmeros eventos selecionados e encadeados em uma linha de sucessão. Essa configuração de eventos isolados e anteriormente dispersos no tempo constrói, por sua vez, um significado, uma tessitura que conecta experiências dispersas e as organiza.

Desse modo é possível dizer que a narração torna o mundo da experiência inteligível e compreensível. De outro modo, não seria possível um entendimento do mundo vivido.

A partir desse momento, após argumentar que a temporalidade não apenas pede, como também necessita ser narrada – do contrário o paradoxo da experiência temporal seria demasiadamente insuportável e carente de significado –, Ricoeur pretende estabelecer a ligação entre tempo e narrativa, por meio de uma *hermenêutica da experiência*. Esse modelo tem o objetivo de agir como um mediador entre o mundo da experiência prática, a narração e sua recepção¹². O grande intuito é o de estabelecer uma mediação possível entre o tempo – fugidio e efêmero – e a narrativa – que pode operar a fixação temporal.

Seu modelo hermenêutico possui três etapas distintas: Mimese 1; Mimese 2; Mimese 3¹³. Em resumo, temos que em M1, que é o mundo da práxis, da experiência vivida, da ação e da temporalidade, há também a condição de pré-figuração textual, da qual trataremos a seguir. Em M2 se dá a configuração textual de fato, ou seja, a narração organiza, conforma e transforma a experiência vivida de M1 em texto. Em M3 se dá o momento da receptividade do texto ou, no aspecto individual, o momento da leitura, no qual o autor não mais se manifesta, mas o leitor se apropria do que leu, interpreta, agindo como co-autor do texto. Nesse estágio, a recepção do texto representa um ganho de sentido para o leitor e, portanto, em M3 se configura uma nova

¹¹ Ricoeur não toma essa consideração inocentemente. Ele não postula que a vivência temporal seja, em sua totalidade, dissonante, em contra-posição à narração, que seria plenamente consonante. O autor faz considerações detalhadas sobre esse tema na p. 112 de *Tempo e Narrativa* – Tomo I. No presente estudo, porém, tal problemática não se constitui como foco principal e, portanto, não será explorada.

¹² RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 87.

¹³ O termo “mimese”, ou “mimesis”, provém da teoria aristotélica sobre o fazer poético, a saber, que a configuração da poesia objetiva criar uma imitação – ou representação – da ação por meio da linguagem métrica.



M1. Como se trata de uma tese hermenêutica, portanto portadora de um caráter circular – porém não tautológico, dado que o ganho de sentido garante uma progressão e não um retorno ao mesmo ponto – concebemos então o modelo ricoeuriano como uma “espiral” hermenêutica. O autor José Carlos Reis considera a proposta hermenêutica em questão como dotada de um movimento “circular-espiral” que, em suas palavras, “nunca se resolve em uma síntese absoluta”¹⁴. O próprio Ricoeur assim comenta sobre a circularidade de sua proposta, logo nas primeiras páginas de *Tempo e Narrativa*:

É inegável que a tese apresenta um caráter circular. É, afinal, o caso de qualquer asserção hermenêutica. (...) Vamos nos esforçar, no capítulo 3, em demonstrar que o círculo entre narratividade e temporalidade não é um círculo vicioso, mas um círculo saudável, cujas duas metades se reforçam mutuamente.¹⁵

A interpretação e apropriação do sentido do texto, nos diz Ricoeur, gera uma nova prática e uma alteração no mundo vivido. Não somos os mesmos antes e após uma leitura significativa. Este resumo, contudo, não é suficiente para que se possa notar tanto o alcance como também as implicações dessa espiral e nos funciona apenas como uma apresentação anterior a uma análise mais cuidadosa.

Em mimese 1 se dá o ponto de partida da espiral e do projeto de Ricoeur. Esse é, como definimos, o estágio da pré-figuração textual. Essa definição se apóia em uma anterior, a saber, a de que a vivência temporal está ancorada em uma pré-compreensão do mundo¹⁶. A noção pré-figurativa é análoga à noção de cultura para os historiadores atuais. A cultura, entendida como uma chave de interpretação e apreensão do mundo, forma e constrói a noção de “real”. O que se diz, portanto, é que o mundo vivido – composto por símbolos, práxis e experiência – depende de uma compreensão compartilhada entre seus agentes para que ocorra comunicação, entendimento. Aqueles que não dispõem da mesma cultura – ou não compartilham minimamente símbolos comuns – não se compreendem. A pré-figuração textual, por sua vez, significa admitir que esse M1 é, todo ele, intermediado por símbolos e linguagem. Ou seja, por convenções, que carregam uma carga semântica compartilhada por membros da mesma cultura. A ação e a experiência, portanto, são vividas e realizadas por meio do significado simbólico atribuído a elas. Os agentes da ação atribuem significados ao seu agir e, por essa mesma razão, agem. Desse modo, a ação e a experiência estão, já desde sua gênese, em estado “pré-narrativo”, por assim dizer.

¹⁴ REIS, José Carlos. Teoria e história da “ciência histórica”: tempo e narrativa em Paul Ricoeur. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005, p. 99.

¹⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 15-16.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 101.



É necessário, nesse momento, entender como o autor concebe a tarefa da hermenêutica para tornar claros os pressupostos do modelo da experiência. Isso também tornará mais claro o significado da mimese 1. Ele assim define a hermenêutica:

Admito que o sentido primeiro da palavra “hermenêutica” diga respeito às regras requeridas pela interpretação dos documentos escritos da nossa cultura. Ao adotar esse ponto de partida, permaneço fiel ao conceito de *Auslegung*, tal como foi estabelecido por Wilhelm Dilthey; (...) [a hermenêutica] cobre apenas uma categoria limitada de signos, os que são fixados pela escrita, nela compreendidas todas as espécies de documentos e de monumentos que comportam uma fixação comparável à escrita.¹⁷

Temos, a partir daí, um problema. Se em M1 se dá o ponto de partida da espiral de Ricoeur considera como tarefa da hermenêutica a interpretação dos documentos escritos, não teríamos nós caído no mesmo relativismo linguístico de White e de toda a virada linguística? Estaria a M1 presa na mesma tautologia linguística que compreende um mundo construído somente por linguagem e no qual não se dispõe de uma ligação com o “real”?

Esse questionamento poderia colocar em xeque, desde o início, a espiral hermenêutica e toda sua validade. No entanto, em um momento posterior ao de *Tempo e Narrativa*, Ricoeur, na obra *Do texto à ação, ensaios de hermenêutica II*, propõe que o ser-no-mundo não seja constituído apenas pela linguagem escrita, como também pela *ação significativa*. Tal ação compreende atos, criações, monumentos e rituais que imprimem ou inscrevem sua marca no tempo. Ele assim explica sua proposta:

Como se disse de uma forma metafórica, certas ações são acontecimentos que imprimem sua marca no tempo. Mas em que é que elas imprimiram a sua marca? Não será em alguma coisa de espacial que o discurso se inscreve? Como é que um acontecimento poderia imprimir-se numa coisa temporal? Mas o tempo social não é apenas alguma coisa que foge; é também o elo de efeitos duradouros, de configurações persistentes. Uma ação deixa um “rastros”, põe a sua “marca”, quando contribui para a emergência de tais configurações, que se tornam *documentos* da ação humana.

(...) Não se poderia dizer que a história constitui por si mesma o dossier da ação humana? A história é esta quasi-“coisa” em que a ação humana deixa um “rastros”, põe a sua “marca”. Daí a possibilidade dos “arquivos”. Precedendo os arquivos intencionalmente postos por escrito pelos memorialistas, há o processo contínuo de “registro” da ação humana que é a própria história enquanto soma das “marcas”, cujo destino escapa ao controle dos autores individuais. A história, a partir daí, pode aparecer como uma entidade autônoma, como um jogo entre actores que não conhecem a intriga. (...) Graças a esta sedimentação no tempo social, as ações humanas tornam-se “instituições”, no sentido de que a sua significação já não coincide com as intenções de seus agentes.¹⁸

¹⁷ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto: RÉ S Editora, 1976, p. 185.

¹⁸ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*, p. 195-196.



Nesse momento, Ricoeur se afastou da virada linguística, ao considerar a ação e texto como passíveis da mesma chave de leitura e interpretação. Ele reforça essa tese, ao postular que se “(...), com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada”.¹⁹

Desse modo, nossa M1 é constituída, sem dúvida, pelo mundo da linguagem. Contudo, a linguagem e o texto, aqui, são entendidos não apenas como a escrita, mas também como as ações que se inscrevem no tempo e deixam seus rastros. O mundo da pré-figuração textual é, portanto, composto pela ação, pelo mundo prático e pelo vivido. Por essa razão dissemos, desde o início, ser M1 um estágio que compreende, em si mesmo, tanto o mundo simbólico como o mundo da práxis e da ação. As ações significativas e toda a vivência temporal, por sua vez, ascendem ao próximo estágio da espiral hermenêutica, a M2.

Em mimese 2, temos o texto em si. O rebento da experiência vivida que é organizada, configurada e transformada pelo texto. Os eventos de M1 são selecionados e organizados em uma intriga narrativa ou, em melhores termos, em um enredo. A tessitura dessa intriga atua, para Ricoeur, como mediadora da relação entre o vivido, em M1, e a recepção dessa experiência, em M3 – que configurará uma nova M1. A mediação também se dá entre os fatos ocorridos e uma história que versa sobre eles. Nas palavras do autor:

Colocando mimese II entre um estágio anterior e um estágio ulterior da mimese, não busco apenas localizá-la e enquadrá-la. Quero compreender melhor sua função de mediação entre o montante e a jusante da configuração. Mimese II só tem uma posição intermediária porque tem uma função de mediação. (...) A intriga (...) faz mediação entre acontecimentos ou incidentes individuais e uma história considerada como um todo. Quanto a isso, pode-se dizer equivalentemente que ela extrai uma história sensata de – uma pluralidade de acontecimentos ou de incidentes (os *pragmata* de Aristóteles); ou que transforma os acontecimentos ou incidentes em – uma história. As duas relações recíprocáveis expressas pelo *de* e pelo *em* caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e a história narrada. Em consequência, um acontecimento deve ser mais que uma ocorrência singular. Ele recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga. Uma história, por outro lado, deve ser mais que uma enumeração de eventos numa ordem serial, que deve organiza-los numa totalidade inteligível, de tal sorte que se possa sempre indagar qual é o “tema” da história. Em resumo, a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração.²⁰

A composição da intriga consiste, portanto, na junção de fatores e acontecimentos que são heterogêneos e não estão co-relacionados. Trata-se de uma síntese do heterogêneo²¹. Essa relação é criada a partir da linha narrativa, que atua como uma ligação entre eles. Nesse momento,

¹⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 91.

²⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 102-103.

²¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 106.



novamente, nota-se a distância entre o argumento de Ricoeur e o de Hayden White. Para White, a seleção de eventos que compõem um texto histórico é uma operação meramente imaginativa²², próxima ou irmã à da literatura de ficção. Em Ricoeur, essa configuração dos eventos se dá também composta pela imaginação mas, sobretudo, *a partir* da experiência e do mundo prático, tanto em relação à História como em relação à Literatura. A narração, qualquer que seja o pacto pretendido por ela, tem suas origens no mundo vivido e se remete a ele, por mais fantasiosa e ficcional que possa parecer inicialmente. A relação de M2 com M1 é, portanto, a de conferir inteligibilidade à vivência temporal. Contudo, a inteligibilidade pretendida ainda necessita de mais um estágio para se concluir: M3.

Em mimese 3 ocorre a recepção da narrativa de M2 por parte de um leitor ou ouvinte. Nas palavras de Ricoeur, “a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em mimese III”²³. A recepção da produção de M2 não é, contudo, integral e idealizada. Com efeito, a realização do sentido, pretendida em M2, só se efetuará em M3, concluído o ato de leitura. O que se quer dizer, em outros termos, é que a experiência vivida e organizada em texto só ganhará sentido em seu leitor e receptor. Desse modo, a tessitura da intriga é, de certa forma, também realizada em M3, na medida em que o ato de leitura e de interpretação é, por si mesmo, um ato de apropriação e de seleção. O ouvinte ou leitor, nas palavras de Ricoeur, recebem a narração de acordo com “sua própria capacidade de acolhimento”²⁴, o que, portanto, significa que o leitor recebe o sentido do texto segundo seu olhar particular, mediado pelo seu contexto histórico, sua sociedade e, afinal, sua cultura. O leitor atua, portanto, como um co-autor do texto, atribuindo à produção de M2 significados e relevâncias singulares. A após a leitura e sua significação, a espiral continua e, a partir daí, configura-se uma nova mimese 1, diferente da inicial. Isso significa que uma leitura significativa representa um ganho de sentido e uma mudança no leitor que, a partir dela, viverá sua temporalidade em novos termos, realizando novas ações. Além disso, a capacidade da leitura em transformar e provocar novas práticas, experiências e ações é a base do argumento que sustenta a idéia de que o modelo hermenêutico de Ricoeur não é tautológico e sim progressivo.

Se não estamos, de fato, diante de uma tautologia, é possível indagar, em seguida, qual seria a direção ou, ainda, a linha de chegada dessa operação hermenêutica. Ricoeur, em *Tempo e Narrativa: tomo 3*, responde a essa questão nos seguintes termos:

²² WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, p. 100.

²³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo I*, p. 110.

²⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo I*, p. 119.



Hegel à parte, podemos ainda pretender pensar a história e o tempo da história? A resposta seria negativa se a idéia de uma “mediação total” esgotasse o campo do *pensar*. Permanece uma outra via, a da *mediação* aberta, inacabada, *imperfeita*, a saber, uma trama de perspectivas cruzadas entre a expectativa do futuro, a recepção do passado, a vivência do presente, sem *Aufhebung*, numa totalidade em que a razão da história e sua efetividade coincidam.²⁵

O que está em jogo, nesse ponto, é a problemática noção de “síntese total” da consciência que se encontra, por exemplo, em Hegel. Se esse fosse o corolário da proposta de Ricoeur, então seria preciso admitir que bastaria uma narrativa, em relação a uma dada M1, para se obter um ganho objetivo e pleno de sentido, não havendo necessidade, portanto, de se narrar e re-narrar a mesma experiência. A implicação disso, para o conhecimento histórico, seria nefasto: resultaria em dizer que, tal qual no sistema judiciário, historiadores esgotariam plenamente seus objetos de estudo, após a confecção de uma narrativa histórica sobre eles e, desse modo, “bateriam o martelo” sobre a questão, não existindo espaço para questionamentos e análises posteriores.

Ricoeur, portanto, se afasta da noção hegeliana de totalização do sentido. Ele nos fala em uma via longa da consciência, em mediações abertas, imperfeitas e inacabadas. Isso significa afirmar que as possibilidades de configuração narrativa sobre uma mesma experiência são múltiplas, abertas e não definitivas. Uma M1 pode, portanto, gerar múltiplas M2, a exemplo dos temas recorrentes nos estudos históricos que, mesmo já considerados clássicos, não deixam de suscitar constantes revisões e novos estudos. Isso confere à proposta o caráter “circular-espiral”, citado por José Carlos Reis e também adotado nesse estudo.

Concluído o itinerário da espiral hermenêutica de Ricoeur, a qual, desde o início, pretendíamos atravessar, cabe a questão: qual é a relação possível entre ele e a questão da gênese do conhecimento histórico e científico? Como o empreendimento ricoeuriano de estabelecer uma mediação entre a temporalidade e a narratividade pode servir à questão inicial aqui proposta?

A resposta torna-se mais clara quando retornamos à noção de narrativa de Paul Ricoeur e meditamos sobre ela. Nos diz o autor que “(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”²⁶. Se a narração foi definida, por Ricoeur, como uma atividade que pretende sintetizar e organizar a práxis e a experiência vivida, não seria

²⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 359.

²⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 15.



possível pensar que não somente a História e a Literatura, mas todas as ciências, a seu modo, seriam, essencialmente, narrativas sobre o mundo?

A contribuição de Ricoeur para o debate historiográfico é inegável: ele reafirmou a importância e o caráter narrativo da produção histórica, com isso se afastando dos *Annales* e sua “história-problema e estrutural”²⁷ e também evitando o relativismo da virada linguística.

Contudo, a sua contribuição para a questão aqui proposta depende de uma avaliação mais cuidadosa. Seria preciso considerar a espiral hermenêutica de Ricoeur – M1; M2; M3 – para a produção científica. Quais seriam as implicações dessa tentativa?

De início, seria preciso admitir que a observação dita empírica, a coleta de dados, o experimento em laboratório – ou fora dele – sejam, todos, fenômenos de M1. Essa primeira noção já poderia trazer problemas, considerando que definimos M1 como uma condição ontológica temporal, mediada pela linguagem, pelos símbolos, pela cultura. Ao mesmo tempo, também dissemos, em M1 está a práxis, a experiência vivida e a ação. Dessa forma, consideramos que a observação dos fenômenos, em M1, se dá, inevitavelmente, por meio de um processo interpretativo, o qual, por sua vez, está condicionado à conjuntura histórica, social e cultural. A ciência, em variados contextos históricos, fez observações diferentes em relação aos mesmos objetos, e também produziu diferentes aparatos para mediar essa observação.

Isso é por nós admitido porque a efetiva produção científica, realizada por meio de relatórios, artigos e livros, é um processo que se localiza em M2. Para fazermos tal asserção seria preciso flexibilizar ou lançar um novo olhar ao conceito de narrativa aqui proposto. Poderíamos considerar um relatório de um experimento científico como narração? Não seria essa, por outro lado, a essência de um relatório? A concatenação de eventos de um experimento, que foram observados e registrados, em uma configuração – ou nos termos de Ricoeur – uma intriga narrativa? Os eventos advindos da observação não seriam selecionados por sua relevância e organizados pelo relator, que produz um texto que pretende sintetizar o fenômeno observado?

O autor Júlio César Vitorino nos traz uma contribuição a esse respeito, ao escrever:

O texto técnico-científico, em geral, submete-se a regras análogas às estabelecidas para o texto literário, contudo algumas características peculiares lhe são atribuídas, entre as quais se coloca uma certa exigência de clareza, objetividade e concisão. Tais requisitos, contudo, além de nem sempre atuarem efetivamente na elaboração do texto escrito, muitas vezes são perturbados por fatores de toda ordem ao longo da história da sua recepção, de modo que o que hoje pode parecer claro em outro momento pode deixar de sê-lo, seja pela modificação dos hábitos linguísticos, seja pela variação de alguns detalhes do contexto. (...)

²⁷ REIS, José Carlos. Teoria e história da “ciência histórica”: tempo e narrativa em Paul Ricoeur, p. 93.



Esse discurso vale para qualquer obra escrita, incluindo o texto técnico-científico (...).²⁸

Ao focalizar, sob o mesmo escopo de análise, tanto o texto técnico-científico como o texto literário, o autor nos auxilia a manter a noção de que ambos possuem uma estrutura narrativa. O que os difere, essencialmente, é a natureza do pacto que pretendem estabelecer com seu leitor. Desse modo, a História e as ciências se aproximam por, fundamentalmente, objetivarem um pacto não ficcional – com pretensão à verdade e aos fatos – em suas configurações narrativas, ao mesmo tempo em que, sob esse aspecto, a Literatura se afasta de ambos.

Uma objeção, contudo, se torna evidente. As ciências, em sua totalidade, não se constituem somente de narrações. Reduzi-las apenas à operação narrativa incluiria grande parte de sua produção efetiva – tal como toda sorte de publicações, transcrições, relatórios, teses de mestrado e doutorado – mas excluiria, por outro lado, números, equações, gráficos, projeções, certos tipos de textos teóricos, classificações e categorizações, etc. Nesse ponto, é preciso propor uma noção mais abrangente que a pretendida inicialmente por Ricoeur para sua espiral hermenêutica. A proposta consiste em ampliar ainda mais a aplicação do modelo citado, reformulando seus termos originais e recolocando-o como um mediador entre tempo e linguagem. A substituição da narração por uma idéia de maior alcance – a linguagem – não comprometeria, no entanto, as bases da mediação pretendida por Ricoeur. O autor elegeu a narratividade como a melhor operadora do paradoxo temporal por sua capacidade de criar uma mimese do mundo real, a partir da intriga composta pelos eventos de uma história. A narratividade tem o mérito de por-em-intriga, ou seja, de articular em um enredo, eventos dispersos do tempo vivido. Contudo, não somente a narração possui essa capacidade, como também outras operações linguísticas. A matemática, a exemplo, se utiliza de uma série de símbolos abstratos que representam quantidades e possuem aplicações no mundo concreto. A operação abstrata de somar algarismos nasceu da necessidade de se contabilizar toda uma variedade de elementos observados no mundo real, sendo os números entidades aplicáveis a qualquer objeto e ou ser concreto. Não seria a atividade de relacionar números em uma equação, tal como qualquer tipo de operação realizada com eles, uma forma de articulação de elementos do mundo – transcritos e representados em símbolos universais – e, em última análise, uma forma de apreensão linguística de elementos pertencentes ao real, à práxis, ao concreto? Não

²⁸ VITORINO, Júlio César. Recepção e hermenêutica do texto técnico-científico: o caso dos scamilli in pares vitruvianos. In: CONDÉ, Mauro Lucio Leitão. (org). *Ciência e Cultura na História*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2006, p. 81.



seriam os gráficos, as equações, as classificações, as projeções e os modelos um modo de organização e apreensão linguística do mundo, operada através de símbolos? Não teriam essas articulações linguísticas a capacidade de produzir uma mimese do mundo concreto e de seus eventos? Não seriam articulações análogas à capacidade de por-em-intriga da narração? Tais operações são utilizadas justamente pela possibilidade de sintetizar e trazer à tona conhecimentos – ou modos de compreensão – que, de outra forma, não emergiriam. Esses modos de compreensão, tal qual se dá na trajetória de M1 à M2, são uma versão possível – e não total ou absoluta – da práxis.

Optamos pela via longa – gerada pelo desvio necessário da substituição da narração pela linguagem no modelo de Ricoeur – para possibilitar a plena aplicação da espiral hermenêutica aos processos científicos. Esse caminho permite comparações, que outrora pareceriam absurdas, entre, por exemplo, um gráfico estatístico e um poema, dado que ambos se constituem como tentativas linguísticas de captação do mundo real, mesmo que sejam absolutamente distintos em sua configuração e em suas aplicações.

Uma segunda objeção à nossa proposta surge, dessa vez como consequência da via que escolhemos trilhar e também como um desdobramento da primeira implicação que apresentamos em relação à aplicabilidade do modelo ricoeuriano para a questão da gênese do conhecimento científico. O que seria a ciência e todo o método científico se, de acordo com a espiral hermenêutica, a transição de M1 a M2 não é perfeita mas, pelo contrário, inacabada? Isso significa dizer, como já apontamos, que o estágio de M2 remete ao real sem, contudo, coincidir plenamente com ele, fornecendo somente uma mimese, uma versão possível. Se o método científico se constitui em oferecer versões, e não sínteses – ou, em outros termos – verdades absolutas, qual seria sua validade? O que distinguiria uma pesquisa conduzida com rigor científico da opinião de um leigo? Ambos não seriam, pelo modelo aqui proposto, uma versão possível – e, portanto, válida – de M1 transformada em uma M2 pela linguagem? Considerando que ambos remetem ao mundo da experiência sem coincidir plenamente com ele, qual seria o critério balizador para definir que as assertivas de um leigo devem gozar de menor relevância se comparadas às de um cientista? Seria pernicioso para o status da produção científica a noção de que da experiência vivida possam brotar múltiplas versões linguísticas? A partir do exame da história da ciência, torna-se evidente que o processo de produção de várias M2 não é somente familiar à ciência como lhe é fundamental. Inúmeras teorias sobre os mesmos fenômenos já estiveram em voga e também foram substituídas – ou ampliadas – por outras.



Além disso, assumimos aqui que as epistemologias de todas as ciências são formulações que se interpõem e mediam a relação entre M1 e M2. As teorias e os métodos científicos guiam, conduzem, formatam e direcionam a relação do observador com seu objeto de estudo. Isso significa dizer que o método científico se interpõe como um condutor entre os estágios de M1 e M2, propondo e orientando o modo como o mundo deve ser percebido e apreendido pela linguagem científica. Um leigo, retomando nosso exemplo, contaria apenas com o próprio bom senso, advindo da cultura geral não científica, para mediar a sua relação com M1 e a sua produção linguística em M2. O leigo teria à sua disposição, conseqüentemente, menos instrumentos para produzir sua compreensão em linguagem. Seria possível considerar, no entanto, que um leigo disporia apenas de instrumentos diferentes, e não necessariamente inferiores, para mediar sua relação com a temporalidade. Nesse caso, a segunda oposição é recolocada, restando apenas o próximo estágio da espiral hermenêutica como resposta: M3, ou seja, a recepção do texto.

A noção de recepção, também citada por Vitorino, anuncia o próximo passo da empreitada pretendida neste estudo. A apreensão linguística produzida por um cientista goza de maior validade porque esse é um critério gerado pelo acordo social. Isso implica dizer que o terceiro estágio da espiral, a M3, é o balizador final que julga a pertinência das múltiplas M2. O estágio da M3 não se encerra, somente, no momento de interpretação de um leitor sobre o texto de M2. Esse estágio nos aponta para um campo de maiores dimensões da espiral, pois engloba não somente a recepção do texto por parte de um leitor, mas de um conjunto de leitores. Essa multiplicidade de leitores é agrupada e nomeada pelo vocabulário corrente, conferindo nomes como “comunidade científica” – dentre outros – aos grupos para os quais a M2 foi destinada.

Considerarmos, enfim, que as ciências, como um todo, produzem, a seu modo e de formas diferentes, uma observação do mundo prático e da experiência vivida, e que tentam apreender esse mundo linguisticamente, organizando-o, explicando-o e dando-lhe forma.

Como já observamos, o corolário da espiral de Ricoeur não é, em sua última instância, uma síntese total. Ao se afastar dessa noção hegeliana, Ricoeur propõe mediações imperfeitas, múltiplas, variáveis. Isso significa, para nós, que a produção científica, em M2, pode variar mesmo diante de um objeto comum. Essa noção não é estranha à Sociologia do Conhecimento Científico atual. O autor Harry Collins, em sua obra *O Golem: O que você deveria saber sobre ciência*, explora-a até as últimas conseqüências. Nesse livro estão descritos diversos experimentos científicos realizados por pesquisadores diferentes em relação a objetos de estudo comuns. Os resultados obtidos por eles foram, no entanto, diferentes. A querela que se abriu, em todos os



casos, não pôde ser resolvida por meio de critérios objetivos, segundo Collins, mas através de uma disputa e um subseqüente acordo de caráter social entre os envolvidos.

O autor analisa a questão envolvendo a suposta comprovação – promovida pelos experimentos de Arthur S. Eddington – da teoria da relatividade de Albert Einstein, da seguinte forma:

Na ocasião, Eddington obteve medidas que estavam de acordo com a previsão deduzida por Einstein, porém seus resultados foram considerados uma confirmação não apenas da previsão, mas também da *teoria* de Einstein. (...)

A lógica desse processo histórico pareceria extremamente razoável sob certas circunstâncias. (...) Mas as observações de Eddington, como muitas medições na ciência, não foram assim. Conforme veremos, elas foram muito inexatas, e algumas estavam até em desacordo com outras. Quando escolheu quais observações deveriam ser consideradas dados e quais seriam “ruído”, isto é, quando resolveu quais manter e quais descartar, Eddington estava levando as previsões de Einstein muito em conta. Sendo assim, Eddington somente pôde alegar ter confirmado Einstein porque utilizou a dedução de Einstein ao decidir quais seriam realmente as suas observações. Contudo as deduções de Einstein somente foram aceitas porque as observações de Eddington pareciam confirmá-las. Observação e previsão estavam vinculadas a um círculo de confirmação mútua e não ao fato de serem independentes uma da outra, como esperaríamos que fosse, segundo a idéia convencional de um teste experimental.²⁹

Esse estudo de caso corrobora as implicações da espiral hermenêutica para a questão do conhecimento científico aqui defendidas. No trecho citado, temos uma situação exemplar que ilustra a forma com a qual o método científico atua como mediador decisivo da relação entre a experiência vivida e a apreensão linguística que se deriva dela. O que está em jogo, no caso citado, é a disputa entre a interpretação newtoniana e a interpretação de Einstein em relação a uma série de fenômenos. Portanto, também é possível perceber aí um exemplo das múltiplas versões possíveis em relação ao mesmo objeto de análise.

Os estudos de Collins nos auxiliam não apenas na noção de várias M2 que objetivam mimeses da mesma M1 como, ao mesmo tempo, reforça o papel decisivo de M3 no processo científico.

A recepção da produção da ciência é o balizador que define, em última instância, o que será ou não será aceito pela comunidade científica. Apenas a partir dessa aceitação é que, em nossos termos, podemos concluir a terceira etapa do círculo hermenêutico, ou seja, a configuração de M3 em uma nova M1, que incorporou em si mesma uma nova “verdade científica”. Collins exemplifica todo o processo da espiral em relação ao caso anterior, concluindo:

²⁹ COLLINS, Harry. *O Golem: O que você deveria saber sobre ciência*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, p. 56-57.



Nenhum teste considerado isoladamente foi decisivo ou claro, mas os vários testes tomados em conjunto agiram como um movimento irresistível. É dessa maneira que a cultura da ciência se transformou no que agora consideramos a verdade sobre o espaço, o tempo e a gravidade. (...)

Foi uma verdade viabilizada por um acordo em concordar sobre coisas novas. Não foi uma verdade que nos foi imposta pela lógica inexorável de uma série de experimentos cruciais.³⁰

A contribuição de Ricoeur para o longo debate da gênese do conhecimento científico, como argumentamos, possui implicações relevantes e frutíferas. Sua espiral re-conectou a produção linguística com a práxis, estabelecendo que a primeira só poderia nascer a partir da segunda, oferecendo uma resposta inovadora ao problema do relativismo linguístico e social. Além disso, a pretensão de síntese total – que apagaria a possibilidade de múltiplas produções e interpretações – está ausente em Ricoeur. Isso forneceu condições para a última instância de nossa análise, a saber, que a recepção e aceitação do texto científico – um processo eminentemente social – e sua incorporação como uma “verdade”, é análoga ao processo de transferência da etapa M2 à etapa M3, e sua possível re-figuração em uma nova M1.

Por meio de Ricoeur torna-se possível realizar uma mediação satisfatória entre o realismo científico e o relativismo social e linguístico, na medida em que se aceita o pressuposto, postulado em M1, de que o mundo constituído por símbolos e mediado pela cultura é também permeado pela práxis, pelo concreto e pela ação significativa. A relação sujeito-objeto, enfim, é reconstruída sobre novas bases e termos dentro da espiral hermenêutica do autor. Como pudemos perceber, nenhum dos extremos sai incólume dessa mediação. Por um lado, é preciso re-estabelecer a objetividade científica como “uma versão possível” e não simplesmente como fatos inquestionáveis e universais que falam por si sós. Por outro lado, é preciso reconhecer – mesmo que a relação do observador e seu objeto seja formulada pela conjuntura histórica, social, cultural e linguística – que a produção científica provém, ainda que não diretamente, do mundo da práxis. A linguagem e a temporalidade se encontram, na hermenêutica de Ricoeur, re-conectadas.

Recebido: 09/11/2011
Aprovado: 27/02/2012

³⁰ COLLINS, Harry. *O Golem*: O que você deveria saber sobre ciência, p. 67-68.



Reforma e educação sanitária na Penna de Belisário – primeira república do Brasil (1916-1925)¹

Leonardo Querino Barboza Freire
Granduando em História pela UFCG
leonardoqbf@hotmail.com

Iranilson Buriti de Oliveira
Unidade Acadêmica de História da UFCG
iburiti@yahoo.com.br

RESUMO: A Reforma Sanitária ocorrida nas primeiras décadas da República Brasileira constitui um tema bastante visitado por cientistas de diversas áreas nos últimos anos. Nesse espaço de discussão intelectual, tem se destacado as pesquisas realizadas pelos historiadores e por seus colegas das ciências sociais. Nossa pesquisa se insere no debate mais amplo sobre a história dessa Reforma Sanitária. No entanto, privilegiamos o diálogo entre saúde e educação que esteve presente nos projetos de reforma sanitária e de construção da nação na “Infância” de nossa República. Para isso, analisamos as representações tecidas pelo médico mineiro Belisário Penna sobre a reforma sanitária, a nacionalização dos serviços de saúde pública, e a educação higiênica. O nosso estudo se aproxima da perspectiva da História Cultural, sobretudo no que diz respeito ao aporte teórico ofertado por autores como Roger Chartier de grande auxílio para a nossa análise das fontes e das experiências históricas nelas encenadas. Além disso, nos aproximamos do campo historiográfico que tem realizado pesquisas em história da saúde, da doença e das “artes de curar”, a partir de uma perspectiva sociocultural.

63

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Saúde, Belisário Penna.

ABSTRACT: The Health Reform held in the first decades of the Brazilian Republic, is a theme much visited by scientists from various fields in recent years. In the space of intellectual discussion, has been highlighted by research carried out by his fellow historians and social sciences. Our research fits into the broader debate about the history of health reform. However, we make the dialogue between health and education that was present in projects of sanitary reform and nation-building in "Childhood" of our Republic. For this, we analyzed the representations woven by the doctor mining Belisário Pena on health reform, nationalization of public health services and hygiene education. Our study approaches the perspective of cultural history, particularly with regard to the theoretical approach offered by authors such as Roger Chartier are extremely helpful for our analysis of the sources and historical experiences of them staged. In addition, we approach the historiographical field that has conducted research on the history of health, illness and "healing arts", from a sociocultural perspective.

KEYWORDS: Education, Health, Belisário Penna.

[...] o processo de produção do texto é, com frequência, também o processo de constituir

¹ Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq.



quem fala em um interlocutor legítimo. Além disso, o intelectualalaria de si ao falar do mundo.²

Brasil, 1912. Chefiada pelos médicos Belisário Penna e Arthur Neiva, a terceira expedição científica contratada pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (só naquele ano) percorre, durante nove meses, localidades das regiões Norte e Nordeste (norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco e sul do Pará) e parte do Estado de Goiás. O seu objetivo era realizar um amplo levantamento sobre a flora, a fauna, mas, sobretudo, sobre as condições de vida e saúde das populações locais. Além de ter reunido um vasto registro fotográfico das situações que encontrou, esta experiência apresentou um amplo relatório de viagem. Publicado em 1916, este texto torna-se um marco no movimento em defesa do saneamento rural, que começa a dar passos mais largos na Primeira República do Brasil. Nosso objetivo, neste artigo, é problematizar as representações construídas por Belisário Penna acerca da educação sanitária e da “regeneração da nação” a partir do discurso médico-sanitarista.

Segundo Nísia Trindade, em *Um sertão chamado Brasil*, a representação do Brasil esboçada no relatório desta expedição salienta a doença (não mais o clima ou a mistura de raças) como o grande obstáculo ao progresso do país³. Ao falar de representação não estamos partindo de um improvável “nada intelectual”. Escolhemos pensar as representações construídas por Penna e Neiva a partir da perspectiva do historiador francês Roger Chartier a este respeito:

O que leva seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas [...] que tem por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua.⁴

Estas representações não apenas constroem a sociedade brasileira vista nas lentes destes sanitaristas. Elas também criam suas identidades, constroem a imagem do “outro doente” e instituem um espaço⁵ para a intervenção autorizada do médico-reformador.

Na *pena* de Belisário, o atraso do Brasil aparece pintado bem ao lado do abandono político das populações do interior do país, entregues a própria sorte em função das disputas

² LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999, p. 20.

³ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*, p. 84.

⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. 2 Ed. Lisboa: DIFEL, 2002, p. 18.

⁵ Estamos trabalhando com a noção de espaço formulada pelo professor Durval Muniz. Nessa linha, compreendemos que os espaços não se resumem a sua dimensão física. Eles são também constituídos pelas relações histórico-sociais e pelas redes de códigos sócio-culturais que se desenvolvem no seu âmbito. São as práticas que trabalham este espaço, que o tornam vivência e experiência. Ver: ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. *Nos destinos de fronteira*. História, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.



oligárquicas que assolavam a proposta federalista da ainda “adolescente” República⁶. Em *O Saneamento do Brasil*, de 1918, sua denúncia foi contundente:

Uma viagem através de nossos sertões, e mesmo fora deles, constringe a alma e abate a confiança no futuro da pátria, sobretudo pela indiferença ou inconsciência dos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, quanto à solução do problema sanitário, certamente o mais grave para a salvação econômica da Nação.⁷

Até aquela expedição, a carreira médica do mineiro Belisário Penna (1868 – 1939), não parecia tão promissora como a de seus contemporâneos Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Em 1904, ele havia sido aprovado em um concurso para a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), com sede no Rio de Janeiro. Desde então, sua trajetória orienta-se para a inspeção de doenças e para a defesa do saneamento e da educação sanitária. Nessa época, atuando como inspetor de saúde na capital federal, colaborou com as campanhas de erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro e em Belém do Pará, ambas coordenadas por Oswaldo Cruz. Em parceria com este, ainda participou das ações sanitárias que acompanharam a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, no norte do país.

Mas foi durante a campanha pelo saneamento do Brasil que Belisário gastou a sua Penna escrevendo e divulgando bastante o ideário sanitário, dando visibilidade às campanhas sanitárias e profiláticas. Tanto que há quem diga que a campanha pela reforma sanitária conseguiu sensibilizar a opinião pública a partir da publicação de alguns artigos seus no jornal carioca *Correio da Manhã*, em 1917. No ano seguinte eles foram reunidos dando origem a sua obra mais importante sobre essa temática, batizada de *Saneamento do Brasil*. Segundo Gilberto Hochman em *A Era do Saneamento*, foi muito importante a participação de Belisário como publicista do ideário sanitário na Primeira República, pois:

[...] as idéias de Belisário Penna, repetidas em centenas de outros artigos e palestras publicados no período, tiveram expressivo impacto público, tendo convertido ao credo sanitário, diversos políticos e intelectuais, como Monteiro Lobato, que amplificaram a campanha, mas, certamente, criado, também, muitos opositores, principalmente às suas recomendações de políticas públicas.⁸

Dando ênfase ao papel da educação sanitária para a regeneração da saúde física e moral das populações, Belisário se torna uma importante figura na segunda fase do movimento

⁶ Segundo Nísia Trindade, “[...] o tema da saúde e das doenças endêmicas sempre era abordado [por Belisário Penna] a partir de uma crítica ao que considerava degeneração da República [...] Em várias cartas e outros documentos, demonstrou sua insatisfação com a atuação dos órgãos públicos.” LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*, p. 123.

⁷ PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 1918.

⁸ HOCHMAN, Gilberto. *A Era do saneamento*. As bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 72.



sanitarista brasileiro⁹, caracterizada pela campanha “Pró-Saneamento do Brasil”¹⁰. Com teor quase sempre crítico ao que considerava a degeneração política da República, o tema da doença e da saúde aparecem representados em sua escrita como, respectivamente, entrave e solução para a modernização do Brasil.

Nossa análise foca a educação sanitária nos escritos de Belisário Penna, tema inserido na história da Reforma Sanitária do Brasil. No entanto, privilegiamos um aspecto que tem sido abordado apenas de forma secundária nos estudos de maior monta sobre esta experiência: o diálogo entre saúde e educação que esteve presente nos projetos de reforma sanitária e de construção da nação na “Infância” de nossa República.

Além disso, dialogamos com o campo historiográfico que tem realizado pesquisas em história da saúde, da doença e das “artes de curar”, a partir de uma perspectiva que rejeita a abordagem clínica, orgânica e puramente laudatória desses temas. Assim, nossa intenção é estudá-los a partir de um ponto de vista sociocultural. Mais do que isso, nosso objetivo é problematizar estes temas na linha da História Cultural, tal como definida pelo já mencionado Roger Chartier para quem: “A história cultural tal como entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.¹¹

66

A década de 1910 demarca os primeiros esforços mais organizados no sentido da reforma sanitária e da nacionalização da saúde pública no Brasil. Até então, o sistema federalista, hasteado junto com o nascimento da República, consignava os estados-membros da federação como os responsáveis pela gestão dos serviços de saúde.

Contudo, como talvez já fosse de esperar, a precariedade financeira da maioria das unidades federativas, restringiu a promoção de políticas no campo da saúde aos estados mais fortes do ponto de vista político e econômico. Essa situação contribuiu para que a intervenção federal nos serviços de saúde ocorresse apenas nos casos em que as endemias locais se

⁹ Sistemáticamente, o movimento sanitário brasileiro pode ser dividido em dois momentos. No primeiro, vinculado aos anos iniciais do século XX, destacou-se a gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços sanitários federais. Nessa primeira fase enfatiza-se o saneamento urbano, em especial da cidade do Rio de Janeiro, e o combate às epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola. Na segunda fase do movimento, correspondente ao período 1910 – 1920, a ideia do saneamento rural adquire mais força. A ênfase no saneamento dos sertões é dada em razão da descoberta de um Brasil cujo interior vivia abandonado e doente. A este respeito, ver HOCHMAN, Gilberto. *A Era do saneamento*, p. 60-61.

¹⁰ Em fevereiro de 1918, ocorre a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em seção pública na Sociedade Nacional de Agricultura. Fruto da progressiva sensibilização que o ideário sanitário causa na opinião pública, inicialmente a Liga era coordenada por Belisário Penna.

¹¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*, p. 18.



transformassem em crises epidêmicas de maiores proporções. Portanto, a gestão federal da saúde tinha duas características básicas nesse momento: seu caráter fragmentário e esporádico.¹²

As experiências de transformação social não nascem do nada histórico, muito menos são construídas pelo protagonismo individual dos agentes políticos. Sendo assim, não acreditamos que o apelo público alcançado pelo movimento sanitarista da Primeira República nasceu do “da noite pro dia”, muito menos que a Nacionalização desses serviços respondeu exclusivamente à intenção vanguardista de nossas lideranças políticas.

Esta conjuntura social esteve, em parte, relacionada ao envolvimento de médicos, sanitaristas e outros intelectuais com questões mais amplas sobre a reforma da ordem social e a construção de uma Nação mais moderna e desenvolvida. O seu diagnóstico era claro: a doença e o abandono político dos *sertões*¹³ eram os maiores entraves à formação de um povo saudável e educado, bem como de um país próspero e moderno. Mais claro do que isso, só o remédio prescrito para os males do país: educação e saúde de qualidade para a população.

Assim, a idéia da construção de uma nação próspera e moderna, condizente com o *gigante pela própria natureza* de seu hino nacional, esbarrava na constatação de um Brasil mórbido no interior, prejudicado pelas disputas oligárquicas, cuja população se destacava negativamente pela doença e pelo analfabetismo. Principalmente no final da década de 1910, o movimento sanitarista alcança enorme visibilidade no cenário brasileiro. Como destaca Nísia Trindade a este respeito:

[...] é possível afirmar que a campanha transformou em problema social, tema de debate público, uma questão que até aquele momento encontrava-se em foco especialmente nos periódicos médicos – a doença e o abandono como marcas constitutivas das áreas rurais do Brasil.¹⁴

Dois aspectos respondem por esta politização do saneamento. Em primeiro lugar, a campanha sanitarista ocorreu num contexto favorável às “ideologias de construção nacional”, sobretudo as sintonizadas com os problemas da saúde pública, como demonstram autores como

¹² Sobre este aspecto ver: FARIA, Lina Rodrigues de.; SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *A reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

¹³ Em *Pouca Saúde, muita Saúva, os males do Brasil são*, Nísia Trindade e Gilberto Hochman lembram que no discurso dos médicos e higienistas do período, o termo “sertão” significa uma categoria social e política e não um simples enquadramento espacial, definido não pela geografia, mas pela presença da doença somada à ausência dos poderes públicos. Ver: LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca Saúde, muita Saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 317, abr/jun. 2000.

¹⁴ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*, p. 108.



Gilberto Hochman, Nísia Trindade e Luiz Antônio de Castro Santos¹⁵. No ambiente da 1ª Grande Guerra, e também nos anos que se seguiram a ela, temas como alistamento militar, imigração, controle sanitário, higiene, soberania nacional e construção da nacionalidade estiveram em pauta e favoreceram os debates sobre determinismo geográfico e melhoria racial, nos quais a saúde pública desempenhava papel relevante.

Em segundo lugar, a (re)descoberta dos “sertões” e a campanha pelo saneamento do Brasil sensibilizaram os grupos dirigentes sobre o que Gilberto Hochman definiu como “Interdependência Sanitária”¹⁶, ou o caráter contagioso da “doença que pega”. Este aspecto tornava os microorganismos patogênicos uma espécie de nivelador social, capaz de afetar qualquer indivíduo independente de sua condição socioeconômica.

Mesmo em melhor situação para cuidar da própria saúde, os membros mais abastados da sociedade foram sensibilizados pelas representações médico-sanitárias de que seus esforços poderiam resultar em nada, caso não fossem melhoradas as condições de vida da população mais pobre. Abandonadas à própria sorte no interior do país, oprimida pelo analfabetismo, pelos vermes e pelos insetos vetores de doenças, esta parcela enferma da população brasileira preocupava as elites em dois sentidos: representavam um entrave aos seus projetos de desenvolvimento nacional e um risco à saúde coletiva devido ao caráter contagioso das doenças que a assolavam.

Um dos fatores responsáveis pela politização da saúde pública foi que os médicos higienistas engajados na campanha pelo Saneamento dos “Sertões” refutaram as ligações entre as doenças que combatiam e a origem socioeconômica das populações, pois “Enfaticamente argumentavam que todos poderiam contrair a doença, que não respeitava limites de raça ou condição social”.¹⁷

É inegável que as representações dos sanitaristas contribuíram para que a opinião pública e as autoridades políticas atentassem para os problemas de educação e saúde que maltratavam grande parte da população brasileira, mas que, sobretudo, inviabilizavam os projetos

¹⁵ Cf. HOCHMAN, Gilberto. *A Era do saneamento*; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*; LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca Saúde, muita Saúde, os males do Brasil são*; e CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

¹⁶ Nossa leitura do conceito de interdependência sanitária dialoga com as formulações de Gilberto Hochman a este respeito. Trata-se da dependência social presente nas relações humanas em razão do caráter transmissível das epidemias e do consumo coletivo dos males públicos gerados pela doença “que se pega”. HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*.

¹⁷ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca Saúde, muita Saúde, os males do Brasil são*, p. 319.



nacionais de elites interessadas em promover o progresso do país para dele tirar o máximo proveito. Sim, pois, como esclarece Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.¹⁸

Além do mais, como nos lembram os já mencionados Castro Santos e Lina de Faria, em certo sentido, a reforma sanitária da Primeira República não envolveu, a rigor, lutas sociais pela melhoria nas condições da saúde. Ou seja, ela não envolveu a participação direta da população menos abastada (justamente a mais prejudicada pela precariedade dos serviços) na formulação de projetos em defesa dos direitos da saúde. Contrariamente, ela parece ter seguido o tom da famosa “modernização conservadora” do nosso país, configurando um projeto de reforma social vindo de “cima”, que não afetou toda a sociedade, e que significou muito mais a modernização de algumas esferas da vida social, do que um amplo processo de modernidade ou mudança estrutural mais ampla.¹⁹

Belisário Penna foi um dos principais divulgadores da campanha “Pró-Saneamento do Brasil”. Em “*A Era do Saneamento*”, Gilberto Hochman estabelece entre os anos de 1916 – 20 o marco cronológico que emoldura a politização de temas como a relação entre doença, sociedade e política, a reforma sanitária e o saneamento do Brasil, que progressivamente foram inundando as páginas de jornais e periódicos nacionais e sensibilizando a opinião pública quanto aos seus impactos sobre o futuro do país.²⁰

Segundo Hochman, o significado desse marco cronológico é dado por quatro eventos que repercutiram bastante sobre a opinião pública brasileira. O primeiro foi a repercussão do pronunciamento de Miguel Pereira, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e presidente da Academia Nacional de Medicina. Feito em outubro de 1916, qualificava o Brasil como um imenso hospital. 1916 também foi o ano de publicação do relatório da expedição médica-científica do Instituto Oswaldo Cruz, chefiada por Belisário Penna e Arthur Neiva em 1912. Vieram então os artigos de Belisário Penna sobre saúde e saneamento, publicados na imprensa carioca entre 1916 e 1917 depois reunidos no livro “*Saneamento do Brasil*”. Por fim, temos as atividades da Liga Pró-Saneamento do Brasil entre os anos de 1918–1920.

¹⁸ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*, p. 17.

¹⁹ FARIA, Lina Rodrigues de.; SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *A reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República*.

²⁰ HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*, p. 63.



Esses quatro acontecimentos realmente agitaram a opinião pública brasileira por intermédio da politização das questões de saúde. O curioso é que Belisário Penna esteve, direta ou indiretamente, relacionado com cada um deles: chefiou a expedição de 1912; são de sua autoria os artigos publicados no jornal carioca “*Correio da Manhã*” em 1917, por meio dos quais “a campanha pela reforma da saúde pública e pelo saneamento dos sertões alcançou repercussão nacional”²¹; era ele o diretor presidente do diretório executivo da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Quanto ao discurso de Miguel Pereira, seu diagnóstico sobre os males do Brasil dialogava com a (re)descoberta de um país cuja população dos sertões vivia sob o jugo da doença e do abandono político. Redescoberta para qual muito deve ter contribuído os textos de Belisário Penna de 1916, 17 e 18.

Através de relatórios, artigos publicados na imprensa, obras como “*Saneamento do Brasil*”, conferências proferidas em eventos médicos, políticos e educacionais, correspondências trocadas com outros médicos e irradiações, Penna fez circular suas representações sobre os rumos que o Brasil deveria tomar para promover o saneamento e a educação sanitária de seu povo. Em sua escrita, ao lado do saneamento e da educação higiênica, a centralização dos serviços públicos de saúde surge como condição de possibilidade para o desenvolvimento do país. Nas suas palavras:

A constituição licenciosa dividiu o território brasileiro em 20 pátrias aonde o sentimento nacionalista vai sendo substituído pelo regionalista ou bairrista [...] A constituição deu aos estados a obrigação de zelar pela higiene de suas populações [...] O que se vê é nenhuma preocupação de defesa sanitária com exceção do Distrito Federal e algumas cidades em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas, e uma aqui, outra acolá, em outros Estados.²²

Na escrita de Belisário, os estados e municípios não dispunham de condições materiais e de recursos humanos adequados para solucionar de forma definitiva os seus problemas sanitários. Somente a intervenção federal e a nacionalização da saúde poderiam viabilizar campanhas de educação sanitária com maiores ambições. Além do que, apenas o peso centralizador do governo federal poderia superar os entraves advindos das infrutíferas disputas oligárquicas e promover campanhas higienistas que resolvessem de modo eficaz os males sanitários do Brasil, pois, para Belisário: “A saúde pública não constitui interesse peculiar de Estados e Municípios, porque é de interesse nacional, mais do que nacional, porque internacional, mais do que isso, porque humano.”²³

²¹ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*, p. 106.

²² PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*, p. 93.

²³ PENNA, Belisário. “Educação higiênica”. In: *Revista de saúde Hygia*. S/d. Fiocruz, Fundo Belisário Penna.



Contudo, as representações construídas pelo médico mineiro sobre Brasil, foram lidas e apropriadas pela opinião pública e pelas elites do período não (exclusivamente) da forma como preconizava o seu autor. Isto porque, como nos indicou Roger Chartier, o ato da leitura constitui “uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros”²⁴. De forma semelhante, podemos imaginar a apropriação criativa que os interlocutores do espaço sanitário realizaram das informações que a Penna de Belizário fazia circular no ambiente intelectual brasileiro, na medida em que a apropriação consiste no que os leitores:

[...] fazem com o que recebem, e que é uma forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos. Desta maneira, o conceito de apropriação pode misturar o controle e a invenção, pode articular a imposição de um sentido e a produção de novos sentidos.²⁵

No entanto, nem tudo é liberdade no mundo da leitura. A apropriação resulta do encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Os textos não possuem um sentido estável. Contudo, seu significado é construído no terreno da negociação entre a proposição do autor e apropriação do leitor. Isso porque cada autor insere nos seus enunciados os “protocolos de leitura”²⁶. Assim, nossa análise apóia-se na interpretação de Roger Chartier, segundo a qual “cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado aos textos de que se apropria”.²⁷

Assim, mesmo vindo de Belizário, um importante interlocutor do espaço sanitário brasileiro, as denúncias sobre a situação precária da saúde pública e as propostas de nacionalização destes serviços, seriam apropriadas por nossa elite intelectual e política a partir de suas referências sócio-históricas e interesses pessoais. Tanto é que, já em 1916, no relatório da expedição que liderou com Arthur Neiva, Penna propõe a criação de um Ministério da Educação e Saúde, visando claramente centralizar a gestão de políticas públicas para esses setores nas mãos do governo federal. Além disso, essa sua proposta buscava aproximar os campos de saber médico e pedagógico num esforço conjunto para transformar o Brasil através da Educação Sanitária. Em

²⁴ CHARTIER, Roger. “Textos, impressão, leitura”. In: HUNT, Lynn (org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 214.

²⁵ CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Conversas de Roger Chartier com Carlos A. Anaya, Jesús A. R., Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 67.

²⁶ Para Chartier, os protocolos de leitura consistem de “senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela”. CHARTIER, Roger. Do Livro à Leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p 96.

²⁷ CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*, p. 20.



1918, ele afirmava que: “não há nenhuma preocupação de defesa sanitária em todo o Brasil, que nesse particular está atrasado em muitos séculos”.²⁸

Os pedidos de Belisário Penna, como os de outros sanitaristas, pela nacionalização dos serviços de saúde ainda não seriam satisfeitos nos meados da década de 1910. Contudo, eles estavam bem mais próximos de alcançar os seus objetivos do que os seus colegas higienistas do final do século XIX. Mas não nos enganemos: a centralização da saúde brasileira foi construída com muita negociação política e “lutas de representações”.²⁹

O caminho até a nacionalização da saúde foi longo. Junto com outros publicistas da causa sanitária, Belisário gastou sua pena para defendê-la. Se o formato da reforma não legou uma Pasta Ministerial³⁰ com autonomia técnica e competência jurídica para gerenciar todo o serviço de saúde, a regulamentação de um Departamento Nacional de Saúde Pública³¹, com maiores poderes que a antiga Diretoria-Geral de Saúde Pública, foi lida por Belisário como uma vitória, um passo importante no caminho da gradual nacionalização da saúde brasileira.

Já para o final da década de 1910, as transformações institucionais da República, proporcionadas em parte pelas rendas do café, pela urbanização e pela imigração europeia no sul do país, associadas às representações dos sanitaristas, contribuem para que os serviços de saúde pública sofressem uma gradual centralização. Além disso, o surgimento da peste bubônica e da febre amarela no Distrito Federal, somado à incapacidade das agências de saúde pública para lidar com estas epidemias, acirra o debate em torno da reforma sanitária e da nacionalização dos serviços de cura.

72

²⁸ PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*, p. 93.

²⁹ Segundo Roger Chartier, as representações sociais não são constituem discursos neutros. Sua análise implica pensá-las como estando sempre em estado de concorrência em termos de poder e dominação. Por isso, “As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tentar impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

³⁰ Em 1916, no relatório da expedição que liderou com Arthur Neiva, Penna propõe a criação de um Ministério da Educação e Saúde, visando centralizar a gestão de políticas públicas para esses setores nas mãos do governo federal. Essa proposta, além de defender a nacionalização da saúde, buscava aproximar os campos de saber médico e pedagógico num esforço conjunto para transformar o Brasil através da Educação Sanitária. Contudo, percebendo que este parecia pouco viável politicamente, já em 1919, Penna propõe a criação de um Departamento Nacional de Saúde, com autonomia técnica, amplas atribuições e vasta competência jurídica para gerir a saúde pública brasileira. PENNA, Belisário. “Discurso Pronunciado pelo Dr. Belisário Penna na Sede da Sociedade Nacional de Agricultura, a 11 de fevereiro de 1919, em Sessão Comemorativa do 1º Aniversário de Fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil”. *Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 218–230, 1920.

³¹ Em 2 de janeiro de 1920, foi aprovado o Decreto nº 3.987, que dispõe acerca da reorganização dos serviços de saúde pública no Brasil por intermédio da criação do DNSP. Já em 15 de setembro de 1920, foi sancionado o Decreto nº 14.354, que aprova o regulamento desta instituição.



Nesse processo se destacam a circulação de representações que tinham na construção de um país próspero e moderno seu conteúdo central. Na discussão sobre os destinos do Brasil, a idéia de reforma na saúde e expansão da educação constitui condição de possibilidade. Segundo Castro Santos e Lina de Faria:

Esses lemas de progresso social e racial, que colocavam a saúde entre as prioridades nacionais, eram difundidos pelo Estado às elites oligárquicas – particularmente às elites cafeicultoras, e criavam um ambiente propício às reformas preconizadas, desde a passagem do século 19, por higienistas de renome.³²

Desde a criação da Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGSP)³³, passando pela reforma sanitária da Capital Federal³⁴, pela criação do Serviço de Profilaxia Rural³⁵, até a criação e regulamentação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), no governo Epitácio Pessoa, a sociedade brasileira participa do processo de nacionalização dos serviços de saúde pública. A criação do DNSP, dirigido desde a sua fundação até 1930 por Carlos Chagas, significa um “novo tempo” para a saúde brasileira. Ela inaugura uma nova postura da política nacional no trato de questões envolvendo a saúde, a higiene e educação sanitária.

Com o DNSP, houve a modernização e a ampliação dos serviços de saúde no Brasil, resultado da centralização administrativa da área na esfera federal, o que aumentou a circulação de informações sobre saúde e educação sanitária bem como o acesso da população a estes serviços públicos. A nacionalização da saúde e a ampliação da reforma sanitária são indícios de uma nova sensibilidade histórica que passa a representar o binômio educação/saúde como problema de segurança nacional. Nas palavras de Belisário Penna:

Mais do que proteger as fronteiras e as costas, a defeza nacional consiste [...] na instrução e educação do povo, no aperfeiçoamento e vigor da raça. [...] Defender a nação é saneá-la, e saneá-la é povoá-la, é enriquecê-la, é moralizá-la, é tornar habitável o seu solo, é curar a sua gente, é instruí-la e ensiná-la a se defender de inimigos microscópicos, agentes causais de doenças degeneradoras e degradantes da raça, contra os quais a higiene moderna dispõe de processos de êxito seguro e garantido.³⁶

Mas, como “regenerar” o povo brasileiro? Como resgatá-lo de uma situação tão precária, na qual ao perigo constante das endemias somava-se a miséria moral e o descaso político? Nessa época, a idéia de construir uma nação forte e moderna, passava por expandir a educação e melhorar a saúde oferecida ao povo. Nesse contexto, percebemos a aproximação

³² FARIA, Lina Rodrigues de.; SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *Reforma Sanitária na Primeira República*, p. 19.

³³ Em fevereiro de 1897 durante o governo Prudente de Moraes.

³⁴ Realizada Durante o governo Rodrigues Alves sob a liderança do sanitarista Oswaldo Cruz, ela foi contemporânea à instituição de um amplo regulamento sanitário.

³⁵ Em 1918, no governo Venceslau Brás.

³⁶ PENNA, Belisário. *Revista de saúde Hygia*. S/d.



entre os campos médico e pedagógico nas ações concretas da política republicana e nas representações de intelectuais e reformadores sociais que, como Belisário Penna, acreditavam que “A educação é uma força tão extraordinária, e o exemplo tem um poder de sugestão tão intensas que são por si sós, suficientes, muitas vezes, para destruir nos filhos as más qualidades adquiridas pelos Pais”.³⁷

Ao falar de qualidades ruins adquiridas hereditariamente, Belisário Penna parece dialogar com o discurso da eugenia. O pensamento eugênico, que se desenvolveu desde as últimas décadas do século XIX, teve seu auge no período entre as duas guerras mundiais. Ele defende que a origem dos males humanos, sejam eles físicos ou morais, é hereditária. O conceito de degeneração é central no pensamento eugenista. Degenerados, nessa concepção, são todos os indivíduos que apresentam defeitos no aspecto físico, cognitivo e moral. A eugenia visava, então, o “aperfeiçoamento” dos seres humanos, através do aprimoramento de traços hereditários feito pelas intervenções científicas, médicas e culturais.³⁸

O grande problema a ser resolvido pela intelectualidade nacional era que o pensamento eugênico vinculava-se fortemente ao racismo científico em moda na Europa durante o final do século XIX. Esta concepção interpretava a noção de raça como uma categoria social em vez de reconhecê-la enquanto aspecto biológico. Sendo assim, os indivíduos eram classificados em uma determinada categoria sócio-racial dependendo da cor de sua pele ou de suas origens étnicas. Afirmava-se, assim, a superioridade branca e a degeneração natural das pessoas não-brancas. Contudo, outro aspecto agravaria ainda mais a questão:

No Brasil, o processo de formação de uma identidade nacional esteve fortemente associado ao debate sobre a diversidade étnica, ou, se quisermos ser fiéis aos termos utilizados no final do século XIX e início do século XX, aos temas da raça e da mestiçagem.³⁹

O problema estava em que, a mestiçagem, algo característico da formação sócio-histórica do povo brasileiro, era representada por tais discursos como um entrave à construção de um país próspero. Como, então, superar os obstáculos da “herança colonial” e promover a modernização do país, sem prescindir de uma população notadamente mestiça em sua maioria. A solução de nossa elite intelectual foi realizar um deslocamento estratégico, como descrito por Jerry Dávila:

³⁷ PENNA, Belisário. *Instrução, Educação e Hygiene*. Conferência proferida na Escola Pública de Pavuna. Rio de Janeiro, 1925.

³⁸ Cf. DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura*. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: EDUNESP, 2007.

³⁹ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*, p. 27.



[...] por volta da segunda década do século XX, as elites começaram a tentar escapar da armadilha determinista que prendia o Brasil ao atraso perpétuo por causa de sua vasta população não-branca. Em substituição, abraçaram a noção de que a degeneração era uma condição adquirida – e, portanto, remediável. A negritude conservava todas as suas conotações pejorativas, mas os indivíduos podiam escapar à categoria social da negritude por meio da melhoria de sua saúde, nível de educação e cultura, ou classe social.⁴⁰

O caráter mais maleável desta definição de degeneração confere à expansão dos serviços de educação sanitária um significado especial. Condenado pela mistura de raças, o país poderia ser absolvido pela educação sanitária. Segundo Dávila, a possibilidade de modernizar o país através do embranquecimento cultural da população brasileira levou nossos intelectuais e reformadores sociais a realizarem a defesa da intervenção estatal na construção de instituições que cuidassem da educação e da saúde públicas, representadas como elementos prioritários para viabilizar este sonho de modernidade: “A preocupação com a “redenção” do Brasil reuniu a educação e a saúde em um empenho comum. Tornou menos rígidas as distinções entre diferentes profissões e disciplinas científicas”.⁴¹

Belisário Penna, assim como outros sanitaristas que participaram da campanha pelo saneamento do Brasil, se afastou dos enunciados que relacionavam a ocorrência de doenças à origem racial da população brasileira. Sua escrita faz circular representações que salientavam que todos, independentes de raça ou grupo social, estavam sujeitos a contrair doenças. Seu discurso, portanto, rejeitava a noção de que a causa do atraso brasileiro era a suposta inferioridade étnica de seu povo. Com sua *Penna*, Belisário representa como o grande entrave ao desenvolvimento do país o descaso político e a falta de educação e saúde do povo mais pobre. Sendo assim, sua interpretação dos problemas brasileiros vincula-se mais às questões políticas e sociais do que às reflexões sobre a hierarquia das raças.

Por ser um problema de ordem social, a modernização do país exige intervenção política e engajamento intelectual. Por ser causado por fatores sociais, e não biológicos, a degeneração do povo pobre do Brasil que impede a prosperidade do país, deixa de ser inseparável de nossa histórica mestiçagem, podendo ser contornada até em médio prazo. Para isso, é preciso trabalho duro e bastante esforço das autoridades políticas. É preciso, sobretudo, educar o povo para que não adoça ou se degenere moralmente; é preciso dar-lhe melhores condições de vida e saúde, para que possa trabalhar produtiva e disciplinarmente para a construção de um país próspero e saudável:

⁴⁰ DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura*. Política social e racial no Brasil – 1917-1945, p. 26.

⁴¹ DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura*, Política social e racial no Brasil – 1917-1945, p. 60.



[...] venho pregando, sem descanso, desde 1918, em livros, artigos, conferências e palestras, afirmando que todos os problemas brasileiros – políticos, econômicos, financeiros e sociais – só se resolverão naturalmente, suavemente, uma vez levados a sério os relativos à higiene, ao saneamento e à educação.⁴²

Belisário pensava a educação sanitária para além dos muros escolares. A importância que ele dava a ela explica em parte esta concepção. Era preciso educar o povo brasileiro, instruí-lo nos princípios da higiene, resgatá-lo da degeneração em que se encontrava. Por isso, a educação sanitária lhe parece muito importante para ser restringida apenas às crianças. Ela é um bem de todos. Ela faz bem a todos. Em função desse ideal ele se empenhou na divulgação da educação sanitária através de conferências e irradiações que visavam contemplar um público bem mais vasto do que o escolar. Buscava, com isso, criar as condições para incorporar esses brasileiros regenerados pela educação sanitária ao esforço para tornar próspero o seu país. Para isso, julgava insuficiente a informação de princípios higiênicos à população. Era preciso educar. Era preciso transformar: “Instruir só não basta. Instruir é dar o saber. É preciso educar. Educar é dar o caráter. A instrução fornece o conhecimento [...]. A educação fornece as virtudes que são o apanágio dos mártires e dos santos”.⁴³

O projeto de construir uma nação próspera e saudável era por demais importante para Belisário Penna, constituindo-se em tema de segurança nacional. Com vigor e em tom freqüentemente moralista, Belisário propunha o emprego de medidas sanitárias compulsórias onde a educação higiênica não fosse capaz de regenerar o brasileiro de forma “natural e suave”, ou nos casos em que o “atraso cultural” do povo o impedisse de abandonar os seus hábitos degenerados. Com sua *Penna* ele nos diz que:

[...] não bastam admoestações [...] é necessário o ensino obrigatório nas escolas, de noções exatas e práticas de higiene pública e privada; é indispensável à lei e sua execução, com as exigências sanitárias garantidoras da saúde e vitalidade coletivas. [...] É imprescindível forçar cada um a zelar a própria saúde no interesse da saúde comum, da economia e da segurança da nação. [...] A ninguém cabe o direito de ser depositário de parasitos patogênicos de doenças transmissíveis, quando há processo seguro de evitar essa calamidade. A liberdade de contrair doenças transmissíveis evitáveis tem de ser cerceada pela lei, com a exigência e aplicação de medidas profiláticas estabelecidas com segurança pela ciência.⁴⁴

Como sinalizam Gilberto Hochman e Nísia Trindade, a retórica sanitaria tratava-se de um esforço de interpretação da sociedade brasileira que buscava apoiar-se na observação científica, superando tanto a visão ufanista da literatura romântica, quanto o pessimismo

⁴² PENNA, Belisário. *Revista Hygia*, s/d.

⁴³ PENNA, Belisário. *Instrução, Educação e Higiene*. Conferência proferida na Escola Pública de Pavuna. Rio de Janeiro, 1925.

⁴⁴ PENNA, Belisário. *Revista Hygia*, s/d.



geográfico e racial que condenavam o país em razão de sua natureza tropical e herança colonial⁴⁵. Foi seguindo essa linha que, em vários de seus escritos, Belisário assumiu a identidade⁴⁶ do intelectual que pretende conhecer o país de perto, cientificamente, para só então se engajar na sua transformação por meio do saneamento:

Quanto mais viajo terras do Brasil, mais me certifico do pouco que é ele conhecido dos brasileiros, e mais se fortalece a minha convicção de que o combate, pela educação higiênica do povo e pelo saneamento da terra, [...] constitui a chave [...] da prosperidade real e da grandeza efetiva da nação.⁴⁷

Não que Belisário Penna tenha sido um “fator determinante”, uma “condição de possibilidade” da nacionalização dos serviços de saúde e da campanha pela educação sanitária na Primeira República. De outro modo, consignamos a possibilidade de refletir sobre essas vivências históricas pensando as representações de Belisário Penna como um eixo interpretativo entre vários outros possíveis, afinal “[...] cada indivíduo representa a reapropriação singular do universo social e histórico que o circunda”.⁴⁸

Os problemas de nossas pesquisas históricas dialogam com as inquietações da sociedade em que vivemos. Este estudo permite problematizar as representações ainda hoje construídas sobre o caráter “redentor” da educação, demonstrando a dimensão social e política que está visível nesses enunciados. Percebemos, assim, que em períodos diferentes, os meios educativos para construir uma nacionalidade moderna e “redimida” vão sendo “ressignificados” de acordo com as condições sócio-históricas de cada época.

77

Recebido: 04/11/2011

Aprovado: 17/02/2012

⁴⁵ Cf. LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca Saúde, muita Saúva, os males do Brasil são*.

⁴⁶ Nossa perspectiva filia-se à noção de identidade desenvolvida por Stuart Hall, para quem a identidade do sujeito não é fixa, mas aberta a identificações conforme as situações e interlocutores sociais com que interagem cotidianamente. Além disso, dialogamos com as formulações de Ângela de Castro Gomes e Pierre Bourdieu sobre a “ilusão biográfica” de uma trajetória linear e de uma identidade estável nas produções de si. HALL, Stuart. *As identidades culturais na pós-modernidade*. 10ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005; GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; BURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” In: FERREIRA, Marieta M; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁴⁷ PENNA, Belisário. *Impressões de Viagem – Brasil Desconhecido*. Flagelos nacionais – prova e contraprova, s/d. Manuscrito – Fundo BP, COC.

⁴⁸ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (orgs). *Uma história Brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 323.



Páginas de ciência, crime e loucura: a trajetória e o projeto médico-intelectual de Heitor Carrilho (1930-1945)

Allister Andrew Teixeira Dias

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (FIOCRUZ)

Doutorando em História das Ciências

allisterdias@hotmail.com

RESUMO: Esse trabalho visa investigar a trajetória e o projeto médico-intelectual de Heitor Carrilho a frente do *Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro* ao longo da Era Vargas (1930-1945). Para tanto, investigamos todos os textos de Heitor Carrilho publicados – no período - nos “Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro”, periódico da instituição médico-judicial, fundado por Carrilho e que, na nossa percepção, constituiu-se numa “comunidade argumentativa” veiculadora de um projeto médico-intelectual específico. Além disso, ao longo do texto, procurou-se articular tal trajetória e projeto com o contexto intelectual mais amplo do período, sobretudo aquele que diz respeito ao pensamento autoritário da década de 1930. Buscou-se também, em meio à análise, relacionar e comparar a perspectiva de Carrilho com as perspectivas defendidas por outros intelectuais (no geral médicos) com interesses afins em psiquiatria forense, criminologia e direito penal, tais como Leonídio Ribeiro, Juliano Moreira, Jacintho Godoy, Luiz Rothfuchs, Evaristo de Moraes, entre outros.

78

PALAVRAS-CHAVE: Heitor Carrilho, Psiquiatria, Era Vargas.

ABSTRACT: This paper intends to analyze the intellectual trajectory of Heitor Carrilho as the head of *Forensic Hospital of Rio de Janeiro* during the Vargas period (1930-1945). Therefore, we analyzed all his works published during this period at the “*Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*”, the magazine of the institution, created by Carrilho, that became a “community of discourse” and conveyed a medical and intellectual specific project. In addition, throughout the text, we tried to articulate their trajectory and project with the wider intellectual context of the period, especially one that relates to authoritarian thinking of the 1930s. We intended, through the analysis, to connect and compare Carrilho’s perspective with the ideas defended by others scholars (generally physicians) with common interests in forensic psychiatry, criminology and penal law, such as Leonídio Ribeiro, Juliano Moreira, Jacintho Godoy, Luiz Rothfuchs, Evaristo de Moraes, and others.

KEYWORDS: Heitor Carrilho, psychiatry, Vargas period.

Este artigo é o primeiro exercício de reflexão de uma pesquisa de doutorado em estágio inicial de desenvolvimento, por isso seu caráter provavelmente é mais descritivo e propositivo do que analítico. Tencionamos investigar a trajetória e o projeto médico-intelectual de Heitor



Carrilho a frente do *Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro* ao longo da Era Vargas (1930-1945)¹. Para tanto, investigamos todos os textos de Heitor Carrilho publicados, neste período, nos “Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro”, periódico daquela instituição médico-judicial, cuja direção Carrilho assumiu por 33 anos, desde sua fundação, até sua morte, em 1954.

Ao que tudo indica, segundo seus discípulos e coetâneos, em 1944 a saúde de Heitor Carrilho já não estava bem e ele já não conseguia se dedicar a atividade de coligir trabalhos para os “Archivos”². Exaltado como homem de grandes qualidades morais, intelectuais, científicas, administrativas e educativas, Carrilho teria morrido extremamente descrente com os rumos da “coisa publica” no país e com a situação material do *Manicômio Judiciário* que dirigia.³

Os “Archivos” foram criados por Carrilho com o intuito de publicar e divulgar as atividades médico-jurídicas do *Manicômio Judiciário*, “artigos originais”, “laudos e pareceres” de seus médicos, resultados de suas atuações jurisprudenciais, sobretudo no *Conselho Penitenciário do Distrito Federal*. Este periódico ficou consagrado na memória médica do país como “porta voz da psiquiatria forense”, ganhando prestígio internacional, já que com ele o Brasil supostamente se inseriu na cultura psiquiátrica forense mundial⁴. Os “Archivos” foram, nas palavras de peritos atuais do Manicômio Judiciário (não mais com este nome), a base formativa de muitos psiquiatras forenses, desde sua origem, até a contemporaneidade, como fonte de ensinamentos periciais: é a formação “carriliana”, como aponta a psiquiatra Kátia Mecler.⁵

Tendo isso em vista, poderíamos considerar os “Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro”, ao longo das décadas de 1930 e 40, como uma “comunidade argumentativa” – nos termos de John Pocock⁶ – veiculadora de um projeto psiquiátrico-forense-criminológico, cujo arquiteto foi Heitor Carrilho? Tudo indica que sim. O periódico divulgou um artefato discursivo particular a partir da fala dos atores/autores específicos que lá escreviam. As dimensões de disputa que perpassavam as páginas do periódico não invalidam sua evidente força na articulação

¹ Heitor Carrilho (1890-1954) formou-se em medicina pela *Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro* no início da década de 1910, atuou como interno e depois médico do *Hospício Nacional de Alienados* e chefe da *Seção Lombroso* deste Hospício, até a fundação do *Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, cuja direção assumiu de início. Como veremos, foi professor de psiquiatria de faculdades de medicina, membro do *Conselho Penitenciário* e atuante em sociedades científicas.

² CARVALHO, Rodrigo Ulysses de. Editorial da homenagem a Heitor Carrilho. *Arquivos do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano XX a XXIII, n. 1 a 8, p. 1-5, 1951-1954.

³ CAMARA, Aluisio. Heitor Carrilho. O Mestre. *Arquivos do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano XX a XXIII, n. 1 a 8, p. 25-27, 1951-1954.

⁴ CARVALHO, Rodrigo Ulysses de. Editorial da homenagem a Heitor Carrilho, p. 4.

⁵ MECLER, Kátia. Periculosidade: evolução e aplicação do conceito. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, 20 (1), p. 70-82, 2010.

⁶ Considera-se uma comunidade argumentativa, seguindo Pocock, o espaço formado por um grupo de atores que compartilham um “vocabulário”, uma “retórica e um conjunto de usos” que articulam “propósitos políticos”, identitários e, por vezes, ideológicos. Ver: POCOCK, J. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 63-83.



de uma identidade de grupo, profissional, intelectual e científica, bem como de construção de uma memória, no contexto discursivo (ou “linguístico”) do debate intelectual médico-científico, psiquiátrico-jurídico.

Escreviam nos “Archivos” basicamente médicos e juristas com perspectivas próximas das de Carrilho: sujeitos com inserções em instituições médicas e jurídicas públicas, de ensino, assistência e pesquisa. Eles agiam e entravam neste contexto de debate filiando-se ao que podemos chamar projeto “biodeterminista” internacional que, embora não homogêneo, tinha elementos compartilhado por diversas comunidades científicas. Pensamos assim, que as reflexões de Pocock podem ajudar a analisar o discurso científico-jurídico, elucidando o debate (ou jogo) entre o discurso dos atores históricos, da forma como ele se deu naquela determinada temporalidade.

Geração e Trajetória: medicina, psiquiatria e psiquiatria forense

Heitor Carrilho fez parte de uma geração de médicos intelectuais cuja atuação na vida nacional pode ser situada na primeira metade do século XX. Tal geração preconizava a especialização do trabalho intelectual, criando de si uma imagem de agentes aptos a fazerem diagnósticos, em bases científicas, da “direção da vida social, política, econômica e cultural do país”, a partir das instituições científicas e métodos de trabalho que estavam constituindo⁷. Além de se voltarem para as suas respectivas especialidades, atuaram como administradores públicos e reformadores sociais. Apropriando-se das categorias analíticas do historiador da profissão médica Andre Pereira Netto, podemos enquadrar Heitor Carrilho no “perfil higienista-especialista”: higienistas, crentes na força do poder público, na intervenção social da medicina e na atuação no debate público; especialistas, baseados no “treinamento metódico”, na “soberania da técnica e da racionalidade científica na prática médica”⁸. Geração e perfil científico-profissional combinam-se aqui.

Como chama atenção J.F. Sirinelli, a noção de “geração”, como uma categoria não cronológica, é altamente profícua para o historiador do ponto de vista analítico⁹. Ela pode se caracterizar pelo compartilhamento de alguns elementos: marcos fundadores, memórias em comum, formação similar, referências comuns nas auto-representações, a vivência de

⁷ SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 168-184; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000, p. 70.

⁸ PEREIRA NETO, A.F. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 23, 43 e 49.

⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 1996; SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



determinados acontecimentos e o enfrentamento de certas questões marcantes na experiência social¹⁰. Todos estes aspectos ajudam a forjar traços identitários. Todos são elementos presentes na geração de intelectuais médicos da qual fazia parte o ator central desse texto.

Carrilho, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro, Miguel Ozório, Miguel Salles, Diógenes Sampaio, Henrique Roxo, Antônio Austregésilo, Carlos Chagas, Miguel Couto, Júlio Porto-Carrero e muitos outros médicos compartilharam espaços de sociabilidade científica e profissional e tiveram referenciais formativos próximos, embora não homogêneas, nas *Faculdades de Medicina da Bahia* e do *Rio de Janeiro*. A própria especialidade psiquiátrica, junto com a neurologia e a medicina legal¹¹, constituía seus espaços de sociabilidade científica próprios. Mais ainda, muitos destes médicos, inclusive de outras especialidades, atuaram no *Hospício Nacional de Alienados*, sob a administração de Juliano Moreira, e/ou nas reuniões da *Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, fundada em 1907.¹²

Uma série de marcos fundadores mais amplos da medicina, ou específicos da própria área da psiquiatria, devem ser aqui mencionados: as reformas sanitárias na cidade do início do século, a reestruturação do *Hospício Nacional*, o *Congresso dos Práticos* de 1922, a fundação da Sociedade de psiquiatria citada, a promulgação da lei de Assistência Psiquiátrica de 1903, o movimento sanitarista da década de 1910, o aprimoramento do serviço médico-legal da polícia e suas perícias, entre outros. A absorção particular dos princípios eugênicos, da “psiquiatria kraepeliana” (alemã), a questão da degeneração do povo brasileiro, do aumento da criminalidade na cidade, a imigração, a necessidade de políticas públicas e da administração racional eram temas e questões centrais para este grupo de intelectuais.

Opondo-se a uma intelectualidade de erudição bacharelesca e da cultura enciclopédica, mas não rompendo de todo com algumas de suas características, estes médicos se articulavam como um grupo profissional coeso, embora não isento de discordâncias internas¹³, que via a ciência como a “linguagem da verdade”, uma ciência que deveria se desenvolver nos seus vários ramos, especialidades. Heitor Carrilho foi um médico que tomou ferrenhamente para si este ideal

¹⁰ SIRINELLI, Jean-François. A geração, p. 132-133; SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da História Intelectual*. Campinas: Papirus, 2002.

¹¹ Vale ressaltar que as fronteiras entre as áreas de investigação que tinham o mental e o cérebro (ou ainda a doença mental e suas relações com o crime, foco central da obra de Carrilho) como objetos centrais não estavam claramente definidas no início do século.

¹² Estes são temas bem caros a história da psiquiatria no Brasil. Fiz uma reflexão mais detida sobre o *Hospício Nacional de Alienados* em DIAS, Allister Teixeira. Entre el Pabellón y el Hospicio: conflictos en la Asistencia Psiquiátrica en Rio de Janeiro en principios del siglo XX. *Frenia*, Madri, v. XI, 2011.

¹³ Helenice Silva chama atenção, criticando Sirinelli, para a importância das dinâmicas e disputas (institucionais e culturais, podemos pensar também científicas), no interior das redes de sociabilidade intelectual. Ver SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da História Intelectual*, p. 25.



de especialização de sua geração. Ele produziu basicamente dentro da especialidade da psiquiatria forense, seus aspectos práticos, periciais, institucionais e teóricos. Mais especificamente, debruçou-se sobre a temática do crime e suas relações com os vários tipos de anormalidades mentais e as possíveis implicações deste saber médico na legislação penal e penitenciária.

No início de sua carreira escreveu sobre categorias diagnósticas específicas, relacionadas com o cometimento de atos anti-sociais, como a “parafrenia” e as “paranoias”, principalmente devido a sua experiência na *Seção Lombroso* do *Hospício Nacional de Alienados*, espaço destinado na instituição para os loucos delinquentes ou delinquentes que enlouqueceram na prisão¹⁴. Ali Carrilho produziu vários laudos e fichas de observação de pacientes, sobretudo na segunda metade da década de 1910, ganhando o respaldo de Juliano Moreira nesta área de atuação, o que, segundo seus memorialistas, vai lhe valer a indicação para a diretoria do *Manicômio Judiciário*, em 1921.¹⁵

Um pouco antes e logo que assume a direção do *Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, desde sua inauguração em 1921, procurou refletir sobre as formas de repressão, tratamento e profilaxia de indivíduos anormais do ponto de vista biológico e moral¹⁶ e, posteriormente, sobre os crimes passionais, demarcando uma posição frente a juristas em torno desta questão¹⁷. Seus atos de fala estão dentro de um contexto de embates médico-jurídico particular, cujo objeto é o criminoso e seu destino na sociedade brasileira.

Percebe-se em muitos dos discursos de Heitor Carrilho nos textos acima citados um valor geracional presente também nos escritos outros médicos e psiquiatras do período, como Leonídio Ribeiro e Juliano Moreira, por exemplo. É o sentido de missão salvatória atribuído à medicina: ela – nas suas várias especialidades – seria uma luz que guiaria e “salvaria” a sociedade, “salvaria” a nação. A ideia de “salvar a nação”, destrinchando seus problemas e produzindo soluções, estava muito presente em setores da intelectualidade brasileira e latino-americana na década de 1920, estendendo-se até os anos trinta.¹⁸

¹⁴ CARRILHO, Heitor. Sobre um caso de paranóia. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, ano X, n. 1 e 2, p. 131-140, 1914; CARRILHO, Heitor. *Estudo clínico das parafrenias (Trabalho de livre-docência apresentado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C, 1915.

¹⁵ Boas reflexões acerca da origem e natureza desta instituição encontram-se no já clássico CARRARA, S. *Crime e loucura: o aparecimento do Manicômio Judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: Ed UERJ; São Paulo: EDUSP, 1998.

¹⁶ CARRILHO, Heitor. Considerações sobre a Medicina Legal, a repressão e a profilaxia dos anômalos morais perigosos. *Brazil Médico*, Rio de Janeiro, v. 34, 1920.

¹⁷ CARRILHO, Heitor. Psicopatologia das paixões amorosas e seu aspecto médico-legal. *Arquivos do Manicômio Judiciário*. Rio de Janeiro, Ano III, n. 1 e 2, p. 3-31, 1933.

¹⁸ Ver FUNES, P. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años 20 latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 111.



No início da década de 1930, provavelmente, Heitor Carrilho se candidatou a *Academia Nacional e Medicina* com um trabalho intitulado *Estudo Clínico das epilepsias emotivas*, obtendo aprovação. Tal trabalho traduz uma de suas preocupações clínicas e forenses principais no início da década de 1930: a questão das epilepsias e suas relações com a inconsciência de certos indivíduos na hora do cometimento de crimes. Essa seria uma questão estratégica na medida em que diferenciaria as idéias do psiquiatra forense, do cientista, do mero advogado de defesa. Para ele, sentimentos como ódio, vingança e ciúmes, em suma emoções que todos podem ter, por si só não gerariam inconsciência, como queriam alguns advogados. Elas seriam problemáticas (“anormaes”) quando “vivas por anormaes”¹⁹. Na sua trajetória Carrilho atuou no *Instituto dos Advogados* (1930) e na *14º Sub-Comissão Legislativa do Governo Provisório* (1931), atuações que serão comentadas mais a frente. Em 1936 atuou na *1º Conferência Brasileira de Criminologia* apresentando um trabalho intitulado *Os criminosos passionais e o sursis*. Nesta conferência, reproduzido nos “Archivos”, Heitor Carrilho responde a questões colocadas pelos congressistas a respeito da definição do “crime passional”, colocando-se, novamente, num debate com juristas e demarcando sua posição de psiquiatra forense contra o uso indiscriminado e pouco científico do termo “criminoso passional”, sobretudo quando acionado por advogados, que, na sua opinião, se aproveitariam do “sentimentalismo” e “afetividade indulgente” dos brasileiros para obter absolvições “excessivas”. Contra isso, o médico afirmou a importância do exame clínico, da investigação profunda da personalidade daquele que cometeu um crime. Nesse sentido, só o médico poderia descobrir os “verdadeiros passionais”, que são os “eschizothymicos hyperesthesicos ou super sensíveis à maneira de Kretschmer”, indivíduos que, com um “estrutura organo-psychica” específica, propensa, ao passarem por um trauma afetivo desenvolvem ideias fixas que tomam corpo em atos violentos e impulsivos.²⁰

Em 1938, Carrilho esteve na delegação brasileira no *1º Congresso Latino-Americano de Criminologia*, realizado em Buenos Aires. Leonídio Ribeiro, chefe da delegação brasileira, fez o discurso de encerramento do Congresso. Para Ribeiro, a América Latina era a nova civilização do mundo, onde se “depositava a esperança da humanidade”. Mas para que este “futuro” se concretizasse era necessária a “defesa da sociedade” contra as “legiões de infelizes, prisioneiros de suas taras e seus vícios”; defendia, ainda, a proteção e o cuidado da infância para a formação

¹⁹ CARRILHO, Heitor. *Estudo Médico-Legal das Epilepsias Emotivas* (2 v). *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano I, n. 1 e 2, p. 182-196, 1930.

²⁰ CARRILHO, Heitor. *Os criminosos passionais e o “sursis”*. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano VII, n. 1 e 2, p. 7-15, 1936.



de uma “raça melhor”. Estes indivíduos deveriam, mais que excluídos, ser tratados²¹. Ao analisarmos os textos de Carrilho, mais a frente, perceberemos fortes afinidades com estas ideias.

No ensino, além de atuar na *Faculdade Fluminense de Medicina* e na *Faculdade de Ciências Médicas*, Carrilho atuou em cursos de aperfeiçoamento em perícia médica e medicina legal, junto com Afrânio Peixoto, Miguel Salles, Leonídio Ribeiro, Antenor Costa, Mario Bulhões Pedreira e Leitão da Cunha, na *Universidade do Rio de Janeiro*, nos cursos de Direito e Medicina. Ali assumia a disciplina “psico-patologia forense”.²²

Fez parte, desde o início de sua trajetória como psiquiatra, da *Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia de Medicina Legal* e seu periódico. No final de década de 1920 e nos dois primeiros anos da década de 1930 era um dos diretores dos “Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria”, periódico daquela instituição. No final de 1931 passa a redator, e pouco publica. Entretanto, das atas da Sociedade depreende-se certa participação de Carrilho nas sessões da entidade, como vice-presidente da “Secção de Medicina Legal” da Sociedade, função assumida em 1932²³. Além disso, Carrilho publicou trabalhos também em São Paulo: em 1928 nos “Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo”, artigo sobre o *Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*; e no ano seguinte artigo sobre o caso Febrônio Índio do Brasil na “Revista de Criminologia e Medicina Legal”.²⁴

Nas suas intensas circulações, Heitor Carrilho deparou-se muitas vezes com Evaristo de Moraes. Moraes defendia um enfoque psiquiátrico em casos de crime, bem como a necessidade de perícia na maior parte deles²⁵. Em 1939, na *Sociedade Brasileira de Criminologia*, depois da morte de Evaristo, o psiquiatra fez um discurso em sua homenagem, ressaltado sua “cultura psiquiátrica” como base de seus êxitos como advogado, um indivíduo, que como ele próprio, tinha uma “humana compreensão das reações anti-sociais”. Apesar de certas discordâncias, a eloquência de Moraes não era, na ótica de Carrilho, um “verbalismo oco”, típicos da cultura bacharelesca desprezada por muitos cientistas da sua geração, mas revelava fatos biológicos, sociológicos e psiquiátricos.²⁶

O projeto médico-intelectual de Heitor Carrilho

²¹ RIBEIRO, Leonídio. *De Médico a Criminalista*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967, p. 121-123.

²² RIBEIRO, Leonídio. *Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933, p. 10-39.

²³ Baseamo-nos nas atas das sessões da *Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Medicina Legal e Neurologia*. Foram compulsadas as atas de 1929 até 1933: *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929-1933.

²⁴ FERLA, Lina. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 392.

²⁵ MORAIS, Evaristo de. *O caso Pontes Visgueiro: um erro judicial*. São Paulo: Siciliano, 2002 (1934), p. 121-125.

²⁶ CARRILHO, Heitor. Evaristo de Moraes e a Psiquiatria Criminal. *Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, n. 1 e 2, p. 55-63, 1939.



As páginas dos “Archivos do Manicômio Judiciário” demarcam uma posição particular no campo médico e jurídico nas décadas de 1930 e 40. Entretanto, sua perspectiva, capitaneada por Carrilho, foi gestada no início do século, e até antes, remetendo a recepção no país do que se pode chamar, grosso modo, perspectiva biodeterminista com relação ao crime. É o que se pode chamar, com o vocabulário da época, de uma “concepção naturalística da criminalidade e do tratamento do delinquente”²⁷. A base de tudo eram os trabalhos de Lombroso, na segunda metade do século XX, na sua fusão com o degeneracionismo da psiquiatria francesa e com a psiquiatria e a criminologia alemã.

Para Marc Renneville, a junção da psiquiatria degeneracionista com as formulações da antropologia criminal lombrosiana produziu, por um lado, uma forte “patologização do criminosos” e, por outro, uma significativa “criminalização da loucura”.²⁸ Este “enfoque psicopatológico”²⁹ para a questão criminal é multifacetado e não é o intuito aqui redesenhar o argumento de cada psiquiatra, criminalista e jurista que constituíam referências básicas para Carrilho. Cabe ressaltar, contudo, seguindo a historiadora argentina Lila Caimari, a imensa plasticidade destas ideias ao adaptar-se a variados contextos culturais e ideológicos, ganhando novas facetas e agregando variados fatores etiológicos para o crime, mesmo sofrendo sérios ataques de médicos e juristas na passagem do século XIX ao XX³⁰. Além disso, cabe lembrar que as ideias formuladas em cada contexto possuem suas características próprias. Nos EUA, por exemplo, o neolombrosianismo se expressou na “teoria da constituição” de Earnest Hooton e Willian Sheldon.³¹ Na Alemanha, a obra de Lombrosos teria se desdobrado nas obras sui generis de Kretschmer e Lange; na França com Bachet; Freig na Suíça, Kimberg na Suécia, na Bélgica com Vervaeck, e na Itália com os discípulos de Lombroso, Carrara, Pende, Niceforo, Di Tullio, Grispgni. Isso ao longo das décadas de 1920, 30, 40 e início de 50.

O pensamento de Heitor Carrilho, expresso nos “Archivos”, molda-se na costura destas referências. O cerne estava nas possíveis anomalias, de origens diversas, impressas na personalidade (biológica e psíquica dos indivíduos), que pudessem explicar a conduta criminal. O psiquiatra e outros procuravam, em linhas gerais, atuar como defensores da “penetração das ciencias biológicas nos domínios da sciencia penal”, do estabelecimento de “exames psicológicos

²⁷ RIBEIRO, Leonídio. *De Médico a Criminalista*, p. 112.

²⁸ RENNEVILLE, Marc. *Crime et folie: deux siècles d'enquêtes médicales et judiciaires*. Paris: Fayard, 2003.

²⁹ CAIMARI, Lila. *Apenas un Delincuente. Crimen, castigo y cultura em la Argentina, 1880-1955*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

³⁰ CAIMARI, Lila. *Apenas un Delincuente*. Crimen, castigo y cultura em la Argentina, p. 152.

³¹ RAFTER, Nicole Hahn. *The Criminal Brain – Understanding Biological Theories of Crime*. New York: New York University Press, 2008.



e médicos em todo delinquente” e da transformação das prisões em centros de pesquisa médico-científicos³². Para isso, era necessário transformar as interpretações arraigadas socialmente acerca do crime, e este é o primeiro aspecto central a ser destacado do projeto médico intelectual de Carrilho, que seus artigos nos “Archivos” expressam.

O crime, nas suas variadas manifestações, deveria ser visto como originário de um fenômeno “psychobiológico” existente em alguns indivíduos de base orgânica degenerada; indivíduos com características morfológicas, fisiológicas e psicológicas anormais³³. A delinquência, neste registro, seria a “expressão de anormalidades psychicas momentâneas ou permanentes”³⁴; anormalidades constitucionais, parte integrante da personalidade do indivíduo. Toda criminalidade teria, para Carrilho, uma “base orgânica degenerativa” ou, em outras palavras, decorreria da anormalidade “morpho-physio-psychica” de determinados indivíduos³⁵.

Com esta interpretação, o psiquiatra chegava à conclusão de que todos os delinquentes deveriam ser conhecidos por inteiro, corpo e alma (biológica, antropológica e psicologicamente), e só quem poderia fazer deste conhecimento um saber científico eram os médicos, sobretudo psiquiatras. Eles deveriam ser os principais orientadores das decisões judiciais, e também responsável pelos destinos (terapêuticos) dados aos criminosos³⁶. A ideia de um exame médico psiquiátrico (ou exame médico-legal) em todos os delinquentes não era nova no Brasil. Era uma questão que despontava já no início do século XX, em textos de especialistas em medicina legal e psiquiatria, como Agostinho de Souza Lima, Franco da Rocha, Juliano Moreira e Nina Rodrigues.

Em junho de 1930, Heitor Carrilho fez uma conferência no *Instituto dos Advogados* com o título de *A colaboração dos psiquiatras nas questões penaes*³⁷. Nela Carrilho delineou princípios e temáticas básicos de seu discurso nas décadas de 1930 e 1940. Pouco tempo depois, o psiquiatra ampliou seu escopo e os temas discutidos no interior da *14ª Sub-Comissão Legislativa do Governo Provisório*, em 1931³⁸. Tal Sub-Comissão foi implantada para discutir e criar um novo código

³² CARRILHO, Heitor. Índices psycho-biológicos da regeneração. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, anno VII. n.º 1 e 2, p. 85-97, 1936; CARRILHO, Heitor. Neuro sífilis e delinquência. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, anno VII, n. 1 e 2, p. 5-11, 1938.

³³ CARRILHO, Heitor. Índices psycho-biológicos da regeneração, p. 92.

³⁴ CARRILHO, Heitor. A colaboração dos Psiquiatras nas questões penaes (2v). *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, ano I, n. 1 e 2, p. 155-172, 1930.

³⁵ CARRILHO, Heitor. Os Institutos de Anthopologia Penitenciária. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, ano II, n. 1 e 2, p. 12-23, 1931.

³⁶ CARRILHO, Heitor. Neuro sífilis e delinquência, p. 10.

³⁷ Tal conferência foi reproduzida nos “Archivos” de 1930. CARRILHO, Heitor. A colaboração dos Psiquiatras nas questões penaes, p. 155-172.

³⁸ Suas propostas foram reproduzidas nos “Archivos” de 1931, apresentando os seguintes títulos: “As directrizes actuaes da Medicina nas Prisões”, apresentado na Sub-Comissão no dia 15 de maio de 1931; “Institutos de Anthopologia Penitenciária”, apresentado no dia 29 de maio de 1931; “Secções Psychiatricas dos Estabelecimentos Penaes”, apresentado no dia 3 de julho de 1931; “Manicômios Judiciários”, dos dias 4 e 18 de julho de 1931;



penitenciário para o país. Entendemos que as falas de Carrilho nestes e em outros espaços, são ações que produzem performances, argumentos defendidos ou “normas que se almejava legitimar ou validar”.³⁹

Segundo Leonídio Ribeiro, dentre os 80 jurisconsultos chamados depois da “revolução” para estudar nas comissões legislativas os projetos de reforma das leis penais e civis, Levi Carneiro, então Ministro da Justiça, incluiu Heitor Carrilho. Carrilho teria como objetivo, nas palavras de Ribeiro, a “missão de ajudar os legistas na solução de muitos problemas jurídicos” relacionados com a medicina e a psiquiatria.⁴⁰

Na Sub-Comissão Carrilho expôs toda sua aprovação com os rumos políticos do país a partir de 1930, afirmando que o governo provisório trouxe novos horizontes e esperanças para indivíduos como ele, que visavam a “solução dos problemas nacionais” e a superação do “atraso” do país em questões penais e penitenciárias, perante países da Europa⁴¹. Vale ressaltar, como aponta Carlos Altamirano, a importância que representa para um intelectual a possibilidade de que suas ideias cheguem de forma mais efetiva na arena das discussões políticas governamentais⁴². Leonídio Ribeiro, em suas memórias, menciona o fato de que no início da década de 1930 circulavam argumentos de que a “revolução” necessitava de “técnicos a políticos” para a administração pública do país⁴³. Carrilho, e o próprio Ribeiro, se encaixavam neste perfil, como vimos anteriormente.

A Sub-Comissão foi formada pelos juristas Cândido Mendes de Almeida (presidente), José Gabriel de Lemos Brito (Jurista) e Heitor Carrilho, e reuniu-se “regularmente duas vezes por semana no edifício da Câmara dos Deputados”, realizando 114 sessões para organizar um projeto de Código Penitenciário, para ser “observado em todo país”⁴⁴. Estes três compunham na época o *Conselho Penitenciário do Distrito Federal*. Neste espaço de debate legislativo, o psiquiatra respondeu quesitos, apresentou suas propostas em “Exposições de Motivos” e anteprojetos de leis acerca de

“Sanatórios Penaes”, do dia 22 de dezembro de 1931; “Assistência aos Delinquentes Leprosos”, sem dia preciso de apresentação; “Secção Judiciária do Sanatório de Toxicomanos”, sem dia preciso de apresentação. A referência completa de cada um destes textos virá a seguir.

³⁹ Servimo-nos de suporte aqui das reflexões de Victor Gomes sobre as ideias de Pocock. Ver GOMES, Victor Chaves. *Visões da História: Begriffsgeschichte e Contextualismo Linguístico*. *Revista Dir.UniFOA*, Volta Redonda, v. 3, n. 3, p.11-22, 2008.

⁴⁰ RIBEIRO, Leonídio. *Medicina Legal*, p. 11-12.

⁴¹ CARRILHO, Heitor. As diretrizes actuaes da medicina das prisões. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano II, n. 1 e 2, p. 5-18, 1931.

⁴² ALTAMIRANO, Carlos. Introducción General. In ALTAMIRANO, Carlos. (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 9-27.

⁴³ RIBEIRO, Leonídio. *De Médico a Criminalista*, p. 105.

⁴⁴ *Diário Oficial da União (31 de agosto de 1933)*. Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Comissão Legislativa – Ante-projeto do Código Penitenciário do Brasil, p. 17175 e seguintes.



assuntos que se relacionam com a questão do regime penitenciário brasileiro. Heitor Carrilho, como o médico da Sub-Comissão, nas suas próprias palavras, deveria defender e desenvolver tudo que dissesse respeito aos “aspectos anthropopsychologicos e médicos do problema penitenciário”.⁴⁵

Para tanto, abordou o que havia de mais “moderno” acerca da “Medicina Penitenciária”, da constituição de *Institutos de Anthropologia Penitenciária* e de *Seções Psiquiátricas nas Prisões* e detalhou os fins e a natureza do *Manicômio Judiciário*. Por último, pregou a criação de *Sanatórios Penais*, de uma instituição para a *Assistência aos Delinquentes Leprosos* e de uma *Seção Judiciária do Sanatório dos Toxicômanos*. Em poucas palavras, sua idéia era formar uma rede institucional integrada no distrito federal, e que deveria ser expandida para o resto do país, cujo escopo seria a expansão da atuação médica no sistema penitenciário brasileiro.

Passemos aos seus argumentos. Para Carrilho, a medicina era uma área de saber fundamental para o sistema penitenciário. Os médicos que iam trabalhar nas prisões deveriam ser “especialistas em medicina penitenciária”, uma subespecialidade altamente moderna⁴⁶. Mesmo considerando que este tipo de medicina especializada não vigorava no Brasil, o psiquiatra considerou que só médicos com esta formação, com seus conhecimentos de bio-antropologia, psiquiatra e higiene mental, poderiam indicar terapêuticas individualizadas para os delinquentes. Os lugares por excelência de prática desta medicina deveriam ser os *Institutos de Anthropologia Penitenciária*, cujo objetivo seria o de investigar todos os delinquentes presos, caracterizando em fichas suas “constituições”, “temperamentos” e “personalidades”⁴⁷. Tendo como modelo a Europa, mais especificamente a Bélgica, o médico defendia que são estas instituições que potencialmente dariam cientificidade a sentença e a terapêutica prisional, indicando tipos de trabalho mais adequados para os indivíduos. Este seria um espaço contra a “mala vida” dos delinquentes, no qual ocorreria a “ortopedia moral” destes indivíduos.⁴⁸

Cinco anos depois, em 1936, Carrilho aponta quais deveriam ser as prerrogativas de tal instituição:

O estudo do delinquente e o estudo do delito, a anamnese médica e a anamnese criminal, a caracterização morfológica e psychica, as reações dynamico-huimoraes, a somatometria e a somatoscopia, a exploração do systema nervoso, o exame e a analyse psycholpogicos em gabinetes especializados (...) que ficam reunidas em fichas, promptuarios e livros especiaes.⁴⁹

⁴⁵ CARRILHO, Heitor. Assistência aos Delinquentes Leprosos. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, anno II, n. 1 e 2, p. 49-55, 1931.

⁴⁶ CARRILHO, Heitor. As diretrizes actuaes da medicina das prisões, p. 5-6.

⁴⁷ CARRILHO, Heitor. Os Institutos de Anthropologia Penitenciaria, p. 14.

⁴⁸ CARRILHO, Heitor. Os Institutos de Anthropologia Penitenciaria, p. 17.

⁴⁹ CARRILHO, Heitor. Indices psycho-biológicos da regeneração, p. 88.



A proposta de implantação de *Institutos de Antropologia Penitenciária* articula-se de perto com tendência constitucionalista biotipológica do Italiano N. Pende. Tal tendência, segundo Gustavo Vallejo, era um aprofundamento prático das teorias eugênicas em prol da “normalidade da raça” a partir do estudo do corpo e da alma de todos os indivíduos em espaços institucionais (*Institutos de Biotipologia*) em busca de anormalidades nos planos físicos, psíquicos e morais, visando, entre outras coisas, a prevenção de atos anti-sociais⁵⁰. A ênfase recaía sobre a atuação das glândulas endócrinas⁵¹. Heitor Carrilho, Leonídio Ribeiro e outros médicos brasileiros apropriaram-se de alguns destes princípios, mesclando-os a “taxinomia dos tipos humanos” de Ernest Kretschmer, nas suas classificações dos indivíduos de acordo com altura, peso e fisionomia, e a correspondência disso com certos traços de personalidade e propensão para determinadas doenças mentais⁵². Isto denota a presença mesclada de uma biotipologia constitucionalista italiana com as ideias criminológicas alemãs da República de Weimar no pensamento de Carrilho.⁵³

Tais institutos pensados por Carrilho deveriam ser instituições biotipológicas, como vemos na sua citação acima, voltada unicamente para delinquentes. Na Itália, a biotipologia articulou-se muito com a política governamental fascista, o que não percebemos tão explicitamente para o caso do Brasil. Lá, Pende construía metáforas biológicas no sentido de dar inteligibilidade ao corporativismo do Estado. Percebe-se, no pensamento científico de Carrilho, noções “biológicas totalizantes”, como em Pende, bem como uma perspectiva corporativista, sob retórica altruísta, mas não com tantas conotações políticas. Médicos italianos como Pende e Ferri eram explicitamente fascistas, Carrilho, até onde podemos apreender, não. O que não significa que não compartilhasse tendências de pensamento social de cunho corporativista. Podemos

⁵⁰ VALLEJO, Gustavo. Ojo del poder en ele espacio del saber: Los Institutos de Biotipologia. *Asclepio*, Madri, v. LVI-1, p. 219-244, 2004.

⁵¹ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Livros de Memórias do decifrador: medicina e crime nos estudos de Leonídio Ribeiro. In. DUARTE, Luíz Fernando Dias; RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Tereza A. (orgs). *A Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005, p. 98.

⁵² RAFTER, Nicole Hahn. *The Criminal Brain – Understanding Biological Theories of Crime*, p. 56.

⁵³ As referências a Kretschmer decaem muito nos textos de Carrilho ao longo da década de 1930, embora sua presença seja forte em texto publicados dos “Arquivos” em 1933, citado acima (*Psicopatologia das paixões amorosas e seu aspecto médico-legal*). A presença da criminologia e psiquiatria forense alemã no Brasil deve ser aprofundada. A bibliografia sobre o assunto é escassa em português, inglês, espanhol e francês. A leitura preliminar de Wetzell permite pensar certas fases da criminologia alemã: antes da 1ª Guerra como mais “psicológica”, na República de Weimar como mais biologizante, embora com considerações ambientais, e sob o 3º Reich como articulada com a política racial do estado, mas com pouca importância no que se refere à aplicação de leis de esterilização de criminoso, já que seus representantes não estavam de acordo com no que diz respeito as diretas ligações hereditariedade-crime. WETZELL, Richard F. *Inventing the Criminal: A History of German Criminology, 1880-1945. Studies in Legal History*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000, p. 117.



afirmar, outrossim, nesse momento é que, por exemplo, em texto do início da década de 1940, Carrilho apontava que a “neurohigiene” e a “profilaxia mental” eram instrumentos centrais para uma coletividade harmônica (“eurritimia”), “fraterna” e “sólida”, mostrando certa afinidade com as linhas de pensamento mencionadas.⁵⁴

A estas prerrogativas dos *Institutos de Antropologia Penitenciária* deveriam se somar o erguimento de *Seções Psiquiátricas* dentro das prisões. Carrilho parte do pressuposto, baseado na reflexão de criminologistas e psiquiatras eminentes do seu tempo, de que a grande maioria dos presos é composta por “anormaes e deficientes mentaes, portadores de constituições psychopaticas”⁵⁵. Tal instituição daria conta de evitar a superlotação do *Manicômio Judiciário* e garantiria justiça já que lá continuaria a contar a pena dos delinquentes adocidos mentalmente. O *Manicômio Judiciário*, por outro lado, deveria ser uma clínica judicial fechada, de alta segurança, para “anormais” “temíveis” de diversos feitios, com uma tripla finalidade: fazer perícias em acusados de crime “que allegam desordens mentaes ou dos condenados que apresentam perturbações psychicas”; tratar os indivíduos internados e segregá-los. Entretanto, para ser uma instituição plenamente científica o *Manicômio Judiciário* deveria ter um regime de trabalho racionalizado, nos moldes norte americanos, no qual os asilos são fábricas.⁵⁶

Por fim, Carrilho enfatiza a importância de se criar *Sanatórios Penais* para os presos acometidos por tuberculose, e algum mecanismo para a *Assistência aos Delinquentes Leprosos*, haja vista o grande número de tuberculosos e leprosos no *Manicômio Judiciário* e nas cadeias do país, bem como uma *Seção Judiciária do Sanatório de Toxicômanos*. A sífilis (mais especialmente a neurosífilis) também era um problema sério, no seu ponto de vista. Ela poderia gerar “delinquência patológica”, passando despercebida como causa de certas atitudes anti-sociais.⁵⁷ Só o médico, com o auxílio do laboratório, seria capaz de revelar estas possíveis etiologias da delinquência. A tuberculose e as toxicomanias requereriam, na sua concepção, maiores atenções: poderiam ser fatores geradores de criminalidade.⁵⁸

As ideias defendidas por Carrilho na Sub-Comissão, e aprofundadas ou repetidas ao longo da década de 1930 e início da década de 1940, articulavam-se com perspectiva, defendidas

⁵⁴ CARRILHO, Heitor. Psicogênese e Determinação Pericial da Periculosidade. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, ano XVIII, n. 1, 2, 3 e 4, p. 36-61, 1941.

⁵⁵ CARRILHO, Heitor. Seções Psiquiátricas dos Estabelecimentos Penaes. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, anno II, n. 1 e 2, p. 25-34, 1931.

⁵⁶ CARRILHO, Heitor. Manicômios Judiciários. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, anno II, n. 1 e 2, p. 34-42, 1931.

⁵⁷ CARRILHO, Heitor. Neuro sífilis e delinquência, p. 9.

⁵⁸ CARRILHO, Heitor. Sanatórios Penaes. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, anno II, n. 1 e 2, p. 48-52, 1931; CARRILHO, Heitor. Seção Judiciária do Sanatório dos Toxicômanos. *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, anno II, n. 1 e 2, p. 56-60, 1931.



por alguns intelectuais, de transformação do ordenamento jurídico penal brasileiro: como Francisco Campos, Oliveira Vianna, Nelson Hungria, Levi Carneiro, Evaristo de Moraes, e outros, críticos ao direito punitivo liberal. O período Vargas é fortemente marcado por este debate que desemboca na promulgação do Novo Código Penal de 1940, no Código de Processo Penal de 1942 e na Lei de Contravenções Penais de 1942⁵⁹. No contexto do debate intelectual do período, para além das searas da psiquiatria, psiquiatria forense e criminologia, as noções de coletividade, nacionalidade e civismo eram conceitos chaves para se pensar o tempo vivido, expressando a força de um projeto estatal de construção de uma nação homogênea no pensar e no agir, padronizada cultural e ideologicamente, e valorizadora da instituição familiar⁶⁰.

Mesmo com a existência de correntes ideológicas (no geral autoritárias) variadas, aqueles intelectuais ligados ao Estado varguista, à sua máquina burocrática estatal, mesmo não considerados “artífices do regime”, buscavam compatibilizar seus discursos, centrados nas noções de “objetividade”, “racionalização”, “padronização” e “organização técnica” com os rumos da política estatal e, no mesmo movimento, estruturavam estes rumos, eram parte do processo. O Estado varguista buscava o saber técnico e a recíproca era verdadeira: “crise”, “salvação” e “revolução” tinham vida longa neste ambiente semântico. Carrilho deve ser visto aqui, como muitos outros médicos e intelectuais que atuavam na administração do estado, como cientistas “especialistas em temas político-sociais”.⁶¹

Na “Exposição de Motivos” da 14^o Sub-Comissão Legislativa (“Do Regime Penitenciário”), publicada no Diário Oficial da União em 1933, percebe-se a confirmação das ideias de Carrilho: “Cria o Código uns organismos concêntricos, antropológicos, médicos e psiquiátricos para o exame sistemático dos reclusos, visando a individualização do tratamento penal”⁶². Todavia, tal projeto não foi implementado por inteiro.

Perigo e regeneração

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, muitos movimentos sociais e políticos eram vistos como perigosos por parte da intelectualidade europeia e brasileira, de um

⁵⁹ ROLIM, Rivail Carvalho. Estado, Sociedade e Controle Social no Pensamento Jurídico-Penal no Governo Vargas – 1930/1945. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultural Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 69-88, set/dez. 2010.

⁶⁰ SCHWARTZMAN, Simon; BONENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p. 106, 127 e 181.

⁶¹ CODATO, Adriano Nervo e GUANDALINI JR, Walter. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 145-164, 2003.

⁶² *Diário Oficial da União (31 de agosto de 1933)*. Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Comissão Legislativa – Ante-projeto do Código Penitenciário do Brasil, p. 17175 e seguintes.



modo geral, e médicas mais especificamente.⁶³ Na década de 1930, sobretudo a partir de 1937, percebemos no discurso médico e jurídico um pouco deste sentido também, na medida em que as “agitações políticas” (integralistas, liberais e socialistas) eram tidas como perigosas para a ordem que se construía, calcada nos “interesses coletivos”, no Estado como mediador dos conflitos. Percebe-se este sentido em Oliveira Vianna, Francisco Campos, Nelson Hungria, Leonídio Ribeiro e, de forma menos explícita, em Carrilho.⁶⁴ Mas estes componentes ideológicos e políticos do termo “periculosidade”, como empregado pela medicina, criminologia e direito penal, não encerram a complexidade dos seus sentidos. Cabe lembrar que conceitos médicos e jurídicos circulavam no repertório intelectual do seu tempo, sendo operados com significados específicos de acordo com a manipulação que deles faziam os atores/atores.⁶⁵

Intimamente imbricado com a acepção de periculosidade está o conceito de “defesa social”, formando um par conceitual inseparável. A “defesa social” é o fundamento filosófico, a espinha dorsal de toda argumentação de Carrilho. A ideia de defesa social pressupunham a ordem, a hierarquia, a obediência e a desigualdade que remetem ao legado geral da cultura jurídico-política ocidental de corte tomista. Seu par perfeito, a “periculosidade”, ou “temibilidade” (mais usada como termo de época), foi instrumentalizado por médicos e juristas no período, no Brasil e no resto do mundo, desde pelo menos a segunda metade do século XIX. O seu sentido médico advém com a psiquiatria no século XIX, no bojo da afirmação do “Estado Penal” na modernidade, quando os saberes psíquicos passam a ter importância sobre o crime⁶⁶. Para Foucault, o binômio crime-loucura permitiu a ascensão da *expertise psiquiátrica* no campo da justiça. Desta forma, refinaram-se as relações entre loucura-perigo, loucura-crime e a suspeição de que “por trás do crime, há perigo de loucura e, reciprocamente, por trás da loucura, há perigo de crime”.⁶⁷

Nesse sentido, a constituição do campo da psiquiatria forense é imanente à busca por elaborar critérios objetivos de medição da periculosidade dos indivíduos. Em fins do século XIX,

⁶³ Sobre isto ver HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993; ENGEL, Magali Gouveia. *Os Delírios da Razão. Médicos, Loucos e Hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)*. São Paulo: FIOCRUZ, 2001.

⁶⁴ SERRA, Carlos Henrique. O direito penal e a criminologia em Nelson Hungria e Roberto Lyra. *Revista Discursos Sediciosos. Instituto Carioca de criminologia*. Rio de Janeiro, p. 260-281, 1996.

⁶⁵ MULBERGER, Annete. Teaching Psychology to Jurist: initiatives and reactions prior to World War I. *History of Psychology*, v. 12, n. 2, p. 60-86, 2009.

⁶⁶ BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 280.

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatra e psicanálise*. Ditos e escritos. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 295-298. Um aprofundamento desta abordagem se encontra em FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso dado no College de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



Garófalo, jurista adepto das ideias de Lombroso, sistematizou uma noção jurídica de periculosidade no sentido de “perversidade constante e ativa do delinquente e a quantidade de mal previsto que se deve temer por parte do mesmo”⁶⁸. Para Garofalo, os criminosos perigosos eram “constitutivamente anormais”, pois possuíam uma anomalia moral, possivelmente com base orgânica, não mantendo sentimentos altruístas. Para estes, incuráveis na percepção de Garofalo, a defesa social deveria agir com uma “lei natural”, de eliminação tácita do convívio social pela morte, como a seleção natural dos inadaptáveis.⁶⁹

Neste contexto, foi fundada União Internacional de Direito Penal, em cujas reuniões foi discutido tal conceito, chegando-se a tipificação de alguns perigosos: alcoolistas, deficientes, mendigos, vagabundos, etc. Entretanto, as principais referências de Carrilho no assunto, o jurista espanhol Jimenez de Asua, e o médico argentino Loudet, sistematizaram o que seria a periculosidade com base mais em aspectos bio-psíquicos e comportamentais, do que sociais⁷⁰.

O indivíduo “perigoso” deveria ser isolado para a proteção do meio de vida coletiva. Mas quem eram os indivíduos perigosos? Para Carrilho, e vários outros médicos do mundo, nas décadas de 1920 e 30, o “temível” ou “perigoso” é um aspecto ontológico inerente a determinados indivíduos, fazendo parte da integralidade de suas personalidades. O indivíduo perigoso possuía grave anormalidade na formação de sua personalidade, uma “constituição defeituosa”, um “temperamento anômalo”. O perigo social que estes indivíduos representam, ou seja, sua temibilidade, é a expressão latente deste estado mórbido.⁷¹

Como apontou o historiador Ricardo Campos Marin, os psiquiatras espanhóis, nas décadas de 1920 e 1930, tinham sérias dificuldades para definir categoricamente o conceito de periculosidade. Neste período, o conceito era muito discutido e a retórica psiquiátrica primava por reformas de acordo com os pressupostos da higiene mental. Alguns psiquiatras e juristas questionavam, neste contexto, sua cientificidade, mas não sua utilidade legal e social; outros colocavam em dúvida seu potencial científico justo pela carga moral que o conceito carregava. Mesmo seus defensores, reconheciam a dificuldade de “localizar e “prevenir” o perigo.⁷²

⁶⁸ MECLER, Kátia. Periculosidade: evolução e aplicação do conceito, p. 71.

⁶⁹ ALMEIDA, Francis Moraes de. *Fronteiras da Sanidade. Da “Periculosidade” ao “Risco” na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Forense Maurício Cardoso de 1925 a 2003*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 121.

⁷⁰ MECLER, Kátia. Periculosidade: evolução e aplicação do conceito, p. 71-72.

⁷¹ CARRILHO, Heitor. As diretrizes actuaes da medicina das prisões, p. 16-17; CARRILHO, Heitor. Manicômios Judiciários, p. 34.

⁷² MARIN, Ricardo Campos. Higiene Mental y Peligrosidad social en España (1920-1936). *Asclepio*, Madri, v. XLIX – 1, p. 38-53, 1997.



Apesar destas questões, uma coisa era certa para psiquiatras como Carrilho: só o perito gabaritado, com formação específica, poderia afirmar positivamente ou negativamente sobre a periculosidade de alguém, ou, ainda, dizer sobre a sua diminuição ou desaparecimento. Ninguém mais poderia identificar, classificar e prescrever o melhor destino para os indivíduos anormais. Para chegar a conclusões acerca da temibilidade o médico deveria ter capacidade de enxergar as várias dimensões que compõem sua personalidade anormal: a “constituição defeituosa”, o “temperamento anômalo”, o “caracter pervertido”, a “predisposição individual”, investigar sua vida anterior, meditar sobre as “ações nocivas” que tal sujeito cometeu, o crime em si, seus motivos e a conduta posterior.⁷³

Os mais perigosos eram os “anormais”, os “psicopatas”, sujeitos com personalidade defeituosa, sem ética, que não assimilam nem lei, nem ordem. Aqui o degeneracionismo se fazia presente com força: com base “nos grupos da antiga degeneração mental”, Carrilho discriminou como anormais os indivíduos com “desvios ethicos constitucionais” e de perversões instintivas⁷⁴. Muitas vezes estes indivíduos, de “mala vida”, são também alcoolistas ou toxicômanos, aspectos que potencializam seus “estados perigosos”, decorrendo da má herança, da educação e também de processos degenerativos, inatos ou adquiridos.⁷⁵

Várias categorias diagnósticas enquadravam estes indivíduos. As mais usadas eram: “constituições psicopáticas”, “personalidades psicopáticas”, “loucura moral”, “daltonismo moral”, “fronteiriços” e “perversidade instintivas”. A historiadora Lizete Kumer, estudando a prática psiquiátrica forense no Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul e o seu vocabulário, nas décadas de 20, 30 e 40, com ênfase nos psiquiatras Jacintho Godoy e Luiz Rothfuchs, contemporâneos de Heitor Carrilho, sugere que estas categorias eram as mais acionadas naquele espaço, com base em variadas referências internacionais (Dupré, Regis, Di Tullio, Krestchemer, Bleuler, Hayamann, etc). No geral, eram considerados por estes médicos com originários de estados congênitos, e desencadeados por varias causas (álcool, sífilis, abandono moral, etc): indivíduos sem sentimentos éticos, afetividade⁷⁶. Em suma, eram “anômalos morais congênitos”, por causas orgânicas, fruto de um severo “atavismo psicopatológico”.⁷⁷

A noção de periculosidade representava, para Carrilho, um campo aberto de estudo que requeria a atenção concomitante de áreas de saber diversas como a Antropologia Criminal, a

⁷³ CARRILHO, Heitor. Índices psycho-biológicos da regeneração, p. 90.

⁷⁴ CARRILHO, Heitor. Índices psycho-biológicos da regeneração, p. 90.

⁷⁵ CARRILHO, Heitor. Seção Judiciária do Sanatório dos Toxicômanos.

⁷⁶ KUMER, Lizete. *A psiquiatria forense e o Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul: 1925-1941*. 2010. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 96-108.

⁷⁷ CAIMARI, L. *Apenas un Delincuente. Crimen, castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955*, p. 149.



Sociologia e a Psiquiatria, objetivando prever a “realização de novos delictos, para salvaguardar o meio social, pela conseqüente sequestração prophylatica dos psychopatas delinqüentes”⁷⁸. Somente médicos bem preparados poderiam firmar “diagnósticos exatos de temibilidade”, a partir de profundas perícias de periculosidade e sua “psicogênese”.⁷⁹

O processo histórico consagrou a periculosidade como um fato do regime de verdade médico-jurídico. Uma periodização possível para a questão da periculosidade, no contexto brasileiro – especialmente o Rio Grande do Sul – foi proposto pelo sociólogo Francis M. de Almeida. Para este estudioso, a natureza do indivíduo perigoso passa por duas fases mais claras: até 1950, com o predomínio de um enfoque psiquiátrico de “caráter orgânico-hereditário”; e depois de 1950, com a prevalência de noções “psico-dinâmicas”⁸⁰. O Código Penal de 1940 consagrou como perigosos por excelência os alienados, os criminosos embriagados ou toxicômanos, os reincidentes, ociosos, vadios, prostitutas, e os criminosos de quadrilha. Ou seja, os semi-imputável eram altamente perigosos. Tal perspectiva exprime uma certa influência das ideias defendidas por Carrilho e outros no texto constitucional, aspecto que mereceria maior atenção, mas que não será possível aprofundar aqui.⁸¹

Era possível, para Heitor Carrilho, reverter ou “curar” a periculosidade. Para tanto, era necessário “modificar as taras e os motivos psicopatológicos para o delito”⁸². Já que sua base são “taras psychobiologicas”, com um tratamento adequado estas “taras” poderiam desaparecer⁸³. O tratamento seria uma “reforma moral”, feita pelo trabalho, com vistas à uma “ortofrenia” (cura) e, possivelmente a “regeneração”. Nisso Carrilho não se afasta do projeto terapêutico basilar do alienismo, a saber, agir sobre a subjetividade do louco, no “moral”, “subjetivando a norma”⁸⁴.

A regeneração foi um tema central dos escritos de Carrilho. Regenerar, da sua perspectiva psiquiátrica-forense, significava modificar por completo as “tendências nocivas e os desvios psycho-moraes” dos “transviados das normais sociais”⁸⁵. Como dito acima, seu foco é moral:

⁷⁸ CARRILHO, Heitor. Psicogênese e Determinação Pericial da Periculosidade, p. 45.

⁷⁹ CARRILHO, Heitor. Psicogênese e Determinação Pericial da Periculosidade, p. 57.

⁸⁰ ALMEIDA, Francis Moraes de. *Fronteiras da Sanidade: da “Periculosidade” ao “Risco” na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Forense Maurício Cardoso de 1925 a 2003*, p. 15.

⁸¹ ALMEIDA, Francis Moraes de. *Fronteiras da Sanidade: da “Periculosidade” ao “Risco” na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Forense Maurício Cardoso de 1925 a 2003*, p. 16.

⁸² CARRILHO, Heitor. *Os Institutos de Anthopologia Penitenciaria*, p. 18.

⁸³ CARRILHO, Heitor. *Manicômios Judiciários*, p. 30.

⁸⁴ HUERTAS, Rafael. *Locura y Subjetividad en el nacimiento del alienismo. Releyendo a Gladys Swain. Frenia, Madri, v. X, p. 11-28, 2010.*

⁸⁵ CARRILHO, Heitor. *Indices psycho-biológicos da regeneração*, p. 86.



Regenerar um delinquente é, como se sabe, readaptá-lo ao meio social, de modo ao que ele possa assimilar a moral reinante, fiel ao espírito das leis, trabalhando eficientemente para a harmonia e progressos coletivos. Adaptar-se é, em summa, saber renunciar sem quebra de dignidade, harmonizar com sinceridade, cultivar, construir. É deixar, em segundo plano, os sentimentos egoístas, para fazer prevalecer os sentimentos altruístas.⁸⁶

Tais mudanças poderiam ser medidas a partir dos “índices psycho-biológicos da regeneração”, manipuláveis por médicos especialistas em biotipologia e a psicologia. Para tanto, era necessária uma terapêutica individualizada, por meio da “educação racional” (física, moral e intelectual e sexual), pelo trabalho (segundo aptidões, “disposições afectivas” e uma prévia “seleção psycho-physiologica”), por ensinamentos anti-alcoólicos, pela “exemplificação dignificante”, pela “boa aplicação de um systema de recompensas” e, por fim, pela cura de doenças como sífilis, verminoses, etc.⁸⁷. Ao serem evidentemente curados, delinquentes de passado perigo, poderiam ter livramento condicional, condição fortemente defendida por Carrilho. Entretanto, os indivíduos em liberdade condicional deveriam ter uma supervisão médica, participando de programas de higiene mental, como na Bélgica. Aqui, Carrilho mantém um debate forte com penalistas partidários da “reclusão sistemática”⁸⁸. Tais noções se enquadram no “correcionalismo”, doutrina que prezava o disciplinamento, a reintegração e a ajuda do estado para que os “malo viventes” (perigosos e inferiores) possam encontrar uma vida correta.⁸⁹

96

Considerações Finais

Duas falas situadas de Carrilho trazem elementos importantes para uma reflexão sobre o teor e as características do seu discurso. Quando se fala de outrem é possível que se diga muito sobre si. Heitor Carrilho homenageou Juliano Moreira num discurso pronunciado no *Conselho Penitenciário do Distrito Federal*, no dia 18 de julho de 1941⁹⁰. O exercício de exaltar seu mentor faz com que Carrilho diga muito sobre sua própria perspectiva de ciência e profissão, valorizando o “devotamento altruístico” à causa da doença mental, a noção de “relatividade do conceito de perfeição mental”, bem como uma aceção de ciência psiquiátrica como um campo em continua mutação e remodelamento. Em outra situação, anos antes, num dos últimos textos apresentados na Sub-Comissão, Heitor Carrilho fez uma declaração interessante: “por vezes tenho tido a

⁸⁶ CARRILHO, Heitor. Índices psycho-biológicos da regeneração, p. 95.

⁸⁷ CARRILHO, Heitor. Índices psycho-biológicos da regeneração, p. 97.

⁸⁸ CARRILHO, Heitor. Objetivos da Perícia Psychiatrica, p. 5-21, 1932.

⁸⁹ ROLIM, Rivail Carvalho. Estado, Sociedade e Controle Social no Pensamento Jurídico-Penal no Governo Vargas – 1930/1945, p. 88.

⁹⁰ Reproduzido nos “Archivos” de 1941. CARRILHO, Heitor. Homenagem a Juliano Moreira, p. 134-140.



impressão de que poderia parecer excessiva e talvez, impertinente em reivindicar para a medicina tantos aspectos e tanta colaboração nas questões penais”.⁹¹

O que ele estava fazendo ao dizer estas coisas. Tentando “situar o que foi dito na trama das relações linguísticas em que o autor se insere”⁹², supomos que Carrilho, por um lado, defendia sua especialidade, suas crenças científicas, conotando-as com um teor altruístico de dedicação ao todo social, por outro, demonstrava cuidado ao buscar adentrar as searas do debate intelectual que colocavam frente a frente discursos psiquiátricos e jurídicos. Com os seus atos de fala articulados nas páginas do “Archivos” na forma de textos, mas que reportam também a palestras, conferências e exposições orais em diversos espaços de debate médico e jurídico da década de 1930, Carrilho inseria-se numa engrenagem complexa de negociação, disputa e convergência científicas e intelectuais, nas fronteiras da medicina, criminologia e psiquiatria forense.

Buscava aí o “reconhecimento de autoridade científica” e a “legitimação profissional e social”⁹³, tencionando validar a cientificidade dos conhecimentos que defendia e colocava em prática no *Manicômio Judiciário* e no *Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro*, perante uma comunidade de intelectuais, sobretudo magistrados, mas também as esferas de poder estatal.

⁹¹ CARRILHO, Heitor. Assistência aos Delinquentes Leprosos, p. 50.

⁹² PALTÍ, Elías. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. *Revista de História Unisinos*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 292-303, 2007.

⁹³ HUERTAS, Rafael. Foucault Treinta años después. A propósito de El Poder Psiquiátrico. *Asclépio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*. Madri, v. LVIII, n. 2, p. 267-276, dec. 2006; MARIN, Ricardo Campos. Loucura, Crimen, Desviación y Orden Social. Las dinámicas de inclusión y exclusión de las poblaciones peligrosas em España (Siglos XIX-XX). In: ENCONTRO DA REDE IBEROAMERICANA EM HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA, 3º, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010, p. 121-127.



As condições físicas e de saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888)¹

Elainne Cristina Jorge Dias
Mestranda em História pela UFPB
elainnejorge@hotmail.com

RESUMO: Este artigo trata de discutir as condições físicas e de saúde dos escravizados na Paraíba (1850-1888) a partir dos anúncios de escravos em periódicos. O texto é uma reflexão dos dados contidos nos anúncios de escravos, já que estes nos fornecem ricos detalhes que possibilitam verificar uma população constantemente atacada por problemas de saúde e castigos. Este estudo vai além dos sinais contidos nos anúncios, uma vez que é fundamental dar importância aos aspectos ambientais, às condições sanitárias, aos regimes de trabalho, às dietas alimentares que foram presentes no cotidiano dos escravizados na Paraíba, para assim compreender melhor a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Escravizados, Saúde, Anúncios.

ABSTRACT: This article comes to discussing the physical conditions and health of the enslaved in Paraíba (1850-1888) from advertisements of slaves in journals. The text is a reflection the data contained in advertisements the slaves, since they provide us with rich detail that allow a community constantly attacked by health problems and punishments. This study goes beyond the signs contained in the ads, since it is essential to give importance to environmental, health conditions, working arrangements, to the diets that have been present in daily lives of slaves in Paraíba, in order to better understand the topic.

KEYWORD: Enslaved, Health, Advertisements.

Introdução

Nos últimos anos, o estudo da saúde e das condições físicas dos escravizados tem avançado em pesquisas que se propõem a discutir e problematizar questões acerca das condições cotidianas em que viveram a população cativa no Brasil durante o século XIX. Conforme Ângela Porto², isto se deve ao fato de que a produção historiográfica vem sendo enriquecida por contribuições que abrem novas perspectivas de investigação a respeito da saúde e das doenças dos escravos.

¹ Artigo apresentado como requisito de conclusão da disciplina TE - Sociedade e Culturas Políticas no Brasil Oitocentista, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, 2011.

² PORTO, ÂNGELA. Fontes para a História da Saúde dos escravos no Brasil. In: *ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 4º, Curitiba. *Anais...* Curitiba: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.endnot.com/eninfo.asp>>. Acesso em: 20/1/2011.



Ângela Porto³ destacou que, na historiografia brasileira a questão da saúde e da doença do escravo tem sido analisada apenas indiretamente nos trabalhos acadêmicos sobre a escravidão em geral e que os múltiplos aspectos relacionados a essa questão são parcialmente conhecidos, além de se encontrarem dispersos em fontes primárias de origens diversas. A mesma autora ainda salientou que nos últimos anos este quadro tem mudado, pois teses recentes encontram no estudo das práticas de saúde, doença e cura um espaço de interessante valor histórico para a observação das tensões, conflitos e negociações na sociedade escravista. Exemplo dessa renovação de estudos é a obra organizada por Dilene Raimundo do Nascimento e Diana Maul de Carvalho⁴, na qual há artigos que analisam a doença a partir de diversos aspectos.

Esta produção de pesquisas científicas que problematizam a questão da doença e consequentemente da saúde revelam o espaço que a história das doenças vem conquistando dentro das produções historiográficas, mostrando assim que este objeto de estudo deixou de ser analisado exclusivamente pela medicina. Com relação à doença como objeto de análise, Silveira e Nascimento⁵ colocaram que esta é possível, pois existe uma historicidade nas doenças ligada a todos os acontecimentos do ser humano e que assim como a história, a doença como fenômeno é uma construção.

No que diz respeito à história da doença dos escravos, esta passou a ganhar espaço na medida em que a historiografia da escravidão abriu caminho para novas abordagens e perspectivas sobre a temática, sobretudo acerca da condição social dos escravizados e de suas formas de luta e resistência ao sistema escravista. Isto porque as condições de trabalho, higiênicas, climáticas e, epistemológicas eram determinantes para o desenvolvimento das doenças entre os escravizados⁶, as quais resultaram muitas vezes em altos índices de mortalidade entre estes, tornando-se desta forma um ponto essencial para os pesquisadores que se propõem a discutir as condições de vida da população escravizada.

³ PORTO, Ângela. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX. In: *Revista Latino Americana de psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 726-734, Dez. 2008.

⁴ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

⁵ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

⁶ É importante destacar que estas doenças, analisadas a partir dos anúncios de jornais, não atingiam apenas os escravizados, mas todas as classes sociais.



As condições físicas e de saúde dos escravizados na Paraíba (1850-1888)

O objetivo deste artigo é analisar a “doença do escravo” a partir de informações de condições físicas e de saúde dos escravizados presentes nos anúncios de jornais da Paraíba que circularam durante a segunda metade do século XIX, mais precisamente entre os anos de 1850 e 1888. Isto se deve ao fato de não ser possível analisar as condições de saúde dos escravos sem discutir as doenças e curas. Destaca-se ainda, que este estudo permite levantar algumas hipóteses sobre a saúde da população escravizada da Paraíba Oitocentista, já que os anúncios de escravos conforme Márcia Amantino⁷ trata-se de amostragens e, como tais, seus resultados não devem ser vistos como absolutos, além serem “elaborados a partir da convivência que o senhor tivera com o escravo antes da fuga”.⁸

Todavia, isto não tira a importância deste tipo de documento para estudar a população escravizada, pois por meio dos jornais é possível ter uma visão do universo em que viviam. Luiz Mott⁹ destacou que um levantamento sistemático destes anúncios permite ao pesquisador interessado no estudo da população servil, reconstruir minuciosamente inúmeros traços desse segmento que outras fontes (censos, cartas de alforria, matrículas), omitem ou são lacunosas a exemplo da ocupação, proprietários anteriores, além da aparência do sujeito.

100

No que diz respeito a este último aspecto, isto se torna possível de analisar, pois os anúncios de escravos fugidos são “verdadeiros “retratos falados” que numa época anterior à fotografia, constituem a imagem fiel que podemos dispor da aparência física e outras características da escravaria”¹⁰. Sendo assim, os anúncios de escravos permitem problematizar diversos aspectos do cotidiano e das condições em que viviam a população escravizada na Paraíba na segunda metade do século XIX.

Cabe destacar, que este não é um estudo pioneiro que analisa aspectos da população escravizada por meio de anúncios de jornais do século XIX. Gilberto Freyre desde a década de 1930 percebeu a importância deste material para analisar a população escravizada do Brasil a partir de uma interpretação antropológica, discutindo, entre outros aspectos, as indicações sobre

⁷ AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. In: *Revista História, Ciência, Saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1377-1399, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n4/14.pdf>>. Acesso em: 20/1/2011.

⁸ CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade. Rotinas e Rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

⁹ MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, V, 1986, Águas de São Pedro. *Anais...* Águas de São Pedro: [s.n.], 1986.

¹⁰ MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe, p. 4.



problemas físicos, modificações corporais, marcas no corpo dos escravizados, além de questões culturais.¹¹

Este estudo pioneiro de Freyre serviu de base para diversos pesquisadores interessados em discutir a escravidão no Brasil a partir dos anúncios de escravos presentes nos periódicos do século XIX. Dentre as novas pesquisas que utilizam estas fontes, destaco a de Márcia Amantino.¹² A autora analisou de uma perspectiva renovada, as condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro que circularam em 1850. Isto foi possível, pois, “novos interesses podem superar funções vigentes, de forma que o pensamento histórico, sob pena de torna-se anacrônico, tem de modificar suas perspectivas orientadoras com respeito ao passado”.¹³

Sendo assim,

a definição do tema, o equacionamento dos problemas, a maneira de trabalhar hipóteses ad hoc, o uso das fontes, a definição de objetos, os procedimentos de análise, a fixação das interpretações, a percepção da “teia de significados” são variáveis que, conforme a posição (e a época) do autor se combinam ou excluem, mas constituem um guia operacional seguro para o pesquisador.¹⁴

Venâncio e Casasca¹⁵ destacaram que, na década de 1970 o número de estudos que utilizavam os jornais como fontes de pesquisa para compreender a história do Brasil era relativamente pequeno, aumentando a partir dos anos de 1980 quando se aprofundaram as pesquisas a respeito da escravidão. Um destes estudos é o de Lília Schwarcz¹⁶, que se utilizou dos jornais do final do século XIX para discutir a imagem dos negros expressa na imprensa paulistana entre as décadas de 1870 e 1900. Cabe ressaltar, que além deste estudo, outras pesquisas foram¹⁷ e continuam sendo desenvolvidas a partir da utilização de anúncios de jornais de escravos do

101

¹¹ Gilberto Freyre, na década de 1930, estudou e analisou cerca de dez mil anúncios de escravos contidos em periódicos brasileiros do século XIX, resultando posteriormente na publicação de sua obra “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX” (1963), em que tem, como anexo, três estudos sobre a população escravizada a partir de anúncios de escravos, elaborados ainda na década de 1930.

¹² AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850.

¹³ RÜSEN, Jörn. Tarefa e função de uma teoria da história. In: *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

¹⁴ WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*: teoria e história da historiografia. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 184.

¹⁵ CASASCA, Marina; VANÂNCIO, Renato. Jornais mineiros do século XIX: um projeto de digitalização. In: *Revista eletrônica Cadernos de História*, Ano II, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>. Acesso em 20/11/2010.

¹⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁷ A utilização do anúncio enquanto fonte de pesquisa e análise pode ser percebida em obras como a de Karasch, Amantino, Ferrari, Lima, entre outras.



século XIX para analisar novos aspectos da população escravizada, ou seja, este material continua sendo uma importante fonte de conhecimento.

No que se refere às pesquisas voltadas para Paraíba que se utilizaram dos jornais, mais precisamente dos anúncios de escravos fugidos do século XIX, temos os estudos das pesquisadoras Solange Rocha¹⁸ e Maria da Vitória Lima¹⁹. A primeira utilizou-se dos anúncios para resgatar experiências de crianças, mulheres e homens escravos em três freguesias da Zona da Mata: Livramento, Santa Rita e Nossa Senhora das Neves. A segunda analisou fatos ligados à resistência dos escravizados na Paraíba durante o século XIX a partir dos anúncios de escravos fugidos.

No presente artigo utilizei as mesmas fontes de pesquisa, mas, discutindo outras questões relacionadas ao cotidiano e condições de trabalho e moradia dos escravizados na Paraíba, para que assim possamos chegar a algumas conclusões e hipóteses a respeito das condições físicas e de saúde destes.

Maria da Vitória Lima²⁰ expôs que “os anúncios do século XIX muitas vezes eram apresentados como notícias ou avisos, já que inexistia uma estrutura fixa e rígida para os anúncios, visto que cabia a cada anunciante o preenchimento do espaço destinado a sua divulgação da forma que melhor lhe conviesse, tornando-o um gênero com marcas de personalidade devido à presença no texto de seu “tom pessoal”.” Podemos perceber este “tom pessoal” nos anúncios relacionados aos escravos publicados nos jornais paraibanos da segunda metade do século XIX:

No dia 15 de junho do corrente anno fugio de Placido Pinto da Conceição, morador na povoação de Fagundes termo de Campina Grande, província da Parahyba do norte, um escravo crioulo, de nome Pedro, com idade de quarenta anos mais ou menos, alto pouca barba, *meio côxo, pôr ter no pé direito uma paralyisia incompleta e já haver diminuição nos músculos, e que faz sensível diferença do pé esquerdo.* Grifos nossos [...].²¹

A partir deste anúncio é possível perceber a “voz do dono”, que “caracteriza-se por exprimir as relações de poder na qual se encontra existentes na época e próprias dessa e do lugar

¹⁸ ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista*: População, família e parentesco espiritual. São Paulo: editora UNESP, 2009.

¹⁹ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida*: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). 2010. 378 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

²⁰ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida*: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX), p. 34.

²¹ Jornal *A Regeneração*, 27 de julho de 1861.



do poder na qual se encontra quem fala: a classe dos donos de escravos”²². A partir da fala do anunciante, no caso o dono do escravizado, podemos também encontrar indícios sobre a condição física e de saúde deste cativo, conforme descrito e destacado anteriormente.

Muitos dos problemas de saúde relacionados à condição física dos escravizados apresentados pelos anúncios de escravos fugidos estão relacionados à própria condição de cativo em que viviam (moradia, alimentação e vestimentas) e as longas e repetitivas jornadas de trabalho realizadas. Como podemos observar o escravo fugido Pedro apresentava uma paralisia incompleta e diminuição nos músculos, o que provavelmente seria os efeitos de longos anos de trabalho. Entretanto, esta paralisia poderia também ser resultado da *triptanosomíase americana*²³. O *triatoma megista*, conhecido na Paraíba como “barbeiro” e “bicho de parede”, escolhe, como lugar de sua morada, habitações precárias construídas com barro e cobertas com sapé, a exemplo de algumas senzalas. Na percepção de Sônia Magalhães²⁴, estas características de habitações eram propícias para esse artrópode depositar seus ovos e iniciar os dois períodos de manifestação do tripanossomo, o agudo e o crônico. Por sua vez, no período agudo ou febril, os parasitas poderiam viver dias ou meses na circulação periférica, até penetrarem nas fibras do coração, causando, na maioria das vezes, a morte dos doentes. Porém, quando estes parasitas incidem no sistema nervoso, podem provocar paralisias e outras debilitações.

103

Outros anúncios apresentam outros sinais de modificações corporais nos escravizados, como este: “Fugio no dia 20 de junho do corrente anno, hum mulato de nome João, idade de 22 a 24 annos, cabelos entre crespo e paxaim, olhos regulares, rosto redondo, dentes [...], mãos grandes, *pernas grossas, corpo grosso*, altura regular [...]”²⁵, grifos nossos. Este anúncio chama atenção para o fato deste escravo possuir pernas grossas e corpo grosso. Estas descrições poderiam indicar sinais de elefantíase-dos-árabes e elefantíase-dos-gregos, já que ambas engrossavam e desfiguravam o corpo. A este respeito, Mary Karasch²⁶ destacou que pelos sintomas descritos na elefantíase- dos- árabes tratava-se de filariíase, “uma doença causada por um parasita invasor que

²² FERRARI, Ana Josefina. *A voz do dono: Uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos*. Campinas: Editora Pontes, 2010, p. 103.

²³ Esta doença é conhecida popularmente por doença de Chagas.

²⁴ MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, Saúde e doenças em Goiás no século XIX*. 2004. 260 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2004.

²⁵ Jornal *O Reformista*, 25 de agosto de 1850.

²⁶ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.



se instalava nos vasos linfáticos”²⁷. À medida que estes parasitas se multiplicavam, as pernas, o escroto e os seios inchavam de tal forma, que no caso das pernas poderiam atingir tamanhos e aparência de elefantinhos.

Com relação às mãos dos escravos, alguns anúncios chamavam atenção para o fato de serem “inchadas”, o que poderia ser um sinal de violência contra o escravizado, pois era comum na época o uso da palmatória como instrumento de castigo. Outro tipo de castigo muito utilizado no período da escravidão era a aplicação de açoites, que deixava marcas nos corpos dos escravizados, como é possível verificar: “Fugio no dia 20 do corrente [...] a escrava Anna, crioula, idade de 33 para 34 anos, com os seguintes signaes: baixa, secca, côr não muito preta, olhos regulares, pescoço curto, e fino, *algumas marcas de xicote* [...]”²⁸, grifos nossos.

O impacto do castigo sobre a saúde dos açoitados era grande. As chibatadas abriam feridas no corpo dos escravizados que permitiam a penetração de parasitas tropicais, vermes, esporos e bacilos, entre outros. Mary Karasch²⁹ descreveu que era com frequência depois de um castigo que a pele era perfurada, os escravizados contraíam tétano, além de outros problemas resultantes de infecções em feridas abertas como gangrena, úlceras tropicais, boubá e ancilostomose. No Brasil, com clima tropical, estas feridas abertas eram às vezes letais para os escravos que não recebiam os cuidados necessários.

Muitos escravos ainda traziam em seus corpos marcas de acidentes de trabalho como podemos perceber neste anúncio:

Ausentou-se no dia 8 deste mez, o escravo Antonio, conhecido como carrapato, com os signaes seguintes: pardo, 58 annos de idade, mais ou menos, estatura mediante, cabelos não muito carapinhos e já bem pintados de branco, dois dedos da mão direita coriados, um pulmão em um dos pés, no qual *tem uma cicatriz, produzida por golpe de machado em ocasião de trabalho no officio de carpina* que é sua profissão, uma pequena fistula no lado esquerdo do rosto, prosista e amante a bebidas espirituosas [...]. Grifos nossos.³⁰

Percebemos que o próprio anúncio relatou que a cicatriz do escravizado é proveniente de acidente de trabalho. Porém, em outros casos estas marcas de cicatrizes relatadas nos anúncios de escravos fugidos, não são possíveis de serem identificadas quanto à origem, a exemplo, do

²⁷ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, p. 233.

²⁸ *Jornal da Parahyba*, 27 de julho de 1864.

²⁹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, p. 183.

³⁰ *Jornal O Liberal Parahybano*, 1 de maio de 1883.



escravo que fugiu do Engenho Roma, no Termo de Bananeiras (PB) em 1883, que foi descrito no anúncio como possuidor de uma cicatriz próxima a boca, sem relatar sua origem.³¹

Gilberto Freyre³² comentou que no caso das marcas étnicas, estas eram confundidas por vezes com marcas de fogo que estigmatizavam os escravos como escravos para vida inteira e que

das próprias deformações de corpo que assinalavam muitos escravos fugidos retratados com todos os ff e rr em anúncios de jornais brasileiros do Tempo do Império deve-se salientar que não eram deformações que os definissem como cacogênicos; e sim deformações que dentro das culturas tribais donde os arrancava o tráfico negreiro, visavam fins estéticos ou objetivos rituais, condicionados pelas mesmas culturas [...].³³

Um destes tipos de “deformações”, isto é, modificações corporais, muito presente nos anúncios relacionados a escravos na Paraíba, diz respeito à questão dos dentes. Em muitos anúncios verificam-se diversos aspectos ligados à saúde dentária dos escravos ou ainda a falta de dentes, que poderia, em alguns casos, estar ligada a questões estéticas e culturais dos escravizados: 1) um dente da frente quebrado; 2) dentes limados; 3) com falta de alguns dentes da frente; 4) com todos os dentes da boca; 5) dentadura bôa; 6) dentes perfeitos e limados.

Andersen Silva, Diana Carvalho e Sheila Souza³⁴ destacaram que, as modificações intencionais do corpo consideradas mais frequentes nos africanos são as mutilações dentárias. Gilberto Freyre³⁵ afirmou sobre este aspecto que, as alterações dentárias – sobretudo os dentes limados – talvez sejam dentre as marcas de caráter étnico, as registradas em maior número nos anúncios de jornais brasileiros do tempo do império, embora as que se referem a dentes extraídos faltem os pormenores que lhes dariam verdade antropológica. No entanto, cabe salientar que a perda dentária em vida pode ser resultado de diversos fatores, como por exemplo, a cárie dentária não tratada, que pode ter sido muitas vezes causada pela sacarose presente na cana-de-açúcar, tão cultivada na Paraíba durante o século XIX.

Os pés dos escravizados descritos nos anúncios de jornais da segunda metade do século XIX que circularam na Paraíba, também podem fornecer ricas informações a respeito das condições físicas e de saúde dos escravizados. Muitos anúncios descrevem de várias maneiras os pés dos escravizados: “pés cumpridos”, “pé direito uma paralyisia incompleta”, “pés seccos”, “pés

³¹ Jornal *O Liberal Parahybano*, 24 de novembro de 1883.

³² FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

³³ FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, p. 133.

³⁴ SILVA, Andersen Líryo da; CARVALHO, Diana Maul de; SOUZA, Sheila Mendonça de. A Saúde dentária dos escravos em Salvador, Bahia. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (org.). *Uma História brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

³⁵ FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, p. 47-48.



chatos”, “pés grandes”, “pé direito aleijado”, “pés bastante grandes e chatos” e, “um pulmão em um dos pés”.

Os sapatos, visto como “o emblema da liberdade”, não eram usados pelos escravizados, e estes sofriam conseqüentemente vários danos nos pés. Mary Karasch³⁶ afirmou que um perigo para o escravo que andava descalço era o bicho-de-pé, que caso não fosse bem removido, o inseto colocava seus ovos sob a pele, causando infecções sérias que podiam deixá-los aleijados. Além disso, era comum nos anúncios informações a respeito das unhas e dedos dos escravizados: “uma unha do pé lascada”, “dêdos arrebitados”, “faltando-lhe o dedo mínimo do pé direito”. Estas descrições evidenciam diversos problemas de saúde causados pela falta de sapatos e vulnerabilidade dos pés.

Além dos pés, dedos e unhas, os olhos era outro aspecto que aparecia com frequência nas descrições enunciadas pelos senhores de escravos nos anúncios de fuga, já que neste tipo de anúncio é possível identificar uma “riqueza de detalhes com suas marcas e sinais que revelam uma população constantemente atacada por problemas de saúde, pestes e castigos”³⁷. Muitos anúncios revelam que os escravizados possuíam os “olhos vivos e vermelhos” ou “olhos vermelhos”, o que poderia indicar algum problema na visão. Gilberto Freyre³⁸ relatou que, certos casos de doenças de olhos que se referem os anúncios de negros fugidos seriam talvez manifestações de carências de vitaminas A, causada pela falta de nutrição conveniente e suficiente, o que levaria a oftalmia, uma cegueira noturna parcial ou total, que deixava os olhos irritados e vermelhos.

A respeito da oftalmia presente nos escravizados, Mary Karasch³⁹ comentou que esta se tratava de uma moléstia contagiosa dos olhos, sendo uma das doenças mais temidas do tráfico negreiro, devido aos danos a saúde que a mesma causava. A mesma autora ainda acrescentou que a causa exata de tanta cegueira entre escravos é difícil de determinar, pois esta poderia ser consequência de diversos motivos, como a deficiência de vitamina A, citada também como motivo por Gilberto Freyre⁴⁰, acidentes, glaucoma não tratado, catarata, e doenças como varíola, sarampo, sífilis e lepra.

³⁶ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, p. 188-189.

³⁷ BASTOS, Ana Karine P. de Holanda. Estratégias publicitárias do anúncio de escravo no jornal do Recife. In: *Mercatus Digital*, Recife, n. 19, jul. 2010, p. 38. Disponível em: <<http://mercatus.escolademarketing.com.br/index.php/revista/article/view/3>>. Acesso em: 20/02/2011.

³⁸ FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, p. 114-115.

³⁹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, p. 228-229.

⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, p. 114.



Márcia Amantino⁴¹ afirmou que em alguns casos, esta limitação física poderia constituir grande vantagem para o senhor, já que escravos cegos ou com outras deficiências eram colocados nas ruas para esmolar, revertendo o lucro para seu dono. Porém é importante destacar, que o fato de os escravizados serem descritos nos anúncios de fuga com os olhos vermelhos pode ser sinal de consumo de bebidas alcoólicas, uso de fumo e mesmo de maconha, já que consumidos em grande quantidade deixam os olhos vermelhos como a oftalmia. A respeito do uso de maconha entre os escravos, é importante destacar que este era um hábito comum a cultura escrava do Oitocentos e que, muitas vezes, estava presente no dia-a-dia das sociedades africanas de onde estes escravos eram originários.⁴²

Anexo a este fato, estão as marcas de bexigas tão presentes nas descrições dos corpos dos escravizados. Para Keith Barbosa⁴³ é fundamental dar relevo aos aspectos ambientais, às condições sanitárias, aos regimes de trabalho, às dietas alimentares, aos vestuários, entre outros, para explicar as dinâmicas de morbidade e mortalidade numa sociedade escravista.

Durante grande parte da segunda metade do século XIX, a Paraíba foi alvo de diversas moléstias e pestes que resultaram, em alguns momentos, na morte de diversas pessoas das mais variadas camadas sociais. Muitos relatórios de presidentes de província descreveram durante vários anos as mais variadas doenças que fizeram parte do cotidiano da população, como podemos observar neste de 1851:

Nesta Capital apareceu a peste *variola* em Abril deste anno, e de péssima qualidade; não foi em grande escala como em outras épocas [...].
Constando a esta Prezidencia em data de 28 do mez findo que a *bexiga* estava produzindo estragos na população da Bahia da Traição [...]. Grifos nossos.⁴⁴

Ou ainda:

A epidemia das *bexigas*, de que vos deu notícia o meu honrado antecessor em seu Relatório, com quanto tenha diminuído muito de intensidade, ainda não abandonou

⁴¹ AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850, p. 1385.

⁴² Ver: GONTIÉS, Bernard. Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/article/view/164>>. *Revista Mneme*, v. 4, n. 7, fev/mar. 2003. Acesso em: 20/02/2011.

⁴³ BARBOSA, Keith. Saúde e escravidão: aspectos da experiência negra entre Brasil e Angola na primeira metade dos dezenove. In: *ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH*, XIII, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. Disponível em: <<http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/20081212975485-Arquivo-ANPUH-RIO-KeithBarbosa.pdf>>. Acesso em: 20/11/2010.

⁴⁴ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província. O dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851, fl.12. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 20/11/2010.



completamente esta Província, fazendo todos os dias uma ou outra victima. Grifos nossos.⁴⁵

Como podemos perceber em diversos anos a varíola ou bexiga⁴⁶ esteve presente no dia-a-dia da população que vivia na Paraíba, chegando mesmo a matar como foi possível verificar. As vítimas que conseguiram sobreviver, muitas delas passaram a carregar em seus corpos as marcas deixadas por estas doenças, marcas estas que podem ser identificadas nos escravos através dos anúncios da segunda metade do século XIX:

Fugio na noite de 19 para 20 do corrente mez, do sítio do Sr. Dr. Augusto F. de Oliveira a Ponte d' Uchôa o seu escravo Luis, quase que branco, *tendo no rosto marcas de bexigas bem visíveis*, cabelo anelado, baixo, reforçado, bem falante, e de cerca de 28 annos, levou camisa de beata encarnada e chapéu de palha novo, mas já foi encontrado vestido de roupa branca, e consta que fora munido de uma carta [...], [grifos nossos].⁴⁷

Este anúncio chama atenção para o fato de as marcas de bexigas serem bem visíveis, mas em outros casos é possível identificar outras referências a respeito das marcas deixadas pela referida doença: “pele bexigosa”, “marcas de bexigas pouco perceptíveis” e, “bexigoso”. Estes detalhes contidos nos anúncios de escravos, com suas marcas e sinais, evidenciam então uma população escravizada constantemente atacada por problemas de saúde e pestes.

Segundo Lília Lobo⁴⁸, as doenças e epidemias que dizimavam a população afetavam particularmente os escravos, em face às condições de higiene em que viviam. Geralmente as condições de alojamento dos escravizados eram péssimas, pois dificilmente as senzalas eram construídas com tijolos e telhas, sendo a maioria fria, com pouca ventilação e suja, tendo paredes construídas com barro e cobertas com sapê. Estas condições higiênicas em que vivia grande parte da população no Brasil em meados do século XIX, respondem por ser um dos fatores que ocasionaram vários surtos epidêmicos que se repetiam com pouco intervalo, a exemplo da febre amarela, cólera, varíola ou bexiga, que se espalhavam rapidamente pelos municípios da Paraíba. Sendo assim,

considerar a saúde e a doença como realidades orgânicas independentes tanto do espaço e do tempo, quando das características dos indivíduos e dos grupos atingidos

⁴⁵ Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da província, o doutor Antônio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856, fl.19. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 20/11/2010.

⁴⁶ Além da bexiga e varíola, outros tipos de moléstias assolaram a população paraibana na segunda metade do século XIX, a exemplo da febre amarela e cólera.

⁴⁷ Jornal *O Tempo*, 03 de agosto de 1865.

⁴⁸ LOBO, Lília Ferreira. Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência. In: _____. *Ao infames da história: pobres, escravos e deficientes no brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 148.



por uma doença, é restringi-las à leitura exclusiva do saber médico e não percebê-las como realidades que dimensões sociais.⁴⁹

Um fator ainda a ser destacado refere-se à saúde mental do escravizado. Em vários anúncios, os escravos são descritos com cicatrizes, as quais muitas delas poderiam ser indícios das más condições de trabalho e mesmo de castigos. Acrescenta-se a este fato que a violência não era apenas física, mas como também psicológica e que ambas poderiam provocar problemas de estresse nos escravizados. Márcia Amantino⁵⁰ comentou que as doenças de caráter psicológico podem ser indicativas das constantes pressões emocionais enfrentadas pelos escravos durante toda a vida, resultando em problemas emocionais como a gagueira, que poderia ser reflexo das pressões, medos e traumas na infância.⁵¹

Nos anúncios de jornais é possível identificar indícios de desvios psicológicos nos escravos: “gago”, “tem a fala um tanto baixa”, “costuma olhar para os pés quando fala”, “costuma olhar para baixo” e, “anda apressado e olhar um pouco espantado”. Todavia, estes são apenas indícios, visto que os anúncios de fuga de escravos não visavam comentar sobre os problemas de saúde dos escravizados, limitando-se apenas a descrevê-los, já que a intenção era tão somente capturar o “fujão”.

Alguns escravos possuíam ainda problemas com os “vícios”⁵². Muitos senhores relatavam nos anúncios de fuga que o escravizado fugido possuía alguns “vícios”: “gosta de tomar bebidas alcoólicas”, “toma tabaco”, “gosta de beber e tomar tabaco” e, “fuma cigarros”. Lília Lobo⁵³ comentou que, o alcoolismo é fruto da tendência à degeneração e não um hábito adquirido, sendo o mais das vezes, para disfarçar a fome, aguentar o excesso de trabalho e o frio. A este respeito, Gilberto Freyre⁵⁴ chamou atenção para o fato deste tipo de “vício” ser comum, principalmente, entre os negros de engenhos e de regiões dominadas pelo açúcar. Além disso, Mary Karasch⁵⁵ argumentou que a aguardente ou a cachaça era um gênero barato da dieta dos cativos, fazendo desta forma parte das refeições, dando suplemento as dietas inadequadas.

⁴⁹ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *A doença revelando a história*. Uma historiografia das doenças, p. 29.

⁵⁰ AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850, p. 1387.

⁵¹ Em alguns casos, este problema de dicção poderia ser de nascença.

⁵² Estes “vícios”, como se dizia na época, muitos deles são considerados hoje verdadeiras doenças.

⁵³ LOBO, Lília Ferreira. *Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência*, p. 148.

⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, p. 111.

⁵⁵ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, p. 437.



Todavia, ao contrário dos anúncios de fuga que descreviam os escravizados como tendo vícios, os anúncios de compra, venda e aluguel, chamavam atenção para o fato de os cativos terem boa saúde e não possuírem “vícios”: “Vende-se um escravo crioulo, oficial de sapateiro, bonita figura, conducta excelente, sem vício, muito sadio, muito fiel, próprio para pagem [...]”⁵⁶. Percebe-se que neste tipo de anúncio, o escravizado era visto como uma mercadoria. Esta “mercadoria” era geralmente descrita de maneira elogiosa, com boa saúde e portadora de boas virtudes. Isto poderia ser uma estratégia comercial, que procurava ressaltar as qualidades do escravizado, ou ainda o perfil que se esperava do escravizado, para que assim este se tornasse atraente para o comprador.

Apesar dessa discussão da saúde e das condições físicas dos escravizados, é importante destacar que na Paraíba durante a segunda metade do século XIX algumas medidas foram tomadas para conter os problemas de saúde que atingiam a população, e conseqüentemente os escravizados. No que diz respeito aos cuidados com a saúde dos escravizados, muitos senhores, talvez em ocasião do término do tráfico intercontinental de escravos e, portanto, da elevação de seu preço, passaram a tomar algumas medidas preventivas, pois a saúde do escravo era uma pré-condição na determinação de seu preço enquanto mercadoria. Um exemplo de medida preventiva utilizada não apenas neste período, como também durante todo o século XIX foi a vacinação contra a varíola como é possível identificar: “Fugio desta cidade da Parahyba [...] o escravo Rufino [...] foi vacinado pouco antes de fugir [...]”. Grifos nossos.⁵⁷ Entretanto este cuidado de vacinação, não era exclusivo para os escravizados, sendo utilizado por todas as classes sociais: “[...] consta na Capital [...] que do 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1860 forão vacinados 300 indivíduos, sendo: Homens 187; Mulheres 113; Livres 214; Escravos 86; Total 300”⁵⁸

110

Cabe salientar que, durante as últimas décadas do século XIX várias foram às moléstias que assolaram a população paraibana, sendo então tomadas diversas medidas para conter os danos e as mortes, conforme podemos perceber nos relatórios dos presidentes de província:

Logo que se apresentarão os 1º casos de peste, que forão nas tripulações dos navios estrangeiros, deliberei construir hum Lazarêto, em lugar distante d’esta Cidade, para evitar comunicação aos habitantes. [...].⁵⁹

⁵⁶ Jornal *O Imparcial*, 20 de fevereiro de 1861.

⁵⁷ Jornal *O Despertador*, 18 de fevereiro de 1869.

⁵⁸ Jornal *A Regeneração*, 04 de maio de 1861.

⁵⁹ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 2 de agosto de 1850, fl.19. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 20/11/2010.



Tem sido constante a propagação da vacina na província, infelizmente, porem, continua grande parte da população a repelir, como perigoso germen, tão benéfico e eficaz preservativo [...].⁶⁰

Destaca-se ainda que, a responsabilidade pelas medidas sanitárias domésticas era de cada morador individualmente⁶¹. Em casos de doenças muitas pessoas recorriam aos cuidados de médicos, boticários, físicos e cirurgiões licenciados para tratarem de suas enfermidades. No entanto, na falta desses profissionais licenciados, a população recorria ao auxílio das benzedadeiras⁶², curandeiros e feiticeiros⁶³, curiosos e, barbeiros⁶⁴. No que se refere as fazendas, como muitas ficavam distantes das cidades e vilas, a assistência médica era rara, sendo então realizada pelos fazendeiros através do auxílio de manuais de medicina que descreviam os sintomas das doenças e indicavam a terapêutica. Além desses manuais, era comum nos jornais notícias que descreviam os sintomas das doenças e a forma como tratá-las: “Sobre o Cholera: Os symptomas graves e principais do cholera são- diarrhéa, vômitos e frio.[...] Para a diarrhéa e vômitos, a base do tratamento é o opio: para o frio, tudo quanto pode excitar e estimular [...] o calor”.⁶⁵

De acordo com Onildo David⁶⁶, além das medidas citadas anteriormente, fazia-se necessário limpar a cidade, saneá-la, desinfetá-la. No relatório da provedoria da saúde da Província da Paraíba do ano de 1858, as autoridades demonstravam preocupação com a insalubridade da capital e a falta de asseio das habitações, indicando algumas medidas que precisavam ser tomadas:

[...] é pois urgentíssima necessidade que as ruas desta capital sejam conservadas na maior limpeza possível [...] calçando- as para evitarem-se os empossamentos d’águas pluviais [...] As casas saão caiadas⁶⁷, interna e externamente, de tempos a tempos, obrigando-se os proprietários que reconstruam suas propriedades, a fazerem-na

⁶⁰ Relatório com que o exm. Sr. Dr. José Ayres do Nascimento abriu a Assembleia Legislativa provincial em 1 de agosto de 1884, fl. 5. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 20/11/2010.

⁶¹ MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, Saúde e doenças em Goiás no século XIX*, p. 163.

⁶² Não costumavam recitar remédio nem indicar tratamentos de saúde, rezando preces com gestos e ramos no intuito de conseguir bons resultados para os males combatidos.

⁶³ Utilizavam magias e medicamentos à base de ervas, cinzas e excrementos para a cura de todos os males.

⁶⁴ Categoria constituída por indivíduos de baixa condição social e sem instrução, que realizavam atos de sangria, aplicação de ventosas e extração de dentes.

⁶⁵ Jornal *A Regeneração*, 28 de fevereiro de 1862.

⁶⁶ DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856*. 2003. 176 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

⁶⁷ Conforme DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856*, a qual era vista como uma poderosa substância adstringente.



observando no possível as regras de hygiene [...] as suas portas e janelas devem de corresponder-se, os seus compartimentos devem ser espaçosos e claros.⁶⁸

Outro ponto que causava preocupação era a morte dos habitantes e seu sepultamento. Durante muito tempo os mortos eram sepultados, normalmente, nas igrejas que haviam frequentado em vida. Porém, os higienistas perceberam que este costume era prejudicial à saúde dos vivos, passando a defender a ideia de criação de lugares específicos para este fim⁶⁹. Os mortos passariam então a ser sepultados em cemitérios, que geralmente localizavam-se em pontos distantes do centro urbano, pois, segundo os higienistas, afastaria o perigo da insalubridade do ar. Além disso, “uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extra muros”.⁷⁰

Estas medidas sanitárias, adotadas ao longo do século XIX, mesmo que resultassem em mudanças de hábitos seculares da população, a exemplo da construção dos cemitérios, eram necessárias, pois só com estas medidas, adotadas e impostas pelas autoridades foi possível diminuir os focos de infecção das cidades e vilas.

Desta forma, a partir dos dados esboçados percebemos que a saúde, a doença, a cura e as condições físicas dos escravizados portam significados complexos que ultrapassam a dimensão biológica do cativo, pois as condições de cativo, como moradia, vestimentas, alimentação e condições de trabalho, foram determinantes para o desenvolvimento das doenças e agravamento de problemas de saúde. Sendo assim, mesmo que os anúncios de escravos nos forneçam apenas indícios das condições físicas e de saúde dos cativos, foi possível chegar a algumas conclusões e hipóteses a respeito das condições em que viviam os escravizados na Paraíba entre os anos de 1850 e 1888.

Recebido: 27/10/2011

Aprovado: 25/01/2012

112

⁶⁸ Relatório da Provedoria da Saúde apresentado por João José Innocêncio Proggi ao Presidente da Província da Paraíba, Henrique de Beaupaire Rohan, em 11 de agosto de 1858. Os dados sobre o relatório encontram-se no Arquivo Histórico da Paraíba (AHPB), cx. 036.

⁶⁹ Estas ideias higienistas foram trazidas da Europa e começaram a ser divulgadas no Brasil no início do século XIX.

⁷⁰ REIS, João José dos. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 247.



Esboço historiográfico e indicações de fontes documentais para o estudo da história da medicina, da saúde e da doença no Brasil oitocentista

Alisson Eugênio

Prof. Adjunto da Universidade Federal de Alfenas, pós-doutor pela Universidade Federal de MinasGérias.
alissoneugenio@yahoo.com.br

RESUMO: Esse artigo apresenta uma discussão historiográfica e uma exposição de fontes de pesquisa sobre temas relacionados com saúde na sociedade escravista brasileira, com o objetivo de servir de guia para os interessados em desenvolver trabalhos no campo de estudos da história da medicina, da saúde e da doença.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, História da Medicina e Fontes de Pesquisa.

ABSTRATCT: This article presents a historiographical quarrel and an exposition of research sources on subjects related with health in the Brazilian slavery society, with the objective to guider for the interested parties in developing works in the field of studies of the history of the medicine, the health and the illness.

113

KEYWORDS: Historiographical, History of the medicine, Research sources.

Esboço historiográfico dos estudos sobre história da medicina, da saúde e da doença

Apesar de há pouco mais de duas décadas a historiografia no campo de estudos especializado em história da medicina, da saúde e da doença ter sido impulsionada no Brasil, pode-se dizer que hoje ele está plenamente consolidada, pois há vários indicadores que confirmam isso (a quantidade de dissertações e teses que vem sido concluídas no país, os inúmeros eventos acadêmicos, os diversos grupos de estudos, os simpósios inseridos na ANPUH, e programas de pós-graduação dedicados a esse campo, como a da FIOCRUZ; instituição esta que tem uma tradicional e bem conceituada internacionalmente revista, a *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*).

Por isso, um levantamento sobre a produção historiográfica especializada em tal campo de estudo seria um trabalho hercúleo, razão pela qual o que se segue nesse artigo é apenas um esboço, e como tal incompleto, do abundante conjunto de textos das mais diversas naturezas escritos pelos historiadores que se interessaram pela história da medicina, saúde e doença,



acrescido de algumas indicações de documentação para o estudo de temas que possam ser abrigado nesse campo de estudos, que poderão ajudar a servir de guia para os pesquisadores que estão ainda em formação e, por isso, apenas começando a dar os primeiros passos no árduo, mas interessante, ofício do historiador.

Há historiadores que estudaram propostas de confronto às seguintes práticas sociais consideradas pelos médicos nocivas à saúde pública: o enterramento nas igrejas, a aversão à vacinação contra a varíola, a contratação de amas-de-leite e a prostituição. A primeira prática foi pesquisada por José João Reis e por Cláudia Rodrigues, que, respectivamente, mostraram que em Salvador e no Rio de Janeiro os médicos foram personagens centrais no debate sobre a questão da transferência dos cemitérios para longe dos centros das cidades¹. A segunda por Sidney Chalhoub e por Tania Maria Fernandes, os quais revelaram, por um lado, a luta de alguns membros da elite médica para impor a vacina contra a varíola à população, por outro, a resistência de grande parte das pessoas à vacinação, o que gerou constantes tensões na sociedade, até provocar a insubordinação popular contra a obrigatoriedade de se vacinar, ocorrida em 1904, conhecida como Revolta da Vacina². A terceira por Bárbara Canedo Ruiz Martins e Luís Carlos Nunes Martins, que, com o foco na capital do país, descortinaram o esforço médico para convencer o poder público a regulamentar, por meio de lei, e a vigiar, por meio de uma rede de postos médicos especializados em exames de amas-de-leite, o mercado de aleitamento³. A quarta por Magali Gouveia Engel e Luís Carlos Soares, os quais esclareceram que os médicos, ao fornecerem argumentos técnicos para o embasamento das atitudes do Estado em relação ao comércio do prazer, foram um dos principais agentes sociais envolvidos nas controvérsias em torno do controle da prostituição.⁴

114

No vasto conjunto das pesquisas no campo da história da medicina, da saúde e da doença há uma concentração do interesse dos historiadores em relação ao século XIX pelo estudo das instituições médicas e das tensões e interações entre o saber médico acadêmico e o popular.

¹ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Rio de Janeiro: Biblioteca da Cidade, 1997.

² CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. 2 ed., Rio de Janeiro, Cia. das Letras, 1999. FERNANDES, Tânia Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e poder dos homens*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

³ MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. *Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos* (Rio de Janeiro, 1830-1890). 2006. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845 a 1890*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985; SOARES, Luís Carlos. *Rameiras, ilboas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Ática, 1992.



Em relação ao primeiro grupo de interesse, a coletânea organizada por Roberto Machado, *Danação da norma*, é um dos seus marcos inaugurais⁵. Pois, trata-se da primeira publicação de autoria um conjunto de pesquisadores das ciências humanas dedicada ao rompimento com o estudo tradicional (descrição de fatos e nomes de instituições médicas e de pessoas que nelas se destacaram) que até então marcava a história da medicina, da saúde e da doença neste país.

Os autores dos trabalhos inseridos nessa coletânea, enfocando o longo período entre a Colônia e a República, apoiando-se no conceito de disciplina elaborado por Michel Foucault⁶, defendem o argumento de que no Brasil, a partir do século XIX, aos poucos o saber médico foi se impondo em algumas instituições (escola, cemitério, hospital, prisão, quartel, etc.) e sendo usado pelo Estado como instrumento de controle social, por meio de políticas sanitárias.

Em seguida, surgiram os trabalhos de Madel Terezinha Luz direcionados ao estudo do processo de institucionalização da medicina na sociedade brasileira, processo esse compreendido por ela como um efeito da construção da ordem burguesa neste país, partindo da interpretação marxista de que o Estado e as instituições que ele apoia são aparelhos ideológicos da classe dominante.⁷

Enquanto na linha teórica do trabalho de Roberto Machado surgiram poucas investigações, como a de Jurandir Costa dedicada ao estudo do enquadramento das famílias nos preceitos de higiene recomendados pelos médicos⁸, na linha teórica dos trabalhos de Madel Terezinha Luz surgiram várias pesquisas. Uma delas é a de Lorelai Brilhante Kury sobre a Academia Imperial de Medicina, que, segundo a autora, foi uma das bases de sustentação ideológica do Estado brasileiro, principalmente nas décadas de 1830 e 1840, ao ter sido integrada ao quadro das instituições do Império e ter abrigado “intelectuais identificados com a refundação da sociedade escravista”⁹. Outra é a de Sidney Chalhoub, que pesquisou as derrubadas dos cortiços no Rio de Janeiro e o esforço do Estado para vacinar a população, as tomando como exemplo de políticas governamentais de tentativas de controle das “classes perigosas”, que,

⁵ MACHADO, Roberto. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁶ “Arte do bom adestramento”, ou “técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de poder”, cuja função é adestrar. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 143.

⁷ LUZ, Madel Terezinha. *As instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 e LUZ, Madel Terezinha *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁸ COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁹ KURY, Lorelai Brilhante. *O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina*. 1990. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, p. 6.



segundo a elite econômica da época, colocavam em risco toda a população devido às suas habitações insalubres e à sua recusa à vacinação.¹⁰

Já que os autores desses trabalhos, ao romperem com a historiografia tradicional, privilegiaram a abordagem da medicina a partir de bases teóricas que lhes permitiram interpretá-la como uma técnica de poder a serviço da ordem assegurada pelo Estado, mostrando de que maneira ela, ao ser institucionalizada durante o século XIX, foi usada como instrumento de controle social, o estudo das demais dimensões históricas desse campo de conhecimento ficou à espera de outros pesquisadores. Por exemplo, o esforço dos seus agentes no Brasil, seguindo a tendência em curso no Ocidente, para consolidá-lo como uma atividade científica em função dos seus próprios interesses profissionais e do seu prestígio social.

Tal esforço foi estudado por três autores ao longo dos anos 1990. O primeiro, Flávio Edler, examinou como a elite médica brasileira se apropriou do saber médico europeu, entre 1854 e 1884, datas em que respectivamente ocorreram as duas reformas no ensino desse campo de conhecimento neste país, para aprimorar a sua prática científica e, assim, ampliar a sua legitimidade profissional¹¹. Com esse objetivo, sustentou-se em uma gama de autores da história da ciência, como Thomas Kuhn¹², que ressaltam o caráter social do saber científico e a sua (re)construção ao longo da história, permitindo-lhe concluir que as reformas no ensino médico brasileiro foram frutos do empenho de uma elite profissional em sintonia com os avanços europeus na sua área de atuação.

O segundo, Luiz Otávio Ferreira, analisou os periódicos médicos brasileiros publicados entre 1827 e 1850, concluindo que eles serviram como um importante recurso intelectual para os profissionais da medicina legitimarem o seu saber, à medida em que possibilitaram a mediação entre eles próprios e entre eles e a sociedade¹³. Para isso, baseou-se principalmente no trabalho de Robert Merton, que explica a institucionalização da ciência como resultado, por um lado, do seu próprio avanço impulsionado pelo engajamento dos seus agentes em busca de novas descobertas, por outro, das demandas sociais destinadas a soluções de problemas práticos da vida cotidiana.¹⁴

O terceiro, Edmundo dos Santos Coelho, investigou na sociedade brasileira do tempo do Império o processo de profissionalização da medicina, que, como no resto do mundo, ainda estava

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1999.

¹¹ EDLER, Flávio. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte*. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹² KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

¹³ FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹⁴ MERTON, Robert. *Ciencia, tecnologia y sociedad en la Inglaterra del siglo XVI*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.



em processo de organização de regras científicas e formalização de normas de conduta dos seus praticantes. Com esse enfoque, revelou que a Academia Imperial de Medicina foi uma instituição estratégica para os seus associados reivindicarem jurisdição sobre os assuntos ligados ao seu campo de conhecimento¹⁵. Com esse intuito, usou como referência teórica o estudo de Eliot Freidson, que analisa as profissões como um universo normativo, dotado de identidades, regras, lealdades e de um mínimo de consenso, que confere aos seus membros a coesão necessária para reivindicações que expressam tanto interesses da própria categoria profissional, quanto interesses públicos, como, no caso dos médicos, a solução dos problemas de saúde.¹⁶

Enquanto esses autores procuravam ampliar os estudos históricos sobre a medicina, pela via da história da ciência ou da sociologia das profissões, outros também na década de 1990 começaram a fazer o mesmo pela via da história cultural, que, aos poucos, vinha conquistando cada vez mais adeptos nas universidades com a diminuição do prestígio do marxismo. Os autores que estudaram no Brasil a história da medicina, da saúde e da doença a partir dessa via privilegiaram a análise das tensões e interações culturais entre o saber médico acadêmico e o popular, quer dizer, de caráter apenas prático e transmitido oralmente, sendo por isso mais acessível à maior parte da população.

Assim, Betânia Gonçalves Figueiredo, estudando “a arte de curar e os seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais”, partiu da constatação de que não havia o “hábito de recorrer aos cuidados médicos”, por causa da ausência deles na maior parte da província, dos altos preços das suas consultas e da desconfiança em relação às suas terapêuticas, para observar “outros processos de cura adotados” na época¹⁷. Ao observá-los, percebeu que havia, além de conflitos, interação cultural entre as mais diversas práticas de cura, incluindo as das diferentes vertentes dos médicos, o que a permitiu explicar o porquê de um doutor, por exemplo, “em um momento delicado de uma cirurgia, apelar para Joaquim Nagô”, e, após o sucesso da suposta intervenção deste, “agradecer ao amigo do outro mundo”.¹⁸

Outra pesquisadora, Maria Lúcia Castro Mott, estudou a atuação das parteiras no Brasil do século XIX, destacando a atuação de Mme Durocher, que se tornou uma das mais requisitadas da Corte, chegando a ser nomeada oficial de partos em 1866 na casa imperial, onde atendeu a

¹⁵ COELHO, Edmundo dos Santos. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁶ FREIDSON, Eliot. *Profession of medicine*. Nova York: Harper e Row Publishers, 1970.

¹⁷ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 10.

¹⁸ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*, p. 24.



princesa Leopoldina¹⁹. Ao examinar a atuação dessa obstetra popular e o contexto social e cultural que dava sentido ao seu ofício, a autora mostrou que, a partir da criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a elite médica da capital do Império começou a perseguir as parteiras, às quais imputou parte da responsabilidade pelos altos índices de mortalidade das mulheres e seus filhos durante ou no pós-parto. Com isso, criou cursos obrigatórios para a formação das que quisessem continuar praticando a arte da obstetrícia e, ao mesmo tempo, lutou para deslocar o trabalho de parto, que até então era feito nas casas das parturientes, para os hospitais.

Os conflitos entre os médicos e as parteiras também foram pesquisados por Gabriela dos Reis Sampaio, que em uma obra intitulada *Nas trincheiras da cura* revelou, tomando a cidade do Rio de Janeiro como exemplo, que havia uma “guerra” envolvendo os mais diversos agentes da cura, inclusive entre os próprios médicos, motivada pela concorrência por clientes e pelas formas diferentes de concepção dos meios terapêuticos vigentes no século XIX²⁰. Conforme explicou a autora, foram os representantes do saber médico acadêmico os principais protagonistas das “trincheiras da cura”, porque, diferentemente dos demais agentes das artes de curar, eles buscaram monopolizar o trabalho na área de saúde, à medida que a medicina se institucionalizava, com o argumento de que ele só poderia ser exercido por pessoas com formação profissional, em razão do avanço de tal campo de conhecimento.

118

Esse mesmo assunto foi estudado, enfocando também a corte do Rio de Janeiro, por Tânia Salgado Pimenta, que privilegiou o período entre 1828 e 1855, ao passo que Gabriela dos Reis Sampaio deu ênfase à segunda metade do século XIX. Com o objetivo de investigar “o exercício das artes de curar no Rio de Janeiro”, a primeira autora argumenta que a extinção da Fisicatura-mor em 1828 (órgão criado em 1808 para controlar as atividades exercidas pelos agentes da cura), em um contexto histórico marcado por um forte sentimento antilusitano, pode ser considerada um marco do início dos conflitos dos médicos com os demais prestadores de serviço sem formação profissional na área de saúde.²¹

Isso porque com a sua extinção, o país ficou sem autoridade que controlasse o exercício da profissão médica (embora tal órgão permitisse a qualquer pessoa exercer ofícios relacionados às artes de curar, mas desde que fosse examinada e aprovada por uma comissão por ele encarregada

¹⁹ MOTT, Maria Lúcia Castro. *Parteiras e parturientes no século XIX: Mme Durocher e sua época*. 1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

²⁰ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

²¹ PIMENTA, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. 2003. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.



de avaliar a sua capacidade para tanto e, além disso, pagasse pelo exame, bem como pela licença que a autorizaria oferecer os seus serviços terapêuticos).

Em um trabalho organizado por Sidney Chalhoub²², esses mesmos conflitos ocorridos no século XIX foram também observados em municípios que ainda não tinham sido investigados, como o de Campinas estudado por Regina Xavier. Essa historiadora explicou que uma das motivações da “guerra da cura”, declarada pelos médicos contra as pessoas que prestavam serviço na área de saúde sem formação acadêmica, era o fato de que, mesmo em localidades onde havia significativa oferta de profissionais nessa área, os curandeiros eram muito populares. Por isso, ela argumenta que a procura pelos seus serviços não pode ser explicada pela falta de médicos, pois, mesmo onde eles estavam presentes, os curandeiros eram muito requisitados, e sim pela maneira (mística e religiosa) como a maior parte das pessoas concebia as causas das enfermidades e os seus processos de cura.

Recentemente, o interesse dos historiadores do campo de pesquisa da história da medicina, da saúde e da doença vem tendendo a se concentrar no estudo de variadas moléstias, cujas análises têm sido, em sua maioria, apoiadas no conceito de representação ou no de imaginário social retirados do quadro teórico da história cultural. Um marco dessa tendência é a publicação da coletânea intitulada *Uma história das doenças* organizada por Dilene Raimundo do Nascimento e Diana Maul de Carvalho²³, na qual está inserida a pesquisa sobre alcoolismo elaborada por Fernando Sérgio Dumas dos Santos. Esse autor explica de que modo o excesso de bebidas passou a ser percebido como problema de saúde ao longo da segunda metade do século XIX no Ocidente, inclusive no Brasil, ao ser identificado pelos médicos como causa de graves distúrbios, o que contribuiu para a embriaguez começar a ser estigmatizada no imaginário coletivo como mal social.

Nesse vasto conjunto de pesquisas também está inserido o meu trabalho *Reforming Habits: The struggle against poor health conditions in 19th century Brazil*, publicado em 2010. Trata-se da minha tese de doutoramento concluída na USP em 2008, na qual procurei mostrar que a elite médica que atuou no Brasil do século XIX elaborou um ideário reformista para melhorar as condições de saúde do país na época, atacando alguns costumes que eles consideravam danosos à saúde pública, embasados, para tanto, no arsenal teórico iluminista, principalmente no conceito de progresso.²⁴

²² CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003

²³ NASCIMENTO, Dilene Raimundo e CARVALHO, Diana Maul (org). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Ed. Paralelo 15, 2004.

²⁴ EUGÊNIO, Alisson. *Reforming Habits: The struggle against poor health conditions in 19th century Brazil*. Saarbrücken: Verlag, 2010.



Fontes para a obtenção de dados para estudos no campo da história da medicina, saúde e doença

Grande parte das fontes para pesquisa em tal campo de estudo podem ser encontradas em acervos de diversas instituições, como: Arquivo Nacional, onde encontram-se muitos documentos produzidos pelos órgãos públicos do Império a respeito das condições sanitárias do país, como as inspeções nas embarcações que chegavam ao porto do Rio de Janeiro, avisos destinados aos governos provinciais, como os relativos ao problema de vacinação contra varíola, entre outros, Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, onde estão, por exemplo grande parte das publicações médicas do século XIX e XX, Academia Nacional de Medicina, onde estão as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro defendidas ao longo do século XIX e os periódicos da Academia Imperial de Medicina, Biblioteca Nacional, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Real Gabinete Português de Leitura, onde estão os livros de medicina e demais periódicos médicos publicados no mesmo período, e Arquivo Público Mineiro. Nessa última estão os relatórios das Câmaras Municipais sobre o estado sanitário dos municípios enviados ao governo provincial. Como o conjunto de tais relatórios de todas as províncias é enorme, foi feita opção pelos produzidos na Província de Minas Gerais para saber se no interior do país, na mais populosa unidade provincial do Império, sede de uma importante instituição médica, a Escola de Farmácia de Ouro Preto, criada em 1839, se as propostas destinadas ao combate das más condições de saúde no país, feitas pela elite médica concentrada no Rio de Janeiro e em Salvador, repercutiram nos textos dos médicos que atuavam prestando serviço para o governo imperial.

Os textos escritos pelos médicos (livros, periódicos, teses e relatórios) conservados nessas instituições podem ser classificados, usando como critério a sua destinação, em três grupos: para o governo imperial, para os profissionais da medicina e para os leitores em geral. O primeiro grupo é formado por textos enviados às Câmaras Municipais, ao governo provincial e ao governo central. A partir de 1808, com a instalação da família real no Brasil, os médicos passaram a ser requisitados pelo governo imperial para levantamento de informações sobre o estado sanitário da nova sede da Coroa portuguesa e, principalmente, para a proposição e difusão de soluções destinadas a melhorá-las. Assim, surgiram textos como o de Manuel Vieira da Silva, *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, e o de José Maria Bomtempo, *Compêndios de matéria médica*, ambos editados pela Imprensa Régia, respectivamente em 1808 e 1814, sob a ordem do príncipe regente.

120



A partir de 1828, quando as Câmaras Municipais passaram a ter a incumbência de prestar informações sobre as condições de saúde nos municípios, aos poucos elas foram contratando médicos (nem todas puderam contratá-los por falta de recursos financeiros e pela ausência de profissionais da medicina em suas regiões) para fazerem isso. Os dados por eles obtidos eram apresentados em relatórios enviados ao governo provincial, para este ter conhecimento da situação sanitária de toda a província. Em meio às informações inseridas nessa documentação, há um conjunto de propostas para melhorar as condições de saúde nos municípios que ainda não foi pesquisado e, por essa razão, permitirá ampliar o saber histórico sobre o processo de inserção do combate aos problemas provocados pelas doenças na agenda dos interesses públicos.

O segundo grupo de textos médicos que será usado como fonte desta pesquisa é formado: 1) pelos periódicos especializados em medicina, os quais até a década de 1860 foram publicados por corporações científicas especializadas nesse campo de conhecimento; 2) pelos periódicos organizados pela iniciativa particular de alguns médicos; 3) pelas teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1829 e depois rebatizada em 1835 com o nome de Academia Imperial de Medicina, quando foi integrada ao quadro das instituições do Império, foi a principal corporação médica brasileira do século XIX. Os seus membros organizaram as seguintes publicações periódicas entre 1831 e 1885: *Semanário de saúde Pública*, *Revista Médica Fluminense*, *Revista Médica Brasileira*, *Anais da Medicina Brasiliense* e *Anais Brasilienses de Medicina*.

A importância dessa instituição, a única que permaneceu em atividade durante todo o Império, se deve ao fato de ela ter reunido um conjunto de pesquisadores cuja maior incumbência era a de contribuir para expandir e divulgar o saber médico por meio dos seus periódicos, e prestar consultoria ao governo imperial em matéria de saúde. Por essa razão, as suas publicações serão essenciais para que se possa conhecer parte das propostas que serão examinadas neste trabalho, junto com outros periódicos, como a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, criada em 1862, e a *Gazeta Médica da Bahia*, criada em 1866, ambas resultantes da iniciativa particular de alguns profissionais desse campo de conhecimento para propagar o seu saber e as suas opiniões sobre os problemas de saúde do país.

Esses periódicos já foram muito usados em estudos sobre a atuação das instituições médicas. Mas, como as informações dos artigos neles publicados são inesgotáveis, muitas delas podem ser aproveitadas para novos estudos, sobretudo as que revelam o empenho de médicos



para superação das más condições de saúde da população e para ampliar a área de aplicação da medicina.

Nesse conjunto de textos podem ser incluídas as teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pois elas foram escritas, inicialmente, para circulação no próprio universo acadêmico. Em tal instituição, reformada entre 1828 e 1832 pelo governo imperial para aumentar a oferta de médicos no país, foi defendida uma quantidade enorme de teses, as quais em grande parte ainda se encontra pouco explorada na historiografia em geral, inclusive pelos especialistas do campo de estudos da história da medicina, da saúde e da doença. Por exemplo, as dedicadas à análise das causas dos altos índices de mortalidade dos escravos, defendidas entre 1847 e 1853 em meio às tensões em torno da abolição da importação de africanos, foram usadas somente por alguns autores para a descrição das péssimas condições de vida desse setor da população brasileira²⁵. São elas: *A higiene dos escravos*, de David Gomes Jardim, *Ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil*, de José Rodrigues de Lima Duarte, *Do regime das classes pobres e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro*, de Antônio José de Souza, e *Algumas considerações sobre a estatística sanitária dos escravos nas fazendas de café*, de Reinhold Teuscher.

De um modo geral, esses autores observaram alguns dos principais problemas de saúde dos escravos e concluíram que as causas de parte deles estavam relacionadas à forma como esses indivíduos eram tratados pelos seus senhores: alimentação inadequada, vestimenta insuficiente, moradia precária, excesso de trabalho e incúria no tratamento das suas moléstias.

Ao chegarem a essa conclusão, defenderam a necessidade de melhoria no tratamento conferido aos escravos por razões humanitárias e econômicas, principalmente nas grandes propriedades rurais onde havia maior concentração da população negra escravizada. Para isso, propuseram medidas visando reformar a exploração do trabalho servil, e a análise destes estudos permitirá entender o papel que a medicina poderia exercer, segundo os médicos que escreveram sobre esse assunto desde a Ilustração, com o intuito de reduzir os altos índices de mortalidade dos escravos.

No mesmo conjunto de fontes, há também teses cujos autores investigaram práticas consideradas perigosas à saúde e propuseram soluções para erradicá-las ou ao menos controlá-las. Uma delas, *Sobre a influência perniciosa das inumações praticadas intra-muros*, foi defendida em 1846 por José Ferreira Passos. Esse autor reforçou os argumentos, reiterando o que alguns médicos já

²⁵ CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, que cita o texto de Lima Duarte (1985), p. 25-27; MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p.163, 1983. Cita o texto de Reinhold Teuscher de 1983. MACHADO, Roberto. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 362-368. Cita o texto de Lima Duarte e o de David Gomes Jardim de 1978.



tinham alertado nas décadas anteriores, de que a presença de cemitérios no perímetro urbano era contrária à boa conservação da higiene pública. Com isso, sustentou a necessidade de que população aceitasse o deslocamento dos sepultamentos para áreas distantes das povoações, alegando que a putrefação dos mortos causava sérios danos à saúde, motivo pelo qual as igrejas, local até então utilizado para enterrá-los, não poderiam mais ser usadas para esse fim.

A prostituição foi outra prática cujos efeitos na saúde foram estudados em teses médicas. Uma delas, a de João Álvares de Azevedo Macedo Júnior, foi concluída em 1869 com o seguinte título: *Da prostituição no Rio de Janeiro e da sua influência sobre a saúde pública*. Nela, mostrou o quanto essa prática estava contribuindo para disseminação de graves enfermidades, como a sífilis. Por essa razão, tal autor defendeu medidas coercitivas contra as prostitutas, como a criação de um regulamento que as obrigaria a se sujeitarem ao exame médico periódico e à vigilância policial permanente, o qual justificou como um recurso necessário para a diminuição dos efeitos da prostituição na saúde pública.

A amamentação feita pelas amas-de-leite também foi objeto de teses médicas quando passou a ser considerada pelos médicos prejudicial à saúde. Uma delas foi defendida por Augusto Álvares da Cunha em 1873 com esse título: *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro*.

O aluguel de amas-de-leite era uma prática muito comum no século XIX, sendo um indicador disso a enorme quantidade de anunciantes nos jornais, principalmente proprietários de escravas, oferecendo serviço de aleitamento. Com o avanço da medicina, aos poucos os médicos começaram a confirmar as suas suspeitas da possibilidade de moléstias serem transmitidas pelo leite. Por isso, argumentaram que a mãe somente deveria recorrer a uma ama quando tivesse dificuldade de amamentar o seu filho. Nesse caso, recomendavam aos contratantes certos cuidados para a proteção da saúde das crianças na escolha das pessoas que iriam amamentá-las, como observar a sua constituição física, a sua higiene pessoal e o seu temperamento.

Enfim, essas práticas foram consideradas pelos médicos um dos fatores das más condições de saúde no Brasil do século XIX, e por isso as colocaram no alvo do combate que eles promoveram por meio de suas propostas destinadas à melhora da situação sanitária desse país (uma vez que a saúde havia se tornado um fator do progresso, como explicaram recorrentemente nos seus escritos).²⁶

²⁶ Como DOMSLEN, John, por exemplo, na tese intitulada *Salubridade pública: observação sobre a vital importância da saúde pública em relação à riqueza, poder e prosperidade deste império...* defendida em 1878 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



O terceiro grupo de textos que será usado como fonte neste estudo é formado por obras destinadas aos leitores em geral para servirem como manuais de consulta, particularmente em regiões onde havia pouca, ou nenhuma, oferta de médicos. No Brasil, segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach, a circulação de obras com essa característica foi iniciada com a publicação em 1735 do *Erário mineral*, cujo autor, Luís Gomes Ferreira, cirurgião que atuou em Minas Gerais entre 1711 e 1731, ensinava como remediar as enfermidades mais comuns da época.²⁷

Ao longo da segunda metade do século XVIII, os livros voltados ao pequeno círculo de leitores, além dessa finalidade, passaram a conter também propostas para prevenção contra as doenças, cujas causas os seus autores conheciam ou supunham conhecer. Um dos primeiros textos com essa novidade que circularam no espaço colonial português foi uma tradução, editada em Lisboa em 1801, do manual de medicina prática intitulado *Observações sobre as enfermidades dos negros* (escrito por Jean Barthelemy Dazille e publicado em Paris no ano de 1776), elaborada por Antônio José Viera de Carvalho, que também atuou em Minas Gerais, mas nas décadas finais do período colonial.

Essa tradução foi pouco explorada na historiografia brasileira. Pois, antes do meu estudo²⁸, apenas dois pesquisadores a citaram: Maria das Graças Somarriba, que a aproveitou somente em algumas passagens do seu estudo sobre medicina no “escravismo colonial”, no qual concluiu que “o seu tradutor pretendia apenas divulgar conhecimentos úteis” aos senhores de escravos²⁹, e Rafael de Bivar Marquese, que a usou para acessar o texto de Dazille, mas sem analisá-la.³⁰

Depois dessa tradução, surgiram outras publicações com a mesma novidade, dedicadas tanto aos problemas de saúde dos escravos, como a publicada em 1834 com o título de *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico das enfermidades dos negros*, do médico francês radicado no Rio de Janeiro Jean Baptiste Alban Imbert, quanto aos da população em geral, principalmente os das crianças, como a publicada em 1859 com o título de *O médico da primeira infância*, de Antônio Ferreira Pinto.

A primeira delas é direcionada ao estudo das causas das doenças mais comuns dos escravos, com o objetivo de propor meios para curá-las e, principalmente, preveni-las. Por isso,

²⁷ WISSENBACH, Maria Cristina. In: FURTADO, Júnia Ferreira, (org.). *Estudos críticos sobre a obra de Luís Gomes: Erário mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, p.141.

²⁸ EUGÊNIO, Alisson. Ilustração, escravidão e condições de saúde dos escravos no Novo Mundo. *Revista Varia História*. Belo Horizonte: Dep. de História da UFMG, v. 25, n. 41, 2009.

²⁹ SOMARRIBA, Maria das Graças G. *A medicina no escravismo colonial*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, textos de sociologia 1, 1984, p. 14.

³⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.



algumas de suas passagens foram citadas para apoiar descrições de moléstias e das condições de vida no cativeiro, como Mary Karash no sexto capítulo da sua pesquisa³¹, Maria de Fátima Rodrigues das Neves³² e Stanley J. Stein³³. Afora isso, apenas Maria das Graças Somarriba procurou explicá-la como resultado das pressões contra o tráfico atlântico de africanos no Brasil, concluindo equivocadamente que o seu autor era francamente abolicionista³⁴. A segunda contribuirá para revelar o que os médicos recomendavam para a redução dos altíssimos níveis de mortalidade infantil na época; níveis que os especialistas em história demográfica mostram terem sido assustadores por causa de diversos fatores, entre eles a extrema pobreza da maior parte da população.³⁵

Há muitos hospitais que possuem acervos, alguns deles organizados, como o da Mineração Morro Velho de Nova Lima, onde pode-se encontrar documentação até para o século XIX. Há também nos jornais impressos, particularmente os do mesmo século, as chamadas “folhas públicas”, na sua quarta página, dedicada aos anúncios, há muita propaganda de remédios que podem servir para pesquisas sobre a forma de atrair consumidores, partindo dos dizeres nos anúncios e as imagens a eles adicionadas. Em anexo há alguns copiados como forma de exemplo do *Diário de Minas* de 1866.

Enfim, há muito ainda que se estudar no campo de estudos da história da medicina, da saúde e da doença, apesar da abundância de pesquisas nela produzidas nessas duas décadas em que ele foi consolidado no Brasil. Então, mãos à obra...

Recebido: 26/10/2011

Aprovado: 23/01/2012

125

³¹ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

³² NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. Mortalidade e morbidade entre os escravos brasileiros no século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9º, 1994. *Anais...* ABEP, 1994.

³³STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

³⁴SOMARRIBA, Maria das Graças G. *A medicina no escravismo colonial*, p. 15.

³⁵Sobre a relação entre pobreza e mortalidade infantil, as pesquisas de, entre outros autores, Renato Pinto Venâncio, como o seu livro dedicado às famílias abandonadas (1999), são muito esclarecedoras.



| Artigos |

Tema livre

Autores

Ygor Klain Belchior

Silvia Maria Amâncio Rachi Vartuli

Vitor Claret Batalhone

Kássius Kennedy Clemente Batista

David Souza Fernandes



Ordem Imperial e fronteiras, sob Nero, nos *Anais* de Tácito

Ygor Klain Belchior

Mestrando em História pela
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
ygorklain@gmail.com

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é traçar, como as interações sociais entre o imperador e os diversos grupos que compunham a *respublica* poderiam manter ou alterar a ordem imperial. Para isso, devemos debater acerca das estratégias que visavam a manutenção ou a busca dessa “ordem”, como também, as estratégias que levavam a criação de grupos que faziam frente ao poder imperial. Para tanto, iremos estudar a parcela da obra *Anais* de Públio Cornélio Tácito que narra os anos do principado neroniano (XII, 69 a XVI, 35).

PALAVRAS-CHAVE: Tácito, Nero, Ordem Imperial.

ABSTRACT: The objective of this paper is to discuss how the social interactions between the emperor and the other groups that sustain the *Respublica*, could maintain or change the imperial order. So, we will discuss about the strategies aimed at maintaining or search for this "order", as well as the strategies that led to the creation of groups that were against the imperial power (opposition groups). For this, we will study the portion of *Publius Cornelius Tacitus Annals*’, especially the years of Nero’s government (XII - XVI 69, 35).

127

KEYWORDS: Tacitus, Nero, Imperial Order.

Introdução

Nosso propósito nesse artigo é refletir a respeito da ordem imperial e das fronteiras internas ao governo do imperador Nero (54- 68)¹. Nossa opção pelo tema “ordem imperial e fronteiras” está alinhada aos debates realizados pelo LEIR, Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, um grupo de pesquisa que abriga seis grandes Universidades Públicas (USP, UFES, UFG, UFRB, UNESP Franca e UFOP) sob coordenação geral do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. Para tanto, estudamos a obra “*Anais*”, de Públio Cornélio Tácito, com o intuito de debater acerca do patronato exercido pelo Imperador Nero para com o Senado e as redes de solidariedade internas à corte neroniana. Também contemplaremos a discussão sobre o patronato exercido por outros personagens envolvidos na narrativa Taciteana, como Sêneca, Agripina e Tigelino, que durante o principado exerceram o papel de ordenadores das redes de solidariedades

¹ Todas as datas citadas nesse artigo devem ser lidas como acontecidas depois de Cristo (d.C) ou como acontecidas na era comum.



que compunham o império, função que era própria do Imperador. Ao mesmo tempo, as casas articuladas à casa imperial constituem também redes de clientela.

Estas redes de clientela dos cortesãos aparecem em Tácito com um certo nível de autonomia, inclusive conflitando umas com outras. O quanto esta autonomia não poderia gerar um poder paralelo e superior ao do imperador? O mesmo pode ser perguntado a respeito das principais casas de Roma. Em que medida elas não congregavam interesses próprios e diversos daquela do imperador? O quanto o enfraquecimento da casa imperial não poderia levar os *patroni* de diversas casas a procurar a proteção de uma outra casa importante? Como diferir novos quadros de alianças entre casas de conspirações? Como distinguir os que agem em nome do imperador daqueles que atuam passando por cima da autoridade imperial? Estas perguntas indicam bem um amplo universo de análise colocado pelo texto de Tácito para uma compreensão da dinâmica social sob o principado de Nero.

Assim, podemos inferir que as posições hierárquicas estavam em jogo e o conflito que envolveu tantos chefes de facções somente poderia ser acarretado por grupos que se desenvolveram no seio da política imperial dos Júlio-Cláudios, e não somente paralelamente a ela. Nesse sentido, também podemos pensar que durante o Principado inaugurado por Augusto, os conflitos entre os diversos grupos que compunham a *respublica* eram constantes e faziam parte da “ordem imperial” vigente, inclusive sendo praticados dentro da *domus* imperial. Para tanto, iremos definir o que entendemos como “ordem imperial”.

128

Ordem Imperial

Antes de debatermos as hipóteses de nosso artigo devemos destacar o que entendemos por ordem imperial. Este conceito busca auxiliar na compreensão sobre a forma pela qual os diversos grupos que compunham a sociedade romana se ordenavam, hierarquizavam-se, e atuavam junto, ou paralelamente ao Estado romano. Nossa hipótese é que esta ordenação se dava em razão da existência de uma posição superior a todos os grupos, que era a do imperador, e que o imperador poderia gerar uma maior ou menor coesão destes grupos em torno de si. Caso esta coesão se tornasse baixa demais, a posição do imperador era colocada em risco e, conseqüentemente, toda a ordenação social também era abalada. Exigia-se, assim, o surgimento de um novo imperador. Chamamos, deste modo, de ordem imperial todos os elementos relativos à ordenação social, sua hierarquia e redes de solidariedade constituídas pelo conjunto das *domus* senatoriais, da plebe e dos exércitos em interação com a casa imperial.



A historiografia sobre a Antigüidade Clássica concentrava-se antes em tentar compreender as sociedades antigas basicamente de duas formas distintas. A primeira delas seria que a formação sociedade romana estaria mais próxima das sociedades modernas. A segunda seria que está sociedade era muito diversa da nossa atual sociedade capitalista. Estes dois grupos estariam divididos comporiam duas correntes de pensamento, sendo elas, respectivamente, os modernistas e os primitivistas.²

Para os primitivistas as sociedades antigas seriam muito diferentes das sociedades modernas, já que não seriam marcadas apenas por uma racionalidade econômica e por um individualismo por demais exacerbado. A lógica que regia essas sociedades antigas estaria baseada em critérios de distinções sociais da honra, principalmente através do acúmulo prestígio, a qualquer custo. Assim, a hierarquia social não se resumiria à capacidade dos indivíduos acumularem recursos materiais, mas em distinções estamentais fundamentadas pelo estatuto jurídico de cada indivíduo.³

Outra tendência de compreensão da hierarquia das sociedades antigas ficou conhecida como os “modernistas”. Reúnem-se sob esta qualificação aqueles autores que criaram um modelo de interpretação das sociedades antigas como sendo regidas por uma racionalidade muito próxima das sociedades modernas. Assim, a hierarquia dessas sociedades seria marcada por diferenças estabelecidas pela capacidade de cada indivíduo acumular os benefícios socialmente produzidos⁴. Na historiografia atual as interpretações que dão mais ênfase ao que nos separa do mundo antigo têm predominado com relação a estas ditas modernistas.

Contudo, segundo Fábio Faversoni, nas interpretações mais tradicionais existem limites muito bem demarcados nos modelos de interpretação da sociedade romana que enfatizam essa “ordem” como fruto de divisões entre classes e estamentos⁵. Mais recentemente, contudo, têm prevalecido interpretações que tomam por pressuposto que a figura do imperador é o elemento fundamental para a ordenação social. A alternativa, segundo o autor, surgiu através dos debates e da contribuição de Moses Finley, Peter Garnsey, Andrew Wallace- Handrill, entre outros

² FAVERSANI, Fabio. *A pobreza no Satyricon de Petrónio*, 1995. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, 1995.

³ Um representante moderno de tal perspectiva é Paul Veyne.

⁴ Um representante moderno de tal perspectiva é G. E. M. de Ste. Croix.

⁵ FAVERSANI, Fabio. “Trimalchio, classe social e estamento”. *Revista de História*, USP, São Paulo, n. 134, p. 7-18, 1996.



pesquisadores que “tem trabalhado com o propósito de apreender a sociedade tornando chave o uso de conceitos como o de patronato”.⁶

Segundo Andrew Wallace- Handrill em seu texto “A corte imperial” (The imperial court), publicado como capítulo na prestigiosa *The Cambridge Ancient History*, a corte imperial romana funcionava à imagem de nosso sistema solar. O sol seria o imperador, fonte de toda a energia (*beneficium*), e as casas senatoriais seriam os planetas que circundavam a esfera solar, e as casas provinciais seriam representadas pelos satélites planetários. Contudo, dentro desse sistema, a energia proveniente do imperador não se propaga no vácuo, mas sim, através de mediadores envolvidos em grandes redes de solidariedades (relação patrono x cliente).

Como podemos perceber a inovação trazida por esse modelo de interpretação é que o patronato passaria a assumir a centralidade nas análises sociais. As interações seriam a chave para compreender a hierarquização e a formação de grupos sociais. A busca pela absorção de uma parcela maior de benefícios era refletida na disputa entre as *domus* senatoriais por uma maior aproximação com a casa imperial e, assim, com a maior quantidade de *beneficia*, cuja fonte exclusiva era a *domus Caesaris*. A busca pela absorção de uma parcela maior de benefícios era refletida na disputa entre as *domus* senatoriais, os exércitos e a plebe por uma maior aproximação com a casa imperial e, assim, com a maior quantidade de *beneficia*, cuja fonte exclusiva era a *domus Caesaris*.

130

A aproximação para com o *princeps* passou a ser a principal via de ascensão social. O estabelecimento de vínculos com o imperador poderia resultar, por exemplo, na ascensão de um liberto com poderes políticos e sociais extraordinários, inclusive a capacidade de exercer o patronato e gerir uma extensa rede de *clientes*. Àqueles que não compartilhavam dos meios que proporcionavam a ascensão social, esse processo poderia acarretar na formação de grupos de oposição. Portanto, estamos diante da criação de laços fundados sobre relações pessoais que se manifestaram, sobretudo, na instituição do patronato. Assim, as redes de clientela controladas pelo imperador seriam fontes de promoção social e aquelas independentes do *princeps* seriam consideradas como grupos de oposição ao menos até o momento que elas gerassem um novo imperador...

Contudo, se todas as posições sociais derivam das relações com o Imperador, como explicar o caso de Clódio Traseia Peto⁷ no relato de Tácito? Como podemos perceber através da

⁶ FAVERSANI, Fabio. As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: Alexandre Galvão Carvalho (org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.



análise da narrativa taciteana, o fato da posição do Imperador equivaler idealmente à maior grandeza possível faz dela uma medida absoluta da hierarquia, mas não determina todas as outras medidas. As pessoas tinham riqueza, honra e constituíam redes de relações independentes do poder do Imperador. Cabe, assim, estudar essas redes de competição.

Outro problema de difícil solução para esse modelo são as conspirações visando a derrubar o poder do imperador, e como esse sol (*domus Caesaris*) era constantemente apagado e substituído por outra *domus*. Cabe, assim, indagar a respeito da importância e da atuação do patronato na vida política romana sem que se parta do pressuposto de que o império representou uma ordem unipolar.

Para Ronald Syme, cabia ao *princeps* e aos seus *amici* o controle do acesso a todas as posições de honra nas carreiras senatoriais. Para o autor, durante a República, o nascimento em um berço de nobreza, o serviço militar e a distinção no conhecimento das leis e na oratória, eram as condições de acesso a uma importante magistratura. Após a revolução política, a arena de disputa por prestígio e honrarias continua a mesma, porém com uma particularidade, a lealdade e o serviço ao patrono e líder do partido de César passavam a ser essenciais para a promoção pessoal.⁸

“O *princeps* escolhia seus próprios legados”⁹. Essas escolhas por parte do *princeps* abriram uma nova maneira de ascender socialmente. Os legados de Augusto concentravam um enorme prestígio em suas mãos e eram importantes mediadores desse poder, muitas vezes servindo de catalisadores para alianças e promoções pessoais. Esse sistema criou uma grande peculiaridade. As regras para esse jogo político eram claras, “quando o príncipe se ofendesse [com algum cortesão], ele declarava em solenidade que estava revogando o seu favor e a sua *amicitia*, o que marcava o fim da carreira de um cortesão e até mesmo o da sua vida”¹⁰. E, segundo Syme, “a competição política estava esterilizada e regulada através de um penetrante sistema de patronagem e nepotismo”¹¹.

Portanto, nesse modelo, os agentes que compunham a sociedade romana estariam hierarquizados a partir das relações que estabeleciam para com a *domus Caesaris*. Dentro desse

⁷ TÁCITO, Cornélio. *Anais*. Tradução de J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: 1952, W. M. Jackson Inc. editores, XIII, 49; XIV, 12; XIV, 48; XV, 20; XV, 24; XVI, 21.

⁸ SYME, Ronald. *The Roman revolution*. Oxford University Press, 1939, p. 369-386.

⁹ SYME, Ronald. *The Roman revolution*, p. 383.

¹⁰ SYME, Ronald. *The Roman revolution*, p. 385.

¹¹ SYME, Ronald. *The Roman revolution*, p. 386.



esquema, teríamos um núcleo de poder que era constante (embora o imperador pudesse ser substituído o núcleo permanecia, somente era ocupado por outro indivíduo) e as *domus* que disputavam uma posição mais proeminente teriam que estabelecer estratégias para se verticalizarem na estrutura social. Afinal, a hierarquização somente se daria através do poder que emanava da posição superior. Cabe ressaltar que da mesma maneira como poderia acontecer após a substituição do centro poder, as *domus* que perdiam sua posição dentro da hierarquia social eram substituídas por outras *domus*, sem, contudo, alterar o sistema.

No entanto, esse modelo que analisa a sociedade romana através de solidariedades verticais, oriundas de um núcleo de poder possui limites muito bem demarcados. Dentre eles, segundo a crítica de Fábio Faversani, é que esse modelo não consegue explicar as conspirações que visavam derrubar o imperador¹². Como veremos adiante, em Tácito, podemos perceber que os agentes conseguiam adquirir honra, riquezas e constituir redes de solidariedade independentes do imperador. Aliás, esses personagens, como o estóico Traséia Peto, são muito utilizados por Tácito para fazer frente ao poder imperial, ou até mesmo são construídos como uma alternativa a esse poder. Pois, carregam elementos da moral e virtudes, que faltavam a esses imperadores.

Outra crítica, feita por Luciane Munhoz Omena é que esses modelos estariam centralizados na elite romana. Eles analisam como os senadores e eqüestres se relacionam com o poder imperial. Mesmo no caso dos libertos que adquirem grande prestígio e uma quantidade enorme de riquezas, como Palas e Narciso (libertos de Cláudio), não deixam de ser parte da *domus Caesaris*, ou seja, eram libertos imperiais. Além disso, outro autor que ilustra nossa asserção é B. H Warmington que defende a proposta de que a presença dos libertos na administração do império levou os cargos administrativos, que eram públicos, a serem reconhecidos como privados da casa do imperador¹³. Contudo, como se daria as relações entre os “setores subalternos” e o núcleo de poder. Como podemos observar no trabalho de Omena, esses grupos deveriam ser incluídos na política do império e eram elementos muito importantes na constituição e na contestação das hierarquias sociais.¹⁴

Nossa hipótese é que as instabilidades políticas, a que estavam sujeitos os imperadores, davam-se em razão das estreitas relações com os diversos grupos que compunham a elite romana e a sociedade romana. Quando os primeiros concediam certos favores a uns e não a outros, isto

¹² FAVERSANI, Fábio. *As relações interpessoais sob o Império Romano*, p. 40.

¹³ WARMINGTON, Brian Herbert. *Nero: Reality and Legend*. London: Chatto and Windus, 1969, p. 24.

¹⁴ OMENA, Luciana Munhoz de. *Pequenos poderes na Roma Imperial: os setores subalternos na ótica de Sêneca*. Vitória: Flor & Cultura, 2009.



era avaliado por cada um dos grupos envolvidos nesse jogo político. Caso a concessão de favores fosse valorada como injusta, alguns grupos poderiam se articular para substituir o imperador, levando ao poder alguém que lhes favorecesse. Por esta via, as instabilidades poderiam atingir níveis críticos, levando a conspirações que acabariam com a morte de alguns imperadores ou, com a perseguição e mesmo destruição de muitas *domus* que se envolvessem nestas conspirações. De um modo ou de outro, as redes de patronato podem gerar alternativamente muitos benefícios para um determinado grupo ou indivíduo, como também a sua completa ruína.

Como foi afirmado anteriormente, os modelos que visam compreender a sociedade romana através da lógica do patronato não privilegiam o estudo da formação de partidos e/ ou facções que muitas vezes poderiam se tornar grupos de oposição ao poder imperial. Um dos exemplos dessa preocupação é manifestado por David Konstan em seu livro intitulado “A amizade no mundo Clássico”. Para Konstan, convém estudarmos os diferentes significados do conceito amizade tendo em vista que a amizade é “modelada socialmente” por numerosos fatores, tais como a classe social ou a idade.¹⁵

As redes de solidariedade fundadas na política de patronato estabeleciam vínculos interpessoais entre os agentes sociais, vinculando-os às diversas *domus* senatoriais e à *domus Caesaris*. Baseadas na *fides*, essas relações no mundo clássico são entendidas essencialmente como uma relação pessoal fundada em afeição e generosidade. A reciprocidade não é obrigatória. Contudo, deixar de retribuir um benefício recebido faz com que a relação não se estabeleça. O “bom” *patronus*, assim, distribuiria os benefícios aos seus *amici* ou seus *clientes* através da lógica da reciprocidade, sem esperar pela gratidão, e o “bom” *cliens* receberia seus *beneficia* através dos seus méritos e não através das bajulações.

Contudo, dialogando com Syme, o autor nos mostra que

A coesão das facções políticas romanas dava-se menos pela unidade de princípios do que pelo interesse mútuo e por serviços mútuos (*officia*), seja entre os socialmente iguais na forma de uma aliança, seja de superiores a inferiores, em uma forma tradicional e quase feudal de clientela: em uma avaliação favorável, o laço era chamado de *amicitia*, de outro modo, *factio*.¹⁶

¹⁵ Preferimos colocar os dois termos, facções e partidos, tendo em vista que Tácito utiliza o termo “*partibus*” TÁCITO, Cornélio. *Anais*, I, 2, 1. para descrever que Augusto, após a guerra civil se encontrava à frente do partido Juliano. Já, o termo facção é mais utilizado pela historiografia contemporânea para a análise dos grupos de oposição ao poder imperial. Como exemplo dessa utilização KONSTAN, David. *A amizade no mundo clássico*. Trad. Marcia Epstein Fiker. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.

¹⁶ Apud. KONSTAN, David. *A amizade no mundo clássico*, p. 4.



Assim, interpretada de um modo mais amplo como uma relação pessoal assimétrica, que envolve expectativas de intercâmbios recíprocos com um potencial para a exploração, o patronato certamente desempenhava, um papel importante na vida social romana. Seja para a constituição de redes clientelares baseadas na *amicitia* ou nas *factiones*, que estavam também inseridas nesse jogo de disputa por mais prestígio social. Contudo, ainda nos resta indagar a respeito de como essas *partes* eram formadas no seio da *respublica*¹⁷. Como veremos adiante, o historiador latino reconhece esse jogo dentro das relações que eram estabelecidas dentro da *domus Caesaris*, como também, nos exemplifica as disputas que eram manifestadas através clima de constante tensão entre os grupos que se formavam paralelamente ao poder imperial.

Fronteiras internas ao governo de Nero

Ao analisarmos a obra *Anais* de Tácito, podemos perceber a presença de diversas fronteiras internas ao governo de Nero. Uma dessas fronteiras, construída por uma tradição intelectual, vem da crítica historiográfica ao imperador Nero que, após ser investido do título de *imperator*, teria realizado um governo marcado pelas influências de Sêneca, Burrus, Agripina *minor* e Tigelino. Personagens que, por possuírem uma efetiva participação no *consilium principis*, exerciam o poder do Imperador em seu nome, se tornando em muitos casos os patronos do Império.

134

Essa fronteira delimitada dentro desta unidade empírica, o principado neroniano, pode ser percebida através da leitura das fontes e da produção historiográfica que descrevem o principado deste imperador. Essa divisão arbitrária que impõe qualidades ao governo neroniano nos é apresentada de duas maneiras distintas: a primeira é através da leitura das fontes que tratam o principado, e a segunda pode ser feita através do estudo da historiografia moderna sobre o tema, fruto direto da visão apresentada por estas fontes.

Como exemplo, citamos o conjunto de biografias “A vida dos doze Césares”, escrita por Suetônio. Em sua *vita Neronis*, o autor divide o principado de Nero em uma fronteira identificada por conceitos políticos específicos. Na primeira divisão do governo de Nero, Suetônio faz referência ao “bom governo” realizado pelo *princeps*. Segundo ele, Nero ao ser aclamado imperador prometeu a distribuição de riquezas ao povo e uma gratificação aos soldados, e assim o fez:

¹⁷ Apesar de a historiografia utilizar a expressão *factiones*, utilizaremos *partes* (partidos), por ser uma expressão que encontramos nos *Anais*.



Na ânsia de dar uma idéia mais nítida do seu caráter, após haver declarado ‘que reinaria de acordo com os princípios de Augusto’, não perdeu nenhuma ocasião de demonstrar a sua liberalidade (*liberalitas*), sua clemência (*clementia*) e até mesmo sua amabilidade (*comitas*). Aboliu ou diminuiu os impostos mais pesados. Reduziu a um quarto os prêmios concedidos aos delatores pela lei Pápia. Depois de ter distribuído ao povo quatrocentos sestércios por cabeça, estabeleceu para os senadores mais nobres, porém sem fortunas, um ordenado anual que montava, para alguns, até cem mil sestércios. E, da mesma forma, às cortes pretorianas, uma ração de trigo anual gratuita. Certo dia em que o convidaram a assinar uma condenação capital, disse: “Queria não saber escrever!”. Saudou todos os membros das duas ordens correntemente e de memória. Ao senado que lhe endereçava ações de graça, respondeu: “Quando eu as tiver merecido”. Admitiu o povo nos exercícios no Campo de Marte. Ofereceu numerosíssimos espetáculos de todos os gêneros. Jogos da juventude, jogos do circo, jogos cênicos, combates de gladiadores. (Suetônio, *vita Neronis*, X).

Nero aparece aqui sob uma forte luz favorável por ter exercido suas obrigações com os grupos que constituíam a *respublica*: o povo, os soldados e o Senado. Além disso, atou como *paterfamilias* cuidando de casos que foram declarados por Suetônio como de extrema importância para Roma. Como pode ser percebido, o biógrafo enfatiza a enumeração das virtudes imperiais que Nero adotou: *liberalitas*, *clementia* e *comitas* (princípios de Augusto).

Inversamente, quando o autor passa a descrever o outro lado da fronteira do governo neroniano, passando a expor os “atos vergonhosos e criminosos” de Nero, Suetônio apresenta ao leitor um *princeps* disposto a satisfazer os seus interesses pessoais, sobretudo artísticos, transmitindo a imagem desvinculada da ideologia senatorial. Esta crítica se dá principalmente no campo artístico, onde o imperador se exibia através de aparições em espetáculos, dentro e fora de Roma.

A partir desse ponto as demais menções ao imperador se centram exclusivamente em sua personalidade e em sua forma de agir completamente autônoma, desconsiderando o Senado, o Exército e o povo de Roma, grupos que davam sustentação política para seu governo. Quando, por exemplo, viajou à Grécia para participar de um concurso de música em Corinto, o autor o criticou por negligenciar os assuntos da cidade. Outra crítica feita à figura de Nero foi relativa ao seu afastamento dos assuntos militares, visto que, segundo Suetônio, o *princeps* trocava suas atribuições militares pelas artísticas, fazendo incursões pelo império a fim de promover espetáculos e fazer concursos de canto e teatro, descrevendo a volta do imperador como uma paródia:

De volta da Grécia, entrou em Nápoles, onde estreara como artista, num carro tirado por cavalos brancos, passando por uma brecha aberta na muralha, segundo o uso dos vencedores nos jogos sagrados. A mesmíssima coisa fez em Âncio, mais tarde em Alba, finalmente em Roma; aqui, porém, entrou no carro que servira outrora aos



triumfos de Augusto, vestido dum manto de púrpura, com uma clâmide respingada de estrelas de ouro, à testa a coroa olímpica e a pítica na mão direita, enquanto as outras coroas eram carregadas pomposamente diante dele, com inscrições que indicavam o lugar, o nome dos seus concorrentes, o assunto dos cânticos e das peças em que saíra vencedor. Clauiatas seguiam o carro, como nas ovações, aos gritos de que eram eles os augustanos e os soldados de seu triunfo” (Suetônio, *vita Neronis*, XXV).

Nessa passagem extraída da biografia de Nero, fica clara a caracterização do imperador como o inverso da imagem de imperador ideal. Nero, ao invés de ser o *pater familias*, e de atuar para que as estruturas e os órgãos da *respublica* (senado e magistraturas, legiões, pretório e províncias) funcionem, passa, então, a mostrar as deficiências de seu caráter como, por exemplo: *petulantia*, *libido*, *luxuria*, *avaritia* e *crudelitas*, que se contrapõem às virtudes imperiais já mencionadas, ou seja, *liberalitas*, *clementia* e *comitas*, “componentes do repertório ideológico do Principado desde Augusto”.¹⁸

Através da leitura dos *Anais* podemos perceber que os primeiros anos do governo de Nero também foram marcados por disputas internas envolvendo sua mãe, Agripina *minor*, e seus conselheiros, Burrus e Sêneca. Segundo Tácito, “o maior trabalho, porém, que eles (Sêneca e Burrus) tinham era o de reprimir a ferocidade de Agripina *minor*”¹⁹. A ferocidade de sua mãe, referida por Tácito, foi demonstrada através das tentativas de controlar o jovem imperador.

136

Nero, muito jovem, ascendeu criminosamente ao poder em 54, graças às artimanhas de sua mãe Agripina *minor*, esposa de Cláudio, e que fora a principal articuladora do assassinato do imperador e da preparação da aclamação do jovem Nero. Desde o início do governo de Nero, Sêneca ajudou o Imperador a ocultar os seus vícios e maldades, a começar por estimular o romance do Imperador com a liberta Acte, afastando o jovem imperador dos desejos libidinosos de sua mãe²⁰, e por fim ajudando Nero a resolver junto ao Senado a impressão de que o matricídio teria sido uma obra de salvação da *respublica*²¹.

Nos livros XIII a XV, Anneu Lúcio Sêneca junto com Afrânio Burrus são caracterizados por Tácito como os controladores, até onde era possível, das paixões do jovem Imperador e das artimanhas de sua mãe Agripina *minor*. Segundo Tácito, Sêneca foi escolhido

¹⁸ JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 122.

¹⁹ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XIII, 2, 3.

²⁰ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XIII, 13.

²¹ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XIV, 11.



como preceptor de Nero graças “a sua arte de ensinar a eloquência, e pelas graças e honesta amenidade de caráter”.²²

O autor deixa clara a influência de Sêneca durante o início do principado neroniano. Segundo ele, o pronunciamento inicial do imperador fora composto por seu tutor. Tácito afirma que “sendo obra de Sêneca, havia sido muito bem trabalhado, e era digno do gênio brilhante do autor, mui conforme com o gosto do tempo”.²³

Neste discurso inicial, Nero asseverou que:

nunca se constituiria juiz de todas as coisas, porque não podendo ouvir-se fora do recinto do palácio as vozes dos acusadores e dos réus, a sorte desses últimos viria então só a depender dos caprichos de alguns válidos. Que da sua corte desterraria a venalidade e as intrigas; e que os interesses da República haviam de ser independentes dos negócios da sua casa. Que o senado gozaria de toda a sua antiga jurisdição.²⁴

Há uma evidente preocupação em repudiar as ações vergonhosas e os abusos cometidos durante o principado de Cláudio, especialmente, no que se refere à participação dos libertos nos negócios do império e à crítica aos julgamentos *intra cubiculum*²⁵. Além disso, Nero prometeu seguir o modelo construído por Augusto, respeitando a divisão de poderes entre o Senado e o *princeps*.²⁶

A explicação dada por Momigliano para o excelente governo nos primeiros anos do principado neroniano é que de fato não foram observados os preceitos da restituição das liberdades republicanas. Para o autor, Nero geriu seu governo como uma forte corrente de tendências absolutistas, concentrando todos as fontes de *beneficium* nas mãos do soberano, os quais distribuiria por meio da sua benevolência²⁷. Aliado a esse fator, Momigliano nos oferece a interpretação de que nos anos iniciais do governo de Nero, o jovem *princeps* teria favorecido

²² TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XIII, 2, 2.

²³ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XIII, 3, 1.

²⁴ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XIII, 4, 3- 4.

²⁵ “He also promised that he would remove freedmen from the positions of power that they had held under Claudius; the removal of Agrippina’s favorite, Pallas, within months of the accession served to show that Nero meant what he said, though his motive, as we saw in the previous chapter, probably had little to do with conciliating the senate” c.f. SHOTTER, David A. C. *Nero*. London: Routledge, 1997, p. 17.

²⁶ “That respect was made manifest by the appearance of the letters ‘EX S.C’ (*senatus consulto*), on *aurei* and *denari* between A.D. 54 and 64, to show that the use of gold and silver from the *aearium* had been authorized by the Senate” cf. WIEDEMANN, T. E. J. Tiberius to Nero, In: *The Cambridge Ancient History*. Second Edition. Volume X: The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D. 69. Edited by Alan K. Bowman, Edward Champlin and Andrew Lintott. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 242.

²⁷ WIEDEMANN, T. E. J. Tiberius to Nero, p. 706.



certas medidas conservadoras da aristocracia, como as questões envolvendo os libertos e os escravos.²⁸

Já, em um segundo momento, Nero é retratado como uma figura manipulada por um eqüestre chamado Tigelino, homem muito ambicioso que teria incentivado Nero a centralizar o poder cada vez mais. Com isso, o Imperador teria caminhado para um progressivo isolamento, caracterizado pela centralização do poder em detrimento do Senado e do exército, culminando, em 68, com eventos que a parte preservada dos *Anais* não traz, mas que conhecemos por outras fontes: Nero foi destronado e obrigado a se suicidar. Durante essa “segunda parte” do principado Neroniano, quando Nero se encontrava sob a influencia de Tigelino, podemos observar no decorrer da narrativa dos *Anais* o progressivo aumento no número de assassinatos. Esse aumento do número de vítimas pode ser considerado como uma tentativa retórica de Tácito para caracterizar a transição de um “bom governo” para um “mau governo”, caracterizado por um Estado tirânico.

Em um estudo realizado por Fábio Araújo de Oliveira encontramos, através do levantamento do número de assassinatos divididos em dois sub-grupos, de 54 a 61, período anterior a influência de Tigelino e 62 a 66, quando Nero passa a ser controlado pelo eqüestre, um aumento significativo no número de mortes. Segundo o autor,

Comparando o número de mortes violentas por motivações políticas nos dois períodos se apresenta um claro crescimento destas ocorrências nos anos em que Tácito expôs a figura de Tigelino frente as que aconteceram quando ele estava ausente das páginas dos Anais. Temos um número de mortes cerca de quatro vezes maior. Quando comparamos um período com o outro. Em termos relativos, ou seja, mortes por ano para cada período, a desproporção é ainda mais acentuada. Para o período sem Tigelino temos uma taxa de 1 morte por ano contra 6,6 mortes/ano no período em que Tigelino está presente. Ou seja, o número de mortes relatadas é mais de 6 vezes superior em um período do que em outro.²⁹

A historiografia moderna tende a seguir Tácito no que tange às influências que esse imperador recebeu durante o seu governo. Essa tradição intelectual tende a analisar a obra taciteana tendo em vista a fronteira que envolve o governo de Nero e que compartimenta seu principado em dois momentos. A primeira parte de seu governo, nomeada por muitos historiadores como *quinquennium neronis*, teria sido positivo à medida que os vícios do *Princeps* e os excessos de sua mãe teriam sido controlados por Sêneca e Burrus. A mudança de qualidade do governo ocorre com a morte de Burrus e a afastamento de Sêneca do poder, levando ao período

²⁸ WIEDEMANN, T. E. J. *Tiberius to Nero*, p. 705.

²⁹ ARAÚJO, Fábio de Oliveira. *Nas entrelinhas da Antiguidade: Tácito e as relações interpessoais entre Imperadores e súditos*. Monografia (Bacharelado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana 2005, p. 52.



considerado como um mau governo, quando Nero teria sua administração voltada aos vícios por sua própria vontade e pela influência negativa de Tigelino.

A expressão *quinquennium neronis*, cunhada por Aurelius Victor, no século IV em sua obra *De caesaribus* (5, 2), e atribuída ao imperador Trajano, faz referência aos anos em que Nero exercendo um “bom governo” realiza grandes reformas na área urbana da cidade após o incêndio de 64³⁰. Portanto, o *quinquennium* não se referiria originalmente ao período inicial do governo, nem mesmo ao governo como um todo. Esta idéia de um período de bom governo sob Nero perpassa praticamente todas as análises historiográficas contemporâneas. Passemos, então, a examinar algumas delas.

A alternativa mais usual é dada pela idéia que teriam sido os anos dignos de elogio seriam aqueles iniciais. O texto “De Caesaribus” de Aurelius Victor refere-se a “*quiquennium tamen tantus fuit*”. Influenciado por esta tradição hegemônica de interpretação, o tradutor apresenta o texto em francês como sendo “*les cinq premières années que son règne furent si glorieuses*”³¹.

T. E. J. Wiedeman, em um capítulo intitulado “Tiberius to Nero”, situado na prestigiosa *The Cambridge Ancient History*, discute a aplicação da expressão *quinquennium neronis*. Para o autor, o programa de melhorias na cidade de Roma através de inúmeras construções, durante o período pós-incêndio de 64, foi de fato muito eficiente. Contudo, o autor ressalta que essa política de reconstrução da cidade sofreu forte oposição devido aos gastos suntuosos do *princeps*. Segundo ele

É pouco provável que a idéia de um quinquênio de Nero tenha sido inventada a fim de explicar a excelência dos seus edifícios, ou os reais (mas marginais) sucessos militares associados à Corbulão e a outros comandantes. Foi, talvez, mais uma tentativa de explicar porque muitos senadores, que posteriormente revelarão Nero como um monstro, estavam preparados para apoiá-lo por tantos anos.³²

De qualquer forma, a historiografia sobre o principado neroniano concorda que “there is one and only one clear turning-point: it is, marked by the year 62, when the joint administration

³⁰ Uma das críticas ao “mau governo” de Nero é, Segundo Scullard: “The rebuilding of Rome required money, and did Nero’s luxurious life, not mention a grandiose scheme to link. [...] He therefore imposed forced contributions on Italy and the provinces and seized what he could, not stopping short of putting to death six landowners in Africa who owned half the estates there, in order to appropriate their land”. Cf. SCULLARD, H.H. *From the Gracchi to Nero*. Routledge Taylor & Francis Group. 2001, p. 310.

³¹ AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. (Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne). Paris: Les Belles Lettres, 1975. [grifo nosso].

³² WIEDEMANN, T. E. J. Tiberius to Nero, p. 244.



of Seneca and Burrus gave place to the sole rule of Nero”³³. Ou seja, a fronteira entre bom e mau governo de Nero teria se consolidado após a morte de Burrus e o afastamento de Sêneca, que ocorrem em 62. Assim, aceitando essa divisão, de um “bom governo” de 54 a 62 e de um “mau governo” de 62 a 69, teríamos um *quinquennium* de nove anos.

Rostovtzeff descreve que Nero ascendeu ao trono de forma irregular e reafirma que durante seu governo foi influenciado por Burrus e Sêneca, de uma parte, e pela sua mãe Agripina *minor*, de outra. No início de seu Principado, ocorre o assassinato de Britânico, seu meio-irmão (filho de Cláudio com Messalina e herdeiro potencial do trono) e uma seqüência de atentados terríveis, inclusive o assassinato de sua mãe Agripina *minor* que “tentou usá-lo como fantoche no poder”³⁴. O imperador governa “perturbado por Sêneca e Burrus que o haviam educado e desejam orientá-lo como jovem”³⁵. Com o afastamento de seus tutores, Nero entra em choque com a hostilidade e o desprezo dos que o cercam. Em suma, na visão deste autor, teria sido um governo marcado pelo terror e o massacre de todos os suspeitos de não simpatizar com ele ou com seus métodos de governo.

Dentro dessa mesma lógica de interpretação da obra de Tácito, o autor Guglielmo Ferrero em uma obra publicada em 1947, intitulada *História romana*, nos oferece um capítulo dedicado ao governo de Nero e a chamada quarta guerra civil³⁶. Segundo o autor, “a riqueza, o poder, as adulações despertaram rapidamente no jovem os maus instintos até então ocultos, sobretudo seu amor aos prazeres e seu caprichoso exotismo”³⁷. As disputas envolvendo mãe e filho logo se converteram em um duelo de vida e morte. Em suma, na visão de Guglielmo Ferrero, Nero aparece como um imperador covarde que fora manipulado pelas mulheres de sua corte, Agripina *minor*, Acte e Popéia. Quando ocorreu a morte de seus tutores, o imperador se libertou e passou a combater a tradição romana, sustentada por um senado fraco, com o auxílio do inescrupuloso Tigelino.

Outra obra composta em meados do século XX e intitulada *Os Césares*, de autoria de Ivar Lissver, é composta pela história de todos os césares romanos pagãos, desde seus imediatos predecessores Mário, Sila, Pompeu e Crasso, até Constantino, o grande, primeiro imperador

³³ANDERSON, J.C.C. Trajan on the Quinquennium Neronis. *Historia*, Band XXVIII/3. Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden, 1989, p. 177.

³⁴ ROSTOVITZEFF, Michael Ivanovitch. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 195.

³⁵ ROSTOVITZEFF, Michael Ivanovitch. *História de Roma*, p. 198.

³⁶ Segundo o autor, as três primeiras guerras civis seriam aquelas que opuseram Mário e Sula, César e Pompeu, Otaviano e Marco Antônio, ainda na República.

³⁷ FERRERO, Guglielmo. O governo de Nero e a quarta guerra civil. In: *História Romana*. Trad. Brenno Silveira. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1947, p. 221.



cristão, como também por uma discussão a respeito da biografia de Nero. Segundo o autor, “O imperador Trajano afirmará mais tarde que os cinco primeiros anos do reinado de Nero foram os mais felizes do império romano. Se esta asserção é verídica, Roma deve isto a Sêneca”³⁸. Como podemos perceber, fica clara a influência de Sêneca nas ações do imperador, sendo que essas, graças ao filósofo, eram destinadas ao “bem público”. Aconselhando-se com Sêneca e Burrus, o imperador decidiu assassinar sua mãe, fato que possibilitou o aumento do poder de Sêneca e o efetivo controle sobre as ações do *princeps*. De fato, apoiando-se na idéia de um *quinquennium* feliz, Lissner reconhece que “de 54 a 59 d. C, isto é durante o primeiro terço de seu reinado que durou catorze anos, observou Nero estritamente as regras da sabedoria, da prudência e da medida”³⁹. Os crimes e as loucuras do imperador não datariam do início do seu reinado, quando estava sob a tutela de Sêneca.

Em *Os Imperadores Loucos*, de Michel Cazenave e Roland Auguet, são discutidas as representações do imperador Nero que seriam legadas pelas fontes que acabamos de apresentar, Tácito e Suetônio. Segundo os autores, sob o nome deste imperador foi construído por romancistas tendenciosos todo um imaginário de que o *princeps* seria um monstro, uma cabeça oca e barulhenta, um charlatão e um fantoche⁴⁰. Contudo, o que realmente nos interessa é a idéia de um “imaginário” que vai sendo construído a respeito de Nero e que nos leva a lembrar dele sempre que se fala em incêndio, vaidade exacerbada, crimes violentos e matricídio. Neste livro os autores também reconhecem a existência do *quinquennium Neronis*, apresentando para o leitor um *princeps* influenciado por Sêneca, Burrus e Agripina *minor*. O assassinato de sua mãe, Agripina *minor*, marca o início do verdadeiro reinado de Nero. Sêneca perde o prestígio e não consegue mais conter o ímpeto do jovem imperador. Burrus é substituído, após sua morte em 62, por Tigelino, que passa a controlar o *princeps*.

David Shotter, em um estudo intitulado *Nero*, desenvolve a crítica ao que ele denominou de “escritores modernos”⁴¹, ou seja, àqueles escritores que aplicaram o termo *quinquennium neronis* para os cinco primeiros anos do governo de Nero. Para ele, referindo-se ao historiador Aurelius Victor, o termo deveria ser aplicado aos cinco anos finais, quando o *princeps* realizou muitas atividades de construção de instalações e edifícios. Como vimos, Aurelius Victor não se referia a nenhuma data específica, mas sim à existência de um *quinquennium*.

³⁸ LISSNER, Ivar Nero. *Os Césares*. Trad. Oscar Mendes. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1959, p. 143.

³⁹ LISSNER, Ivar. Nero. *Os Césares*, p. 144.

⁴⁰ AUGUET, Roland. CAZENAVE, Michel. “Os primeiros imperadores loucos”. In. *Os imperadores loucos*. Editora Inquérito, 1995, p. 149.

⁴¹ Embora o autor não explicita. CF. SHOTTER, David A. C. *Nero*. London: Routledge, 1997, p. 14.



Segundo Scullard, Nero foi elevado ao poder aos dezesseis anos de idade graças às artimanhas inescrupulosas de sua mãe Agripina *minor* (nasceu em 15 de dezembro de 37 e foi proclamado *princeps* em 13 de outubro de 54). Sua carreira política foi marcada por disputas entre seus conselheiros, Burrus e Sêneca e sua mãe. Para este autor, após o assassinato de sua mãe, Nero “would be glad to free himself from the role of puppet-king”⁴². Nesse sentido, a imagem que o autor nos passa é a de um governante que era controlado pelas pessoas que estavam ao seu redor, porém que lutava, sem sucesso, para se libertar delas.

No entanto, apesar dessas discussões sobre os anos “bons” e “ruins” de Nerose colocarem como um debate interminável, e também para não alargarmos mais essa discussão, já que não é nosso intuito fazer a defesa desse imperador, e nem o de adentrarmos nesse debate específico e sem destino sobre os “bons anos de Nero”, nos limitaremos apenas ao que já foi exposto. Dessa maneira, o que pretendemos inferir na continuação de nossas ideias é que não devemos pensar a oposição aos imperadores como somente calcadas em críticas a “maus” imperadores. Além disso, também é possível encontrar um valioso substrato para complexificar estas análises que foram feitas sobre o governo de Nero, e que se limitaram em estabelecer fronteiras qualitativas ao seu governo.

Assim, declaramos também que pretendemos contribuir não somente com novas perspectivas biográficas a respeito desse imperador, mas também propomos uma nova visão sobre os anos em que a política romana foi dominada pelos Júlio- Cláudios. Essa nova visão será construída através da análise que possuímos da versão que o político romano Públio Cornélio Tácito atribuiu aos fatos transcorridos em dias e governos passados. Além disso, dentro de uma perspectiva maior de organização de sua obra, também podemos justificar que a procedência dos fatos, tal como nos foi apresentada, pode ser uma visão bem aceitável para compreendermos elementos da política e da sociedade da cidade de Roma.

Desta maneira, chegamos à conclusão que, através do debate realizado entre uma historiografia preocupada com a organização política e social do império romano, como Wallace-Hadrill, Peter Garnsey e Richard Saller, podemos encontrar algumas contradições entre o que nos é apresentado por estes estudiosos e algumas questões e episódios que encontramos nas fontes. Assim, encontramos a alternativa de pensarmos o principado de Nero através da “(des)ordem social”, tal como tentamos delimitar em nosso estudo sobre o principado na historiografia taciteana.

⁴² SCULLARD, H.H. *From the Gracchi to Nero*, p. 305.



Conclusão

“*Ergo dum scelera principis, et finem adesse imperio diligendumque, qui fessis rebus succurreret*” (Tac. Ann. XV, 50, 1). É assim que Tácito, em uma passagem dos *Anais*, situada no contexto da conspiração pisoniana durante o principado de Nero, introduz a discussão entre os conspiradores que apoiavam a causa do Senador Caio Píson. Essa asserção de Tácito, traduzida para o português como um debate acerca “das maldades do príncipe, sobre a total decadência do império, e o quanto se fazia preciso eleger outro chefe que salvasse o Estado”, relata o momento de tensão que as elites senatoriais perpassavam e as estratégias que pretendiam adotar, através da elevação da *domus* de um dos conspiradores à condição de *domus Caesaris*.

Delatada essa conspiração ocorrida no ano de 55, inúmeras sentenças foram proclamadas, dentre elas, por exemplo, as de Pláucio Laterano e Súbrio Flávio⁴³, que foram decapitados; e a de Sêneca⁴⁴, constrangido ao suicídio. Morreram ainda Sulpício Ásper e Fênio Rufo⁴⁵; Vestino⁴⁶; Aneu Lucano⁴⁷, Senecion, Quinciano, Cevino⁴⁸, Petrônio⁴⁹; além de outros centuriões⁵⁰. Quanto a Pisão, este senador abriu as veias antes mesmo de ter sido constrangido por Nero (Anais, XV, 59). Houve um total de dezenove mortos e treze exilados.

É importante destacar que esses grupos de oposição eram compostos muitas vezes por membros que usufruíram do *beneficium* do *princeps*, inclusive tendo como conspiradores importantes personalidades da vida pública, como Cônsules, cavaleiros e Senadores. Esta presença maciça de indivíduos que ascenderam socialmente graças ao patronato exercido por Nero nos oferece uma pista a respeito do jogo político pela disputa de um lugar mais elevado socialmente. As *domus* senatoriais, os libertos, a plebe, os exércitos, constantemente elaboravam estratégias de ascensão social. E uma dessas estratégias era se aliar a um grupo de oposição que visava substituir o núcleo de poder.

A “ordem imperial” não se dava somente através da força, da autoridade ou do patronato exercido pelo *princeps*. Existiam muitas outras questões e cálculos a serem pensados,

⁴³ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XV, 47.

⁴⁴ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XV, 60 – 65.

⁴⁵ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XV, XLVIII.

⁴⁶ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XV, 49.

⁴⁷ Segundo Tácito, esse conspirador queria se vingar do *princeps* por ofuscar a glória de seus talentos poéticos. Cf. TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XV, 49.

⁴⁸ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XV, 70.

⁴⁹ TÁCITO, Cornélio. *Anais*, XVI, 19.

⁵⁰ “The knights numbered five, among whom was Claudius Senecio who had been one of the intimate friends of Nero” cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. “Nero”. In: *Cambridge Ancient History*, p. 728.



tendo em vista que estamos nos deparando com uma sociedade composta por inúmeras *domus* que competiam entre si e que encerravam em seu interior disputas internas, tendo como maior objetivo a aproximação para com a *domus Caesaris* ou a constituição de uma alternativa a ela. Esses conflitos teriam que ser arbitrados pelo imperador, elemento de coesão e de consenso entre as inúmeras *factiones* que surgiam no seio da *respublica*. Uma *domus Caesaris* enfraquecida era uma avenida aberta para a discórdia e a sempre iminente guerra civil. Contrariamente, essa *domus* poderia, através do patronato, estabelecer vínculos de ligação moral e aumentar o seu poder. Lembrando que uma *domus* sem *clientes* era uma *domus* enfraquecida. No relato de Tácito, simplesmente favorecer a outros não era, contudo, garantia de fidelidade. Nas diversas conspirações, *domus* que receberam a atenção imperial conspiraram para a sua substituição.

Como vimos, Nero, nos anos iniciais conseguiu administrar esse jogo político, seja pelo controle exercido por seus tutores, ou pelas concessões às elites mais tradicionais que compunham o império, ou, ainda, pela fraqueza demonstrada pelo Senado frente ao poder imperial. Contudo, não conseguiu arbitrar nos negócios no interior de sua própria *domus*. Esta estava imersa em disputas pessoais envolvendo o controle do imperador. A partir do momento em que as bases importantes de sustentação da *domus Caesaris* começam a ruir, temos em cena um *princeps* enfraquecido e que se torna alvo para contestações e conspirações. Porém, como vimos, o partido de Nero ainda se mostra forte perante as *factiones* que começam a aparecer. Conseguindo, em muitos casos, estabelecer políticas de manutenção do núcleo de poder e de extermínio de seus concorrentes.

Contudo, ainda nos resta estudar se essa “ordem” era produzida ou era imposta sobre as diversas identidades sociais particulares. Daí nossa opção, que realizaremos em estudos posteriores é de utilizarmos o conceito de “fronteiras”, com o sentido de fronteiras identitárias. Assim, criamos uma bivalência, ou seja, estamos lidando com a “ordem” e a “desordem” imperial, sendo que as fronteiras identitárias, como a própria definição de fronteira nos diz, estabelecem segregação, separação ou mesmo um limite entre os grupos envolvidos. Essa segregação acarretaria no caos ou na constante busca por um consenso. E esse consenso se daria, e aqui entra outra hipótese, através dos conflitos entre as identidades referentes a cada indivíduo envolvido, através de relações sociais de caráter interpessoal que visavam criar estratégias para a criação de uma identidade de grupo, seja ela de apoio ou de oposição.

Recebido: 10/12/2010
Aprovado: 25/10/2011



Escritos, costuras e preces: histórias femininas e a construção de novas práticas na América portuguesa

Silvia Maria Amâncio Rachi Vartuli

Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

Doutoranda em História da Educação na Faculdade de Educação (UFMG)

silrachi@yahoo.com.br

RESUMO: Este texto foi elaborado a partir da pesquisa de doutorado que vem sendo realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A investigação apresenta como objeto de estudo a inserção social feminina em Minas Gerais nos séculos XVIII e início do XIX a partir do contato com os elementos da cultura escrita. Busca evidenciar como os grupos femininos, ao estabelecerem relações com este conhecimento, construíram estratégias de negociação com as instâncias representativas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Instrução feminina, Minas colonial, Educação.

ABSTRACT: This text was developed from doctoral research, which is being held at the Faculty of Education, Federal University of Minas Gerais. The research appears as the object of study the social integration of woman in Minas Gerais in the eighteenth and early nineteenth centuries from the contact with the elements of literacy. Seeks to show how women's groups to establish relations with this knowledge, build trading strategies with the representative bodies of power.

KEYWORDS: Female education, Colony, Education.

Introdução: A historiografia e o papel das mulheres na sociedade

Nas últimas décadas, na esteira do movimento de renovação historiográfica no Brasil, muitos estudos iluminaram as trajetórias e ações realizadas pelas mulheres nos diferentes períodos da história. Investigações que buscaram preencher as lacunas sobre o feminino nos processos sociais, palavras que questionaram a historiografia tradicional ao mesmo tempo em que verbalizaram as realizações, resgataram os papéis e desbravaram as trilhas por onde andaram indígenas, brancas, negras, mulatas de outrora. Historiografia que se tornou referência sobre a temática e que buscou dar voz a agentes fundamentais na formação da sociedade brasileira¹. Ao longo da história do Brasil, o lugar de sobrevivência e vivência feminina tem sido recuperado e

¹A esse respeito ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília, 1993; PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Contexto, 2000; PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.



vasta documentação de pesquisa histórica vem sendo utilizada nesta intenção: fontes eclesiásticas, processos criminais, inventários e testamentos, jornais, correspondências pessoais, obras de cronistas e viajantes. Essa documentação também tem atendido às pesquisas em História da Educação. Nesse último campo, por meio dos esforços investigativos mais recentes, as mulheres saíram da invisibilidade e ocuparam os bancos das escolas imperiais e republicanas, desempenhando papéis significativos como mestras, escritoras e intelectuais nesses períodos.

Contudo, no que respeita às práticas educativas no período colonial, relacionadas ao universo feminino, percebemos certo silêncio historiográfico interrompido por poucos trabalhos na área². Ainda é preciso fazer florescer e dar a conhecer tais processos e seus sujeitos na América portuguesa, recuperar as trajetórias e nomear os atores. São protagonistas de uma história adormecida, pouco dita. Fazer emergir essas mulheres, seus saberes e suas ações, significa realizar um exercício investigativo aprofundado, não apenas descritivo, mas o mais exaustivo possível na análise das fontes, atentando-se para as especificidades dos contextos, minucioso e perspicaz em sua narrativa.

Acreditamos ser necessário investigar sobre as práticas educativas conectadas ao universo feminino na América portuguesa ao constarmos mudanças nos padrões de comportamento ao longo de todo o período colonial. No final do século XVIII, as práticas de sociabilidades femininas apresentaram indícios de transformações, as quais se acentuaram e tornaram-se ainda mais significativas após a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808. As mulheres passaram a frequentar outros espaços como teatros ou óperas e a conversar publicamente com os homens, pelo menos em alguns centros urbanos³. O cotidiano deixava aos poucos de ser tão transitório e instável e começava a dar sinais de novas formas de se viver. Se por um lado, a vida social acontecia com base nos padrões europeus, por outro, revelava especificidades, elementos que constituíam e sedimentavam raízes das formas de se viver na América portuguesa. Novas práticas eram delineadas as quais, certamente, demandaram outros conhecimentos e informações. Podemos afirmar, porém, que apesar de novos saberes virem à tona a partir das demandas da realidade, a educação institucional não se tratava, de forma geral, de uma característica dos grupos femininos. De acordo com a historiadora Leila Mezan Algranti:

² Particularmente os estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Thais Nivia de Lima e Fonseca.

³ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Souza, Laura de Mello (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 117.



No século XVIII, a educação feminina estava longe de ser uma idéia generalizada ou uma prática corriqueira mesmo entre a elite da Colônia que lançava mão dos recolhimentos para fins educativos. Nem totalmente conventos, nem escolas, as instituições femininas de reclusão situavam-se a meio caminho dos dois modelos de estabelecimento e serviam a vários propósitos do que toca à vida das mulheres.⁴

Neste contexto, o trabalho manual, sempre recomendado às mulheres como parte da educação voltada para a preparação para o casamento, ocupou lugar importante. Os conhecimentos relacionados aos cuidados com a saúde, o conhecimento das receitas caseiras, dos afazeres da cozinha, do preparo dos alimentos como a salga da carne e do peixe, a fiação do algodão e sua tecelagem eram cotidianos, enfim, “a chamada indústria caseira ocupava todos os habitantes da casa”.⁵

Muito embora seja clara a existência de um discurso educativo “oficial” que objetivava a preparação da mulher para as funções de mãe e esposa, percebemos, por meio dos estudos realizados e da análise documental, que algumas mulheres exerceram atividades que em muito extrapolaram as diretrizes desses mesmos discursos. Ao travarem contato com a cultura escrita, essas mulheres ampliaram seus círculos de convívio e atuação, como a presença decisiva na administração da indústria doméstica, e redefiniram, assim, os caminhos da vida na América portuguesa e da própria estrutura desta sociedade.

147

Viúvas, esposas, mães e administradoras: outros sujeitos e um novo desenho para a América portuguesa

Nos idos de 1784, Dona Tereza de Jesus, viúva do Tenente Francisco de Sá Mourão, moradora da Freguesia do Ouro Preto de Vila Rica, solicitou à Rainha “a mercê de lhe conceder a tutela de seus filhos e administração de seus bens” e declarou que “viveu com seu marido sempre portas adentro unidos em boa sociedade”, de acordo com os preceitos morais e ensinamentos religiosos da época:

Diz Dona Tereza de Jesus, viúva que ficou do Tenente José Francisco de Sá Mourão, da Freguesia de Ouro Preto de Vila Rica, Minas Gerais, que achando-se em idade de trinta e cinco annos com capacidade suficiente para administrar as pessoas, e bens de seus filhos orphãos que lhe ficarão do mesmo defunto seo marido, e conservando-se no estado de viúva honesta deseja empregarse na administração, porque concorre na

⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília, 1993, p. 260-261.

⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello (org). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Sobre o cotidiano na colônia, as atividades exercidas no ambiente doméstico, os costumes e modos de vida, a historiadora chama a atenção para a importância dos registros dos cronistas e viajantes como ricas fontes de pesquisa.



(sic) as qualidades necessárias, como mostra pelo instrumento dessa justificação que oferece resposta no mesmo instrumento do doutor curador.⁶

O referido requerimento é parte integrante do testamento de seu marido, onde se encontra também a declaração de uma testemunha afirmando que Dona Tereza de Jesus possuía grande capacidade de administração, pois sempre fizera a “escrita do casal”.

Já Dona Quitéria Maria de Barros casou-se com o português José Ribeiro de Carvalho na Vila de Sabará e, após ficar viúva, tornou-se tutora de seus filhos. À época do testamento de seu esposo, foram declarados seis filhos vivos frutos dessa união. Dois meninos: José, então com 12 anos, Manoel com 2 anos; e quatro meninas: Anna com 8 anos; Mariana com 7 anos; Bernarda de 5 anos e Joaquina de 3 anos. Seu marido, natural da Freguesia de Santo Adrião Arcebispado de Braga, já havia sido casado, possivelmente em Portugal. Além do casal de filhos do primeiro casamento José Ribeiro teve mais um filho, Antônio Ribeiro de Carvalho, com a parda Antonia Rangel de Abreu. Antônio, que vivia com o pai, fora instituído seu herdeiro aos 26 anos de idade. Em seu testamento, José Ribeiro, que ocupava considerável posição social em Sabará, nomeou sua esposa administradora dos bens e tutora dos filhos devido ao reconhecimento de sua “grande capacidade e inteireza”⁷. Esposa zelosa, boa mãe, cumpridora de seus deveres, Dona Quitéria, após a morte de seu marido, cuidou de todas as demandas da casa e das responsabilidades que lhes foram atribuídas. Pagou dívidas e serviços, comprou livros e jóias para as suas filhas, artigos de vestuários para os filhos e contratou mestres particulares para os dois meninos. Preocupou-se em ensinar às filhas os bons costumes, além da costura, da leitura e escrita, “tudo com educação e recato, e cuidado grande para no seu tempo dar a melhor arrumação de seus estados e com amor de mãe as sustentava, vestia e tratava nas suas enfermidades (...)”⁸. Podemos supor, com exceção de Bernarda que não aprendera a leitura e a escrita, que Dona Quitéria ensinou suas filhas a ler e a escrever no ambiente doméstico, pois não constam recibos de pagamentos de aulas particulares para as meninas. Quanto aos meninos, José, que possivelmente já havia frequentado na infância as aulas de primeiras letras, permaneceu durante sete anos nos estudos da gramática latina e depois foi viver no Rio. Manoel aprendeu as primeiras letras em aulas particulares como podemos verificar por meio da prestação de contas feita pela mãe.

As histórias de Dona Tereza e de Dona Quitéria são exemplos da existência de mulheres na América portuguesa que estabeleceram contato com a cultura escrita e que podemos

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). cx 122 doc 33. Testamento de Francisco de Sá Mourão. (Foi mantida a redação original dos documentos).

⁷ Museu Ouro/ Casa Borba Gato (MO/CBG). CSO- I (31) 257, 1770. Inventário de José Ribeiro de Carvalho.

⁸ MO/CBG. CSO- I (31) 257, 1770. Inventário de José Ribeiro de Carvalho.



caracterizar como possuidoras de certa instrução, fator que permitiu às mesmas o desempenho funções importantes na sociedade. Questão candente, mas ainda pouco investigada na História da Educação, os saberes femininos no contexto colonial bem como as práticas daí decorrentes podem elucidar aspectos fundamentais da configuração e dinâmica daquela sociedade. Pensar as práticas educativas na colônia requer, entretanto, o alargamento da concepção do que seja ensinar e aprender neste período. Obriga-nos a descortinar diferentes possibilidades de aprendizagem que se esboçaram fora dos espaços institucionais de educação. Devemos, portanto, tentar identificar os saberes que circulavam nos vários espaços sociais, como eram apreendidos e buscar evidenciar como sua assimilação proporcionou às mulheres a construção de estratégias e de possibilidades de negociações no jogo social.

Para a melhor compreensão sobre os conceitos de estratégias e de práticas educativas, assim como o desenvolvimento desses processos na América portuguesa, seguimos as orientações de Thais Nivia de Lima e Fonseca elaboradas a partir das elucidações teóricas de Michel de Certeau, Roger Chartier e Pierre Bourdieu. Segundo essa autora:

Numa perspectiva ampliada a idéia de práticas educativas aparece como tributária do conceito de práticas culturais, desenvolvido tanto por historiadores quanto por sociólogos. Respeitando as diferenças entre eles, considero adequadas aos meus propósitos suas definições das práticas como maneiras de fazer cotidianas dos sujeitos históricos relacionadas social e culturalmente na construção de seus espaços, suas posições e identidades. Analisadas como práticas culturais, as práticas educativas também implicam o estabelecimento de estratégias.⁹

149

Especificamente no que concerne ao desenvolvimento dessas estratégias pelos grupos sociais, a autora acrescenta:

O estudo assim fundamentado implica a análise de estratégias e práticas educativas, processo que, realizados ao longo de tempos mais dilatados, fizeram parte da formação cultural brasileira. A investigação sobre educação no período colonial pode, assim, levar em conta a diversidade e as particularidades da sociedade brasileira de então, considerando suas especificidades regionais.¹⁰

Como nos esclarece Fonseca, estudar as práticas educativas no mundo colonial leva-nos a considerar a constituição das relações sociais, suas conexões com as dimensões políticas e econômicas e a construção de uma cultura peculiar tanto no que tange ao Império Português, quanto no que respeita às diferentes regiões da colônia.

Discursos educativos, cultura escrita e papéis sociais

⁹ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 10.

¹⁰ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa, p. 11-12.



A partir especialmente da segunda metade do século XX, muitas pesquisas se propuseram a investigar as imbricações e tensões culturais existentes no período colonial, inclusive no que concerne ao universo feminino, tomando como diretrizes teorizações desenvolvidas pela História Social entrecruzadas a conceitos trabalhados ou (re) elaborados pela História Cultural. No entanto, poucas delas apresentam como ponto central de análise os processos educativos no referido contexto, ou seja, não abordam as práticas culturais e comportamentos sociais como práticas conectadas a um dado discurso educativo ou contestadoras do mesmo. Ao enfocarem as tensões sociais nesse período buscam compreender ou ressaltar as ações governamentais, as relações de poder entre Estado e Igreja, o papel de alguns agentes na configuração da economia, além da rebeldia de alguns segmentos sociais como componente da dinâmica colonial.

Estudar a circulação, interpenetração e utilização de saberes no período colonial requer a compreensão de que as práticas educativas são processos históricos dotados de particularidades e que extrapolaram os espaços responsáveis pela “educação institucional”. Investigar especificamente estas práticas relacionadas ao universo feminino permite uma ampliação acerca das informações e interpretações sobre um objeto ainda pouco explorado. Nosso interesse volta-se para as formas de instrução das mulheres na intenção de se descortinar não somente os caminhos ditados e definidos, mas o possível acesso e relações estabelecidas com os elementos que configuram a chamada cultura escrita e os desdobramentos dessas mesmas relações no cenário social. Para tanto, a compreensão dos papéis desempenhados pelas mulheres, dos espaços por elas frequentados, de suas práticas cotidianas ou eventuais e das trocas culturais ocorridas nesse contexto permite um melhor entendimento da realidade colonial. Realidade que é abordada considerando-se a complexidade de sua dinâmica social que comporta a idéia de “unidade e fragmentação, dependência e autonomia, exploração e integração”.¹¹

Segundo Fonseca:

Como então pensar essas questões em relação à História da Educação? Em que medida a flexibilização do entendimento das relações coloniais nos ajudaria a desenvolver pesquisas que façam avançar a compreensão acerca da educação no Brasil antes da sua constituição como Estado nacional?¹²

¹¹ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *História, guerra e paz*, v. 1, Londrina: Editorial Mídia, 2005, p. 7.

¹² FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *História, guerra e paz*, p. 7.



Neste sentido, ao abordarmos as questões relativas aos processos educativos no período colonial, torna-se fundamental esclarecer que as formas de leitura e escrita assumiram dimensões diversificadas naquele contexto, sendo incisivamente marcadas pela prática da oralidade. “As relações e mediações ocorridas entre indivíduos e grupos sociais e o mundo da cultura escrita são muito mais complexas”, pois são esboçadas em quadros diferenciados. Grupos inscritos em tradições marcadas pela oralidade desenvolvem, muitas vezes, táticas diferentes daquelas utilizadas por grupos naturalmente vinculados ao mundo letrado.¹³

A análise dos testamentos que compõem o acervo da Câmara Municipal de Sabará, presentes no Arquivo Público Mineiro, nos permite vislumbrar tal diferenciação. As relações estabelecidas pelas mulheres com a cultura escrita abriram caminhos para sua efetiva participação em decisões referentes aos rumos de suas próprias vidas, das vidas de seus filhos, parentes, conhecidos e escravos. Isso porque deixam claro nos testamentos a “última e derradeira” vontade, deliberando sobre partilhas de bens, posses, e condição dos cativos. É o que podemos constatar no testamento de D. Anna Maria Barboza, feito aos 16 de setembro de 1820:

Tendo assim ordenado o meu testamento quero e he de minha vontade que meu testamenteiro e herdeiro, nem seja obrigado a fazer inventário, nem a dar contas em juízo visto que as disposições que fiz lhe deixei em carta particular e apenas com juramento que der no juízo da alternativa, se dará por cumprido tudo o que lhe ordenei, cuja a carta nomeada será obrigado a apresentar em juízo(...). Desta forma dou por perfeito o meu testamento que quero valha, e tenha o devido vigor, e por estar feito e escripturado segunda a minha vontade o asignei com o signal que costume fazer.¹⁴

151

Ou ainda no testamento de Maria da Conceição Coutinha: “declaro que a escrava Luzia Crioula que he muito idoza, e desejo lhe fazer algum beneficio, a deixo (sic) para sua liberdade pelo preço que lhe derem os avaliadores do concelho”.¹⁵

Durante a leitura de todos os testamentos constatamos certa autonomia feminina com relação às ações e desejos e verificamos que as mulheres solicitavam que o testamento fosse lido e somente depois desta leitura assinavam-no ou pediam que fosse assinado quando declaravam não saber ler nem escrever. Neste último caso, é interessante perceber que mesmo não possuindo as habilidades de leitura e escrita, elas ouviam, como de praxe, a leitura feita para confirmarem se o

¹³ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Leituras de cordel em meados do século XX: oralidade, memória e a mediação do outro. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 370.

¹⁴ Arquivo Público Mineiro (APM). CMS, 209, f. 174. Cópia do testamento de D. Anna Maria Barboza. 16/10/1820.

¹⁵ APM. CMS, 209, f. 50-50v. APM. Cópia do testamento de Maria da Conceição Coutinha.



conteúdo escrito correspondia ao que havia sido ditado, processo que conferia legitimidade ao documento, além de revelar a importância da oralidade na América portuguesa.

No que diz respeito à oralidade e sua relação com a escrita como forma de compreensão e inserção no mundo social, alguns estudos têm nos ajudado a compreender como se processou a circulação de saberes por meio da oralidade e os papéis ativos que os sujeitos assumiram neste processo. De acordo com Luiz Carlos Villalta:

Os progressos da privatização não eliminaram nem a oralidade nem a publicidade na relação estabelecida com os livros. A leitura oral, pública e privada era corrente em Portugal no Setecentos. Em Lisboa, d. João V, quando doente, e seu sucessor, d. José I, adotavam o sistema de “ouvir ler”; lavadeiras, carregadores, moleques de rua juntavam-se para ouvir as histórias contadas por cegos e adquirir folhetos de cordel. Em Coimbra, os estudantes, vários deles brasileiros, em suas casas e também pelas ruas, liam oralmente os livros, emprestavam-nos, expunham e discutiam seus conteúdos (...). Em Ouro Preto nos idos de 1722, várias pessoas reuniam-se com Diogo Henrique para ouvir-ler o livro *Eva e Ave* e falar sobre a vida dos santos.¹⁶

Segundo o autor, a despeito das diferenças entre a metrópole e a colônia e do olhar vigilante da Coroa com relação aos hábitos e práticas de seus súditos, alguns costumes foram trazidos, adaptados e vivenciados na América portuguesa, sendo a oralidade um deles. É correto afirmar, portanto, que o hábito de leitura em voz alta além de criar uma sociabilidade que girava em torno da diversão e informações decorrentes destas leituras, também fazia parte do cotidiano em suas questões mais práticas. Em todos os testamentos lidos até o momento, apesar do número considerável de mulheres que declararam não saber ler nem escrever, todas solicitaram a leitura dos testamentos para somente depois o assinarem ou pedirem que assinassem por elas, como ilustram os trechos transcritos abaixo:

(...) roguei ao capitão Joaquim Ferreira da Rocha (sic), que este me escrevesse, e por achar estas conforme ao que eu lhe ditei o asignei.¹⁷

(...) Pedi a Jozé Manuel da Silva que este por mim escrevesse dictandoo (sic), que por ficar conforme a minha vontade o asignei com minha firma.¹⁸

(...) Nesta forma, hey por concluído este meu testamento, e se para sua validade faltar agũa clauzula, ou clauzulas, aqui as hey por expressar, e declaradas e por ser esta minha ultima vontade pedi a Joze da Rocha Lima, que por mim assignasse, e eu me assignei com o meu signal costumado nesta Villa de Sabará aos seis de julho de 1789 = Anna Joaquina da Silva (...)¹⁹

Sabemos que este processo era usual e contribuía para transformar o testamento em documento legítimo. Porém, é fundamental frisar novamente a importância e o significado da

¹⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 378-379.

¹⁷ APM. CMS, 209, f.168-169. Testamento de Anna Maria do Carmo. 24/05/1815.

¹⁸ APM. CMS, 209, f. 172-172v. Testamento de Apolonaria de Santa Anna. 07/04/1820.

¹⁹ APM. CMS, 209, f. 52, 53, 53v. Testamento de Anna Joaquina da Silva. 03/09/1806.



leitura para a gerência da vida pessoal. A leitura em voz alta perpassou a vida familiar e a vida pública, levando à concretização dos anseios, à organização do cotidiano, ao lazer e ao questionamento dos valores estabelecidos. “Na colônia, liam-se e debatiam-se obras que contestavam os dogmas do catolicismo e as normas eclesiásticas (...)”²⁰. Ainda de acordo com Villalta:

A oralidade e a publicidade da leitura, embora comum entre os letrados, representava, sobretudo, uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas o português (...) A oralidade ressoava nos templos religiosos, nos colégios jesuíticos e nas aulas régias (...) Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura e os livros foram cada vez mais se agasalhando no espaço doméstico.²¹

Villalta chama nossa atenção, ainda, para a importância de se compreender a educação colonial a partir de certas perspectivas como a luta pela subsistência e os diferentes significados que a preservação da sobrevivência e a educação – tanto no espaço escolar quanto fora dele – possuíam para sujeitos que ocupavam lugares sociais diferenciados. Com esta intenção, o autor afirma:

As perspectivas educacionais foram limitadas pela precariedade da existência da maioria dos indivíduos: a luta para subsistir, reduzindo-se quase literalmente ao sobreviver, impedia-os de alimentar maiores expectativas em relação à escola, que já lhes era inacessível pelos múltiplos obstáculos colocados pelo Estado. Os limites de sua experiência no mundo, suas diminutas possibilidades de agir e apreender a realidade confinavam-nos no desinteresse pelo saber.²²

Sem dúvida a luta para subsistir foi constante no universo colonial assim como a precariedade da existência dos indivíduos, como muitos estudos já demonstraram. No entanto, acreditamos que as limitações impostas pelas circunstâncias não devam ser tomadas como fatores determinantes e exclusivos no que tange à capacidade dos indivíduos em apreender a realidade ou interessar-se por alguma forma de instrução. Alguns indícios presentes na documentação pesquisada revelam-nos não apenas a capacidade de apreensão da realidade por parte de algumas mulheres, como a possibilidade de estabelecer relações de interesse com o saber e com a educação, configurando-se essa, muitas vezes, em um valor. No testamento do Alferes Lourenço de Oliveira, identificamos indícios acerca da capacidade de sua esposa em apreender a realidade e administrar a própria vida e as vidas de seus filhos. Segundo afirma o próprio Alferes:

²⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 380. [Grifo nosso].

²¹ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 374-375.

²² VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 352.



(...) porque sempre achei na dita minha mulher toda a capacidade precisa para educar os nossos filhos, e zelar os bens que lhe pertencerem por isso he de minha vontade instituir, nomear e declarar como instituo, nomeyo, e declaro a dita minha mulher por Tutora, testamenteira dos ditos meus filhos... Declaro que em puder da minha testamenteira há de ficar hum livro por mim rubricado com declaração das folhas assim com huã carta fixada para pelo dito livro, e carta ella se reger, e de tudo quanto em hum, e outra se achar escripto por mim ou (sic) da minha ordem com a minha rubrica terá o inteiro rigor, e quero se cumpra.²³

A passagem acima, apesar de fazer parte de certo modelo discursivo próprio aos testamentos, demonstra indícios não apenas da capacidade de interpretação e apreensão da realidade, mas de uma efetiva intervenção no cotidiano da sociedade. O interesse feminino em gerir os bens, cuidar e educar os filhos era constante. Somada à análise dos testamentos, a leitura dos requerimentos feitos por mulheres viúvas solicitando provisões para administrar bens e pessoas possibilita-nos fazer tal afirmativa. Até o momento foram analisados cerca de 30 requerimentos que compõem o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Neles tomamos conhecimento do número significativo de mulheres que demonstravam interesse em gerir os negócios, cuidar dos filhos e educá-los. Apesar de não podermos afirmar que essas mulheres sabiam ler e escrever é possível questionar: seriam elas completamente alheias a todas as formas de instrução, particularmente àquelas relacionadas à cultura escrita? Como já afirmamos, nos requerimentos analisados as mulheres demonstram interesse em administrar os bens e educar os filhos, como no caso de Dona Genoveva Maria:

Diz Genoveva Maria de Jesus, viúva de Joze Ferreira Lopez, e assistente na Freguesia de São Miguel, Termo da Cidade de Marianna, Capitania das Minas Geraes, que por fallecimento do dicto seu marido lhe ficarão seis filhos, trez varoens, e trez gêmeas, todos menores de vinte e sinco annos. **E porque na suplicante concorrem as precisas qualidades para os educar**, e administrar todos os seus bens, e legitimas que lhes (sic), e houverem de pertencer como consta da justificação junta, pertende que Vossa Magestade lhe mande passar provizão para effeito de ser a suplicante tutora e curadora dos bens dos dictos seus filhos...

Justifica que (sic) de provizão do fallecimento de seu marido José Ferreira Lopes, se tem conferido no Estado de viúva com todo o recato, honra e virtude sem que seja a mais (sic) procedimento...(sic) Justifica que lhe ficarão por morte se seu marido trez filhos varoens, trez filhas gêmeas, todos menores de vinte e sinco annos, os quais todos conserva em sua companhia, **educando-os, e ensinando-os**, como fazem as mulheres honradas de sua qualidade. Justifica que a suplicante **tem (sic) juízo e entendimento para bem reger e administrar** as legitimas que pertencerão aos orphãos seus filhos (...).²⁴

Verificamos, com base nos requerimentos analisados até o momento, que as mulheres traçaram estratégias para serem tutoras de seus filhos assim como administradora de seus bens.

²³ APM. CMS, 209, f 50-51-51v. Testamento do Alferes Lourenço de Oliveira. 12/08/1806.

²⁴ AHU – Cons. Ultra – Brasil/ MG – Cx:111, Doc:14. APM. Requerimento de Genoveva Maria de Jesus, viúva de José Ferreira Lopes (1777).



Na maioria dos requerimentos menciona-se a intenção de cuidar e educar os filhos, fato que revela a posse ou a valorização de certa instrução, mesmo que esta não se refira diretamente ao letramento ou exclusivamente à educação institucionalizada. É o que podemos constatar no trecho:

Diz Dona Maria do Nascimento viúva que ficou do Alferes Dionizio da Fonseca da Campanha do Rio Verde comarca do Rio das Mortes, que do dito seu marido lhe ficarão seis filhos órfãos menores dos quais a suplicante quer ser tutora, para o que tem os requisitos necessários, e os quer alimentar, **educar, e mandar ensinar** a sua custa, do que não chegarem as legítimas, para cuja tutela, e administração necessita de provisão de Vossa Magestade.²⁵

Observamos, desta forma, que na América portuguesa era frequente a preocupação das famílias com a educação de seus filhos, mesmo que essa acontecesse no espaço doméstico. Fonseca afirma ao analisar as formas de instrução e educação na capitania de Minas Gerais que:

(...) Refiro-me particularmente às ações das associações religiosas leigas e às iniciativas das próprias famílias que, quando podiam, buscavam por seus próprios meios oferecer algum tipos de educação aos seus filhos. Por isso, na Capitania de Minas Gerais, foi relevante a atuação de professores particulares, principalmente de primeiras letras – mesmo depois da instituição de aulas régias – bem como dos mestres de ofícios mecânicos.²⁶

A partir do que nos aponta a autora, é correto pensar que os aprendizados relativos às primeiras letras, aos ofícios manuais e mecânicos e à gerência de bens e administração da vida social podem ser compreendidos como processos educativos relevantes na dinâmica social. É verdade que, em se tratando do aprendizado das primeiras letras, a autora se refere ao universo masculino, uma vez que às mulheres eram designadas as funções necessárias para seu bom desempenho como mãe e esposa. Contudo, as mulheres travaram contato também com os conhecimentos direcionados aos homens, seja por meio da oralidade, pela convivência familiar ou pela participação em diferentes espaços sociais. Sendo assim, se partirmos do pressuposto de que o saber letrado na América portuguesa - apesar de oficialmente ser adquirido pelos homens - não era algo estanque no tempo e espaço, mas circulava e era apreendido pelas mulheres, poderemos vislumbrar a atuação feminina para além do discurso religioso e moral que a esse grupo era destinado. Nesta perspectiva, percebemos a realização de diferentes tarefas pelas mulheres como se “alfabetizadas fossem”, pois declaravam ser capazes não apenas de cuidar, educar e ensinar os filhos, mas reger e administrar bens e legítimas. Mesmo quando os homens

²⁵ AHU – Cons. Ultra – Brasil/ MG – Cx: 92, Doc: 49. APM. Requerimento de Maria do Nascimento, viúva de Dionísio da Fonseca (1768).

²⁶ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa, p. 111.



assumiram papéis de mediadores da relação entre as mulheres e a cultura escrita, essas foram capazes de interpretar, demandar e definir aspectos importantes da vida social.

Justino Pereira de Magalhães, ao analisar o “caso português, no decurso do Antigo Regime”, afirma:

(...) Há grupos socioprofissionais que exercem funções como se de alfabetizados se tratasse: é o caso de certo tipo de criados e negociantes, cujas proximidade e necessidade de comunicar-se sob lógicas de quantificação, e de, no quotidiano acompanharem com letrados, os aproxima das lógicas da cultura escrita, afectando a sua maneira de pensar e agir. Também, num contexto de pragmatismo comunicacional, é necessário questionar o ‘para quê’ da utilização da linguagem oral e muito excepcionalmente da linguagem escrita (...) que relação entre oral e escrito? Estas diferentes práticas de comunicação constituem, no plano histórico, um *continuum* de comunicabilidade, desde alguém que se limita a receber uma mensagem e confirma a sua presença, chancelando com uma marca gráfica (sigla), ou solicitando alguém que por ele chancela (a rogo) (...).²⁷

Nesta perspectiva, as formas estabelecidas de contato com o escrito devem ser consideradas em todas as suas dimensões, detalhes, e contradições. Apesar de ser a sociedade colonial marcada e legitimada pela cultura escrita e o aprendizado das primeiras letras apresentar-se, por vezes, como caminho para a inserção social, é correto inferir que mesmo as pessoas que não dominavam a escrita dela fizeram uso e atuaram na sociedade. Interpretavam leituras e tomavam decisões a partir dessa interpretação, legitimavam documentos marcando-os com seu “sinal costumaz”, além de testemunharem diferentes processos, dentre outras práticas.

Isso posto, buscamos aprofundar nossa compreensão acerca de alguns fenômenos como os de letramento ou literacia, de alfabetizado e analfabeto. Para Justino Pereira de Magalhães é imprescindível que pensemos em níveis diferenciados de alfabetização, sendo que

a alfabetização enquanto fenômeno cultural, integra-se numa problemática global que envolve três noções básicas: representação, prática e apropriação (...) que no contexto da cultura escrita, a noção de representação implica uma aproximação à evolução dos códigos lingüísticos, uma aproximação à trajetória histórica da conversão a escrito, através de registros minemónicos, sentencias e outros de grande parte dos sistemas de pensamento (...). A prática no seu sentido mais amplo, força o investigador a uma articulação crítica e avaliativa entre as dimensões projectuais e sua efetivação, tomando em atenção quer a relação entre os contextos e as manifestações comportamentais e expectativas de grupos social e culturalmente diferenciados, quer a trajetória histórica de gestação de necessidades e de valoração das práticas literácitas. Por fim há que se considerar a noção de apropriação – o tempo dos sujeitos – que traduz capacitação e cujo conhecimento envolve uma articulação – diferenciação entre “literacia”, enquanto aproximação e inserção mais ou menos consciente na dinâmica histórica da cultura escrita e alfabetização como processo de ensino – aprendizagem,

²⁷ MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 13-14. (O português de Portugal, utilizado na redação desta referência bibliográfica, foi mantido nas citações).



com vista a uma prática e uma participação com propriedade nas decisões individuais e grupais, mediante uso integrado das práticas da leitura e da escrita.²⁸

Tais orientações metodológicas auxiliam-nos a perceber de maneira mais atenta e detalhada as diferentes formas de relação com a instrução e com a cultura escrita como caminho para a interpretação e o posicionamento diante da realidade social. As mulheres ao estabelecerem o contato com a leitura e a escrita eram capazes de interpretar a realidade e atuar sobre ela, muito embora esta atuação ocorresse, em certas situações, mediadas pela figura masculina. O estudo das formas de atuação das mulheres na América portuguesa - a partir das relações estabelecidas com o universo escrito e com as instâncias representativas de poder que, na maioria das vezes, encontravam-se personificadas na figura masculina – insere-se no quadro de renovação historiográfica, pois se afasta de perspectivas analíticas tradicionalmente sexistas que costumam subestimar ou superestimar os papéis femininos. Igualmente diferencia-se de estudos tradicionais que criam categorias estanques e dicotômicas com relação ao processo de apreensão da cultura escrita, tais como leitores e não leitores, alfabetizados e analfabetos.

Devemos, neste ponto, considerar que as teorizações desenvolvidas pela História Social auxiliam-nos a compreender a trama social como cenário de conflitos, contradições, confrontos e de elaboração de estratégias. As mulheres ao tecerem suas relações e agirem no cotidiano assumiram o lugar de sujeitos formuladores da vida social. Eram portadoras de identidades, singularidades e subjetividades. Sujeitos atuantes que imprimiram modificações no mundo do trabalho, da política, da afetividade.

Com esse objetivo, seguimos as orientações da História Social, em especial as contribuições da historiografia inglesa no que respeita à superação das visões limitadoras e compartimentadas da realidade, destacando-se o papel atuante dos agentes históricos. Da mesma maneira, os estudos desenvolvidos no interior da História Cultural indicam caminhos para que possamos compreender as representações e as práticas engendradas por diferentes sujeitos, num dado momento histórico, como fatores configuradores do porvir social. Pretendemos, portanto, valorizar a dimensão política de acordo com uma ótica que busca compreender as relações entre os homens como uma construção que se edifica e se desenrola pautada nas experiências dos sujeitos. Ou seja, identificamos e ressaltamos a capacidade de homens e mulheres refazerem cotidianamente seus caminhos, atuações e as percepções que possuem sobre o real. Tal

²⁸ MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 13-14.



abordagem possibilita a extrapolação do campo institucional para outras dimensões e espaços de exercício de múltiplos poderes.

Dentro deste quadro teórico, a investigação das vidas das mulheres que estabeleceram contato com a cultura escrita inspira-se no princípio de que os casos mais raros não podem ser encarados como algo fora da história. Aquilo que não pode explicar o contexto por não constituir uma regularidade. Pelo contrário, as exceções podem nos servir como exercício de redução da escala de análise. Esta opção metodológica revela o detalhe de maneira mais nítida e com cores e traçados mais bem definidos, movimento que facilita e permite uma melhor compreensão do todo. Ao voltarmos nosso foco de análise para as mulheres consideradas exceções, não diminuimos ou limitamos nossa capacidade investigativa, mas aprofundamos nosso olhar, perseguimos as trajetórias de suas vidas, trabalhamos com os indícios documentais de maneira verticalizada e alteramos, assim, o conteúdo do que é observável e observado. Recuperamos o que parecia sem importância, desbotado ou frágil na imensidão da estrutura de todo um sistema, procedimento metodológico que se inscreve no campo das orientações advindas da abordagem micro-histórica. Se, como supomos, o contato com elementos da cultura escrita possibilitou a inserção de certas mulheres na sociedade colonial, os indícios presentes nas fontes documentais mesmo que raros não são menos importantes para a explicação do funcionamento social e do papel dos diferentes saberes neste contexto. “Uma leitura atenta de um número relativamente pequeno de textos respeitantes a uma crença determinada pode dar mais fruto do que um amontoado de documentação repetitiva”.²⁹

158

Coerentes a essa lógica investigativa tomamos as vidas individuais e singulares de cada sujeito como processos por apresentarem marcas de uma dada estrutura e constituírem-se como configuradoras de um sistema, partes integrantes do mesmo, proporcionando uma nova compreensão da realidade social. A despeito de não ser a educação letrada uma regra para os grupos femininos na América portuguesa, é inegável que as mulheres fizeram uso desse conhecimento. Mesmo quando mediadas pela figura masculina, transcenderam os limites a elas traçados pela moral e pela religião. Atuaram como administradoras de bens e pessoas como mostram os documentos consultados, extrapolaram o espaço da casa e deixaram transparecer o interesse pela instrução além de demonstrarem percebê-la, muitas vezes, como um valor. Ao rastreamos os caminhos trilhados por essas mulheres na América portuguesa, buscamos nomear os atores, evidenciar suas práticas e redes de sociabilidades. A análise assim detalhada nos permite

²⁹ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 214.



um olhar mais estreito capaz de desvendar um novo desenho social traçado pelos grupos femininos em seus afazeres cotidianos.

Recebido: 08/08/2011
Aprovado: 10/11/2011



Uma história de recepção: Robert Holub e a Teoria da Recepção

Vitor Claret Batalhone Júnior

Doutorando em História pela UFRGS - CAPES
batalhonehistor@gmail.com

RESUMO: A proposta deste artigo é discutir a *Teoria da Recepção* a partir de dois livros do crítico literário norte-americano Robert C. Holub, a saber: *Crossing Borders* de 1992; e *Reception Theory* de 1984. Holub propõem uma introdução crítica à *Teoria da Recepção* em seu primeiro livro, avaliando dois dos seus maiores proponentes – Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser. Em seu segundo livro, Holub revê analiticamente o processo de recepção da *Teoria da Recepção*, *Estética da Recepção* no mundo germânico, propondo que toda teoria sofre desvios de compreensão para além das fronteiras nacionais das academias que as formularam. Assim, creio que a comparação entre os dois referidos livros de Robert Holub podem nos oferecer um exemplo pertinente sobre as próprias potencialidades e limites da *Teoria* ou *Estética da Recepção*.

PALAVRAS-CHAVE: Holub, Recepção, Teoria.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the Reception Theory considering two books written by the North American literary critic Robert C. Holub: *Crossing Borders* published in 1992, and *Reception Theory*, of 1984. In his first book, Holub proposed a critical introduction to *Reception Theory* considering two of its biggest proponents – Hans Robert Jauss and Wolfgang Iser. In his second book, Holub did an analytical review of the reception process of *Reception Theory*, *Aesthetics of Reception* in the Germanic world, proposing the argument that theories suffer deflections of understanding to beyond the national borders that framed them. Therefore, I think the comparison between these two books by Robert Holub might give us a good example of the possibilities and borders of the *Theory* or *Aesthetics of Reception*.

KEY-WORDS: Holub, Reception, Theory.

Mudando um paradigma?

A proposta deste artigo é discutir a *Teoria da Recepção* a partir de dois livros do crítico literário norte-americano Robert C. Holub, a saber: *Crossing Borders* de 1992; e *Reception Theory* de 1984.¹ Holub começou seus estudos em Literatura Comparada na *Universidade Wisconsin-Madison*, nos Estados Unidos. Em 1979, concluiu seu processo de doutoramento especializando-se em Literatura Germânica também em Wisconsin. O autor foi professor na *Universidade de Berkeley na Califórnia* durante 27 anos, período no qual aprofundou seus estudos em história literária, cultura

¹ HOLUB, Robert C. *Crossing Borders: Reception Theory, Poststructuralism, Deconstruction*. Madison: University of Wisconsin, 1992. HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*. London and New York: Methuen, 1984.



e filosofia germânica dos séculos XIX e XX². Na década de 1980, imerso em tais estudos, Robert Holub se deparou com um cenário intelectual bastante diferente do de seu país. Na Alemanha, ainda dividida, havia surgido alguns anos antes uma determinada produção de estudos sobre história literária assim como sobre as relações entre autores, textos, seus respectivos leitores e a consequente produção de significado pelo processo de leitura, relacionando tal fenômeno às possibilidades de ocorrerem mudanças sociais através da difusão de textos literários.

A *Teoria da Recepção*, ou *Estética da Recepção* como foi nomeada pelos estudiosos germânicos que lideraram tal linha de reflexão, surgiu do esforço para lidar com textos de épocas passadas – mais especificamente literários –, “a partir do processo de formação atual da teoria literária”.³ Para esses autores, tratava-se de “evidenciar as condições de formações de sentidos distintos aos respectivos textos (ficcionais) por parte dos distintos leitores e grupos de leitores”⁴. Ou seja, não se tratava apenas de concentrar a análise na produção de sentido no ponto da recepção do texto pelo leitor, mas sim de uma reflexão acerca das condições de tais formações de sentidos. Tratava-se de buscar reduzir as múltiplas e potenciais camadas de sentidos para um determinado texto⁵. Praticamente desconhecida fora da Europa até os anos 1980, e de certa forma pouco conhecida também fora das duas Alemanhas até a década de 1970, a *Estética da Recepção* esteve bastante presente nas discussões teóricas européias, cobrindo um espaço de reflexão que tocou desde os estudos literários, passando pela filosofia e pela sociologia, até a história.⁶

161

Em 1969, Hans Robert Jauss publicou um artigo chamado *The change in the paradigm of literary scholarship*, no qual esboçou uma história dos estudos literários e postulou o início de uma revolução nos referidos estudos⁷. Jauss sugere em seu texto que assim como as ciências, os estudos literários não evoluem através de um progresso contínuo, mas antes, através de saltos qualitativos, descontinuidades e desenvolvimentos originais. Quando um paradigma de estudos literários não mais atendesse às demandas e expectativas de uma comunidade acadêmica, esse

² The University of Tennessee Knoxville. Captado em: <http://provost.utk.edu/holub_bio.shtml>. Acesso em: 25/10/2009.

³ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 13.

⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, p. 14. [Grifo do autor].

⁵ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, p. 14.

⁶ “Como Hans Robert Jauss, um dos maiores proponentes desta teoria, espirituosamente notou em 1979, para os ouvidos estrangeiros as questões de ‘recepção’ deveriam parecer mais apropriadas para a gerência de um hotel do que para literatura”. O texto original encontra-se em inglês, sendo a tradução de minha inteira responsabilidade. HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*. London and New York: Methuen, 1984, p. XI.

⁷ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 1.



paradigma cederia espaço a outro mais versátil e adaptado a explicações potenciais sobre as antigas obras literárias em relação a um dado presente. Desta forma, paradigmas se sucederiam alterando também o padrão convencional do que seria aceito como o procedimento metodológico e teórico mais adequado aos estudos literários. Consequentemente alterar-se-iam também os cânones: mudam os métodos, mudam-se os objetos.⁸

Segundo Holub, Jauss sugere um esquema de três paradigmas prévios à *Estética da Recepção*⁹. Primeiramente, um paradigma “clássico-humanista”, cuja principal característica seria a relação comparativa com as obras modelares antigas. Um bom trabalho seria aquele que emulasse os clássicos; e o bom crítico literário, aquele que soubesse medir apropriadamente as obras presentes em relação às regras estipuladas pelos autores antigos. Com a quebra do primeiro paradigma, teria surgido um segundo nos séculos XVIII e XIX como consequência da “revolução científica do historicismo”. Este segundo paradigma teria surgido com a irrupção dos Estados-Nação e respectivos nacionalismos, sendo caracterizado como uma onda de sucessivas tentativas de legitimações nacionais através das respectivas histórias literárias. Este paradigma chama a atenção também pelos esforços de coleta, crítica e construção de séries documentais medievais que serviriam de fontes para as histórias nacionais. Por último, o terceiro paradigma seria aquele que, segundo Holub, Jauss denominou de paradigma “estético-formalista”, caracterizado pelos estudos acerca dos estilos literários. Os movimentos intelectuais do *Formalismo Russo* e do *New Criticism* pertenceriam a este terceiro paradigma que, realizando uma guinada dos estudos históricos e das explicações causais relacionados aos estudos literários, se concentrariam nos aspectos formais e estilísticos das obras. Valorizados em si, os textos literários adquiriram um status de autossuficiência.¹⁰

162

Tomando de empréstimo a Thomas S. Kuhn as expressões *paradigma* e *revolução científica*, Jauss pretendia não apenas legitimar seu projeto enquanto empreendimento *científico*, mas também, como afirma Robert Holub, deslegitimar outros críticos e teóricos literários que vieram antes dele e da *Estética da Recepção*. Isso fica claro quando Jauss disserta sobre a possibilidade de entendermos o *estruturalismo* enquanto um quarto paradigma. Para Jauss, segundo Holub, apesar do *estruturalismo* e do *pós estruturalismo* parecerem sugerir uma crise no terceiro paradigma, estes movimentos intelectuais apresentam tamanha variedade de posicionamentos críticos e teóricos

⁸ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 1.

⁹ Segundo Holub, Jauss não utiliza a expressão *teoria da recepção* (“reception theory”) em seu artigo – *The change in the paradigm of literary scholarship* –, apesar de postular suas características e a Universidade de Constanza como elementos do que estava se constituindo enquanto quarto paradigma. HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 4.

¹⁰ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 2-3.



que não parecem representar a irrupção de um novo paradigma. A característica mais importante deste cenário teórico e epistemológico seria o resgate da hermenêutica e o surgimento do que ficou conhecido como *Linguistic turn*.¹¹

Afirmado, portanto o não surgimento de um quarto paradigma, Jauss postulou as características necessárias para seu surgimento assim como de sua utilidade:

Esta realização específica [de um paradigma literário] (...) é a habilidade de arrancar as obras de arte do passado através de significados de novas interpretações, para traduzi-los em um novo presente, para fazer as experiências preservadas na arte passada acessíveis novamente; ou, em outras palavras, para propor as questões que foram postas de outras maneiras por cada geração e para a qual a arte do passado pode falar e novamente dar-nos resposta.¹²

Ou seja, o paradigma por vir se destacaria pela centralidade dos processos de interpretação, mediação e atualização do passado. Para tanto, sugere um pequeno esquema metodológico para tal empreendimento. Primeiramente, a necessidade de se relacionar o caráter estético-formal com o histórico e as análises das relações de recepção. Depois, realizar uma ligação entre o método estrutural e o hermenêutico. Num terceiro momento, arriscar uma estética do efeito e uma nova retórica que possibilitassem o estudo tanto de trabalhos de “alta cultura” quanto de artistas ou historiadores “menores”.¹³

Apesar dos apelos de originalidade e de unicidade que Jauss, segundo Holub, projetou em 1969 para aquilo que ele pretendia caracterizar como um novo paradigma potencial, definir o que é *Estética da Recepção* não é algo simples ou fácil. A existência de um grande número de reflexões neste sentido não significou homogeneidade teórica. O que os estudos de recepção eram na época, e talvez o sejam ainda hoje, é matéria de disputa intelectual não somente na Alemanha, mas também em outras comunidades acadêmicas nacionais. Nos Estados Unidos entende-se recorrentemente *teoria da recepção* como uma teoria relacionada à apropriação do leitor acerca do ato de leitura de um determinado texto. É o que Holub coloca como a “crítica leitor-resposta” (“*reader-response criticism*”). De fato, o que aproxima a *Estética da Recepção* à “crítica leitor-resposta” (“*reader-response criticism*”) é o interesse em focar a reflexão acerca dos processos de leitura no ponto das apropriações potenciais realizadas pelos leitores.¹⁴

¹¹ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 3-5. Ver KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1970; KUHN, Thomas S. *O caminho desde A estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993*, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: UNESP, 2006.

¹² Jauss *apud* HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 3-4.

¹³ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 4.

¹⁴ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. XII-XIII.



Um dos mais persistentes dilemas, de fato, é como *Rezeption* (recepção) difere de *Wirkung* (normalmente traduzido como “resposta” ou efeito). Ambos têm a ver com o impacto de uma obra em alguém, e não é claro que possam ser separados completamente. Mesmo assim, a sugestão mais recorrente é entender *Rezeption* como relacionado ao leitor, enquanto *Wirkung* é suposto pertencer aos aspectos textuais, uma solução que não é inteiramente satisfatória para nenhuma das explicações.¹⁵

Desta forma, Robert Holub tenta definir *teoria da recepção* pelo deslocamento do interesse analítico – principalmente na área da crítica literária – do ponto do autor para o ponto do leitor e suas relações com um determinado texto. Segundo Holub, a expressão *teoria da recepção* dissimula a multiplicidade de projetos concernentes à área¹⁶. Ao contrário, *Estética da Recepção* é marcadamente uma expressão vinculada a Jauss, Wolfgang Iser e demais representantes da *Universidade de Constanza*. É vinculado a este contexto de disputas no campo de estudos da crítica literária em relação ao fenômeno de comunicação “autor-texto-leitor”, que Robert Holub propõe em seu livro de 1984 – *Reception Theory: A Critical Introduction* – uma discussão acerca do que é *recepção* e do que estava em jogo nas décadas de 1960 a 1980, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Europa como um todo.

Citando, não sem propósito, o artigo de Jauss acima referido, Holub propôs que a *Teoria da Recepção* deveria ser entendida enquanto um empreendimento intelectual coletivo iniciado nas academias da Alemanha Ocidental, especialmente na *Universidade de Constanza*, na década de 1960. Tal movimento, segundo Holub, foi uma reação intelectual crítica e institucional ao contexto social e intelectual germânicos. Encontrando-se a cada dois anos no colóquio *Poetik und Hermeneutik* (Poética e Hermenêutica), os acadêmicos envolvidos neste processo, embora não assumindo a caracterização de “teóricos da recepção” e considerando que nem todos se dedicavam a pensar tal fenômeno, colocavam em discussão suas reflexões acerca de história literária, filosofia hermenêutica, processos de leitura e mudanças sociais.¹⁷

Holub argumenta que o surgimento dos estudos de *Teoria e Estética da Recepção* estava vinculado ao surgimento de uma nova geração de acadêmicos alemães. Estes professores recém-egressos no mercado de trabalho intelectual encontraram um sistema acadêmico bastante conservador. Segundo Holub, a maior vantagem a que esta nova geração de estudiosos alemães poderia recorrer era o recurso à originalidade intelectual para a disputa dos cobiçados cargos nas universidades. Afirmar uma mudança de paradigma, assim como rever os cânones nacionais seriam partes deste processo. Em essência, tratava-se de questionar a tradição e a autoridade do

¹⁵ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. XII.

¹⁶ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. XII-XIV.

¹⁷ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. XIII-XIV.



que já estava dado, de rever e ressignificar um mundo herdado realizado anteriormente. Desta forma, Holub sugere que a própria dinâmica teórica e epistemológica da *Estética da Recepção* possuía raízes no contexto social e histórico no qual se formulou.¹⁸

Para endossar tal argumentação, ele constrói uma espécie de história da *Estética da Recepção*, propondo alguns de seus antecessores. O *Formalismo Russo* seria um desses. Para tal “escola” teórica, o importante no processo de leitura seria descobrir através de um processo de estranhamento, de distanciamento em relação ao texto, de determinadas lógicas sociais escondidas nas estruturas de uma obra. Para tanto, era necessário isolar a estrutura do texto. A relação entre vida do autor e obra interessava menos que os aspectos formais. No *Formalismo Russo* a evolução literária surgiria dos deslocamentos sucessivos entre aspectos formais dominantes e não dominantes aspectos os quais alterariam conseqüentemente as percepções do que seria ou não um bom texto.¹⁹

Depois de citar Roman Ingarden, a Sociologia da Literatura de Leo Löwenthal e Julian Hirsch, o *Estruturalismo de Praga* e Hans-Georg Gadamer, dentro do que o autor definiu como uma história de “Influências e precursores”, fica a questão sobre até que ponto poderíamos crer nessa relação de influências. Se são cabíveis tais relações, isso não fica evidente na argumentação de Robert Holub. O fato de haver uma preocupação comum com o papel do leitor nos processos de leitura, com a evolução da história da literatura, e com a análise no texto em si, não implica necessariamente uma relação genética entre tais matrizes teóricas. Considerando que nos Estados Unidos praticamente não se conhecia a *Estética da Recepção* até a década de 1980, como podemos afirmar que os acadêmicos da *Universidade de Constança* foram influenciados ou são sucessores das “escolas” e autores acima referidos, apenas através de uma argumentação calcada em semelhanças teóricas? Com isso não quero dizer que não exista nenhuma relação, mas sim que, caso existam, que tais relações não são tão lineares ou óbvias quanto podem parecer nas páginas de Robert Holub. Porque não pressupor tal relação entre o *New Criticism* norte-americano e a *Estética da Recepção*? Pretendo discutir melhor a questão proposta acima na próxima seção, mas adianto que para Holub, em *Reception Theory*, a fronteira física e cultural do Atlântico sugere ser de uma grande eficiência no que tange às dificuldades inerentes aos processos comunicativos.

O caráter original da *Estética da Recepção* nos estudos literários de Hans Robert Jauss, segundo Holub, estaria na conjugação de alguns elementos. Nota-se o deslocamento do interesse

¹⁸ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 8-12.

¹⁹ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 15-22.



de análises filológicas, psicológicas ou sociológicas, para estudos de história literária. Entretanto, aqui também surgem diferenças. Segundo Holub, interessaria menos para Jauss uma história literária teleológica de evoluções de estilos conjugada com meras descrições de relações autor-obra-contexto, do que uma história literária calcada na reconstrução da experiência de recepção das obras literárias pelos leitores. “Sua meta fixada é ajudar a restaurar a história no centro dos estudos literários, e é neste contexto que os dois títulos de seu ‘manifesto’ da teoria da recepção deveriam ser entendidos”.²⁰

Para Jauss, o processo de produção de significado da leitura é intrinsecamente desenvolvido num processo comunicativo de produção e recepção de textos. Assim, quando leio uma obra, atualizo-a para meu presente não somente através de minhas experiências e conceitos previamente adquiridos, mas também através de leituras igualmente guiadas por experiências e conceitos prévios realizados por outros sujeitos que cristalizaram um determinado sentido de leitura acerca da referida obra. Quando ocorre uma espécie de relação de adequação entre o *horizonte de expectativas* do autor e o do leitor, segundo Jauss, aconteceria uma experiência estética, que através do consequente efeito catártico, possibilitaria a eficácia comunicativa de um determinado processo de leitura²¹. A *alienação* provocada pelo processo de leitura, a partir da relação entre uma experiência passada registrada em um texto e uma experiência calcada na atualidade do leitor, tornaria tal leitor apto a proceder a uma análise crítica de seu presente, assim como a promover uma ação.²²

166

Entretanto, Holub crê que as opções escolhidas por Jauss possuem certas limitações. Primeiramente, Holub questiona até que ponto é possível operar tal *estética da recepção*²³. Como observar empiricamente os desvios de interpretação surgidos nos sucessivos e múltiplos

²⁰ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 53-55. “Basear a história da experiência estética em tais premissas deve nos levar a uma renovação produtiva da historiografia das artes. (...) Desde que a síntese histórica não é mais factível (...)”. JAUSS, Hans Robert. *Aesthetic experience and literary hermeneutics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982, p. 112.

²¹ JAUSS, Hans Robert. *Aesthetic experience and literary hermeneutics*, p. 62-92. HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 76-78.

²² JAUSS, Hans Robert. *Aesthetic experience and literary hermeneutics*, p. 92-111. HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 78-81.

²³ Crítica semelhante é realizada por Hans Ulrich Gumbrecht. Segundo tal autor, “Enquanto a Estética da Recepção teve uma relativa facilidade em construir, em colaboração com a Pragmática lingüística e a Sociologia do saber, um *fundamento teórico* inicial visando ao esclarecimento mútuo entre a compreensão do sentido e a compreensão da situação, ela teve que enfrentar dificuldades consideráveis na transformação das premissas teóricas em um *método*”. Grifo do autor. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, p. 16.



processos de leitura?²⁴ O uso das categorias gadamerianas de *horizonte de expectativa* e *espaço de experiência* não é visto com tão bons olhos por Holub. Nas palavras de Robert Holub:

O problema com o uso de Jauss acerca do termo “horizonte” é que ele é tão vagamente definido que poderia incluir ou excluir qualquer sentido prévio da palavra. De fato, em nenhum lugar ele delimita precisamente o que ele entende pelo termo. Quando ele discute as antigas origens do termo no seu ensaio “Provocação”, ele cita suas primeiras referências em 1959 e 1961; mas nos virando para estes escritos nós encontraremos uma falta de especificidade similar. Além disso, o termo é fundado numa variedade de palavras compostas e frases. Jauss se refere a um “horizonte de experiência”, a um “horizonte de experiência da vida”, a um “horizonte estrutura”, a uma “mudança de horizonte” e a um “horizonte de condições materiais” (*materieller Bedingungs-horizont*). A relação entre esses vários usos é deixada justamente nebulosa assim como a própria categoria de “horizonte”. Jauss parece confiar no senso comum do leitor para entender ao menos seu termo principal. “Horizonte de expectativas” poderia parecer se referir a um sistema intersubjetivo ou a uma estrutura de expectativas, um “sistema de referências” ou uma configuração mental que um sujeito hipotético deveria levar para qualquer texto.

Tal definição provisória, entretanto, não alivia as dificuldades centrais em seu uso. Por exemplo, um dos postulados metodológicos mais importantes de Jauss se refere à “objetificação” deste horizonte.²⁵

A crítica acima me parece em certo sentido, análoga à crítica efetuada por Holub a Wolfgang Iser. Iser é considerado o outro acadêmico germânico entre “Os grandes Teóricos” da *Estética da Recepção*.²⁶ Também professor na *Universidade de Constanza*, Iser era mais bem conhecido fora da Alemanha Ocidental devido a alguns fatores, como por exemplo, ter se dedicado ao estudo da literatura inglesa. Sua polêmica com Stanley Fish acerca da *Estética da Recepção* também colaborou para difundi-lo nos círculos acadêmicos norte-americanos, embora Holub ressalte que, ainda assim, não seja o caso de uma difusão considerável até a década de 1980.²⁷ Seu primeiro artigo sobre o tema, originalmente realizado como uma leitura proferida na *Universidade de Constanza*, *Die Appellstruktur der Texte* de 1970, e seu livro mais famoso, *The Act of Reading* de 1976, são ambos de meados da década de 1970.²⁸

Diferentemente de Hans Robert Jauss, o qual se apropria de parte importante da filosofia hermenêutica de Hans-Georg Gadamer, Wolfgang Iser possui lastros intelectuais em Roman

²⁴ “Não há como saber se e de que maneira a recepção causa algum impacto nas ações e no comportamento subsequentes a ela, mesmo no caso ideal de uma pesquisa empírica sobre receptores contemporâneos – através de entrevistas, por exemplo –, porque a constituição dos agregados dos saberes relevantes para a motivação ocorre apenas em grau menor sob o controle consciente do ator”. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, p. 19.

²⁵ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 59.

²⁶ “Os grandes Teóricos” (“*The major theorists*”) é o título do terceiro capítulo de *Reception Theory*, no qual Holub trata justamente da análise das obras de Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser. HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 53.

²⁷ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 82-83, 101-106.

²⁸ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 82.



Ingarden e na filosofia fenomenológica de Edmund Husserl e Martin Heidegger. Segundo Holub, enquanto Jauss se preocuparia com o “macrocosmo” da recepção, Iser estaria focado no “microcosmo” do referido fenômeno.²⁹

Para Iser, segundo Holub, a produção de significado num processo de leitura se daria na medida em que um leitor preenchesse espécies de lacunas (*gaps* ou *blanks*) semânticas existentes numa estrutura textual produzida previamente por um autor, através do que Iser denominou de *atualização*. No fenômeno de *atualização*, o leitor, através do seu *ponto de observação* atual no presente, atualizaria-preencheria os vazios de significação de um texto produzindo uma interpretação coerente tanto com seu universo semântico quanto com a estrutura potencial de significados presente em um texto. Não se trataria de afirmar a possibilidade infinita de significações para um determinado texto, mas sim, de postular que não há um único conjunto potencial de significados para a interpretação de um texto. Existiriam possibilidades semânticas múltiplas, porém finitas. De qualquer forma, a produção de significado ocorreria apenas no ponto da recepção pelo leitor. Este seria o *leitor implícito* de Wolfgang Iser.

No livro de mesmo nome, o leitor implícito é definido tanto como uma condição textual quanto como elemento do processo de produção de significado: “O termo incorpora tanto a estruturação prévia do potencial de significado do texto quanto o potencial de atualização do texto pelo leitor através do processo de leitura (*The Implied Reader*, p.xii)”.³⁰

168

Se as *lacunas* fossem preenchidas ocorreria no processo comunicativo uma *negação*, um *estranhamento*. Ou seja, através do processo ativo de preenchimento de tais *lacunas*, o leitor tomaria consciência das normas sociais de seu mundo e poderia então agir sobre elas. Para Iser, segundo Holub, “a qualidade da negação é um fator determinante no valor literário” de uma obra³¹. Seria “como uma estrutura profunda do texto, um princípio organizador cujas ‘manifestações abstratas’ são as *lacunas* e *negações* que o leitor percebe”³². Aqui observamos mais uma vez, portanto, porque Holub crê que o contexto social tenha influenciado tanto no surgimento da *Estética da Recepção* na Alemanha Ocidental nas décadas de 1960-70. Para ele, o fato de ser persistente a valorização da literatura enquanto artefato de promoção de mudanças sociais estaria ligado principalmente ao desejo de busca de liberdade intelectual, dos poucos postos de trabalho nas academias germânicas e de afronta às instituições por parte dos acadêmicos ligados ao surgimento da *Estética da Recepção*, principalmente na *Universidade de Constança*.

²⁹ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 83.

³⁰ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 84.

³¹ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 94-95.

³² HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 95.



Entretanto, Holub mais uma vez vê problemas mal resolvidos e idéias mal expressas. Para o autor, em nenhum momento Iser deixa claro o que são essas *lacunas* ou como os leitores poderiam se interessar por obras literárias do passado se o valor de um bom texto estaria calcado em seu potencial de gerar *negações*, ou seja, de criar estranhamento e distanciamento entre o leitor e as normas sociais de seu tempo visando a uma ação sobre a realidade.³³ Holub ainda crê que Wolfgang Iser não apresenta uma solução satisfatória acerca de até quando um texto pode determinar as significações produzidas pelo leitor através de um processo de leitura.³⁴

“No encontro teórico mais recente e mais odiado de Iser, entretanto, este é precisamente o ponto sob disputa”³⁵. Uma “interpretação de uma obra qualquer poderia ser efetuada usando a distinção entre dados textuais e contribuições do leitor?”³⁶ O que Stanley Fish, o arguidor de Iser, está propondo, é que a distinção mesma entre estruturas de determinação e indeterminação textuais de significados nos processos de leitura não é pertinente. Para Fish não faz sentido discutir acerca de determinação ou indeterminação, uma vez que todo encontro com o mundo, seja através de textos ou da “realidade”, é previamente mediado e envolve convenções. “O que vemos ou entendemos é sempre previamente determinado por uma perspectiva prévia ou uma estrutura que habilita a faculdade de ver e a de entender. O sistema de Iser, Fish sugere, é construído em uma falsa base”.³⁷

169

Entretanto, poderíamos argumentar em defesa de Iser, que esta metacrítica é simplesmente um recurso teórico-retórico que desloca sem resolver, o problema da indeterminação / determinação para um âmbito além do proposto pelo autor. O que Fish fez em sua crítica foi desqualificar as bases da teoria proposta por Iser sem sugerir respostas ou propor outras questões que fizessem progredir a reflexão acerca da *Estética da Recepção*. Assim, é importante passarmos a um exame da recepção da *Teoria da Recepção* e da *Estética da Recepção* em Robert Holub.

³³ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 87, 92.

³⁴ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 102. “Da assimetria entre o autor e os leitores contemporâneos, assim caracterizada, que, conforme a nossa terminologia, não pode ser considerada propriamente como “assituacionalidade”, segue a possibilidade de surgir a assimetria à qual se referem Iser e Warning, que se manifesta exclusivamente na diacronia das histórias de recepção: trata-se de uma assimetria comunicativa na qual não se enfrentam mais um leitor e um sujeito histórico, mas um leitor e um texto dissociado do seu produtor. Nesse caso cabe aos receptores gerar, dentro do processo da atribuição de sentido, novas situações comunicativas, nas quais o lugar do produtor evidentemente é ocupado por uma figura projetada”. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, p. 17.

³⁵ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 102.

³⁶ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 103.

³⁷ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*, p. 102-103.



Uma situação comunicativa: *Crossing Borders*

Entre 1983 e 1985, Robert Holub estudou em Frankfurt como pesquisador *Humboldt fellow*³⁸. Neste período, vivendo em outro país que não o seu próprio, Holub começou a entrever a possibilidade de que os processos comunicativos de leitura não fossem tão simples quanto podiam parecer. Ele começou a perceber que certas críticas realizadas à *Teoria da Recepção* através de ataques endereçados a “Os grandes Teóricos” eram antes sintomas de uma determinada apropriação tanto das obras referentes à *Estética da recepção* quanto de culturas intelectuais diferentes, do que críticas teóricas mais complexamente formuladas. Isso não quer dizer que as críticas eram todas infundadas, mas sim que em muitos casos foram realizadas com uma compreensão enviesada da cultura acadêmica, da língua e dos pressupostos intelectuais mais recorrentes na Alemanha Ocidental das décadas de 1970-80. Holub crê, entretanto, que as produções acadêmicas na França e nos Estados Unidos também foram recebidas na Alemanha através da mediação de filtros culturais propriamente germânicos. Obviamente tais compreensões e apropriações também sofriam influências dos contextos políticos da época nos respectivos países. Tais processos de apropriação cultural foram metaforicamente aludidos no título do segundo livro de Holub aqui examinado: “Cruzando Fronteiras” (*Crossing Borders*).

170

Os escritores, críticos, e filósofos que dominaram o discurso aqui [nos Estados Unidos] eram, porém todos eles ignorados na Alemanha, e vice versa. Enquanto hermenêutica, ética comunicativa, fenomenologia, teoria da recepção, e várias formas de neomarxismo reinavam supremos entre os humanistas germânicos, seus congêneres nos Estados Unidos estavam mais preocupados com o pós-estruturalismo, com desconstrução e neopragmatismo. A discrepância entre os dois países se tornou mais notável para mim quando eu estava preparando uma monografia sobre teoria da recepção no início dos anos oitenta. Como estudo preliminar eu planejei examinar como esta teoria, a qual dominou a crítica literária na Alemanha do final dos anos sessenta até o final dos setenta, foi recebida nos Estados Unidos. Eu estava chocado em descobrir que não somente a teoria da recepção não era muito bem conhecida entre os estudiosos de literatura, mas também que inclusive quando teóricos germânicos recebiam reconhecimento individual, era quase sempre dentro de uma estrutura muito pouco relacionada com suas atividades na Universidade de Constanza. Logo em seguida, eu pude experimentar em primeira mão o outro lado da moeda: a falta de interesse na Alemanha, nas teorias mais frequentemente discutidas nos Estados Unidos.³⁹

³⁸ HOLUB, Robert C. *Crossing Borders: Reception Theory, Poststructuralism, Deconstruction*, p. VIII. Um *Humboldt fellow* é um pesquisador em nível de pós graduação financiado pela *Alexander von Humboldt Foundation*. Tal instituição visa promover a cooperação acadêmica entre pesquisadores alemães e estrangeiros. Alexander von Humboldt Foundation. Captado em: <<http://www.humboldt-foundation.de/web/start.html>>. Acesso em: 29/10/2009.

³⁹ O texto original encontra-se em inglês, sendo a tradução de minha inteira responsabilidade. HOLUB, Robert C. *Crossing Borders: Reception Theory, Poststructuralism, Deconstruction*, p. VIII.



Primeiramente, Holub alegou que as teorias literárias de origem francesa foram mais bem recebidas nos Estados Unidos devido a uma aura de radicalismo intelectual e político que emanava de tais teorias, e que não era observada nas obras dos intelectuais germânicos. Foucault e Derrida, por exemplo, representaram tal radicalismo e possuíram uma difusão bastante notável. O surpreendente é que, mesmo que não observado por espectadores estrangeiros, na Alemanha o que ocorria era justamente um clima de radicalismo:

Com os protestos dos estudantes demandando uma total reflexão e reestruturação dos padrões educacionais, assim como a emergência de uma nova geração de jovens acadêmicos desejando empreender tais reformas drásticas – ao menos no reino das idéias e das instituições de educação superior, muitos métodos alternativos popularizaram-se. A maior parte deles envolveu-se com alguma variedade de marxismo, e notavelmente virou-se para a esquerda, o que é refletido em grande parte dos manuais metodológicos e no grande processo ocorrido na academia na década seguinte. A atmosfera nos departamentos de literatura era frequentemente explosiva; a literatura em si estava sob ataque e a certo ponto foi inclusive declarada morta, ou ao menos moribunda, por um proeminente periódico de esquerda; e manifestações conclamando que se descobrisse uma única abordagem genuína para a literatura apareciam com assustadora regularidade.⁴⁰

É a esta espécie de fenômeno que Robert Holub alude com sua metáfora “Cruzando Fronteiras”. Nos Estados Unidos, o caráter provocativo que a *Estética da Recepção* implicava não era tão bem percebido. Devido a toda uma carga de herança cultural que tendia a assimilar o mais brevemente possível, através de uma operação de analogia, o *New Criticism* americano com qualquer outra teoria literária baseada na problematização da relação leitor-texto e a produção de significado neste ponto do processo de leitura, a *Estética da Recepção* perdia seu caráter singular. Surpreendentemente, é justamente isso, por exemplo, que faz Robert Holub durante grande parte de seu livro de 1984, *Reception Theory*. Apesar de todo seu esforço intelectual, o autor não é capaz de perceber as minúcias conceituais e metodológicas presentes nas obras de Wolfgang Iser e Hans Robert Jauss, assumindo toda uma série de críticas prévias à *Estética da Recepção*. Isso não significa que tais críticas sejam todas infundadas, mas ao contrário, que as diferenças culturais entre o universo acadêmico nos Estados Unidos e o germânico impediram em diversas situações a realização plena de um processo comunicativo mais eficiente.

Em *Crossing Borders*, Holub parece ter-se dado conta do quanto uma língua e uma tradição acadêmica podem interferir nos processos de leitura. É bem possível que Holub tenha percebido que afinal, seus “Os grandes Teóricos” não estavam tão errados ao insistirem no estudo do fenômeno potencial de polissemia comunicativa nos processos de leitura. Dentro de um mesmo

⁴⁰ HOLUB, Robert C. *Crossing Borders: Reception Theory, Poststructuralism, Deconstruction*, p. 8.



recorte temporal, a *Estética da Recepção* foi compreendida de formas bastante diferentes de um lado do Atlântico como do outro.

Destarte, proponho pensar a própria recepção da *Estética da Recepção* por Robert Holub, segundo os estudos do historiador e crítico literário Hans Ulrich Gumbrecht. Em seu livro *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa*, Gumbrecht propõem um estudo concebido inicialmente como “pesquisa de base” para a *Estética da Recepção*, mas que de certa forma, buscou ultrapassar suas limitações mais ou menos evidentes. Para Gumbrecht, a reflexão inicial proposta pela *Estética da Recepção* acerca da formação de significados (*sentidos*) pelo leitor no processo de leitura, encontrava-se incompleta na medida em que ignorava a complexidade das *situações comunicativas*⁴¹. Desta forma, o autor recorreu à *Pragmática linguística* para tentar resolver a questão da produção de *sentido* textual através dos processos de leitura. “Disso segue que tanto na Pragmática linguística quanto na Estética da Recepção se trata necessariamente do *esclarecimento mútuo da compreensão do sentido e da compreensão da situação*”.⁴²

Entretanto, como operar esse “*esclarecimento mútuo da compreensão do sentido e da compreensão da situação*”, se uma operação leva à outra ao mesmo tempo em que a pressupõem? Gumbrecht define então seus termos e propõem um método. Primeiramente, é importante perceber que para os textos ficcionais é mais difícil definir uma situação comunicativa específica, pois não há a exigência de adjacência estrita entre o *sentido intencionado* pelo autor e o *sentido realizado* pelo leitor. No caso dos textos pragmáticos, quando ocorre um distanciamento entre *sentido intencionado* e *sentido realizado*, interpretamos tal ocorrência como má compreensão.⁴³

Na delimitação conceitual dos termos “texto” e “sentido”, o complexo invariável de signos lingüísticos chamado “texto” é tematizado como condição da possibilidade de seu efeito, a saber, o de produzir sentidos diferentes. A pluralidade de sentidos possíveis é mantida aberta, por parte do texto, através da multiplicidade significativa dos predicados que o constituem, através das imprecisões na sua interligação e através da diversidade de “modalizações” imagináveis, isto é, correlações entre situações produzidas nos textos e os estados de coisa do mundo da vida. A partir daí, o “sentido” é o *resultado da eliminação das ambigüidades (da “redução de lacunas”) intencionada pelo autor e realizada pelo leitor nos planos semântico, sintático e pragmático no ato da produção do texto e no da sua recepção*. Evidentemente, a pluralidade de sentidos possíveis é restrita respectivamente pela constituição do texto e pelas coordenadas situacionais.⁴⁴

⁴¹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa*: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto, p. 14.

⁴² Grifo do autor. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa*: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto, p. 15.

⁴³ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa*: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto, p. 17.

⁴⁴ Grifo do autor. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa*: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto, p. 15.



Para definir *situação comunicativa*, portanto, Gumbrecht recorre ao conceito de *mundo da vida*. É através do recurso ao *mundo da vida* que é possível estabelecer uma “*relação entre aqueles segmentos do saber e suas respectivas interligações, que são realizadas pelo produtor do texto na constituição do texto, por um lado, e pelo receptor na sua compreensão*”⁴⁵. Ou seja, para a compreensão do fenômeno de produção de sentido através dos processos de leitura, é preciso compreender não somente o fenômeno de leitura em si e por si, mas também as relações sincrônicas estabelecidas entre autor, leitor e o *mundo* no qual estão inscritos e no qual agem e sofrem ações⁴⁶. Desta forma, para a historiografia assim como para textos teóricos como os de Robert Holub aqui analisados, que se enquadram na categoria de *textos pragmáticos*, o leitor deve “*derivar da historiografia subsídios para a reconstrução de situações comunicativas, podendo transformar essa reconstrução numa hipótese sobre a função do texto*”, de forma que *sentido textual* e *situação comunicativa* possam se esclarecer mutuamente.

Compreender a *função* de um texto é também um dos procedimentos metodológicos importantes para se obter a compreensão dos *sentidos* dos textos. Uma *função* textual é “*o efeito da sua recepção nas ações e no comportamento dos receptores*”, sendo estas *ações*, “*dirigidas por agregados de saberes relevantes para a motivação*” do receptor⁴⁷. O efeito de um texto cria um distanciamento entre uma situação cognitiva prévia e uma posterior, relativas a um sujeito receptor; e um aumento de convicção em relação a alguma ação que antes da recepção do texto não era esperada. Assim, considerando que tais *funções* são intencionadas em grande medida pelos autores, primeiramente trata-se de buscar o contexto intencional de produção da obra estudada, ou seja, compreender com vistas a quem e para que uma obra foi produzida. Posteriormente, trata-se de compreender o contexto de recepção de um determinado texto. Por fim, trata-se de compreender o contexto

⁴⁵ Grifo do autor. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, p. 16.

⁴⁶ *Mundo da vida* é um conceito fenomenológico criado por Edmund Husserl, e que surgiu como consequência da rejeição epistemológica da oposição entre um sujeito capaz de cognição e um objeto/mundo cognoscível. O homem saía então de sua antiga posição extrínseca ao mundo dos fenômenos, de um papel de observador distanciado e direto do mundo, para ocupar um lugar de criador de realidades inserido no mundo dos fenômenos. O mundo dos objetos deixava de ser dado. Desta forma, no início do século XX, Edmund Husserl propôs uma nova maneira de se praticar o pensamento filosófico, a fenomenologia. Como nova pauta para a filosofia, Husserl almejava descrever “o único objeto não-transcendental possível de experiência [a um sujeito cognitivo], qual seja, a descrição das estruturas e mecanismos interiores pelos quais a mente humana constitui realidades e, ao mesmo tempo, a impressão de que elas são ‘objetivas’”. Apesar de nunca ter recebido “um esclarecimento sistemático definitivo”, a proposta era compreender *mundo da vida* como um conceito que possibilitasse a compreensão e a descrição dos fenômenos sociais, os quais estão inseridos simultaneamente num mundo transcendental – transcendental enquanto mundo criado por terceiros e herdado por outros indivíduos que não esses – e num mundo histórico de situações específicas. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 162-175.

⁴⁷ Grifo do autor. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, p. 19.



mais amplo de ocorrência dos fenômenos comunicativos, de buscar um “motivo” para tais processos.⁴⁸

No caso de *Reception Theory*, Holub estabeleceu uma relação superficial entre o contexto ao qual pertenciam Iser e Jauss, e os *sentidos* realizados pelo autor, dos textos dos referidos acadêmicos. Nesse primeiro momento, Holub compreendeu a *Estética da Recepção* mais pela situação acadêmica germânica de disputa de cargos nas universidades, assim como pela construção de relações teóricas quase genéticas entre “influências e precursores”, do que por uma análise que levasse em conta a situação de enunciação, o contexto político e as tradições culturais germânicas.

Em *Crossing Borders* creio que Holub, como afirmado anteriormente, deu-se conta dos limites de sua análise acerca da *Estética da Recepção* em *Reception Theory*, conseguindo perceber e analisar não somente a *situação comunicativa* dos autores germânicos, mas também de seus críticos. É bastante plausível e notável através da leitura de seus dois livros aqui analisados, que Robert Holub obteve uma compreensão mais complexa sobre a *Teoria* e a *Estética da Recepção* justamente através do exercício de um processo de compreensão dos *sentidos* e das *situações comunicativas* relativos à *Estética da Recepção*. Holub não apresentou uma autocrítica formal devidamente caracterizada. Essa seria uma *função* de *Crossing Borders*: realizar uma autocrítica intelectual velada e propor um avanço nos estudos sobre *Teoria da Recepção*.

174

Recebido: 14/11/2009
Aprovado: 23/11/2011

⁴⁸ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, p. 20.



Crítica e elementos fílmicos da obra *Panteras Negras* (Mario Van Peebles, 1995)

Kássius Kennedy Clemente Batista

Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

kk-historia@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa alguns elementos fílmicos e um conjunto de críticas referentes ao filme *Panteras Negras*, dirigido por Mario Van Peebles. Pretende-se, assim, refletir sobre o contexto da década de 1960, marcado por várias polêmicas e ações revolucionárias, sobretudo os movimentos de contracultura. Além disso, vale retomar aspectos próprios do filme de Van Peebles e, em seguida, tratar da crítica e recepção da obra. Esta é uma maneira de repensar não somente a relação Cinema/História, mas também o par História/Ficção, buscando entender o que este filme coloca em evidência e as implicações que isso causa no público espectador, e na crítica que se ocupa de avaliá-lo, de acordo com os padrões da época.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema-História, *Panteras Negras*, Mario Van Peebles.

ABSTRACT: This article analyses some of the movies' contents and a group of critics about *Panther*, directed by Mario Van Peebles. So, is the intention, discuss about the 1960's context, detaching the revolutionaries moves, especially the counterculture moves. More than this, it's important to search for characteristics from the own Van Peebles' movie and, after that, threat about the critic and the work acceptance. This is a way to rethink, not only the relation Cinema/History, but also the pair History/Fiction, trying to understand what this movie presents and the implications that it causes to the televiewers, and of the critic that is responsible to evaluate it, according to the period's models.

177

KEYWORDS: Cinema-History, Panther, Mario Van Peebles.

Introdução

A obra *Panteras Negras* foi alvo de severas contestações no período de sua exibição nos cinemas americanos, por se pautar em uma postura política clara e por supostamente utilizar elementos de ficção para narrar a trajetória do Partido dos Panteras Negras. O diretor, Mario Van Peebles, valorizou a ação do movimento revolucionário negro e responsabilizou a máquina estatal, por ser portadora da violência e por ter sido a responsável pelo fim do Partido que havia sido fundado em Oakland, Califórnia no ano de 1966. Para compreendermos essas contestações é necessário uma breve revisão de aspectos comuns ao contexto da década de 1960. Várias questões aqui referidas serão retomadas mais adiante, para efeito de indagação ou questionamento dos elementos fílmicos da obra.

O Movimento Negro havia ganhado, na década de 1950, uma força significativa, através da figura carismática de Martin Luther King, que lutou a favor de Rosa Parks e o boicote ao



sistema de transporte público na cidade de Montgomery, Alabama. A figura do pastor da Igreja Batista foi fundamental na reivindicação dos direitos civis. A sociedade presenciou um grande crescimento da mobilização popular, com a entrada dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e o fortalecimento do movimento estudantil, que se aliou aos negros, às mulheres e aos pacifistas.

Apesar da postura mais rígida por parte do Partido dos Panteras Negras, o início da década de 1950 foi marcada pela não-violência de Luther King e pelos discursos do então presidente John Fitzgerald Kennedy. Centenas de milhares de pessoas acompanhavam as marchas e os discursos do presidente e do líder pacifista, que se admiravam pela postura democrática e polida com a qual tratavam a questão das minorias nos Estados Unidos, de acordo com a cultura estadunidense e a carta constitucional. No entanto, ambos não resistiram ao conservadorismo: John F. Kennedy foi assassinado em 1963, em meados do seu primeiro mandato, e Luther King teve um destino igualmente trágico, tendo sido assassinado cinco anos mais tarde.

No mesmo período em que Martin Luther King conquistava o apoio de milhares de pessoas, outro líder ganhava cada vez maior notoriedade em meio aos estadunidenses. De família desestruturada e com passagens pela polícia, Malcolm Little – imortalizado com o epíteto Malcolm X – discursava com agressividade, e culpava “todo homem branco pela pobreza e pela desigualdade entre os homens”¹. O movimento negro se fortalecia com X, ainda que seu discurso não seguisse o compasso de Luther King. Ao contrário deste, que pretendia conciliar e defender os valores dos cidadãos americanos, aquele desejava a separação, pois não acreditava na possibilidade de estabelecer a paz entre brancos e negros. No entanto, seguiu um destino parecido ao de King, sendo assassinado em 1965 em frente à sua esposa e filhos, enquanto fazia um discurso para uma pequena platéia em Nova Iorque.

Na medida em que a Guerra do Vietnã se desenvolvia na Ásia, grande parcela da população contestava a participação de soldados norte-americanos no conflito. A população americana condenava o envio de tropas, junto ao apoio dos movimentos de contracultura, especialmente o estudantil. Fatores como este possibilitaram o posicionamento político de parcela da sociedade, o que torna o momento singular e inaugural.

Foi nesta conjuntura, na qual o movimento negro ganhava força, de luta pelos direitos civis e grande efervescência cultural e política, que surgiu o Partido dos Panteras Negras em 1966,

¹ HALEY, Alex. *Autobiografia de Malcolm X*: com a colaboração de Alex Haley. Trad. A. B. Pinheiro de Lemos. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.



na Califórnia. Se valendo de brechas na Constituição, seus integrantes puderam recorrer a armas e adotar um discurso radical frente, principalmente, à ação policial nos Estados Unidos. Os Panteras Negras conseguiram grande visibilidade no cenário nacional e foram fundamentais para a manutenção da luta política pelos direitos civis, mesmo depois da “Lei de Direitos Civis”, promulgada no governo do presidente Lyndon Baines Johnson, em 1964.

Dentre as medidas notáveis e eficientes adotadas pelos Panteras Negras, destaque para o programa de alimentação e educação de crianças, a luta contra a discriminação e contra a postura do Estado, que não se ocupava e rever os problemas da população negra. Ao eleger representantes junto ao executivo e o legislativo, muito pôde ser feito pela população, mas para além dessas conquistas, os Panteras Negras representavam, naquele momento, o caminho percorrido pelo movimento negro. Depois das mortes de Martin Luther King e Malcolm X, era no partido que estavam concentradas as forças do movimento.

Na década de 1950, os presidentes americanos tiveram que conviver com dois grandes problemas, um de natureza externa, e outro de natureza interna: no primeiro caso, trata-se da polêmica em torno da Guerra o Vietnã, que contava com uma opinião cada vez mais desfavorável por parte da população, que questionava a morte de seus conterrâneos; no segundo caso, destaca-se a luta pelos Direitos Civis e a contestação frente à discriminação racial, movimentos que resistiram às empreitadas e censuras do Estado.

Em 1966 na cidade de Oakland, situada no estado da Califórnia, foi criado o Partido dos Panteras Negras por Huey Newton e seu amigo e líder estudantil Bobby Seale, em conjunto com outros ativistas dos direitos civis, cujo objetivo era patrulhar guetos negros para proteger os residentes dos atos de brutalidade da polícia. Huey P. Newton foi nomeado Ministro da defesa e Bobby Seale o Presidente do partido. Amparados legalmente pela legislação da Califórnia, que permitia aos cidadãos o porte de armas de fogo em público, os militantes do Partido passaram a acompanhar e a intervir em assuntos referentes às atividades policiais e eventualmente intervindo frente a violência policial. Surge daí surge o nome completo da organização: *Partido dos Panteras Negras para Autodefesa*.

Os Panteras Negras se envolveram em vários conflitos com a polícia nas décadas de 1960 e 1970, o que resultou em várias prisões - dentre elas a de Huey Newton - e mortes de seus membros. Além disso, a Assembléia Legislativa do Estado da Califórnia discutia a aprovação da



Lei Mulford², que revogava a lei que garantia a todo cidadão cuja integridade física fosse ameaçada o direito de portar uma arma de fogo e fazer uso dela. O projeto era direcionado sob medida para desarmar os Panteras Negras.

Nos primeiros anos após sua formação o partido experimentou um crescimento significativo. Até o final do ano de 1968, os Panteras Negras já haviam recrutados em suas fileiras mais de cinco mil integrantes³ e também teriam conseguido vender mais de 100.000 exemplares do seu jornal oficial - *Black Panther Party Newspaper*. O sucesso foi tamanho que o diretor do FBI J. Edgar Hoover afirmou que o Partido Pantera Negra era a principal ameaça interna à segurança nacional⁴. Essa preocupação fez com que o FBI intensificasse as atividades do chamado COINTELPRO (Programa de Contra-Inteligência criado pelo FBI em 1956 para neutralizar o Partido Comunista), que tinha como principais ações os objetivos de investigar, espionar, coordenar a polícia local e neutralizar as atividades dos Panteras Negras.

Através da presença revolucionária criada pelo PPN não fica difícil entender a atração que os negros sentiram pela organização. Os projetos políticos propostos pelos Panteras Negras pretendiam promover mudanças profundas na sociedade norte-americana. A título de exemplo, a distribuição de café da manhã para crianças carentes e policiais negros para população negra. Huey Newton estava convencido que de que os negros norte-americanos nunca iriam destruir o racismo automaticamente sem destruir o capitalismo. Em suas próprias palavras: *não seria possível destruir o racismo sem limpar a sua base econômica sustentada na exploração excessiva dos trabalhadores negros por capitalistas brancos*⁵.

O movimento negro consolidou sua força e o Partido Panteras Negras gozaram de uma rápida ascensão que influenciou a consciência de milhares de pessoas. Contudo, foi justamente devido a essa grande projeção que os membros do partido foram perseguidos e seus escritórios

² Lei Mulford de 1967 - Código Penal 12031, capítulo 171 assinado pelo então governador da Califórnia e futuro presidente dos Estados Unidos da América Ronald W. Reagan. Captado em <<http://www.leginfo.ca.gov/cgi-bin/calawquery?code=section=pen&codebody=&hits=20>>. Acesso em: 10/3/2011.

³ ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 98. Cabe ressaltar que esse número varia conforme a fonte. Em muitos locais se utiliza o número de dois mil militantes em média. O fato é que o consenso que existe é a respeito da descrença na via pacífica para solucionar os problemas dos direitos civis, ou de acordo com as palavras dos autores: "As organizações que pregavam a não-violência estavam claramente perdendo a sua influência. Se elas já atormentavam os segregacionistas com seus protestos pacíficos, a crescente tendência de 'pagar na mesma moeda' inquietava também os setores progressistas e liberais da chamada Nova Esquerda". ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*, p. 96.

⁴ "the greatest threat to the internal security of the country" - J. Edgar Hoover citou em U.S. Congress. Senate. Book III: Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, 94th Cong., 2nd sess., 1976, p. 187.

⁵ NEWTON, Huey P. *Pour une nouvelle constitution*. In: TOUT le pouvoir au peuple, a tous les peuples. Paris: Ed Gitte-Coeur, s.d., p. 54.



destruídos por todo o território dos Estados Unidos. Outro fator relevante para o declínio do partido foi inserção de drogas, especialmente a cocaína, que passaram a ser distribuídas e consumidas em grandes quantidades nos guetos negros e nas regiões onde o partido agia.

É certo também que o desaparecimento dos Panteras também decorreu de algumas deficiências na própria estratégia política adotada. Por exemplo, o seu principal objetivo, a autodefesa armada nas comunidades embora corajoso, não poderia em última análise ser capaz de confrontar um inimigo que possuía mais recursos. O Estado norte-americano detinha inteligência de guerra e um aparato bélico muito superior, desenvolvido na emergência da Guerra Fria, duas décadas antes.

Um dos fatores de fundamental importância para o partido foi o lançamento do programa que foi concebido em dez pontos principais e serviu como um manifesto das necessidades políticas e sociais imediatas da comunidade negra⁶. O programa se baseava na defesa da autodeterminação da população negra, estabelecimento de um bom sistema de ensino, moradia, emprego, assistência médica, fim da brutalidade policial, isenção do serviço militar obrigatório, direito à formação de júris compostos por negros para julgarem outros negros, entre outras questões de importância primária. Huey Newton descreveu o programa como um pacote que ajudaria a aumentar o apoio do partido dentro da comunidade e, assim, ganhar força suficiente para realizar a revolução contra o racismo e o capitalismo.

181

Recepção e crítica

O lançamento do filme *Panteras Negras* foi acompanhado por uma série de ataques tanto ao filme quanto aos movimentos que pregavam a mudança social na década de 1960. Ao dirigir a obra, Mario Van Peebles disse à imprensa que desejava inspirar a geração de jovens negros que viviam em guetos urbanos. Van Peebles acrescenta que as crianças “sabiam apenas coisas negativas”⁷ e desconheciam a importância de Huey Newton, ministro da defesa do Partido dos Panteras Negras. O diretor pretendeu contar a história sobre o movimento *Black Power*, o que daria voz às experiências dos ativistas negros e permitiria que uma geração mais jovem de afro-americanos pudesse identificar o papel que lhes fora legado no passado.

⁶ NEWTON, Huey P. *War Against The Panthers: A Study Of Repression In America* (Doctoral Dissertation) - UC Santa Cruz, 1980. O Programa dos 10 pontos foi escrito primeiramente em 15 outubro de 1966 e depois em 1º de março de 1972 e foi disponibilizado dentro do próprio partido e depois disponibilizado nas reuniões e discursos feitos pelos Panteras, inclusive no Jornal “The Black Panther” que entrou em circulação no final da década de 60 – para horror do FBI.

⁷ SCHAEFER, S. Panther director is pleased with his statement. *The Boston Herald*, p. 17, 6 mai. 1995.



A obra *Panteras Negras* retratou os negros como agentes de mudanças sociais em circunstâncias particulares, apresentando indivíduos que defenderam a ação coletiva enquanto meio de atingir mudanças significativas no âmbito das mudanças estruturais econômicas nos Estados Unidos. A obra foi capaz de chegar a Hollywood, apesar das pressões impostas pela indústria cinematográfica, que resistia ou impunha condições no que se refere a narrativas sobre líderes ou movimentos negros, por tratar-se de produções pouco lucrativas. Na verdade, Van Peebles lutou contra a indústria de Hollywood para financiar seus filmes, como ele próprio dissera em entrevista ao *Jornal Chicago Sun-Times*:

If we were negotiating now, I'm sure [Hollywood producers] would say, 'Make one of the lead Panthers white, and get Brad Pitt to star in the film.' But I thought about what my dad said, which is that history goes back to the winner, and you're surely not winning if you're not telling your own history. So we held off until we could make the film our way.⁸

O diretor, em outras entrevistas, afirmara que lhe foi sugerido o uso de atores brancos para contar a história dos Panteras Negras, para que o seu filme recebesse um orçamento maior e, conseqüentemente, fosse mais rentável, a exemplo do que teria acontecido com a obra *Mississippi em Chamas*, de Alan Parker, que alcançou uma boa bilheteria e foi indicado a vários prêmios⁹.

Segundo o IMDb a obra *Panteras Negras* teve uma bilheteria de oito milhões de dólares devido ao reduzido orçamento para produção da película e pela própria recepção que fora prejudicada muito em função dos críticos de jornais e revistas que apontaram vários problemas no filme mesmo antes de seu lançamento. É possível perceber que essa ação foi determinante na recepção da obra. Contudo, esse valor, apesar de não ser tão expressivo se comparado às produções de maior aceitação popular, nos leva a crer que muitas pessoas se interessavam e queriam saber mais sobre o movimento *Black Power* e sua repercussão. Poderíamos concluir isso

⁸ Tradução livre: Se estivéssemos negociando agora, tenho certeza que [os produtores de Hollywood] diriam: 'Faça um líder dos Panteras branco, e pegue Brad Pitt para estrelar o filme.' Mas eu pensei sobre o que meu pai disse, o que é que a história remonta ao vencedor, e você certamente não ganhará se não contar sua própria história. Então, nós descartamos até que pudéssemos fazer o filme do nosso jeito. KIM, J. Black History?: Director Peebles Defends Controversial New Film. *Chicago Sun-Times*, P. 3nc, 07 mai. 1995.

⁹ De acordo com o Internet Movie Database, o filme *Mississippi em Chamas* faturou 34 milhões de dólares. Além disso, foi vencedor do Oscar de melhor fotografia em 1989 e indicado as categorias de Melhor Ator (Gene Hackman), Melhor Atriz Coadjuvante (Frances McDormand), Melhor Direção, Melhor Edição, Melhor Filme e Melhor Som. Foi vencedor do BAFTA de Melhor Fotografia, Melhor Som e Melhor Edição. Vencedor do prêmio Urso de Prata na Categoria Melhor Ator no Festival de Berlim de 1989 e indicado ao Urso de Ouro. Venceu a categoria Direitos Humanos do Political Film Society de 1990 e foi ainda indicado ao Globo de Ouro de 1989 nas categorias Melhor Diretor de cinema, Melhor Roteiro de cinema, Melhor Filme e Melhor atuação de um ator de cinema (Gene Hackman). Ver: <<http://www.imdb.com/title/tt0095647/awards>>. Acesso em: 10/02/2011.



se levarmos em consideração a mobilização dos críticos que, de certa forma, contribuiu para propagandear o filme, mesmo que negativamente.

A obra de Mario Van Peebles desafiou certas concepções liberais comuns ao sistema político norte-americano. Além de promover uma crítica mordaz ao sistema político e econômico dos Estados Unidos, *Panteras Negras* acabou adotando um estilo narrativo não convencional, mesclando noções de história com doses significativas de ficção, sobretudo no que se refere a elementos comuns ao cinema *blaxploitation*¹⁰ e recursos próprios de documentários. Críticos e comentadores do filme alegaram que a produção não se afinou à dimensão histórica do movimento, ao sugerir idéias absurdas como a adoção de medidas ilegais por parte do FBI que, para minar o sucesso do partido, chegou a recorrer ao tráfico de drogas.

Grande parte das críticas foi desferida na semana que antecedeu a estréia oficial, mas seguiu-se durante a exibição do filme e, à medida que a rejeição da obra aumentava, os revisores amplificaram a imagem negativa do filme. Próximo ao dia 03 de maio de 1995, data da estréia do filme, o jornal *The New York Times*¹¹ fez uma reportagem dizendo que o diretor negligenciou a participação de personagens importantes como Elaine Brown, que durante um período presidiu o partido. No tocante à participação feminina, uma matéria do jornal *Los Angeles Times*¹² criticou o filme por não ter mostrado Angela Davis como componente do Partido dos Panteras Negras.

Um dos maiores críticos do filme *Panteras Negras* foi David Horowitz, editor da Revista *Ramparts* na década de 1960. De acordo com o crítico, o filme não retratava o assassinato que chocou a comunidade local e que supostamente contou com o envolvimento de alguns membros dos Panteras Negras, em meados da década de 1970, ignorando, portanto, atrocidades cometidas por integrantes do partido¹³. Um mês antes, Horowitz havia colocado páginas inteiras com vários anúncios sobre a deturpação causada pelo Partido dos Panteras Negras nas revistas *Variety* e *Hollywood Reporter*¹⁴. Depois disso, a opinião presente em jornais e revistas tendeu a intensificar a

¹⁰ A indústria cinematográfica se deu conta que poderia faturar bastante produzindo filmes para a comunidade negra. Surgiu uma estética própria da época com cores bastante vivas, perseguições, humor chulo e muita violência. É importante lembrar que grandes nomes como Halle Barry, Mario Van Peebles, Denzel Washington, Spike Lee - entre outros, puderem ganhar visibilidade porque muitas portas foram abertas nesse período, inclusive com as trilhas sonoras de Earth Wind and Fire, Curtis Mayfield e James Brown. Ver: HOWELL, Amanda. Spectacle, masculinity, and music in blaxploitation cinema. *Screening the past*, n. 18, 2005. Captado em: <http://www.latrobe.edu.au/screeningthepast/firstrelease/fr_18/AHfr18a.html>. Acesso em: 20/2/2011.

¹¹ Entrevista concedida a revista *Tikkun* na publicação de jul/ago 1995. Publicado novamente em artigo da Revista *FrontPageMag.com* - edição online de David Horowitz em 17 de fevereiro de 1999. Captado em <<http://archive.frontpagemag.com/readArticle.aspx?ARTID=22287>>. Acesso em: 20/2/2011.

¹² Entrevista com Mario Van Peebles na Revista *Tikkun* na publicação de jul/ago 1995.

¹³ CHARLES, N. [Revisão sem título do filme *Panteras Negras*]. *Daily News*, 02 mai. 1995, p. 29.

¹⁴ SHERMAN, P. JFK meets Malcolm X in erratic Panther [Review of the motion picture *Panther*]. *The Boston Herald*, p. 11, 15 out. 1995.



crítica ao filme. Horowitz continuou a se manifestar após o lançamento do filme: em uma de suas críticas, o escritor referiu-se ao filme como "duas horas de mentira"¹⁵.

Outras críticas condenaram o filme de Van Peebles por privilegiar a perspectiva dos membros do Partido. Persall¹⁶ escreveu que privilegiar este aspecto criou um "viés" de representação dos Panteras Negras. Escrevendo para o jornal *San Francisco Chronicle*, Stack¹⁷ afirma aos leitores que o filme reflete a "busca indiscriminada para definir heróis negros - e demonizar os brancos". Os revisores também condenaram o retrato que o filme faz do FBI e de seu diretor, J. Edgar Hoover, como uma "caricatura bizarra"¹⁸ e "unidimensional"¹⁹, ou seja, apresentando apenas o viés dos Panteras, desconsiderando as outras personagens e elementos que o filme apresenta. Percebemos que, nesse conjunto de críticas, a opinião predominante penaliza o filme, por ter caracterizado o FBI em conluio com a máfia contra o Partido dos Panteras Negras.

Além das principais críticas que já abordamos, várias outras análises sobre o filme apontam para problemas no enredo, tratando-o como "um salto grande em particular"²⁰, "artificial"²¹, "ultrajante"²², "descontroladamente irresponsável"²³, uma "especulação selvagem"²⁴, "profundamente paranóico"²⁵ e "muito restrito"²⁶. Da mesma forma, a CNN fez uma cobertura da polêmica criado em torno de *Panteras Negras* utilizando a crítica de Horowitz, quando descreveu o conjunto da obra como sendo "exageradamente fantástico."

¹⁵ LEIBY, R. Black out: what a new movie about the Black Panthers remembers--and what it forgets [Review of the motion picture Panther]. *The Washington Post*, p. G01, 30 abr. 1995. Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

¹⁶ PERSALL, S. Panther shades the facts but is compelling [Review of the motion picture Panther]. *St. Petersburg Times*, p. 7, 5 mai. 1995. Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

¹⁷ STACK, P. Panther Goes for the Mythic: Glossed-over look at radical black group [Review of the motion picture Panther]. *San Francisco Chronicle*, p. E1, 3 mai. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

¹⁸ CARROLL, J. Profile of a Panther: The Van Peebles tell the story of Huey P. Newton. *The San Francisco Chronicle*, p. 31, 30 abr. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

¹⁹ FINE, M. Pouncing on Panther: Film incites a storm of criticism. *USA Today*, p. 1D, 28 abr. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

²⁰ LEIBY, R. Black out; What a new movie about the Black Panthers remembers--and what it forgets [Review of the motion picture Panther]. *The Washington Post*, p. G01, 30 abr. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

²¹ CARROLL, J. Profile of a Panther: The Van Peebles tell the story of Huey P. Newton. *The San Francisco Chronicle*, p. 31, 30 abr. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

²² PERSALL, S. Panther shades the facts but is compelling [Review of the motion picture Panther]. *St. Petersburg Times*, p. 7, 5 mai. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

²³ CHARLES, N. [Revisão sem título do filme Panteras Negras]. *Daily News*, p. 31, 2 mai. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

²⁴ ROSS, B. Panther prowls past truth; There's more action than history in this propaganda piece from director Mario Van Peebles [Review of the motion picture Panther]. *Tampa Tribune*, p. 16, 5 mai. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

²⁵ BARNES, H. Panthers: Only the name's been changed [Review of the motion picture Panther]. *St. Louis Post-Dispatch*, p. 3E, 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.

²⁶ JAMES, C. They're movies; Not schoolbooks [Review of the motion picture Panther]. *New York Times*, p. sec. 2, p. 1, 21 mai. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database.



A crítica ainda não considerava o filme como fonte confiável para quem desejava conhecer a história dos Panteras Negras. Muitas análises concluíram que o filme apresentou uma história "simplista"²⁷, "burlesca"²⁸ e "insuficiente"²⁹, não servindo portanto para compreensão dos fatos. Essas avaliações sugerem que o enredo do filme era ilegítimo e inaceitável, uma distorção da história do partido. À revelia destas concepções, pretendemos analisar mais detidamente o conteúdo do filme e refletir sobre o papel das personagens e sobre o enredo da obra. Pretende-se, assim, mobilizar elementos que ajudem a compreender o viés das críticas e as possíveis implicações que tangenciam a produção fílmica.

Devemos lembrar que *Panteras Negras* é produzido na década de 1990, quando mais uma vez a sociedade presenciou um caso nacional envolvendo a questão racial. O espancamento do taxista negro Rodney King³⁰ em 1992 e a absolvição dos policiais acusados de tal violência geraram uma onda de confrontos entre a população, causando dezenas de mortes, milhares de feridos e um prejuízo de milhões de dólares. Muito embora o julgamento sobre Rodney King seja apontado como o estopim para a Revolta de Los Angeles, outros fatores são considerados como parte do descontentamento da população. Os Estados Unidos estavam sendo governados por republicanos há vários anos e, principalmente os dois últimos mandados (o segundo de Ronald W. Reagan e o de George H. Bush), voltaram a atenção dos cidadãos norte-americanos para as questões externas, com um grande aumento na produção bélica e intervenção tanto na América Latina quanto no Oriente. Isso proporcionou uma forte recessão econômica no final da década de 1980 e um elevado nível de desemprego, principalmente nos bairros negros de Los Angeles.

A revolta chamou a atenção da opinião pública do país e, como desdobramento, esteve presente também em diversos meios midiáticos, principalmente nas várias referências cinematográficas, televisivas, e musicais, para não falar no caso de Rodney King enquanto elemento de implicações políticas. No mesmo ano do caso do taxista negro, o candidato do Partido Democrata Bill Clinton venceu as eleições para presidente dos Estados Unidos. O novo

²⁷ FINE, M. Pouncing on Panther: Film incites a storm of criticism. *USA Today*, p. 1D, 28 de abr. 1995. DENERSTEIN, R. Panther growls, at least for awhile. *Rocky Mountain News*, p. 11D, 3 mai. 1995. - Retirado da base de Lexis-Nexis news database

²⁸ MURRAY, S. Panther [Review of the motion picture Panther]. *The Atlanta Journal and Constitution*, p. 7B, 3 mai. 1995.

²⁹ MASLIN, J. How the Black Panthers came to be, sort of [Review of the motion picture Panther]. *New York Times*, p. C18, 3 mai. 1995.

³⁰ Detido sob a acusação de dirigir em alta velocidade, o taxista Rodney King foi violentamente espancado por policiais brancos. A cena foi registrada pelas lentes do cinegrafista amador George Holliday e percorreu o mundo sendo exibido milhares de vezes. Um júri composto por 10 brancos, 1 negro e 1 asiático absolveu os policiais acusados. A revolta principalmente de negros e latino americanos foi quase instantânea, levando a uma das maiores revoltas do Estado da Califórnia.



presidente, apesar de enfrentar um conflito externo, voltou seu governo principalmente para os problemas econômicos internos, devolvendo a estabilidade para os Estados Unidos.

A produção de *Panteras Negras*, a exemplo dos filmes produzidos na década de 1970, trouxe à tona a questão dos Direitos Civis, retratando a década de 1960 - período no qual uma minoria lutava em prol desses direitos, dialogando com uma sociedade do final do século que ainda sofria com as diferenças raciais. Certamente seria uma obra que ganharia visibilidade se assumisse uma postura que defendesse a tendência de sua época, sendo uma boa oportunidade inclusive para exaltar os líderes de outrora. Cinema e História nesse momento se confundem. Além disso, a década de 1970 para o cinema foi marcada pela exploração da imagem do negro e, apesar de algumas vezes utilizar os acontecimentos da década anterior, não tocaram em temas para promover a denúncia social.

O cinema, portanto, em busca de maiores bilheteiras, acompanhou as mudanças de seu tempo. Se no início do século D. W. Griffith impressionou seu público e a crítica, e consolidou os símbolos da linguagem cinematográfica com *O Nascimento de Uma Nação* (1915), tanto pela técnica utilizada quanto pelo sucesso que alcançou entre o público que dialogava com a história do filme, o curso da história do Cinema nos mostra as diferentes participações do negro, em momentos e circunstâncias igualmente distintas. A academia premiou Hattie McDaniel com o Oscar de melhor atriz coadjuvante em... *E o Vento Levou* (1939) de Victor Fleming, interpretando o papel de uma caricatural empregada doméstica negra, mas também consagrou Sidney Poitier em vários trabalhos, mesmo tendo golpeando um branco em plena década de 1960 no filme intitulado *No Calor da Noite* (1967), de Norman Jewison. Não podemos nos esquecer do sucesso angariado pelo diretor negro Spike Lee no filme *Malcolm X* (1992), que retrata a vida e os dramas de um líder negro impopular, com uma bela atuação do protagonista e direção que garantiu renome a Lee.

186

Análise do enredo

Mario Van Peebles recorre a elementos estéticos pouco usuais em filmes de caráter histórico. Os escritos de Jorge Nóvoa e José D'Assunção Barros sobre os gêneros fílmicos prestam alguns esclarecimentos que ajudam a pensar o lugar e as técnicas presentes na obra *Panteras Negras*:

‘filmes históricos’ – entendidos aqui como aqueles filmes que buscam representar ou estetizar eventos ou processos históricos conhecidos, e que incluem entre outras as categorias dos ‘filmes épicos’ e também dos filmes históricos que apresentam uma versão romanceada de eventos ou vidas de



personagens históricos. Em outro caso, será possível destacar ainda aqueles filmes que chamaremos de ‘filmes de ambientação histórica’, aqui considerando os filmes que se referem a enredos criados livremente mas sobre um contexto histórico bem estabelecido.³¹

O filme *Panteras Negras* é compatível com os “filmes de ambientação histórica”. Dentre os principais elementos adotados pelo diretor que não foram aceitos por parte da crítica, podemos destacar a utilização de cenas ora coloridas, ora em preto e branco, sem seguir uma regra ou padrão para utilização, e a legenda para explicar tanto os eventos que ocorreram quanto os que foram criados pelo diretor. Também gerou controvérsias a utilização de personagens fictícias enquanto protagonistas da obra e a insinuação de que o FBI se aliou aos traficantes de drogas para desestruturar o partido. As revistas e sítios especializados em cinema definem o gênero da obra de Van Peebles como drama. Contudo, com essa mescla, não raro se encontra o termo “docudrama” para definir o filme *Panteras Negras*, por tratar da exploração da imagem do negro, tão comum no cinema da década de 1970.

A utilização de imagens em preto e branco é comum no cinema clássico, para designar um fato passado. Como a televisão em cores é posterior ao cinema, não é raro um filme utilizar cenas registradas antes da década de 1950 (nos Estados Unidos), sobretudo provindas de documentários. A tendência é diminuir essa utilização de fonte primária que necessariamente seja monocromática³² pelo próprio desenvolvimento da tecnologia, restando apenas como opção estética nas obras.

Na obra *Panteras Negras* a utilização de cenas coloridas e em preto e branco confundem o espectador, e certamente essa é uma opção considerada por Van Peebles. No início do filme, aparece um jogo de cenas durante uma narração que começa em preto e branco para, depois, recorrer às cores - ambas são cenas reais referentes a manifestações pelos direitos civis e à violência policial. Luther King, John Kennedy e Malcolm X são apresentados dessa forma. Em seguida, a narração já é feita pelo ator Kadeem Hardison mostrando um cartaz do Partido dos Panteras Negras para Auto-Defesa com os atores Courtney B. Vance e Marcus Chong. A impressão que se tem é que essa cena, por estar em preto e branco, existiu de fato.

³¹ BARROS, José D’Assunção; NÓVOA, Jorge (org.). *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. 2 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 44

³² O filme monocromático, também conhecido como filme preto e branco, possui apenas tons de cinza, variando do branco até o preto. Como exemplo, produz fotos em preto e branco e filmes em preto e branco. Antes, as obras primárias eram utilizadas, muitas vezes, por necessidade, mas que depois acabou se tornando uma opção, adotada por filmes específicos que, mesmo podendo fazer uso de imagens coloridas, opta por não fazê-lo tendo em vista ora o gênero fílmico, ora o conteúdo, ora as técnicas mais eficazes.



A cena prossegue em preto e branco até o momento em que aparece Tiny, o garoto de bicicleta. Ao passar para as imagens em cores, tem-se a idéia de atualidade. É nesse momento que o personagem Judge conta a sua versão sobre o surgimento dos Panteras Negras. Quando essa personagem diz que a história dos Panteras Negras teria começado no quintal de sua mãe, acaba retirando parte da responsabilidade de Van Peebles em contar a história real.

A próxima cena em que o filme nos auxilia com a legenda, é o momento em que o grupo de Oakland vai até San Francisco combinar com o outro grupo também denominado Panteras a escolta de Betty Shabazz, viúva de Malcolm X. Nesse caso a legenda é apenas para orientar o espectador e não necessariamente porque eles foram a uma sede específica ou em uma data específica.

A legenda seguinte sinaliza o local em que estão atuando para angariar fundos para o partido. Na legenda aparece o nome da Universidade de Berkeley também para não deixar o espectador perdido. Apesar de realmente terem vendido o Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung e terem atuado em Berkeley tanto como espaço de discussão da contracultura, como lugar de venda - a direção de Van Peebles não deixou entender que eles estiveram em um dia exato na porta da universidade para venderem livros.

O episódio que sucede a compra de armas efetuada por integrantes dos Panteras Negras de um vendedor supostamente chinês (não há qualquer menção à nacionalidade do vendedor, contudo ele apresenta traços orientais. Um dos panteras, ao se deparar com a imagem de Mao Tsé-Tung ao fundo da loja, acaba associando o vendedor à revolução, valendo-se de suas impressões prévias) é em preto e branco e, em sua maioria, fictícia, e mais uma vez algumas poucas imagens reais foram colocadas em meio às cenas fictícias, levando o espectador à confusão e contribuindo para as críticas dos revisores. Marcus Chong e Courtney Vance são mostrados ora em preto e branco, ora coloridos. A narração de Kadeem Hardison e o jogo de cenas transmitem a idéia do tempo a passar.

Curiosamente, a cena seguinte dos Panteras Negras armados e trajados de jaquetas e boinas pretas ocorreu de verdade, e não há qualquer indicação de data ou local, nem mesmo uma retratação em preto e branco. Esse acontecimento foi narrado pelo próprio Bobby Seale no documentário *Todo Poder ao Povo* e está em seu livro *The Black Panther Party - Reconsidered*. Não há motivo aparente para não aparecer uma legenda, contudo há vários motivos para ela ser colorida. O cinema *blaxploitation* utiliza cores fortes, cenas de ação e engrandecimento do negro em detrimento do branco. O giroflex do carro da polícia aparece em evidência e a câmera várias vezes a captura, estando ele presente em toda a cena; as roupas dos rapazes que saem da casa



noturna é lilás além do próprio nome do estabelecimento, que é focado no início da cena; há uma luz azul no fundo do carro da polícia e uma mesma luz azul ao fundo da imagem onde os panteras chegam armados. Da casa noturna é emitida uma luz vermelha. Além disso, a música nos prepara para um grande acontecimento (que é o enfrentamento com a polícia e a vitória moral dos Panteras) além de ser a primeira vez em que o filme apresenta os integrantes do Partido caracterizado como eles são conhecidos, reforçando a imagem poderosa dos Panteras na cena. Para contribuir com a cena, os policiais são mostrados bem caricatos: obesos, violentos, arrogantes. Um deles masca chiclete com a boca aberta.

Diferentemente das outras legendas, a cena da chegada de Betty Shabazz mostra logo no início a informação “21 de Fevereiro de 1967” e a câmera enquadra perfeitamente o Aeroporto Internacional de São Francisco. A intenção do diretor aqui é clara: informar-nos que um acontecimento real está sendo incorporado no filme.

Após o recrutamento de Jamal e Alma, segue uma cena com uma série de imagens que alterna entre preto e branco e imagens coloridas. Mais uma vez a alternância aparentemente não obedece a nenhuma regra. Apenas duas imagens de todas no conjunto de cenas são reais: a foto de Tommie Smith e John Carlos nas olimpíadas de 1968 e o vídeo de alguns membros do partido próximos a um trem. Várias imagens de atores do filme apareceram em preto e branco e a foto dos atletas estava colorida - apenas para exemplificar que não há critério, aparentemente. A cena também começa sendo narrada por Judge.

A próxima cena que analisaremos é bastante relevante. Começa com a legenda de um relato verídico - "Richmond, California - 1º de abril de 1967". Trata-se de um evento histórico, o assassinato de Denzil Dowell. A construção da rápida cena de ação em que Denzil foi baleado segue o padrão utilizado por Van Peebles - exploração das luzes, música e policiais violentos. As imagens seguintes também remontam a um ocorrência não-fictícia, um comício realizado pelo Partido dos Panteras Negras que reuniu pessoas da comunidade para protestarem contra a brutalidade policial. O filme inseriu um discurso bastante enfático de Huey defendendo a inocência de Denzil e continua com o enfrentamento com o chefe de polícia. Van Peebles aproveita a cena para contrapor a ação organizada dos panteras, os gritos de ordem e a presença marcante, com a personagem do reverendo Slocum que, mais uma vez, pede para todos baixarem a cabeça e rezar. Pequenas intervenções como esta valorizam a ação dos Panteras Negras e o espectador é levado a crer que o método utilizado por eles é o mais recomendado para a situação. Para finalizar, os panteras, liderados por Huey, vão conversar com o chefe de polícia. Na ocasião ele utiliza a receita do cinema clássico para que o espectador separe o mocinho do bandido sendo



que, neste caso, o papel de vilão recai sobre o policial. A cena mostra o oficial de polícia obeso e dá um *close-up* para focar seu rosto. Ele é feio, arrogante e mal educado, grita ao final da cena, além de ser o único sentado na sala além da mãe de Denzil. A construção do policial obedeceu às regras do cinema clássico para que fosse mal visto por quem assistisse ao filme. Vale lembrar que, apesar de a morte de Denzil ser um acontecimento histórico, nenhuma imagem apareceu em preto e branco, a exemplo da construção de cenas anteriores, o que sugere que o diretor utiliza elementos do cinema clássico para enfatizar cenas específicas.

A cena que inicia com a legenda "Sacramento, Califórnia no dia 02 de maio de 1967" narra um dos acontecimentos mais conhecidos dos Panteras Negras: a entrada no capitólio para protestar contra a Lei Mulford, que proibiria os cidadãos do estado da Califórnia de portar armas. A cena mescla cenas coloridas e em preto e branco. O início da cena mostra o governador Ronald Reagan dando entrevista e atendendo a algumas crianças, assim como no dia 02/05/1967. Ao mostrar Reagan, a imagem aparece em preto e branco e, ao voltar aos Panteras marchando sobre o jardim, a cena fica colorida. Mais alguns instantes e os Panteras Negras são mostrados em imagens em preto e branco. A cena prossegue até eles entrarem e procurarem a Assembléia Legislativa. A música sugere um momento solene e significativo, e os Panteras continuam marchando, com imagens coloridas, até o último corredor onde aparece algumas cenas em preto e branco, e encerra dessa forma. A cena prossegue com várias imagens de jornais noticiando o ocorrido. Há uma mistura de imagens de jornais criadas, com foto dos atores do filme e imagens de jornais que circularam na época, inclusive fora do país.

A cena seguinte é uma das que mais chamam a atenção, pois inicia sugerindo que o FBI tomará atitude perante os Panteras. Acontece uma reunião entre alguns agentes, dentre eles o diretor Hoover e sua famosa paranóia comunista. Logo no início a câmera foca na porta do escritório do FBI, como se alguém realmente tivesse conhecido o que supostamente ocorreu naquela ocasião. Em seguida, o que assistimos é muito mais parecido com uma cena de mafiosos em negócio: um ambiente pouco iluminado, muita fumaça de cigarro, Hoover disparando a frase "Antes de esmagar esses ingratos, procure o chefe deles". E, para encerrar esses elementos, a câmera mostra um cão horrendo. A cena se encerra com o barulho de uma máquina de datilografar e a legenda "Memo/Cointelpro: CLASSIFIED – Black Panther Party activities unacceptable. Identify real leadership. Intensify phase one. Washington".³³ Na seqüência, Van Peebles faz referência a uma famosa foto do movimento, em que Huey Newton aparece sentado

³³ Tradução: Mensagem Cointelpro: Confidencial: Atividades dos Panteras Negras inaceitáveis - Identificar líder intensificar fase um. Washington.



em uma poltrona segurando duas armas. Essa foto foi para a primeira edição do *Black Panther Party Newspaper* e foi reproduzida várias vezes posteriormente, principalmente na campanha para a sua libertação. A foto estampada no vídeo foi a de Marcus Chong.

O diretor utiliza outra referência histórica: a manifestação anti-guerra realizada dos dias 16 a 20 de outubro de 1967. Van Peebles utilizou apenas o dia 20, momento no qual Huey Newton foi convidado a pronunciar algumas palavras. Conforme demonstra os jornais³⁴ da época³⁵, havia em torno de 10 mil manifestantes³⁶, e ocorreram vários confrontos no qual muitos foram detidos³⁷. Aqui o do diretor não dá ênfase a essas no volume de pessoas e na proporção do acontecimento, o que poderia valorizar ainda mais o movimento e ressaltaria a opressão do Estado numa manifestação pacífica. Ao invés disso, ele fez apenas uma referência à violência policial e montou uma cena de ação conjugando o discurso de Huey e a perseguição de Brimmer a Judge. A cena foi bem construída, e mostra vários manifestantes apoiando a luta pelo fim da Guerra do Vietnã, entre eles hippies, brancos, negros e a presença organizada dos panteras negros.

Uma das técnicas do diretor é utilizar recursos comuns a documentários, se valendo de informações públicas. No filme, o FBI monta um QG em Oakland, para tratar dos Panteras de forma mais próxima. A partir desse momento, imagens em preto e branco mostram policiais atacando vários escritórios pelo país, com troca de tiros e bombas para ressaltar a violência utilizada. Por ser bastante conhecida essa perseguição aos escritórios dos Panteras, o espectador é levado a pensar que as imagens podem ser reais, mas de fato não são. Foram utilizados dois depoimentos a respeito desses ataques promovidos pela polícia: o primeiro é de Kathleen Cleaver com imagens coloridas (que não é citada no filme, mas a mulher que aparece algumas vezes com Anthony Griffith interpretando Eldridge Cleaver sugere que seja ela, uma vez que eles se casaram no final de 1967) e o outro de Fred Hampton em preto e branco - grande liderança dos Panteras: foi assassinado pela polícia enquanto dormia. Entre as duas falas, o filme utiliza cenas em preto e branco das personagens Alma, Jamal, Tyrone e Gene McKinney, que falam para outros panteras, sugerindo também proximidade com a realidade.

A projeção seguinte foi construída com base no acontecimento que levou à prisão de Huey Newton. Na legenda aparece “Oakland, October 28, 1967”. Mais uma vez Van Peebles

³⁴ Police Rout 3,000 At Oakland Protest; 3,000 Routed in Coast Antiwar Protest. *Los New York Times*, p. 1, 18 out. 1967.

³⁵ Demonstration Fails to Close Oakland Army Induction Post. *Los Angeles Times*, p. 1, 21 out. 1967.

³⁶ Thousands Reach Capital To Protest Vietnam War. *New York Times*. p. 1, 21 out. 1967.

³⁷ Antiwar Demonstrations Held Outside Draft Boards Across U.S.; 119 Persons Arrested on Coast. *New York Times*, p. 3, 17 out. 1967.



busca elementos de filmes policiais para construir a cena. A noite está muito chuvosa, aparecem duas viaturas de polícia. O áudio capta bem o barulho da sirene do primeiro veículo e o giroflex dos dois automóveis da polícia. Há uma luz vermelha que sai de trás do primeiro carro de polícia e uma luz azul constante que vêm do alto, mas sua fonte não é focada pela câmera. A cena é propositalmente confusa e não nos permite identificar quem começa o tiroteio, que leva à morte um dos policiais. Entre as cenas de ação, o giroflex do carro da polícia aparece na tela duas vezes, entre um tiro e outro. Ao final, Huey Newton está baleado no chão. Em seguida, nos é apresentada mais uma legenda controversa: Memo;Cointelpro: CLASSIFIED – Newton survived. Imprisoned and indicted. Seale released. Oakland – Bobby Seale vai caminhando em direção a saída e mais uma legenda: Memo;Cointelpro: CLASSIFIED – Results phase one insufficient. BPP membership increasing. Intensify operations. Washington³⁸. Mais uma vez, o filme dá a entender que o diretor teve acesso direto às informações e aos papéis do FBI.

No momento seguinte, o diretor se remete a uma referência histórica sem utilizar legendas ou imagens monocromáticas. Quando estão reunidos na casa de Judge, Little Bobby Hutton, Judge e sua mãe, uma notícia na TV anuncia o assassinato de Martin Luther King, no dia 04 de abril de 1968. Logo a câmera segue Judge até o canto da sala e o espelho que há no local se torna uma janela para os acontecimentos que se seguem. A primeira cena é fictícia e aparece em cores. Na sequência, nos deparamos com uma sucessão de imagens igualmente coloridas de cidades que tiveram verdadeiras ondas de violência em virtude do assassinato do pastor da Igreja Batista. Aqui também aparentemente não foi adotado nenhum critério considerando o cinema clássico americano, a exemplo que já vinha acontecendo durante todo o filme o que leva os desavisados a recepcionar a primeira cena como real.

A próxima legenda mostra "Oakland April 6, 1968" - tratando-se também de um evento que ocorreu: o assassinato de Little Bobby Hutton. Devido à radicalização do movimento e à morte de King, alguns Panteras liderados por Eldridge Cleaver partiram para a ofensiva, que resultou na morte de Hutton. Apesar de não ter sido nenhuma cena de época, a motivação da nova postura adotada por Cleaver foi bem adaptada para o filme. Além disso, mais uma receita do cinema clássico foi utilizada para a morte de Bobby Hutton. Nas cenas imediatamente anteriores o filme privilegiou mais a fala da personagem interpretada por Wesley Jonathan, além de mostrar uma relação carinhosa dele para com Cleaver e mostra ainda uma cena doméstica com Judge e seu inconformismo com a morte de King. Esse recurso é utilizado para o caso do

³⁸ Tradução: Mensagem Cointelpro: Confidencial: Huey sobreviveu. Indiciado. Seale Libertado. Oakland. Mensagem Cointelpro: Confidencial: Resultados Insuficientes. Panteras aumentando. Intensifiquem operações. Washington.



espectador ser “lembrado” de que a personagem é carismática, para que no final você sinta a perda dele. Nenhuma cena em preto e branco é utilizada.

O próximo episódio analisado é um dos principais alvos de crítica. Ele mostra ordens diretas de Edgar Hoover para que se recorra ao “último recurso”. A legenda que se segue é “CLASSIFIED – Activate ultimate contingency immediately. Oakland to serve as nationwide model. Cooperation of local authority preferred”³⁹. Washington. Em seguida aparece Pruitt, Rodgers e Dorsett negociando com um traficante. É uma mensagem construída de forma agressiva para que o espectador fosse levado a pensar que o FBI não mediria esforços para destruir o Partido dos Panteras Negras. É uma acusação severa de Mario Van Peebles e, apesar de já ter sido dito várias vezes por militantes dos direitos civis e por ex-membros dos Panteras, não há como comprovar tal fato.

Com exceção do julgamento de Huey Newton que, apesar de não ter legendas nem imagens históricas, sabemos que ocorreu - as cenas que se seguem são resoluções dos conflitos criados pelos e para os personagens fictícios de Mario Van Peebles. O primeiro desses conflitos a se resolver ocorre quando Alma e Tyrone finalmente acreditam em Judge. Em seguida vão juntos destruir um armazém cheio de drogas a serem distribuída pelo Gueto. Já no depósito, ocorre a resolução de mais um conflito quando Judge tem sua vingança e mata Sabu. Quando Tyrone foi baleado por um traficante, ele heroicamente convence Alma e Judge a sair do depósito sem ele. A imagem final do filme foca em Tyrone, que acendeu o armazém em chamas quando a polícia crivava seu corpo de balas, concluindo assim o último conflito criado por Mario Van Peebles.

Essas cenas, notadamente violentas, contando com disputas armadas entre facções rivais, usam de episódios noturnos e imagens chocantes, de maneira que a escuridão da noite contrasta acentuadamente com o brilho das explosões e vidros quebrados brilhando sob o luar. As imagens dramáticas de edifícios que estão sendo destruídos e corpos sendo feridos por tiros foram intensificadas pela música dramática da orquestra. Muitas cenas de ação e mesmo as cenas ditas “históricas”, comum em filmes de ficção anteriores de Van Peebles, tornaram difícil para o público distinguir narrativas ficcionais de acontecimentos reais na história do Partido dos Panteras Negras. O público que não se identificasse com os protagonistas negros dos filmes do gênero *blaxploitation* poderia ter interpretado as ações dos Panteras Negras como criminosas, ao invés de culpar o sistema político e econômico para reforçar o racismo.

³⁹ Tradução: Mensagem Cointelpro: Confidencial: Ativar último recurso imediatamente. Oakland servirá como modelo nacional. Cooperação com a autoridade local preferencialmente. Washington.



Nos minutos finais do filme, a voz de Judge narra um trecho que também aparece na legenda: "Em 1970, haviam 300.000 viciados nos Estados Unidos. Ontem, havia 3 milhões. A forma como eu vejo isso, a luta continua. Este filme é dedicado a todos os Panteras Negras, que deram suas vidas na luta". Aparecem ainda sete imagens: a de crianças beneficiadas pelo programa social do partido; a do movimento "Free Huey" em que asiáticos aparecem apoiando a campanha; uma com as principais lideranças do partido; a de Edgar Hoover; a de um negro na prisão (provavelmente se trata de Mumia Abul Jamal); a famosa foto de Huey tirada por Eldridge Cleaver para a primeira edição do *Black Panther Party Newspaper* e a de um cartaz do Partido dos Panteras Negras onde aparecem Bobby Seale e Huey Newton (essa foto foi adaptada no início do filme com os atores que interpretaram os líderes).

A Cena de encerramento do filme reforçou o papel contra-hegemônico de *Panteras Negras*. Diferentemente da maioria dos filmes que valorizam o sistema de leis e a ordem, incluindo os filmes sobre os direitos civis, a obra de Van Peebles o culpa pela pobreza dos guetos negros e pelo uso de drogas no interior das cidades de maioria negra denunciando a conivência das autoridades federais e estaduais. De acordo com *Panteras Negras*, o aumento do uso de drogas entre os negros americanos foi uma consequência dos esforços do Estado para encerrar o ativismo coletivo e o desenvolvimento da comunidade entre os negros pobres urbanos. O uso de táticas ilegais pelo FBI para destruir o movimento está bem documentado em textos históricos e até governamentais, mas não há nenhuma evidência direta de que o FBI trabalhou com a máfia para distribuir narcóticos em Oakland. Assim, a narrativa do filme destaca táticas ilegais e brutais do FBI que batem com esta documentação, bem como outras que não podem ser comprovadas.

Além disso, o compromisso narrativo do filme com o gênero *blaxploitation* pode ter inibido o público de ter lido a obra como versão fidedigna de um movimento social que buscava erradicar as injustiças raciais e econômicas contra negros americanos. Especialmente para o público com pouco conhecimento de táticas ilegais da COINTELPRO contra organizações ativistas durante a década de 1960, todo o filme poderia ser lido como uma história implausível e sensacional.

Considerações Finais

A obra *Panteras Negras*, de Mario Van Peebles, não se integrou à memória popular, isto é, não conseguiu ser incorporada, tampouco se sobressaiu perante versão *oficial* difundida. Ao privilegiar uma narrativa mais agressiva e de muita ação, sem abandonar um viés educativo e informativo no que tange à organização social das massas – conteúdo pouco tratado pela mídia –,



o filme angariou uma sucessão de críticas negativas, por parte principalmente de um grupo conservador que tinha em pouca conta o movimento sobre o qual trata o filme. Atento a estes fatores, faremos umas poucas ressalvas referentes à obra.

Panteras Negras retrata a história do partido entre os anos de 1966 a 1969, e não seria possível, devido às escolhas do diretor, narrar acontecimentos que ocorreram na segunda metade da década de 1970, como supostos assassinatos cometidos por militantes dos Panteras Negras, como sugeriu David Horowitz ao registrar como ficou o partido durante a presidência de Elaine Brown, crítica também adotada pela escritora do *The New York Times*. Algumas críticas, quando analisadas de perto, acabam se mostrando infundadas.

Dizer que a obra não privilegia aspectos da história do Partido dos Panteras Negras é uma crítica um tanto quanto exagerada. Apesar das personagens ficcionais e do drama criado entre elas, os momentos mais relevantes do período escolhido foram apresentados e, ao que parece, sem grandes exageros, como a viagem ao Capitólio, a participação no assassinato de Denzil Dowell, o julgamento de Huew Newton, dentre outros eventos. Nestes episódios, mesmo as personagens fictícias tiveram uma expressão, talvez até maior, se comparada aos protagonistas que representavam as personagens históricas.

Ao recorrer a elementos comuns ao gênero documentário, o diretor parece recontar uma história com a intenção de torná-la oficial ou, se não tanto, ao menos de apresentá-la perante as versões então existentes. Ao fornecer imagens aparentemente autênticas de ativismo pelos direitos civis e contra a injustiça racial, o filme sugere que o seu conteúdo deve ser recepcionado como fidedigno à história dos negros americanos em sua luta por justiça dentro do movimento *Black Power*, como se fosse uma extensão do ativismo pelos direitos civis. É necessário ter cuidado ao analisar seu conteúdo, pois, como demonstramos, os critérios adotados no que se refere às legendas e às imagens monocromáticas não são evidentes, sugerindo diferentes leituras por parte do espectador. Um olhar desatento ou despreparado pode facilmente associar episódios e personagens fictícias à história do movimento, o que certamente não é desconsiderado pelo diretor.

Dentre as críticas abordadas no filme, destaque para a imagem criada do FBI e de sua relação com o tráfico. Não é de se estranhar que o filme tenha gerado polêmicas, uma vez que órgãos que deveriam zelar pela segurança dos cidadãos norte-americanos estavam, na verdade, associados ao crime, sobretudo ao tráfico de drogas. Contudo, devemos considerar também que



há muito, para certo descrédito em torno dessas organizações do Estado como o FBI e a CIA. Há muito tempo denúncias são feitas, casos são revelados e, por isso, a conduta promovida nesses setores é mais facilmente averiguada. Dizer que, no filme, a personagem Edgar Hoover foi caricata não é necessariamente uma crítica, uma vez que ele próprio ajudou a formar essa imagem lutando contra o comunismo nos Estados Unidos. O Macartismo⁴⁰ havia criado uma onda anticomunista nos Estados Unidos. Muitos sequer sabiam o que significava ser comunista, mas, ainda assim, o preconceito era latente. Na década de 1960, período em que a “caça as bruxas” já não era tão intenso, grande parte dos esforços foram mobilizados para deter e desestruturar os Panteras Negras que, inclusive, eram chamados de comunistas, ainda que a inclinação do partido apresentasse outras tendências que não esta. Neste caso, a associação do termo ao partido pode ser entendida como uma maneira de ampliar o preconceito, de forma a deixar claro para a população que a organização dos Panteras Negras era igualmente subversiva. É nesse contexto Hoover se destaca mais dentro do FBI onde foi diretor por 48 anos:

J. Edgar Hoover na direção do FBI, cantando em prosa e versos, em livros, filmes, e séries de televisão, ao mesmo tempo em que movia uma incansável guerra secreta contra a liberdade política no país. Não é preciso aceitar sem discussão a afirmação do senador McCarthy, feita desde o primeiros momentos de sua carreira de caçador de subversivos, de que obtinha todas as informações par as suas denúncias diretamente de agências como o FBI, para reconhecer que o Bureau intocável de Hoover desempenhou papel-chave durante a histeria macartista.⁴¹

196

Podemos concluir, com base em outras revisões da época, que grande parte dos comentários negativos direcionados aos Panteras Negras, são criados por fontes bastante conservadoras, como é o caso de Horowitz, que encabeçou as críticas à obra de Van Peebles. Ross, do jornal *Tampa Tribune*, demonstra uma preocupação especial para com o público jovem, que poderia ser facilmente manipulado pelo filme. "A parte triste, é claro, é a maioria dos espectadores jovens não eram nascidos quando os Panteras Negras surgiram - não sabem o quanto da história é pura invenção".⁴² Há, aqui, uma preocupação em retomar a memória mais largamente difundida e desacreditar a versão retratada no filme.

⁴⁰ "Termo utilizado frequentemente para designar procedimentos de perseguição e caça aos comunistas e subversivos, atentados contra a liberdade de expressão e de pensamento, intolerância ideológica, repressão política, acusações irresponsáveis e sem provas. É comum acompanhar também a expressão 'caça às bruxas' - uma alusão óbvia, de cunho claramente pejorativo, à perseguição e eventual queima de feiticeiras nas fogueiras da Inquisição. Ver: FERREIRA, Argemiro. *Caça às bruxas*. Macartismo: uma tragédia americana. Porto Alegre: LP&M. 1989, p. 25.

⁴¹ FERREIRA, Argemiro. *Caça às bruxas*. Macartismo: uma tragédia americana, p. 28.

⁴² ROSS, B. Panther prowls past truth; There's more action than history in this propaganda piece from director Mario Van Peebles [Review of the motion picture Panther]. *Tampa Tribune*, p. 16, 5 mai. 1995.



Para outros revisores, o filme foi particularmente prejudicial pelo seu potencial em influenciar negros americanos, que poderiam se identificar com os protagonistas do filme. Partindo do pressuposto de que o filme representou um retrato ilegítimo do Partido dos Panteras Negras, vários dos mais rigorosos críticos do filme, associaram o filme a propagandas ou agitação de radicais ativistas negros. Vincent, do jornal *The Times-Picayune*, observou que o filme "retrata os Panteras como idealistas e os policiais como nazistas. É um incentivo para os negros do centro da cidade"⁴³. É possível averiguar certo temor por parte de grupos da sociedade norte-americana referentes às contestações comuns à década de 1960, o que justifica boa parte das críticas direcionadas ao filme de Van Peebles.

Estas críticas, que apelam para a distinção entre a ficção e a realidade, redirecionaram a atenção contra o racismo e a desigualdade social, questões primárias e, portanto, centrais na obra de Van Peebles. Estas opiniões simultaneamente condenaram elementos ficcionais presentes na obra e advertiram os espectadores a respeito da possibilidade de o filme incentivar os negros americanos a protestarem contra as condições de pobreza inflingidas a eles. Sendo assim, a crítica afirmou ao público que os movimentos contra o racismo no país poderiam ser resultantes da mobilização de espectadores, facilmente enganados por ficção dramática disfarçada de história.

197

Grande parte dos defensores da obra de Van Peebles associaram *Panteras Negras* à arte, e não à ficção. Segundo esses autores, se os diretores se preocupassem com a precisão histórica, iriam restringir e prejudicar o valor artístico da obra, pois faltaria ousadia. James escreveu, no *The New York Times*, que "por sua própria existência [filmes polêmicos como *Panteras Negras*] podem incentivar os espectadores a pensar em filmes, para contestar as teorias de cineastas, para julgá-los do jeito que julgaria qualquer trabalho sério de arte que mistura realidade e imaginação"⁴⁴. Graham, do jornal *The Boston Globe*, disse em sua análise que "cineastas não tem o desejo e nem a aptidão para retratar a verdade" e citou a ex-Pantera Negra e estudiosa Kathleen Cleaver, que lhe disse em entrevista: "eu não estou convencida de que os filmes dramáticos são o lugar para a exatidão histórica... Um filme é um filme, um filme não é história... A história é apresentada pelos estudiosos, e eu não acho que alguém vai dizer que Hollywood é um celeiro de estudiosos"⁴⁵.

Toda a crítica direcionada à obra antes de sua estréia (que nesse sentido podem ser consideradas reacionárias), influenciou de forma determinante a distribuição do filme. As

⁴³ VINCENT, M. Panther protested, praised. *The Times-Picayune*, p. E1, 6 de mai. 1995.

⁴⁴ JAMES, C. They're movies; Not schoolbooks [Review of the motion picture Panther]. |*New York Times*, p. sec. 2, p. 1, 21 mai. 1995.

⁴⁵ GRAHAM, R. An ex-Panther defends Panther. *The Boston Globe*, p. 63, 5 mai. 1995.



pessoas foram bombardeadas de críticas negativas e o filme ficou poucas semanas em cartaz. Muitas salas sequer receberam a cópia do filme pois as distribuidoras foram levadas a inibir a comercialização. Poucas locadores de vídeo estavam com cópias disponíveis para locação⁴⁶.

A obra de Mario Van Peebles é plausível: historiadores e ativistas já publicaram obras de inúmeros relatos de esforços do FBI para reprimir o movimento, muitas vezes usando táticas ilegais para realizá-lo⁴⁷. Contudo, a crítica selecionou alguns elementos de ficção que poderiam ser contestados e associou o filme todo a uma grande farsa, prejudicando, assim, a aceitação da obra. Nenhum dos críticos apontaram ou investigaram as ações do FBI ou da polícia local, e suas tentativas de desestruturar os Panteras Negras. A ação dos críticos foi a de realmente tirar qualquer mérito que o filme pudesse alcançar. Ao tornar a obra ilegítima enquanto fonte de informação, a crítica fez com que a memória a respeito do movimento *Black Power* ou mesmo dos Panteras Negras fosse prejudicada. Dessa forma, a realidade política e econômica do período demonstrado no filme, reconhecida como verdadeira por estudiosos, não puderam ser amplamente difundidas por um meio de comunicação de massa, como o cinema.

O filme, portanto, mais uma vez mostra que cumpre seu papel de intervenção na sociedade, tantas vezes demonstrada por estudiosos da relação entre Cinema/História. Sobre os filmes históricos, Alcides F. Ramos já havia apontado que:

Suas percepções tentam adequar-se à vastidão e ambigüidade dessa manifestação artística. Neste sentido, o filme histórico é aquele que, olhando para o “passado”, procura interferir nas lutas políticas do “presente”⁴⁸.

Essa intervenção gera outras consequências, como a possível recusa por parte da sociedade, que acaba não recepcionando bem a obra. No caso de *Panteras Negras*, as críticas muitas vezes omitem a violência histórica que o negro sofreu nesse período, as drogas que, de alguma forma, foi injetada nos guetos e gerou milhões de viciados nos Estados Unidos, e a ação do FBI, que se infiltrou nas organizações daquele período. Essas análises contribuíram para reforçar a nebulosa visão que muitos americanos tinham do Partido dos Panteras Negras para Autodefesa, visão essa que Van Peebles queria combater, conforme vimos no segundo capítulo desse trabalho. O filme poderia ter servido, também, para denunciar quantos negros americanos na mesma década de lançamento do filme estavam lutando para superar as condições de pobreza,

⁴⁶ SHERMAN, P. JFK meets Malcolm X in erratic Panther [Review of the motion picture Panther]. *The Boston Herald*, 15 out. 1995.

⁴⁷ CHURCHILL, Ward; WALL, Jim Vander. *The COINTELPRO Papers: Documents from the FBI's secret wars against domestic dissent*. Boston: South End Press, 1990.

⁴⁸ RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 32.



sendo constantemente vítimas de abuso da polícia, como no caso de Rodney King. Entendemos que este fator é compatível com aquilo que Herbert Marcuse⁴⁹ chamou de “contrarrevolução como método preventivo”.

Dessa forma, a mídia não se preocupou em fazer ressalvas sobre a obra, que contém vários pontos de relevância histórica. Não tentou mostrar o que estava em jogo, tampouco se ocuparam em argumentar sobre a história do movimento negro, que sequer foi mencionada. Assim como os Panteras foram alvos do FBI, o filme também recebeu todo tipo de crítica, mostrando a natureza ilusória da liberdade de expressão, que é capaz de delimitar caminhos pela suposta ameaça da ordem social do país que jornalistas e intelectuais enxergaram.

Entendemos que essa tema é bastante rico sendo impossível sua conclusão com esse trabalho. O cinema ganha cada vez mais espaço na medida em que a tecnologia o torna ainda mais sedutor. As questões volta e meia aparecem e a intervenção consciente no presente e a utilização das experiências do passado, um dos grandes méritos do ofício do historiador contribuem para a análise dos conflitos sociais também no campo cultural. O grande desejo é que esse trabalho leve a novos questionamentos e novas leituras dos acontecimentos aqui selecionados. É preciso ponderar sobre a riqueza da obra de Van Peebles, que é complexa e singular, e sobre a possibilidade de continuar a explorá-la, uma vez que estas considerações finais apenas apontam para novos caminhos a serem traçados posteriormente.

199

Recebido: 02/05/2011
Aprovado: 29/08/2011

⁴⁹ Para um estudo mais aprofundado, ver: MARCUSE, Herbert. *Contra-Revolução e Revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



“Sem revolução não há nação”: a nação cubana nos escritos de Fidel Castro(1953-1959)

David Souza Fernandes

Graduando em História pela Unimontes
degasouza@yahoo.com.br

RESUMO: O processo revolucionário cubano é um dos momentos mais importantes na história de Cuba. O ideário político de Fidel Castro influenciou nos rumos do sistema de governo que foi implantado em Cuba pós a revolução. Assim, vamos estudar os textos escritos por Fidel Castro entre 1953 e 1959 para verificar em que medida o líder principal da revolução já compartilhava de um projeto nacional para Cuba. Fazer a análise dos indícios da formação de um projeto nacionalista presente no ideário político de Fidel Castro passa por necessidade de correlacionarmos os escritos de Fidel com algumas idéias nacionalistas. Será através da revolução que os símbolos nacionais, datas comemorativas, monumentos, nomes de repartições públicas serão representados na “comunidade imaginada” cubana. O estudo da relação entre o processo revolucionário cubano, a ideia da nação e os escritos de Fidel Castro na construção de um projeto nacional é o nosso principal objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Cubana, Fidel Castro, Nação.

ABSTRACT: The Cuban revolutionary process is one of the most important moments in the history of Cuba. The Castro's political ideas influenced the direction of the government system that was deployed in Cuba after the revolution. Thus, we will study the texts written by Fidel Castro between 1953 and 1959 to ascertain to how much did the main leader of the revolution had already shared a national project to Cuba. To analyze the evidence of the formation of a nationalist project in the present political ideas of Fidel Castro it is necessary to correlate the writings of Fidel with some nationalistic ideas. The analysis will be through the national symbols, holidays, monuments, names of government agencies represented inside the "imagined community" in Cuba. The study of the relationship between the Cuban revolutionary process, the idea of the nation and the writings of Fidel Castro in the construction of a national project is our main goal.

KEYWORDS: Cuban Revolution, Fidel Castro, Nation.

Introdução

O processo revolucionário cubano é um dos momentos mais importantes na história de Cuba. Um ano antes de completar 50 anos de revolução, o líder máximo desse acontecimento, Fidel Castro, renuncia passando o poder para seu irmão Raúl Castro. Com essa transição de poder, Cuba volta a ser foco de debates e discussões sobre os rumos do regime na ilha, um sistema de governo que sempre gerou polêmicas e controvérsias. Nas palavras de Emir Sader¹, a revolução cubana foi: “uma das poucas revoluções do continente americano que realmente é

¹ SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1985, p. 5-6.



digna de receber o nome de revolução”. Veremos que o caminho dessa revolução é muito influenciado por um de seus líderes. O processo revolucionário cubano foi importante não só pelo fato de que trouxe várias mudanças sociais e políticas, mas também pelo fato de ter desencadeado a construção de um ideário nacionalista para o povo cubano em torno da simbologia que foi construída em torno da Revolução em 1959.

De grande expressão na América Latina, o movimento revolucionário cubano que inicia com a tentativa de tomar de assalto o Quartel Moncada, em 1953, e derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, ganhou forças para lutar intensamente pela “democracia” do povo cubano. Desde então, a luta iniciada por José Martí no final do século XIX contra o colonialismo espanhol e que levará Cuba a tornar-se independente em 1898 é retomada por Fidel Castro e seus guerrilheiros, mas agora não são os espanhóis os inimigos, e sim os norte-americanos e a Ditadura do General Fulgêncio Batista. Será essa luta de Fidel Castro contra o imperialismo norte-americano o aspecto mais marcante de demonstração do nacionalismo cubano.

O triunfo revolucionário cubano passa a fazer parte dos discursos políticos da América Latina. Bastante discutida, a Revolução passa a ser foco de várias pesquisas e estudos, principalmente pela forma política que Fidel Castro implantou na ilha pós a Revolução e pelo projeto de nação elaborado por ele que visava a uma transformação social radical na vida do povo cubano, que mais tarde iria se transformar em um Estado “socialista”. Em pleno período de Guerra Fria o “perigo vermelho” desembarca na América Latina promovendo uma expressiva mudança na conjuntura política.

O ideário político de Fidel Castro influenciou os rumos do sistema de governo que foi implantado em Cuba após a revolução. Assim, vamos estudar os textos escritos por Fidel Castro entre 1953 e 1959 para verificar em que medida o líder principal da revolução já compartilhava de um projeto nacional para Cuba.

Fazer a análise dos indícios da formação de um projeto nacionalista presente no ideário político de Fidel Castro passa pela necessidade de correlacionarmos os escritos de Fidel com algumas idéias nacionalistas. Castro, após ser preso pela tentativa de tomar de assalto o Quartel Moncada em 1953, escreve um livro² em que apresenta cinco leis revolucionárias que seriam implementadas caso o ataque tivesse obtido sucesso, e que após a revolução de 1959 será o plano de governo adotado por ele em Cuba. São essas leis a principal estratégia de divulgação do ideário

² RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.



de nação de Castro. Elas também servirão como instrumento de nacionalização das riquezas cubanas. É através dessas leis que a Revolução promoverá as mudanças sociais em Cuba. O livro também conta com importantes aspectos para o nacionalismo cubano, como a exaltação dos que combateram e morreram no ataque ao Quartel Moncada, a memorização dos que lutaram pela independência cubana – em especial José Martí, além de representar toda uma simbologia nacional em relação à ideia de nação de Fidel. A correlação que existe entre as leis revolucionárias e o pensamento nacional de Fidel Castro com a ideia da nação são fundamentais para entendermos um pouco o porquê da Revolução ter perdurado por mais de cinquenta anos.

Podemos observar que durante o processo revolucionário a atuação de Fidel Castro foi fundamental para o sucesso da revolução. Durante esse processo, seus escritos e pronunciamentos apontam indícios que podem ser estudados e correlacionados com alguns conceitos nacionalistas. Dessa maneira, podemos observar qual a importância da revolução para a formação do nacionalismo cubano, uma vez que o processo revolucionário irá apresentar os elementos fundamentais para a construção de uma identidade nacional. Foi o processo revolucionário que trouxe a junção da unidade territorial com a unidade política, eliminando a influência imperialista norte-americana. Será por meio da revolução que ocorrerá a articulação entre Estado-Nação-Povo, pois foi em 1959 que foi derrubada a Ditadura Militar que oprimia a soberania do povo cubano. E será através da revolução que os símbolos nacionais, datas comemorativas, monumentos, nomes de repartições públicas serão representados na “comunidade imaginada” cubana.

200

O estudo da relação entre o processo revolucionário cubano, a ideia da nação e os escritos de Fidel Castro na construção de um projeto nacional é o nosso principal objetivo.

A Revolução

Fidel Castro e a Construção da Luta Revolucionária

O século XX apresenta um grande número de revoluções. Podemos citar como exemplo a Revolução Mexicana, Russa, Chinesa e a própria Revolução Cubana. Para a América Latina, a revolução representa um exemplo de resistência contra a opressão de governos ditatoriais e que através da luta armada e do apoio “popular” conseguiu triunfar. Fidel Castro fala em um de seus livros sobre a atitude de se rebelar contra governos que usurpam o direito de liberdade da sociedade

Um homem que se conforma em obedecer às leis injustas, e permite que o país em que nasceu seja pisoteado pelos homens que o ofendem, não é um homem honrado...



No mundo deve haver certa dose de decência como dever haver certa quantidade de luz. Quando há muitos homens desonestos, há sempre outros que são portadores da dignidade da maioria. São esses os que rebelam com força terrível contra os que roubam a liberdade ao povo, que é o mesmo que roubar dos homens sua dignidade. Esses homens são interpretes de milhares de outros homens, de um povo inteiro, da dignidade humana.³

Em 1º de Janeiro de 1959, é concretizado o triunfo revolucionário cubano. O caminho até a vitória de Fidel Castro e seus guerrilheiros pode apresentar duas faces distintas. De um lado, podemos analisar a Revolução Cubana como uma intensa luta de guerrilheiros que, com apoio de camponeses, lutaram contra o Governo Ditatorial de Fulgêncio Batista. Dessa forma podemos interpretar que esse processo inicia-se no final de 1956 quando um iate com 82 homens liderado por Fidel Castro desembarca em Cuba. Esse grupo iniciou uma batalha contra o exército de Batista utilizando-se de táticas de guerrilhas e, com o apoio popular conseguem derrubar o Governo. Outra leitura é a de que a Revolução foi um processo iniciado um pouco antes de 1956. Nessa visão, a tentativa de Fidel Castro e de seus companheiros de tomarem de assalto o Quartel Moncada em 26 de julho de 1953, foi o marco inicial do processo revolucionário. Existe também quem analisa o processo revolucionário cubano como uma luta iniciada em meados do século XIX com o processo de Independência da Ilha⁴. Para que possamos melhor entender o 1º de Janeiro de 1959, optamos pela segunda abordagem.

201

Em 1952-53 o advogado Fidel Castro, insatisfeito com o governo de seu país, que fora instalado de forma inconstitucional, resolve então consultar as leis constitucionais de seu Estado e mover uma ação contra o então presidente Fulgêncio Batista, acusando-o de “mudança violenta da forma de governo estabelecida, golpe armado contra os poderes constitucionais do Estado”⁵. O caso não vai muito adiante, Batista havia sufocado toda e qualquer forma de democracia existente naquela república.

Insatisfeito com o resultado daquela ação, Fidel resolve então buscar uma nova forma de tentar restabelecer um governo democrático em Cuba. Eis que surge a ideia de tomar de assalto o Quartel Moncada, situado na cidade de Santiago de Cuba. O quartel ficava em uma região bastante conhecida pela sua efervescência política desde a época da independência, e ali poderiam encontrar um maior apoio. Soma-se ainda o fato de que há uma distância muito grande entre Santiago de Cuba e a capital Havana, o que levaria certo tempo para que as tropas de

³ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 91.

⁴ Florestan Fernandes em seu livro *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana* e Emir Sader em *A Revolução Cubana* analisam o processo revolucionário cubano como uma luta iniciada no período colonial e neocolonial.

⁵ SADER, Emir. *A Revolução Cubana*, p. 18.



Fulgêncio reprimissem o ataque. O objetivo imediato de Fidel e seus companheiros era a tomada do quartel. Após isso, imediatamente seriam distribuídas armas para a população. Com a população armada iniciaria a ocupação dos pontos mais importantes da cidade e do Estado. Com a divulgação que o quartel estava ocupado e com o apoio popular, seria restabelecida a democracia em Cuba.

Chegado o dia, Fidel e seus companheiros marcham rumo a Santiago, munidos de poucas armas e com baixo poderio militar. Instalam-se em um sítio próximo ao quartel para acertar os últimos detalhes do ataque, que estava previsto para as cinco horas da manhã do dia 26 de julho de 1953. O grupo se dividiria em três, um atacaria o Quartel Moncada, o outro o Palácio da Justiça e o último o Hospital Civil. Iniciado o ataque, a falta de sintonia e organização entre as frentes acabou atrapalhando a operação. Alguns combatentes foram mortos, outros presos e muitos fugiram para Sierra Maestra. Gradativamente, os combatentes que conseguiram se refugiar na Sierra foram sendo presos ou mortos pelo exército de Batista.

Preso por uma patrulha do exército, Fidel Castro passou a ser considerado um dos principais opositores do governo de Batista. Sendo submetido a um processo especial. Castro, que era advogado, fizera sua própria defesa. Esta viria a tornar-se o projeto a ser seguido pelo Movimento 26 de Julho. A dissertação de defesa de Fidel intitulada a *História me Absolverá* faz uma pesada denúncia das arbitrariedades do Governo de Batista e do tratamento que lhe foi dado quando estava preso; defende o direito de resistir e, até mesmo, atentar com violência contra os governos tiranos. Fala da condição em que vive o povo cubano, apontando suas mazelas e suas aspirações. O texto ainda apresenta uma série de medidas que seriam implantadas caso o ataque ao quartel tivesse obtido sucesso: as leis revolucionárias, que seriam divulgadas pelos meios de comunicação. Dadas as circunstâncias de um governo ditatorial, os juízes condenaram Fidel Castro a quinze anos de prisão. Seu irmão, Raul Castro, que também havia participado do atentado ao Quartel Moncada, recebeu a mesma pena. Preso na ilha de Pinos e em cela separada, Fidel reescrevera sua dissertação de defesa, que se transformara em uma espécie de livro-cartilha, com o objetivo de serem divulgadas centenas de exemplares ao povo cubano. O objetivo era manter acesa a chama do movimento revolucionário a fim de que o povo cubano tivesse conhecimento dos planos do autor.

Enquanto isso, o ditador Fulgêncio Batista iniciava o processo de abertura política em Cuba. Aproveitando essa situação política, a população inicia uma campanha pela anistia. Em 1955, Batista decidiu conceder anistia aos presos políticos. Fidel Castro e seus companheiros são



libertados e recebidos com exaltação em Havana, no entanto, a polícia estava “de olho” em Fidel e seus companheiros, o que dificultava uma nova organização revolucionária. Com todo esse clima de perseguição política, Fidel resolve se exilar no México, para organizar o Movimento 26 de Julho.

No exílio, Fidel e seus companheiros preocuparam-se com o trabalho político de divulgar a luta revolucionária e de treinar militarmente os seus companheiros. Não podemos nos esquecer de destacar a adesão de dois jovens que irão se tornar grandes líderes do movimento revolucionário, Ernesto Guevara e Camilo Cienfuegos,

O primeiro um jovem argentino, médico, asmático... O jovem foi para o México... Para refletir sobre como obter a melhoria das condições de vida do povo da América Latina, o segundo era um jovem cubano de caráter rebelde que estava nos EUA, que ao saber do movimento resolveu aderir.⁶

Enquanto o grupo se organizava no México, em Cuba uma ramificação dele também se preparava para a volta de Fidel e seus companheiros. Foi proposto que, em 1956, quando o grupo revolucionário desembarcasse na Ilha, uma série de manifestações deveria ocorrer para atrair a atenção da polícia e do exército. Cumprindo com sua palavra em dezembro de 1956, em um barco de nome Granma, Fidel e seus companheiros desembarcam em Cuba, mas devido a um desencontro entre a chegada de Fidel e as manifestações que deveriam ocorrer simultaneamente, a polícia e o exército já estava preparada para uma possível tentativa de ataque. Após o desembarque, os revolucionários são surpreendidos pelo exército. Em uma batalha desigual, muitos militantes são mortos e os que sobrevivem vão se abrigar mais uma vez em Sierra Maestra.

A essa altura, o espírito revolucionário e de persistência de Fidel e de seus companheiros na resistência contra a ditadura de Fulgêncio começava a contagiar o povo cubano. Através da luta de guerrilha e com apoio dos camponeses e a divulgação de idéias que beneficiariam o povo, o que era sonho começa a se tornar realidade. Os revolucionários começam a receber ajuda e adesão da população. A guerrilha estava bem organizada, tinha “hospital”, rádio, “escola”⁷. Com algumas vitórias militares na Sierra, o espírito revolucionário aumenta ainda mais e os frutos da vitória começam a ser colhidos. Nas cidades, grupos já começam a aderir à ideia de derrubar o Governo tirano de Batista. A guerrilha cada vez mais ganha território. O general Fulgêncio

⁶ SADER, Emir. *A Revolução Cubana*, p. 28-29.

⁷ Entenda hospital como local onde eram tratados os guerrilheiros feridos e parte da população camponesa que sofria de alguma enfermidade e escola como local onde eram alfabetizados guerrilheiros e parte da população camponesa.



Batista, vendo que não pode mais controlar a guerrilha e a agitação popular, foge de Cuba e vai se esconder na República Dominicana, pois nem os EUA aceitaram receber Fulgêncio. Nessas circunstâncias, estava decretado o fim da ditadura do general Batista. Fidel e seu grupo já marchavam junto à capital Havana e o triunfo revolucionário cubano estava concretizado, no dia 1º de Janeiro de 1959. Após inúmeras tentativas,

Cinco anos e meios depois do assalto ao quartel Moncada e 26 meses após o desembarque do Granma, caía o regime de Batista e triunfavam os revolucionários do Movimento 26 de Julho, para acabar com 60 anos de pseudo-república e abrir uma página radicalmente nova na história de Cuba.⁸

Com a revolução de 1959, a ilha caribenha passa a ocupar lugar de destaque na geopolítica da América Latina e, até mesmo, na internacional. Fidel Castro, em plena Guerra Fria, adere à União Soviética e passa a fazer parte do bloco socialista. O “perigo vermelho” desembarca na América, acirrando ainda mais as hostilidades entre Cuba e os EUA.

A historiografia da Revolução Cubana

A Revolução Cubana sempre despertou interesse para vários debates devido às controvérsias ideológicas sobre o que de fato ocorreu na ilha em primeiro de Janeiro de 1959. Uma revolução armada promovida por guerrilheiros e camponeses que conseguiu derrubar uma ditadura que fora apoiada pelos EUA e que, em um curto espaço de tempo, irá declarar-se socialista, passa a ser foco de vários estudos. No entanto, talvez a maior embate sobre a Revolução Cubana seja em relação ao seu caráter ideológico. Seria objetivo de Fidel Castro e seus guerrilheiros realizarem uma revolução socialista na ilha? Ou o que ocorreu foi apenas um levante armado “popular” de caráter nacionalista contra a ditadura de Fulgêncio Batista e a influência exercida na ilha pelos EUA?

O primeiro ponto a ser destacado é se de fato o que ocorreu em Cuba em 1959 foi uma Revolução. Raymond Williams⁹ um dos autores que discute o desenvolvimento histórico da palavra Revolução, permite-nos analisar a Revolução como uma “ação contra uma ordem estabelecida”¹⁰. Outro conceito associado à ação de Fidel e seus guerrilheiro também correlaciona com mais um sentido de Revolução; este, por sua vez, está associado à rebelião, “levante ou oposição armados e, por extensão, resistência aberta à autoridade”¹¹. Podemos então perceber

⁸ SADER, Emir. *A Revolução Cubana*, p. 41.

⁹ WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, p. 357.

¹¹ WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, p. 357.



que a iniciativa de Fidel Castro e da guerrilha é explicável a partir dos dois conceitos apresentados por Williams.

Essa discussão sobre ser ou não uma Revolução também é retratada por Emir Sader, quando o autor analisa o evento de forma mais abrangente:

A revolução cubana de 1959 foi a continuidade das frustradas lutas de independências iniciadas na segunda metade do século passado e pode ser caracterizada efetivamente como uma *revolução* não pelo fato de ter tomado o poder, mas por ter desenvolvido um processo de transformações radicais das estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas que fizeram de Cuba o primeiro país socialista da América Latina e do mundo ocidental.¹²

O mesmo autor, ao exaltar a legitimidade da Revolução Cubana, enumera algumas características sobre o caráter revolucionário cubano, ponto principal de discussão abordado neste capítulo. Segundo o Emir Sader, o movimento cubano tinha em seu projeto promover uma mudança de caráter socialista.

A revolução cubana é um dos poucos exemplos neste continente que realmente merece o nome de *revolução*, qualquer que seja o juízo que se faça sobre o seu caráter. Ela não é apenas um produto histórico da mobilização popular, mas é o desenvolvimento de um programa de transformações democráticas, nacionais e socialistas.¹³

Ao mesmo tempo em que o autor elabora uma concepção de que a Revolução Cubana contribui para a formação do socialismo na ilha, ele afirma que essa ideologia socialista “surgiu onde menos se esperava que existissem as condições para o socialismo – num país com pequena classe operária..., como nem sequer foi dirigida por marxistas – socialistas ou comunistas”¹⁴. Embora as condições e os objetivos da revolução cubana não demonstrem nitidamente a intenção de formar um Estado socialista, é importante ressaltar que foi essa revolução que transformou Cuba em um dos países que mais procurou almejar a uma sociedade mais justa e igualitária de acordo com os moldes socialistas.

A questão da estratégia utilizada por Fidel Castro na luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista é fundamental para o entendimento do caráter da revolução. Podemos observar que a luta de guerrilha foi uma estratégia comum em países considerados de Terceiro Mundo a partir dos anos quarenta no século XX. Segundo Eric Hobsbawm,

Após, 1945, a forma básica de luta revolucionária no Terceiro Mundo, ou seja, em qualquer parte do mundo, parecia ser a guerra de guerrilha. Uma “cronologia de

¹² SADER, Emir. *A Revolução Cubana*, p. 5.

¹³ SADER, Emir. *A Revolução Cubana*, p. 5-6.

¹⁴ SADER, Emir. *A Revolução Cubana*, p. 6-7.



grandes guerras de guerrilha” compilada em meados da década de 1970 relacionava 32 delas depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Todas, com exceção de três, aconteceram fora da Europa e da América do Norte.¹⁵

Hobsbawm também analisa a Revolução Cubana dentro desse contexto de guerras de guerrilha associando a vitória de Fidel Castro à fragilidade do governo de Fulgêncio Batista, que era corrupto e sem apoio real¹⁶. Sobre o caráter revolucionário cubano, o autor descarta qualquer possibilidade de ser um movimento de origem socialista ou comunista. Para ele, seus líderes não demonstravam interesses em implantar o socialismo na Ilha, nem mesmo os membros do Partido Comunista que havia em Cuba eram simpatizantes de Fidel Castro. A opção pelo socialismo em Cuba talvez seja impulsionada por forças do contexto histórico em que ela ocorreu.

Embora radicais, nem Fidel Castro, nem qualquer de seus camaradas eram comunistas, nem (com duas exceções) jamais disseram ter simpatias marxistas de qualquer tipo. Na verdade, o Partido Comunista cubano, o único partido comunista de massa além do chileno, era notadamente não simpático a Fidel... No entanto, tudo empurrava o movimento fidelista na direção do comunismo, desde a ideologia social-revolucionária daqueles que tinham probabilidade de fazer insurreições armadas de guerrilha até o anticomunismo na década de 1950 do senador McCarthy, que automaticamente inclinava os rebeldes latinos antiimperialistas a olhar Marx com mais bondade. A Guerra Fria global fez o resto.¹⁷

Tendo como base a importância da guerrilha para as revoluções no Terceiro Mundo, como analisou Hobsbawm, Florestan Fernandes atribui o papel da guerrilha como fundamental para a construção do socialismo em Cuba: a guerra de guerrilha representaria o agente transformador da sociedade cubana rumo aos ideais socialistas.

206

A essência da revolução cubana não está em ter desatado o nó górdio do neocolonialismo e da dominação imperialista, mas na construção de um caminho socialista para o futuro... sem a guerrilha não haveria nem conquista do poder nem transição para o socialismo...a constituição de uma situação revolucionária, que converteu a guerrilha no meio cubano de chegar ao socialismo; e a guerrilha que permitiu, a um tempo, desagregar a capacidade de resistência da tirania burguesa e neutralizar a dominação imperialista dos Estados Unidos.¹⁸

Nessa discussão sobre o caráter da Revolução Cubana, podemos observar que a Revolução, pelo que tudo indica, não tinha como principal objetivo implantar o socialismo na Ilha. Havia outros objetivos que se sobrepunham ao ideário socialista, entre eles, resistir à influência norte-americana no país desde o processo de independência e à ditadura de Fulgêncio Batista que sufocava a sociedade cubana. O caráter socialista passa a ser foco depois de resolvidas

¹⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 425.

¹⁶ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, p. 426.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, p. 427.

¹⁸ FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 89-90.



as questões primordiais da Revolução: ditadura de Fulgêncio e a influência dos EUA na Ilha. Contudo, fica evidente que a Revolução Cubana é fruto de seu contexto histórico, pois talvez a adesão ao socialismo torna-se possível devido à conjuntura política e ideológica da Guerra Fria. Seria o socialismo não um ideário concreto, mas a alternativa mais adequada para aquele momento histórico. Parece que, por mais que não houvesse um plano socialista na Revolução, ela apresentava algumas bases que ajudariam na formação do socialismo: a guerrilha, o pensamento ideológico de um de seus líderes (Ernesto Guevara), o rompimento com os EUA e o apoio popular. Podemos concluir que a Revolução criou algumas situações e estruturas que contribuíram consideravelmente para a formação de um Estado socialista em Cuba.

A Nação: Abordagens

Um dos princípios básicos para o sentimento e construção da nação é que haja a unidade nacional e política, postula Ernest Gellner¹⁹ “O nacionalismo é, essencialmente, um princípio que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma a outra”²⁰. Sendo Cuba um dos últimos países da América Latina a tornar-se independente, o país ainda não consegue totalmente sua autonomia nacional, tendo em vista a influência que os Estados Unidos exerciam sobre os países latino-americanos, baseado na “Doutrina Monroe”; isso fazia com que a ilha caribenha ficasse sob influência norte-americana. O laço que prendia Cuba à colonização espanhola foi desatado com sua independência no final do século XIX. Entretanto, os Estados Unidos, através da Emenda Platt, instituíam outras amarras.

207

Aprovada pelo Senado dos Estados Unidos em 2 de março de 1901 e pela Convenção Constituinte de Cuba em 12 de junho de 1901, convertida em apêndice a constituição... por essa emenda ficava reconhecido “o princípio de que o governo dos Estados Unidos podia intervir nos assuntos internos de Cuba” e que enquanto essas exigências não fossem aceitas continuaria a ocupação e o governo militar.²¹

Como ressalta Florestan Fernandes, Cuba sai da condição de Colônia da Espanha para “Neocolônia” dos Estados Unidos. “Cuba deslizou da “dominação colonial direta” (Espanha) para a “dominação colonial indireta” (Estados Unidos).²²

Os interesses espanhóis e cubanos aceitaram e estimularam a incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político dos Estados Unidos – a história foi movimentada na direção da defesa de particularismos metropolitanos e cubanos. As contradições vinculadas à modernização da colonização a ao processo de levar a colonização até ao

¹⁹ GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. 1 ed. Em inglês: 1983. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 11.

²⁰ GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*, p. 11.

²¹ FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana*, p. 74.

²² FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana*, p. 10.



fundo se deslocaram da construção de uma sociedade nacional para a elaboração de uma sociedade neocolonial *strictu sensu* (ou semi-colonial).²³

A partir dessa condição neocolonial, os cubanos necessitam fazer alguns ajustes para que haja a unidade política desejada. Essa, por sua vez, será concretizada com a Revolução de 1959, quando será derrubada a ditadura que assolava o país e a anulação da Emenda Platt, ambas sob influência americana. A partir dessa ideia, podemos analisar qual o projeto de Nação que será articulado por Fidel Castro para a sociedade cubana. Observamos assim que, no caso cubano, a unidade nacional acontece primeiro que a unidade política e não há uma articulação interdependente entre as duas. Mas o sentimento nacional se encontrava prejudicado uma vez que a unidade política que Gellner afirma ser necessária para as nações era limitada pela intervenção norte-americana. Enquanto a Ementa Platt prevalecia, a nação cubana se encontrava incompleta. Interpretando o caso cubano à luz da teoria de Gellner, pode-se dizer que o evento histórico que constituirá a formação nacional em Cuba foi a Revolução, devido ao fato de que a sociedade cubana não conseguiu absorver a influência externa que havia dentro do país desde sua independência.

Hobsbawm também estuda as nações. Analisando a relação Nação-Estado-Povo, o autor afirma:

A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicavam também uma multiplicidade de Estados-nações assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular.²⁴

Podemos perceber que até 1959 a equação cubana estava confusa e incompleta, a “nação” correspondia a um Estado “independente”, influenciado pelos Estados Unidos e o povo, subjulgado por uma Ditadura. Não tinha autodeterminação.

Outro aspecto a ser abordado em relação à construção do nacionalismo cubano é o caráter social que a revolução cubana apresenta como destaca Hobsbawm, a fusão nacionalismo-revolução social foi muito relevante no século XX: “ao fazer uma apelo basicamente social-revolucionário, tais movimentos poderiam formar a matriz daquilo que se tornaria, oportunamente, os movimentos de massas nacionais de seus povos”.²⁵ Em certas circunstâncias históricas, observa Eric Hobsbawm “a nacionalidade aparecia mais frequentemente como uma

²³ FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana*, p. 63.

²⁴ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Projeto, Mito e Relidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 32.

²⁵ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Projeto, Mito e Relidade*, p. 149.



aspecto do conflito entre os ricos e pobres, especialmente quando os dois pertenciam a diferentes nacionalidades.”²⁶

Neste caso, podemos observar dois aspectos em relação ao caso cubano: a importância que o caráter revolucionário teve na construção do nacionalismo, uma vez que será a partir da questão social que será pautada a elaboração do projeto nacional; o outro aspecto será “conflito” que existia entre os que detinham o poder econômico em Cuba, no caso os norte-americanos, e a outra parte da sociedade cubana que era afetada pela desigualdade social e que irá aliar-se aos revolucionários entre 1953 e 1959. São esses dois aspectos que servirão de base para o nacionalismo cubano inicialmente.

Após a Primeira Guerra Mundial cresce consideravelmente entre os países mais pobres os processos de “libertação nacional”. Como afirma Hobsbawm: “A libertação no que ainda não se conhecia como Terceiro Mundo era agora vista em toda parte como “libertação nacional” ou, para os marxistas, como “libertação nacional e social”²⁷. É nesse contexto e com essas características que será realizado o processo revolucionário cubano, em bases nacionalista-revolucionárias. Uma Revolução pautada na ideia de se autolibertar da influência estrangeira e de promover uma política voltada para as questões sociais. A imensa vontade de acabar com política imperialista norte-americana instaurada em Cuba desde sua Independência, talvez tenha sido a marca mais forte da propaganda revolucionária cubana e da construção do nacionalismo; unir o povo contra um inimigo comum, o Imperialismo, exaltando assim os ânimos da nação. A ideia de que o inimigo da nação seria o Imperialismo era comum nos países mais pobres:

A verdadeira e crescente força de libertação consistia no ressentimento contra os conquistadores, legisladores e exploradores, que costumavam ser reconhecidos como estrangeiros pela cor, costumes e hábitos, ou como contrários àqueles que eram vistos como lhes favorecendo. Era antiimperialista.²⁸

Após a Segunda Guerra, a luta dos países pobres contra o imperialismo, em busca da autonomia nacional, tornou-se um discurso comum entre as esquerdas. Isso contribui para explicar o fato de que, após a Revolução Cubana, a adesão ao Socialismo Soviético tenha sido a escolha mais coerente de Cuba, mesmo que alguns pesquisadores afirmem que a Revolução não seja Socialista. No entanto, percebe-se no pós 1945 essa tendência dos movimentos de libertação nacional declararem-se “socialistas”, como afirma Hobsbawm:

²⁶ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Projeto, Mito e Relidade*, p. 151.

²⁷ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Projeto, Mito e Relidade*, p. 165.

²⁸ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Projeto, Mito e Realidade*, p. 165.



os movimentos para a independência e a descolonização, especialmente pós 1945, sem dúvida nenhuma estavam identificados com o antiimperialismo socialista / comunista, o que talvez explique por que tantos Estados desolonizados e recém-independentes tenham se declarado de alguma forma “socialistas”- e certamente não eram apenas aqueles nos quais os socialistas e comunistas participaram ativamente das lutas de liberação.²⁹

Após analisar a questão nacional por um viés mais político, voltado ao tripé “Estado-Nação-Povo”, partimos para outro fator, fundamental para a construção do nacionalismo, que é a ideia da “comunidade imaginada” trabalhada por Benedict Anderson e que, segundo Hobsbawm, tem sido fundamental para entender o nacionalismo:

O apelo por uma comunidade imaginária da nação parece ter vencido todos os desafios, sobretudo naqueles locais onde as ideologias estão em conflito. O que mais poderia ter lançado a Argentina e a Inglaterra em uma louca guerra por um pântano e uma pastagem acidentados e ásperos, do que a solidariedade que emana da um “nós” imaginário, em oposição a um “eles” simbólicos?³⁰

O mesmo pode ser questionado em relação às hostilidades históricas entre Cuba e os Estados Unidos, apesar de a resistência cubana encontrar motivações bastantes concretas. No entanto, o que explica o bloqueio imposto pelos norte-americanos aos cubanos, em um mundo em que a internacionalização cada vez mais ocupa espaço? Ou dizer o mesmo em relação à aceitação ou à imposição que os habitantes da Ilha têm em relação ao Governo castrista? Teria Fidel Castro construído uma “comunidade imaginada” forte o suficientemente capaz de perdurar mais de cinquenta anos? a simbologia criada em torno do primeiro de Janeiro de 1959 seria um exemplo de “solidariedade que emana de um “nós” imaginário”? Esses questionamentos são bastante pertinentes nos debates da construção da nação, e para melhor entendermos essas indagações, é que iremos discutir a questão da consciência nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, muito se tem debatido o nacionalismo, principalmente na perspectiva de um movimento político. Assim como Eric Hobsbawm, Benedict Anderson destaca “o fato de que, desde a Segunda Grande Guerra, cada uma das revoluções vitoriosas têm-se definido em termos *nacionais*”³¹. Com base nesse argumento, podemos incluir a Revolução Cubana como um desses eventos. Como se trata de um assunto bastante complexo e peculiar, estudaremos como o processo revolucionário cubano de 1953 a 1959 tornou-se um símbolo da nação cubana, uma vez que esse evento tornou-se entidade histórica na vida do país. Para essa análise, partiremos dos princípios e conceitos trabalhados por Benedict Anderson. Ele parte da ideia:

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Projeto, Mito e Relidade*, p. 178.

³⁰ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Projeto, Mito e Relidade*, p. 195.

³¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática. 198, p. 10.



de que a nacionalidade, ou, como talvez se prefira dizer, devido às múltiplas significações dessa palavra, *nation-ness*, bem como o nacionalismo, são artefatos culturais de um tipo peculiar. Para compreendê-los adequadamente é preciso que consideremos com cuidado como se tornaram entidades históricas, de que modo seus significados se alteraram no decorrer do tempo, e por que, hoje em dia, inspiram uma legitimidade emocional tão profunda.³²

Definir com convicção o que seria a nação seria algo muito complexo de ser abordado, ainda mais na perspectiva política em que cada Estado elabora seu projeto de nação, como já foi dito anteriormente, uma vez que primeiro se forma o Estado, para depois vir a ideia da nação. No entanto, podemos partir de algumas definições que aproximam mais com a ideia política da nação como uma comunidade política imaginada como afirma Benedict Anderson:

Dentro de um espírito antropológico, proponho, então, a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.

Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conheceram a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão.³³

Nesse caso, podemos perceber que dentro de uma perspectiva mais ideológica e imaginada, a Revolução Cubana conseguiu agregar o povo cubano em volta de um acontecimento, que mesmo os que não fizeram parte do Exército rebelde de Fidel Castro sintam-se contagiados pelo sentimento de vitória. Muitos sequer aderiram à guerrilha, mas compartilham dela. As datas, os monumentos, os estabelecimentos públicos, as comemorações, vários elementos presente no cotidiano cubano relembra a luta de Fidel Castro e seus companheiros.

No entanto, devemos ressaltar que toda essa construção ideológica em torno da Revolução Cubana era também limitada, como afirma Benedict Anderson:

A nação é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. Em os nacionalistas mais messiânicos sonham com um dia em que todos os membros da raça humana se juntem a sua nação.³⁴

Nem todos que viviam em Cuba aderiram a causa castrista, havia também outros povos interessados em desconstruir a ideia de nação que a revolução começara a construir. Como o ataque a Baía dos Porcos em 1961, que contou com a ajuda de anticastristas e a influência norte-americana, porém, esse evento também demonstrou que a população havia aderido ao Estado, pois a população pegou em armas para defender a soberania do povo cubano em prol da

³² ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 12.

³³ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 14.

³⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 15.



Revolução, como afirma Benedict Anderson “essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas”.³⁵

Outro caso que também expressa a ideia de nação como uma comunidade imaginada e limitada, pode ser exemplificado na atitude fracassada de um dos principais líderes da Revolução Cubana, Ernesto Guevara, em disseminar o sucesso do movimento por toda a América Latina. Nesse caso, o fracasso demonstra que nem todos queriam fazer parte de uma nação que remetesse ao que ocorreu em Cuba e mesmo que quisessem foram impedidos de concretizar suas aspiração. Em um contexto de Guerra Fria a a Revolução Social representava um mal exemplo para a América Latina, segundo as intenções que tinham os Estados Unidos para o continente.

Benedict Anderson ainda aborda a simbologia que existe na cultura do nacionalismo em cultivar e homenagear aqueles que morreram em combate, mesmo aqueles que não conseguiram ter seus restos mortais encontrados. Mesmo que os túmulos estejam vazios, o respeito e a reverência são fundamentais para a exaltação e construção de uma cultura nacional.

Não há símbolo mais impressionante da moderna cultura do nacionalismo do que os cenotáfios e os túmulos de Soldados Desconhecidos. A reverência pública ritual outorgada a tais monumentos, precisamente *porque* estão deliberadamente vazios, ou ninguém sabe que jaz dentro deles, não encontra precedentes em épocas passadas(...) Por mais que esses túmulos estejam vazios de quaisquer restos mortais identificáveis, ou almas imortais, eles estão, porém, saturados de fantasmagóricas imaginações nacionais.³⁶

212

Fidel Castro após triunfar em 1959 não perdeu tempo em homenagear todos aqueles que morreram no processo revolucionário cubano, não só aqueles que lutaram em Sierra Maestra após sua volta do México, mas aqueles também que morreram no ataque ao Quartel Moncada em 1953. Em relação aos que morreram em 1953, Fidel Castro exalta: “Serão algum dia desenterrados e levados nos ombros do povo até o monumento que, junto ao túmulo de Martí, a pátria livre deverá erigir aos ‘Mártires do Centenário’”³⁷. O culto àqueles que deram a vida em prol de um ideal, são lembrados, reverenciados e homenageados constantemente em Cuba, seja em datas comemorativas, como o 26 de Julho, seja em túmulos ou monumentos. Isso demonstra que foi construída toda uma cultura nacional em torno dos que morreram no processo revolucionário.

³⁵ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 16.

³⁶ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 17.

³⁷ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 60.



Podemos observar que Benedict Anderson, complementa a ideia de nação de Eric Hobsbawm e Ernest Gellner, uma vez que esses últimos, enfatizam mais a questão político-ideológica do nacionalismo, enquanto Anderson foca mais nas questões culturais que envolvem a nação: “o nacionalismo deve ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que o precedem, a partir dos quais-bem como contra os quais- passam a existir.”³⁸

Anderson além de trabalhar a questão nacional como uma comunidade imaginada também corrobora com Hobsbawm ao dizer que “A última onda” de nacionalismos, a maioria deles nos territórios coloniais da Ásia e da África, foi originalmente uma resposta ao novo estilo de imperialismo mundial³⁹. Podemos assim afirmar que uma das características fundamentais na construção do nacionalismo cubano é a luta contra o imperialismo norte-americano. O caso cubano é contemporâneo à revolução e ao nacionalismo. Foi construída, através da revolução em 1959, uma ideia de nação para Cuba, que é peculiar às demais, como prevê o nacionalismo. Mesmo que outros países a tenham como inspiração é o que afirma Anderson:

Nossos três países socialistas em guerra são concretizações contemporâneas: a revolução e o nacionalismo. Talvez seja fácil demais esquecer que esse par, tal como o capitalismo e o marxismo, são *invenções* de que não se pode registrar patentes. Aí estão elas, por assim dizer, para serem plagiadas. É desses plágios, e *apenas* deles, que provém está anomalia tão conhecida: sociedades como as de Cuba, Albânia e China, que, na medida em que são socialista-revolucionárias concebem-se como “à frente” das da França, Suíça e Estados Unidos.⁴⁰

213

Podemos então perceber que revolução e nacionalismo andaram juntos em Cuba e se completaram. Sem a revolução o sentimento nacionalista estava praticamente inativo. A revolução ativou o sentimento de pertencimento à nação do povo cubano, criando uma comunidade imaginada. Podemos agora afirmar que a revolução é a força motriz do nacionalismo cubano.

O modelo de nacionalismo oficial adquire relevância, acima de tudo, no momento em que os revolucionários são bem-sucedidos em assumir o controle do Estado, e, pela primeira vez, encontram-se em condições de utilizar o poder do Estado na busca de suas visões.⁴¹

A construção do nacionalismo cubano foi realizada por meio do processo revolucionário entre 1953-59, pois será esse processo que irá conter os princípios básicos e

³⁸ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 20.

³⁹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 152.

⁴⁰ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 170.

⁴¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 174.



necessários para o sentimento nacionalista em Cuba. Primeiro porque trouxe a unidade política para o território, eliminada a influência não só política, mas também, econômica que os Estados Unidos exerciam no país. Segundo, porque se pensarmos a ideia de nação como uma identificação entre Estado e Povo, visando à autodeterminação “popular”, isso só irá ocorrer com o fim da Ditadura que, por sua vez, foi derrubada pela revolução. E, por último, a concepção de nação como uma “comunidade imaginada”, cheia de símbolos, é construída por meio da revolução. São os acontecimentos do processo revolucionário cubano e seus líderes que serão lembrados e exaltados como símbolos da nação cubana em praças, hospitais, escolas, cidades, parques, datas e monumentos históricos⁴². A partir desses princípios, podemos agora perceber que o nacionalismo cubano ganha forma e conteúdo com os acontecimentos e com as pessoas que participaram ou contribuíram para o sucesso da revolução.

Fidel Castro e a Nação

Após analisarmos a importância que teve a revolução na construção do nacionalismo cubano, veremos agora qual o projeto de nação que o principal líder revolucionário pensou para Cuba. Segundo Anderson: “O único traço característico desse estilo de nacionalismo era, e é, ser ele *oficial* – isto é, algo que emana do Estado e que, antes e acima de tudo, serve aos interesses do Estado”.⁴³

214

Fidel Castro comandou o país após revolução por várias décadas. O projeto de nação pensado por ele foi elaborado um pouco antes da Revolução. Depois do fracasso no ataque ao Quartel Moncada em 1953 e de sua prisão, Fidel Castro escreveu um livro que mais tarde tornou-se seu projeto de governo para Cuba. Nesse livro que estão contidas as informações sobre que modelo de nação foi pensado para os cubanos. No seu livro, Castro fala que a solução para os problemas de Cuba só ocorreria pela via revolucionária. Não bastava apenas pegar em armas, era necessário também que fosse construída uma identificação da “massa” com as ideias revolucionárias. Para isso, foi publicado cerca de cem mil exemplares do discurso para que a população fosse informada da visão do autor acerca do que estava acontecendo e do que seria projetado para Cuba. Percebe-se que a propaganda e a divulgação das ideias revolucionárias seriam fundamentais para o sucesso da revolução, “Sem propaganda não há movimento de

⁴² Não ignoramos que embora converjam no aspecto assinalado, Hobsbawm e Anderson divergem em partes importantes. O primeiro destaca o caráter mais pacífico e “artificial” na formação das nações, ao passo que o segundo postula que as nações surgiram, inicialmente, como resultado de um processo histórico semi-furtiva.

⁴³ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, p. 174.



massas; sem movimento de massas não há revolução possível”⁴⁴. Sabemos da importância que a propaganda exerce na construção do nacionalismo, e Fidel já estava ciente de que precisaria dela para a revolução e para a construção do ideário da nação. Percebendo a força que o discurso de Fidel Castro teria contra o regime autoritário, várias medidas foram tomadas para poder tentar censurá-lo e isolá-lo.

Em seu discurso de defesa, Fidel fala sobre um dos princípios abordados para a construção do nacionalismo, que é a soberania popular, presente na equação Estado-Nação-Povo. Ele afirma está lutando contra um regime que oprime a Nação e que assumiu o poder de forma inconstitucional. “Promovemos rebelião contra um único poder, ilegítimo, que usurpou e reuniu num só os poderes Legislativo e Executivo do país”.⁴⁵

Em busca de criar uma simbologia em torno do processo revolucionário cubano, Fidel relembra o ataque ao Quartel Moncada exaltando a bravura de seus combatentes e desqualificando os militares que deram o golpe militar em Cuba no dia dez de março de 1952. Nesse trecho, outra marca começa se evidenciar no ideário de uma consciência nacional revolucionária que é a idealização daqueles que morreram em prol da Revolução que foram martirizados por Fidel: “Entre os seus componentes estava Abel Santamaría, o mais generoso, querido e intrépido de nossos jovens, cuja gloriosa resistência o imortaliza perante a História de Cuba”.⁴⁶

215

É necessário que me detenha um pouco no exame dos fatos. O próprio governo disse que o ataque foi realizado com tanta precisão e perfeição que evidenciava a presença de peritos militares na elaboração do plano. Nada mais absurdo! O plano foi traçado por um grupo de jovens, nenhum dos quais tinha experiência militar. Com exceção de dois deles que não estão mortos nem presos, vou revelar seu nomes: Abel Santamaría, José Luis Tasende, Renato Guitart Rosell, Pedro Miret, Jesús Montané e o que vos fala. A metade morreu, e, num justo tributo à sua memória, posso dizer que não eram peritos militares, mas possuíam suficiente patriotismo para dar, em igualdade de condições, uma respeitável surra em todos os generais do 10 de março, que não são militares nem patriotas.⁴⁷

Podemos agora, através dos escritos de Fidel, entender que existe a tentativa de criar uma “comunidade imaginada” com vários símbolos do processo revolucionário.

⁴⁴ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 4.

⁴⁵ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 18.

⁴⁶ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 23.

⁴⁷ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 19-20.



Outro aspecto evidente na construção do nacionalismo cubano será o caráter social que havia no projeto da revolução, uma vez que Fidel contava com a parte mais desfavorecida de recursos. É instrutivo verificar o lugar e o significado do “povo” cubano no discurso de Fidel:

Ao enfrentar a luta, convocamos o povo, os seiscentos mil cubanos que estão sem trabalho (...) os quinhentos mil operários do campo que vivem nos *bohíos* (...) os quatrocentos mil operários industriais e braçais (...) os cem mil pequenos agricultores que vivem e morrem trabalhando em uma terra que não é sua (...) os trinta mil professores primários e demais professores, tão abnegados, sacrificados (...) os vinte mil pequenos comerciantes esmagados pela dívida (...) os dez mil jovens profissionais (...) que ao sair das escolas (...), encontram-se num beco sem saída.⁴⁸

Além de contar com o apoio do povo cubano Fidel também fala de algumas leis revolucionárias que seriam adotadas e divulgadas via rádio em Cuba caso o ataque ao Quartel Moncada obtivesse sucesso. A primeira dessas leis encaminhava para uma política que visava devolver ao povo sua autonomia, “A primeira lei revolucionária restituía a soberania ao povo”⁴⁹. A segunda lei revolucionária tinha como objetivo promover uma espécie de “reforma agrária” em Cuba, pois:

A segunda lei revolucionária concedia a propriedade da terra, desimpedida e intransferível, a todos os colonos, subcolonos, arrendatários, parceiros e posseiros que ocupassem parcelas de cinco o menos *caballerías* de terra, indenizando o Estado a seus antigos proprietários à base de renda média das referidas parcelas no curso de dez anos.⁵⁰

A terceira e a quarta lei surgem carregadas de princípios “socialistas”. São leis que beneficiam a classe trabalhadora cubana. A terceira lei

outorgava aos operários e empregados o direito à participação de trinta por cento dos lucros de todas as grandes empresas industriais, mercantis e minerais, inclusive as centrais açucareiras. (...) A quarta lei revolucionária concedia a todos os colonos o direito de participar de cinquenta e cinco por cento do rendimento da cana e a cota mínima de quarenta mil arrobas a todos os pequenos colonos que fossem estabelecidos há três ou mais anos.⁵¹

Percebem-se que essas leis visam sempre a uma maior distribuição da riqueza entre o povo cubano. São leis que estão sempre voltadas para as questões mais sociais. A quinta e última lei também apresenta um caráter distributivo de riqueza, uma vez que estabelece a:

Confiscação total dos bens de todos os dilapidadores dos bens públicos de todos os governos e dos seus coniventes e herdeiros, tanto dos bens percebidos por testamento ou sem testamento de maneira fraudulenta (...) a metade dos bens recuperados iria

⁴⁸ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 34-35.

⁴⁹ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 36.

⁵⁰ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 34-37.

⁵¹ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 37.



para as caixas dos pensionatos operários e a outra metade para os hospitais, asilos e casas beneficentes.⁵²

Podemos notar que o projeto que Fidel Castro tinha para Cuba, tomando como base as leis revolucionárias, contém medidas que colocam o Estado como tutor das riquezas do país, e esse por sua vez agindo em prol da sociedade visando a uma distribuição mais justa da riqueza cubana; beneficiando assim as classes trabalhadoras. O projeto de Estado castrista ainda demonstra plena solidariedade entre Cuba e os países democráticos da América. Fidel ainda fala de outras medidas que visavam reformar a educação e o campo e nacionalizar a riqueza cubana:

Tais leis seriam logo proclamadas. A seguir, uma vez terminada a luta e com o estudo prévio e minucioso de seu conteúdo e alcance, viria outra série de leis e medidas igualmente fundamentais: a Reforma Agrária, a Reforma Integral do Ensino e a Nacionalização do *Truste* de Eletricidade e do *Truste* Telefônico, a devolução ao povo do excesso ilegal na cobrança de suas tarifas e o pagamento de todas as quantias sonegadas à Fazenda Pública.⁵³

Outro princípio relevante que deve ser destacado no discurso de Fidel que, apesar de não ser o ponto principal na construção da nação cubana, não pode deixar de ser citado são a rememoração e a inspiração dos feitos e alguns escritos de José Martí, considerado por Castro talvez a principal inspiração ideológica do processo revolucionário cubano:

Impediram, da mesma forma que chegassem às minhas mãos os livros de Martí. Parece que a censura da prisão os considerou demasiado subversivos. Ou será porque considere Martí o autor intelectual do 26 de Julho? Fui impedido, além disso, de trazer a este julgamento obras de consulta sobre qualquer matéria. Não importa! Trago no coração os ensinamentos do Mestre e no pensamento as nobres idéias de todos os homens que defenderam a liberdade dos povos.⁵⁴

Além de utilizar José Martí como inspiração político-ideológica, Fidel Castro também cita alguns de seus escritos-falas, colocando os que combateram na revolução em um patamar semelhante ao de Martí:

Aos que me chamarem sonhador, responderei como Martí: “O verdadeiro homem não olha de que lado se vive melhor, mas sim de que lado está o dever; e esse é único homem prático cujo sonho de hoje será a lei de amanhã, porque aquele que tenha posto os olhos nas entranhas do universo e visto os povos inflamados e ensangüentados, na masseira dos séculos, sabe que o porvir, sem uma única exceção, está do lado do dever”.⁵⁵

⁵² RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 37-38.

⁵³ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 38.

⁵⁴ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 14-15.

⁵⁵ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 47-48.



Percebe-se que no ideário nacional de Castro a exaltação dos feitos e escritos de Martí são de fundamental importância na construção de um personagem histórico nacional que lutou pela liberdade do povo cubano.

A ideia da nação presente nos escritos de Fidel passa por alguns pontos fundamentais que merecem ser destacados: o incondicional apoio popular, a “limpeza” das instituições e dos funcionários que foram contaminados pela ditadura, o desenvolvimento da indústria no país, a confecção de reformas que beneficiam a população, a nacionalização da riqueza que estava sob influência estrangeira e a promoção de uma distribuição mais justa da renda. Fidel Castro ainda ressalta outro ponto importante que é o investimento na educação, pois “Um povo culto sempre será forte e livre”⁵⁶. E no sentido de criar alguns símbolos para a nação o tempo todo Fidel relembra e exalta, com frequência o ataque ao Quartel Moncada, o dia 26 de Julho de 1953, exaltando a bravura dos que participaram do ataque e homenageando os que por ventura morreram.

Considerações Finais

Em pleno período de Guerra Fria, no “quintal” dos Estados Unidos, Fidel Castro e seus companheiros concretizam uma luta revolucionária iniciada em 1953, com a tentativa de tomar de assalto o Quartel Moncada e concretizada em 1959 com a chegada dos revolucionários na capital Havana. Dois anos mais tarde Cuba declara-se um estado socialista apoiado pela União Soviética.

Durante esse período revolucionário, o principal líder da revolução, Fidel Castro, escreveu e publicou um livro que serviu como projeto base de seu governo. As ideias presentes nesse livro foram fundamentais para entendermos como foi pensada a ideia da nação em Cuba. No entanto, esse entendimento só se torna possível na medida em que é correlacionado com o contexto revolucionário e com as teorias a respeito da nação.

Observamos que o ideário nacional castrista passa pela revolução: o apoio do povo à causa revolucionária, o fim da ditadura militar, a implementação de políticas sociais que beneficiem o povo e a construção de símbolos nacionais que retomem ou relembrem o processo revolucionário cubano. A “comunidade imaginada” é fundamental para a formação de uma consciência nacional. As reformas sociais que visavam a uma maior distribuição de renda em

⁵⁶ RUIZ, Fidel Castro. *A História me Absolverá*, p. 46.



Cuba, a construção de um pensamento anti Estados Unidos, a articulação entre Estado-Nação-Povo só foram possíveis mediante a revolução.

O caráter social da revolução e a construção do nacionalismo é algo bastante forte no caso cubano. Ao integrar esses dois aspectos: o processo revolucionário cubano e a ideia de nação presente nos escritos de Fidel Castro podemos dizer que o que aconteceu em Cuba entre 1953 e 1959 desencadeou uma Revolução Nacional Social. Nacional no sentido em que foi através dela que foram desatadas as barreiras que impediam o país de se tornar uma nação autônoma e com sentimento de pertencimento. Nacional porque foi uma revolução que visava excluir a influência política e econômica dos Estados Unidos no país. Política no que diz respeito à Emenda Platt que usurpava a liberdade e autonomia em Cuba, pois os norte-americanos poderiam a qualquer momento intervir na soberania cubana. Nacional porque derrubou um regime ditatorial que era apoiado e influenciado pelos Estados Unidos. Nacional porque libertou a economia cubana das multinacionais estrangeiras que exploravam o povo cubano. Nacional porque foi por meio da revolução que foram criados os símbolos e o sentimento de pertencimento do povo cubano, a “comunidade imaginada cubana”. Social no sentido de que conseguiu seu sucesso devido a dedicação e empenho de camponeses e de pessoas dos estratos sociais mais baixos de Cuba, foram estes que pegaram em armas e enfrentaram o Exército ditatorial de Batista. Social porque o principal líder revolucionário em seu projeto de Nação afirma que as outras razões em que se baseavam as possibilidades de êxito da revolução eram de ordem social. Social no sentido que o projeto de nação pensado por Fidel os grupos mais beneficiados pós revolução foi o povo cubano. Sem a revolução, a desigualdade social que existia em Cuba, que era muito grande, talvez demorasse décadas para ser enfrentada.

Por meio desse estudo, podemos notar que os projetos nacionais existentes hoje na América Latina, principalmente em países como a Venezuela, Bolívia e até mesmo o Brasil, que incluem no projeto de suas nações uma política social como prioridade, seja algo que podemos correlacionar com o que ocorreu em Cuba há cinquenta anos. Ainda mais quando vemos veementes ataques do presidente venezuelano Hugo Chavez aos Estados Unidos, ou quando o presidente boliviano Evo Morales desencadeia um projeto de nacionalização das riquezas de seu país. Ou até mesmo quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus dois mandatos de governo coloca como carro-chefe de seu projeto de nação as políticas sociais. Seria essa uma nova tendência da América Latina, a elaboração de projetos nacionais sociais? Seriam esses projetos uma resposta ao crescente processo de globalização que assola a América Latina?



Pauto pela análise de que uma “nova onda de projetos nacionalistas” com fortes características sociais está se tornando uma tendência na América Latina, e que para melhor entender essa ideia seria fundamental entender o caso cubano, que já apresentou indícios fortes de um nacionalismo social observados na elaboração desse trabalho.

Recebido: 26/04/2011
Aprovado: 11/01/2012



| Resenhas |

Resistência & Bioética

Autores

João Paulo Costa Rolim Pereira

Luiz Henrique de Lacerda Abrahão



Resenha

PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 3ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

João Paulo Costa Rolim Pereira

Mestrando pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

jpaulocrolimpereira@gmail.com

A partir dos anos 1980 a historiografia brasileira passou por um processo de renovação, revisitando a história do Brasil sob um novo enfoque e trazendo à tona elementos que antes eram quase invisíveis para ela. Essa nova historiografia passou a dar visibilidade a diversos agentes sociais enquanto participantes de processos históricos, observando suas dinâmicas cotidianas que, por sua vez, evidenciam a complexidade das relações entre os mais diversos grupos sociais. É, portanto, a partir de uma nova perspectiva teórica e metodológica, de um novo olhar e de novas questões que tais agentes, até então desconsiderados ou considerados irrelevantes para os processos históricos e identitários, foram visibilizados pela historiografia.

222

O livro *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de Resistência Através dos Testamentos*, de autoria do historiador Eduardo França Paiva, apresenta agora sua terceira edição, e é caudatário dessa transformação na perspectiva historiográfica. A primeira edição da obra resultou de pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História e defendida ainda na década de 1990 na Universidade Federal de Minas Gerais – instituição em que, atualmente, o autor é professor do Departamento de História. Estudando o sistema escravista, o autor focaliza três aspectos que seriam peculiares às Minas Gerais do XVIII: “o processo de libertação do escravo, o papel desempenhado pelo elemento forro – sobretudo a mulher – na organização socioeconômica da capitania e o exame das relações sociais retratadas nas nossas principais fontes de pesquisa, isto é, os testamentos” (PAIVA, 2009, p. 34).

Além da nova edição trazer uma introdução, quatro capítulos e observações finais, traz também, ao final do segundo capítulo, um caderno de imagens intitulado *Personagens, costumes e*



objetos das Minas Gerais, no qual estão incluídas reproduções de pinturas de teto, algumas imagens de esculturas em madeira e gravuras feitas pelo artista Carlos Julião (todas, reprodução de obras dos séculos XVIII e XIX). A edição conta ainda com outro caderno, em que reproduz as imagens originais de alguns dos documentos trabalhados no texto e, em seguida, suas respectivas transcrições.

Consta também uma apresentação da terceira edição, escrita pelo próprio autor, que faz uma releitura da obra em tom de autocrítica, evidenciando algumas mudanças de perspectivas teóricas e conceituais ocorridas no decorrer dos anos que a separam do texto original. Nesta apresentação, Paiva faz uma revisão do seu próprio percurso e trajetória intelectual, refletindo acerca da compreensão sobre história, a prática do historiador e outras questões inerentes ao seu ofício. Deixa explícitas as perspectivas com as quais trabalhava à época e as que trabalha atualmente. Um exemplo disso foi a revisão feita ao conceito de resistência. Tal conceito foi fundamental para sua análise e entendimento das relações entre senhores e escravos no sistema escravista da Capitania das Minas Gerais do século XVIII. Resistir, para o autor, significava mais do que simplesmente se rebelar, fugir ou cometer ações violentas contra os senhores. Ampliando esse conceito, Paiva demonstra que os escravos utilizavam outras práticas, não apenas as violentas, para se sobressaírem naquela sociedade. Analisando o tema da escravidão a partir daquele conceito, demonstrou que a Capitania era bastante peculiar frente às demais, no que tange às relações escravistas. Contudo, conforme esclarece o autor, tal conceito foi sendo abandonado ao longo do tempo, de acordo com a aproximação de outras perspectivas teóricas e metodológicas que o possibilitaram incorporar novas fontes, visões e temáticas a respeito da sociedade colonial.

Da introdução ao segundo capítulo, o autor situa o leitor tanto no ambiente da sua pesquisa, quanto no das Minas Gerais do século XVIII. Tudo isso é demonstrado de forma clara e objetiva, expondo o objeto de investigação, o corpus documental organizado, a metodologia e os conceitos com os quais trabalhou e as implicações dessa análise para o estudo dessa temática; além de oferecer uma apreciação do que seria Minas Gerais e a região estudada em seus aspectos sociais, econômicos e demográficos que caracterizam o período.

Foi a partir da análise de testamentos registrados na Comarca do Rio das Velhas, sediada na Vila de Sabará – uma das principais da capitania, por contar com uma economia complexa e diversificada e conter um dos maiores contingentes populacionais do período, principalmente de negros e mulatos, entre outras “qualidades” – que o autor evidenciou uma das principais práticas de libertação de escravos: as coartações. Tal prática revelou um tipo de relação entre senhores e



escravos que pôs em xeque toda uma tradição historiográfica que percebia aquela relação a partir de dicotomias, tais como: vencedor/vencido, dominador/dominado, algoz/vítima. A prática da coartação revelava um espaço existente na sociedade mineira do Setecentos, que permitia negociações entre senhores e escravos, visando a libertação desses últimos. Essas práticas foram largamente utilizadas pelos escravos, das mais diversas formas e estratégias, para conseguirem suas alforrias.

Com tal abordagem, o autor se afasta de um tipo de historiografia, especialmente a marxista, que entendia a relação senhor/escravo baseada exclusivamente na violência. A perspectiva da relação unicamente violenta acabou por ofuscar, durante muito tempo, as particularidades das relações sociais dentro do sistema escravista. A ênfase na prática das coartações, além de ter evidenciado que as relações iam além da violência, demonstrou que tais ações desdobravam não somente em uma forma dos escravos conseguirem sua liberdade, mas também como um meio de se sobressaírem dentro daquele sistema, obtendo inclusive, ascensão econômica.

As diversas estratégias utilizadas pelos escravos para conseguirem a liberdade foram entendidas pelo autor como resistência pragmática: o escravo agia a partir do próprio sistema. Enquanto que, para uma historiografia mais tradicional, resistir significava necessariamente o confronto violento entre senhores e escravos. O conceito trabalhado por Paiva demonstrou que a resistência também se dava por outras vias, como: a compra da liberdade por meio de negociações com o senhor – coartação – ou mesmo a conquista da alforria por fidelidade e prestimosidade. Essa perspectiva evidencia a atuação dos escravos como agentes históricos, demonstrando que compreendiam os espaços e possibilidades dentro daquele sistema, deixando de serem vistos como simples vítimas.

Mesmo que Paiva destaque na apresentação da nova edição que não trabalha mais com essa ideia de resistência, devemos considerar a importância desse conceito no momento de produção do texto original. A forma como foi trabalhado o conceito de resistência resultou em uma abordagem inovadora, ao possibilitar na ampliação do entendimento das relações escravistas, trazendo novos elementos que subsidiaram um avanço nos estudos sobre a temática da escravidão. Tal abordagem explicitou a mobilidade social existente nas Minas Gerais, e consequentemente, desvelou a complexidade das relações sociais e, por que não dizer, das relações pessoais, dentro daquela sociedade do Setecentos. Tal perspectiva foi fecunda por revelar que não foram apenas os escravos que tiveram que se adaptar às situações impostas pelo sistema



escravista, mas também os senhores tiveram que modificar suas relações com aqueles para conseguir manter o sistema.

Nos dois últimos capítulos e nas observações finais, o autor reconstrói o cotidiano da sociedade mineira do XVIII, enxergando nos testamentos analisados, elementos da vida social que revelaram uma complexa estrutura, baseada nos aspectos que envolviam os processos de libertação dos escravos. É nessa parte que se encontra o ponto alto do livro. É nela que o autor analisa a importância das mulheres escravas e forras na organização daquela sociedade, bem como, as estratégias utilizadas para conseguir a liberdade e, em alguns casos, ascensão econômica e social.

Se as estratégias para que homens e mulheres escravos conseguissem a liberdade, eram basicamente as mesmas, Paiva demonstrou que, para as mulheres, as condições eram menos rígidas. Segundo o autor, elas acrescentaram às suas estratégias os intercursos sexuais, explorando a intimidade afetiva para conquistarem privilégios e alforrias para si e para seus filhos, muitas vezes bastardos dos seus senhores. Além disso, teriam “uma vivência menos penosa no período de cativeiro e condições materiais básicas para a vida após a manumissão” (PAIVA, 2009. p. 121). Paiva, a partir da análise dos testamentos – vários deles de forras e de seus descendentes libertos e nascidos livres – conseguiu enxergar nesses elementos que foram durante muito tempo tidos como vítimas passivas do sistema, no qual estavam inseridos, agentes ativos naquela sociedade.

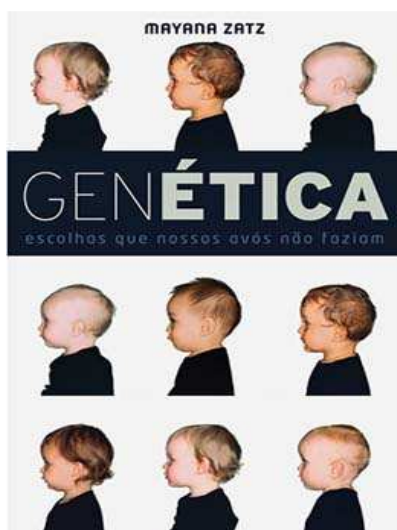
Na sua terceira edição, *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do XVIII*, se mostra bastante atual e vigoroso a respeito da temática da escravidão. O autor comenta, na apresentação da terceira edição, que o tema da coartação seria o que suscitaria um grande interesse de jovens pesquisadores em relação ao tema. Sem dúvida, o tema é fascinante e a maneira como é analisado é instigante. Mas, talvez o que atraia e suscite a leitura dessa obra seja a ampliação da visão a respeito do cotidiano e das relações de força entre senhores e escravos, demonstrando que estes últimos não eram apenas vítimas passivas do sistema imposto, mas que eles conseguiam perceber as possibilidades de atuação dentro desse sistema e agiam conforme seus próprios interesses. Essa mudança na percepção das dinâmicas sociais apresentadas na obra nos permite novas perspectivas de estudo, possibilitando, até mesmo, estender o olhar para outras questões e outros grupos sociais.

Recebido: 24/04/2011
Aprovado: 26/07/2011



Resenha

História da Ciência, Bioética e Genética: dilemas e debates contemporâneos



ZATZ, Mayana. *Genética: escolhas que nossos avós não faziam*. São Paulo: Editora Globo, 2011. 202 páginas.

Luiz Henrique de Lacerda Abrahão

Professor do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG *Campus* Ouro Preto

Doutorando em Filosofia – UFMG

luizpaideia@hotmail.com

226

O aforismo 248 do livro *A Gaia Ciência* de Friedrich Nietzsche traz esta indagação: “De que vale um livro que não nos transporte para além dos livros?”. Partindo desse critério, o recente trabalho *Genética – escolhas que nossos avós não faziam*¹ da consagrada cientista brasileira Mayana Zatz possui um enorme valor. Afinal, desde as primeiras páginas dele nos sentimos impelidos a buscar novas informações (em livros, claro, mas não apenas...) e a travar diálogos com amigos, professores e familiares a respeito das inusitadas situações e dos difíceis casos relatados pela geneticista. Nas suas pouco mais de duzentas páginas o estudo de Zatz tanto coloca o leitor instruído frente a dilemas éticos inquietantes quanto obriga o apreciador leigo a pensar os rápidos e irreversíveis achados atuais das ciências biomédicas.

Genética começa com duas curtas e elogiosas apresentações as quais, em síntese, situam as imbricações entre a ciência e as questões que envolvem o Direito e decisões éticas. Ambos os textos indicam como a jurisprudência brasileira encontra-se atrasada em relação aos avanços e implicações contemporâneas das biociências. Os treze capítulos da obra se desenvolvem sem tecnicismos desnecessários e, com acerto, a autora dispensa desviantes notas de rodapé ou pilhas de referências para consulta. As partes do volume podem ser lidas separadamente sem grandes prejuízos (embora ocasionalmente umas remetam às outras) e um instrutivo glossário de termos

¹ ZATZ, Mayana. *Genética: escolhas que nossos avós não faziam*. São Paulo: Editora Globo, 2011.



técnicos foi adicionado ao final do livro, com vistas a eliminar dúvidas conceituais pontuais. Vale destacar, por fim, a inclusão de uma resumida lista bibliográfica e de *sites* na internet, ferramentas de investigação preciosas que ajudam o leitor a aprofundar e refinar seus conhecimentos.

O clima do livro de Zatz envolve os dilemas éticos, promessas, fantasias e dados factuais suscitados pelo crescente conhecimento da genética humana e suas aplicações nas práticas de diagnóstico e tratamento médico. Contudo, um dos traços mais relevantes deste volume consiste no fato de que tais discussões procedem da experiência da autora junto ao CEGH, grupo de pesquisadores brasileiros dedicados ao projeto de mapeamento do Genoma Humano. Com efeito, isto dá à objetividade factual do escrito um tom de confiança e de auto-promoção que, de resto, realiza uma das principais e mais difíceis tarefas daquele centro de investigação: a divulgação científica.

Podemos destacar ao menos três grandes temáticas perpassando o *Genética...*, a saber: (1) história e curiosidades das pesquisas gênicas, (2) jurisdição e bioética e (3) uma forte crítica ao reducionismo biológico (concepção segundo a qual seria possível explicar e prever os traços do comportamento humano estritamente a partir de informações colhidas no DNA dos indivíduos). Com relação à primeira, aprendemos sobre a história do avanço da genética em nossos tempos, da participação do Brasil nesse contexto, e relembramos de casos de repercussão nacional e mundial que tiveram a genética por protagonista. O segundo aspecto de relevância do livro relaciona-se à jurisdição que envolve os estudos sobre os genes. A autora discute a regulamentação brasileira acerca das regras de pesquisa e adverte para o descompasso existente entre a normatização legal e a prática científica. O trabalho em revista salienta que outros países estão muito mais avançados nas reflexões bioéticas concernentes às questões de hereditariedade ou predisposição a doenças (págs. 54, 96, 121). E, por mais que a realização das pesquisas no Brasil seja rigorosamente submetida à apreciação das agências nacionais de controle, os trabalhos ainda são fortemente influenciados por princípios de natureza religiosa (págs. 136, 182). Isto nos conduz imediatamente às controversas situações – reais e hipotéticas – que atravessam o *Genética* e que conferem à leitura dele um prazer peculiar. A cada episódio investigado nos questionamos, por exemplo, sobre o valor, limite e fundamentação do controverso *princípio de confidencialidade* entre médico, equipe, paciente e familiares. Ainda que, na prática, haja suporte normativo para a condução profissional relativa aos dilemas de informação, a geneticista sublinha resultados graves derivados de notícias inesperadas ou de descobertas “acidentais”. Este ponto se torna ainda mais



complicado quando desvendamos que, embora bastante recorrentes na rotina médica, inexistem consenso quanto à permissividade da interferência profissional nas decisões do paciente.

O terceiro traço (e talvez o mais impactante teoricamente) que convém destacar espelha a posição da cientista frente ao receio que, desde os primórdios, ronda a área da Genética: reduzir as riquezas da vida e das experiências humanas às leis naturais que governam o comportamento genético. Primeiro, Zatz é clara ao afirmar que o estado atual da ciência é repleto de lacunas e incertezas, ou seja, não há nada em curso que permita afirmar a infalibilidade das “leis genéticas”. Sobretudo porque, como ela mesma reforça, os achados nesta área são tão dinâmicos que muitos dos conhecimentos corroborados atualmente podem ser refutados, havendo muita investigação a ser realizada (págs. 104, 109, 117, 136). No mais, ao longo de todo livro a autora busca afastar o dogmático fantasma do “determinismo genético”. Assim, ela assegura que o reconhecimento de possíveis predisposições hereditárias não significa, de maneira alguma, a confirmação irretorquível de um diagnóstico. Trata-se de insistir que, não obstante a vida apresentar uma dimensão biológica como substrato, o ser humano é um organismo que está em constante interação com os ambientes cultural e geográfico (págs. 106, 165). Isto tudo tem ao menos duas instrutivas consequências imediatas: de um lado, vale como uma dose de serenidade às alarmantes e publicitárias promessas que, desde sua origem nos anos 1990, gravitaram em torno de algumas concepções do Projeto Genoma como uma proposta de definição estritamente biologicista do Humano; por outro, contribui para elevar a qualidade dos debates a respeito de tópicos como a clonagem terapêutica.

228

Descrever em detalhes os impasses e dilemas éticos trazidos pela escrita elegante de Zatz poderia tirar algo do gosto que a leitura de *Genética* proporciona. Este é um movimento que o leitor precisa cumprir por si. Claro que podemos indicar lacunas ou deslizamentos no livro. Assim, a conclusão poderia ser mais profícua – não apenas no sentido de oferecer uma espécie de síntese do percurso trilhado, mas especialmente em propor um diálogo frontal com pensadores da Bioética. O fato é que Zatz condensa em alguns capítulos temas tão diversos e complexos quanto: clonagem, engenharia genética, bioética, aconselhamento genético, história da medicina contemporânea, testes de *dopping* esportivo e paternidade, eugenia e mercado de testes para predisposições genéticas. Este esforço é, por si e dentro do escopo da proposta, louvável. E, mais valioso, ela fecha o trabalho com a enfática afirmação de que “a ciência avançou depressa demais e não houve tempo para que uma discussão ética acompanhasse a sua evolução [...] São assuntos que nos dizem respeito agora e no futuro e que não podem ficar restritos aos meios



acadêmicos”.² Se ela está certa, como parece ser o caso, então convém estreitar a distância que separa os avanços científicos de nossas expectativas culturais. Do contrário, conforme o próprio *Genética* sublinha, não teremos garantias de que, às escondidas, não tenhamos cientistas realizando pesquisas contrárias às normas éticas – e então, se for o caso, não teremos ferramentas jurídicas para avaliar a legalidade de tais investigações.

Recebido: 11/11/2011
Aprovado: 02/02/2012

² ZATZ, Mayana. *Genética*: escolhas que nossos avós não faziam. São Paulo: Editora Globo, 2011, p. 188.